

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: PROCESSOS MIDIÁTICOS E PRÁTICAS SOCIOCULTURAIS

FÁBIO ALVES SILVEIRA

**OS LIMITES DO JORNALISMO:
A ÚLTIMA BATALHA DO JORNAL DE LONDRINA**

Bauru
2020

FÁBIO ALVES SILVEIRA

**OS LIMITES DO JORNALISMO:
A ÚLTIMA BATALHA DO JORNAL DE LONDRINA**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus Bauru, para a obtenção do título de Doutor em Comunicação, sob a orientação do Professor Doutor Mauro de Souza Ventura.

Bauru

2020

Silveira, Fábio Alves.

Os limites do jornalismo: a última batalha do JL
/ Fábio Alves Silveira, 2020

234 f.: il.

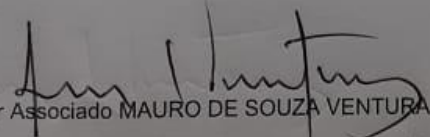
Orientador: Mauro de Souza Ventura

Tese (Doutorado)- Universidade Estadual Paulista.
Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru,
2020

1. Jornalismo. 2. Critérios de noticiabilidade. 3.
Valores-notícia. 4. Seleção de notícias. 5. Jornal de
Londrina I. Universidade Estadual Paulista. Faculdade
de Arquitetura, Artes e Comunicação. II. Título.

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE FÁBIO ALVES SILVEIRA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, DA FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO - CÂMPUS DE BAURU.

Aos 20 dias do mês de março do ano de 2020, às 14:00 horas, no(a) via sistemas de videoconferência e outras ferramentas para comunicação a distância, reuniu-se a Comissão Examinadora da Defesa Pública, composta pelos seguintes membros: Professor Associado MAURO DE SOUZA VENTURA - Orientador(a) do(a) Departamento de Comunicação Social / Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação de Bauru, Professora Associada MARIA CRISTINA GOBBI do(a) Departamento de Comunicação Social da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Unesp - câmpus de Bauru / Universidade Estadual Paulista, Professor Assistente Doutor OSVANDO JOSÉ DE MORAIS do(a) Departamento de Comunicação Social da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Unesp - câmpus de Bauru / Universidade Estadual Paulista, Professor Adjunto ANDRÉ AZEVEDO DA FONSECA do(a) Comunicação / Universidade Estadual de Londrina, Professor Titular MATEUS YURI RIBEIRO DA SILVA PASSOS do(a) Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social / Universidade Metodista de São Paulo, sob a presidência do primeiro, a fim de proceder a arguição pública da TESE DE DOUTORADO de FÁBIO ALVES SILVEIRA, intitulada **Os limites do jornalismo: a última batalha do jornal de Londrina**. Após a exposição, o discente foi arguido oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo recebido o conceito final: APROVADO _____. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Comissão Examinadora.


Professor Associado MAURO DE SOUZA VENTURA

Professora Associada MARIA CRISTINA GOBBI *PRECEER CIRCUNSTANCIADO*

Professor Assistente Doutor OSVANDO JOSÉ DE MORAIS *PRECEER CIRCUNSTANCIADO*

Professor Adjunto ANDRÉ AZEVEDO DA FONSECA *SKYPE*

Professor Titular MATEUS YURI RIBEIRO DA SILVA PASSOS *SKYPE*

À minha mãe, Dona Sirlei, que me ensinou a importância de estudar para existir e resistir.

AGRADECIMENTOS

Concluir um doutorado num país como o Brasil e num momento histórico em que as universidades são atacadas, a cultura é ameaçada de censura, o jornalismo é enxovalhado, a ignorância é recompensada e os delírios totalitários se tornam cada vez mais concretos, não é tarefa fácil. Pesquisar jornalismo nesse cenário é um desafio ainda mais pesado. Mais do que “um amontoado de um monte de coisas” com poucas figuras (exceto nos anexos), esta tese é resultado de uma década de dedicação, começando com a decisão de cursar uma nova Especialização para recolocar as ideias em ordem e começar a pensar um projeto. Fora isso foram três semestres de viagens para cursar disciplinas como aluno especial, em Assis e em Bauru, mais uma disciplina cursada no programa de pós-graduação de Filosofia da UEL, e mais um ano na elaboração do projeto, fora os quatro anos do curso de Doutorado em si. E apesar do individualismo hegemônico no nosso tempo, não é possível imaginar que o êxito em um projeto como esse seja individual. Como diria Tom Jobim, “fundamental é mesmo o amor, é impossível ser feliz sozinho”. É por isso que sou devedor de muitas pessoas, sem as quais não teria chegado até aqui.

Começo pelos meus colegas de redação do Jornal de Londrina, que navegaram comigo por mais de uma década na loucura, satisfação e porque não dizer, na viciante tarefa de fazer um jornal diário. Dali saíram amizades para a vida inteira e o meu objeto de estudo. Agradeço também aos atuais colegas de redação da RPC, pela compreensão com eventuais desatenções de quem está com um pé na academia e outro na redação. E, também porque me ajudaram a (re)aprender a continuar fazendo jornalismo diário, só que de forma diferente, ainda que notícias continuem sendo notícias, independentemente de plataforma.

Agradeço ao meu orientador, professor Mauro Ventura, que acreditou junto comigo na ideia de que jornalistas de redação podem (e devem) teorizar sobre Jornalismo e que têm muito a contribuir para a disciplina.

Agradeço aos colegas de turma do Doutorado, pela companhia no sofrimento e na dúvida sobre se continuar estudando era a decisão acertada. E estou certo de que valeria a pena fazer tudo de novo.

Agradeço aos amigos jornalistas, da redação ou do Departamento de Comunicação da UEL e outros mais antigos, com os quais tive oportunidade de trocar ideias, debater o

jornalismo e pensar nos encaminhamentos dados à tese. As conversas de corredor sempre foram as melhores e de onde saíram as melhores surgiram as melhores sugestões de leitura.

Ciente do risco de cometer injustiças, finalizo este tributo aos que me acompanharam, agradecendo a família, que sempre esteve ao meu lado nas trincheiras da vida. Minha mãe, Sirlei, a quem devo as conquistas que tive ao longo da vida. Pela inteligência de sempre apostar na educação como forma de existir e de resistir. Aos meus irmãos, pela ordem cronológica, Rogério, Roberto, Márcio e Renato, sempre ali, incentivando. Laços eternos com vocês. Aos sobrinhos, também em ordem cronológica, Victor Hugo, Guilherme (esses dois companheiros de “papos-cabeça” no RU da UEL), Renato, João Vitor, Victor Gabriel e Luiza. Meu cunhado Elton, meio sobrinho, pela idade, meio irmão, pela cumplicidade e sintonia de sentimentos e pensamentos.

E por fim, mas não menos importante, à Elaine, mulher da minha vida, companheira de viagem, com quem divido a vida, mas o copo de cerveja jamais (ela adora tomar cerveja no meu copo, acabando com a espuma).

A todos vocês, sou grato e devedor por este trabalho ter chegado até o fim.

Quando querem transformar

Dignidade em doença

Quando querem transformar

Inteligência em traição

Quando querem transformar

Estupidez em recompensa

Quando querem transformar

Esperança em maldição

(Renato Russo)

SILVEIRA, FA **Os limites do jornalismo: a última batalha do Jornal de Londrina**. 2020. (190 fls). Tese de Doutorado – Universidade Estadual Paulista, Bauru.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi investigar os valores-notícia adotados pelo Jornal de Londrina para lidar com questões urbanas da cidade de Londrina, como o uso e ocupação do solo, a questão ambiental e suas relações com a indústria da construção civil e o setor imobiliário. O recorte usado foram os últimos três anos de funcionamento do jornal, que circulou entre julho de 1989 e dezembro de 2015. Esse recorte permitiu a seleção de 121 reportagens, divididas em oito temas que têm relação com essa agenda do jornal. Desses, dois temas foram escolhidos para serem analisados à luz dos valores-notícia, por se tratarem de situações mais conflituosas e que tratam de desvios legais e relevância, remetendo a dois dos valores-notícia mais importantes que aparecem desde os primeiros estudos acadêmicos sobre o jornalismo. O debate sobre os valores-notícia foi feito a partir da discussão proposta por cinco autores: Gisele Silva, Marcos Paulo da Silva, Pamela Shoemaker, Mauro Wolf e Nelson Traquina. Esses autores foram escolhidos porque suas reflexões apontam para um modelo de valores-notícia operacional e de fácil aplicação à prática cotidiana das redações.

Palavras-chave: Jornalismo; Critérios de noticiabilidade; Valores-notícia; Seleção de notícias; Jornal de Londrina;

SILVEIRA, FA **The limits of journalism: the last battle of Jornal de Londrina.** 2020. (190 pages). Doctoral Thesis - Universidade Estadual Paulista, Bauru.

ABSTRACT

The objective of this research is to investigate the news values adopted by Jornal de Londrina to deal with urban issues in the city of Londrina, such as land use and occupation, the environmental issue and its relations with the construction industry and the real estate sector. The clipping used was the last three years of operation of the newspaper, which circulated between July 1989 and December 2015. This clipping allowed the selection of 121 reports, divided into eight themes that are related to this newspaper's agenda. Of these, two themes were chosen to be analyzed in the light of the news values, as they are more conflicting situations and deal with legal deviations and relevance, referring to two of the most important news values that appear since the first academic studies on the subject. journalism. The debate on news values was made based on a discussion proposed by five authors: Gisele Silva, Marcos Paulo da Silva, Pamela Shoemaker, Mauro Wolf and Nelson Traquina. These authors were chosen because their reflections point to a model of operational news values and easy to apply to the daily practice of newsrooms.

Keywords: Journalism; News criteria; News values; News selection; Jornal de Londrina

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Capa do JL do dia 21 de outubro de 2013.....	84
Figura 2 -	Capa do JL do dia 17 de janeiro de 2013.....	107
Figura 3 -	Capa do JL do dia 30 de abril de 2013.....	109
Figura 4 -	Capa do JL do dia 25 de março de 2014.....	110
Figura 5 -	Capa do JL do dia 08 de abril de 2014.....	112
Figura 6 -	Capa do JL do dia 08 de maio de 2014.....	114
Figura 7 -	Capa do JL do dia 09 de maio de 2014.....	116
Figura 8 -	Capa do JL do dia 13 de maio de 2014.....	118
Figura 9 -	Capa do JL do dia 26 de julho de 2013.....	123
Figura 10 -	Capa do JL do dia 13 de novembro de 2013.....	124
Figura 11 -	Capa do JL do dia 19 de janeiro de 2014.....	126
Figura 12 -	Capa do JL do dia 28 de março 2014.....	129
Figura 13 -	Capa do JL do dia 07 abril de 2014.....	130
Figura 14 -	Capa do JL do dia 09 de abril de 2014.....	133
Figura 15 -	Capa do JL do dia 10 de abril de 2014.....	134
Figura 16 -	Capa do JL do dia 17 de abril de 2014.....	136
Figura 17 -	Capa do JL do dia 10 de junho de 2014.....	140
Figura 18 -	Capa do JL do dia 17 de setembro de 2014.....	141

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Macro valores-notícia segundo Gislene Silva.....	65
Quadro 2 - Valores-notícia segundo Marcos Paulo Silva.....	66
Quadro 3 - Valores-notícia segundo Pamela Shoemaker.....	67
Quadro 4 - Valores-notícia segundo Marcos Wolf	69
Quadro 5 - Valores-notícia segundo Nelson Traquinas.....	72
Quadro 6 - valores-notícia da rua (ou de seleção)	76
Quadro 7 - Valores-notícia da redação.....	78

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Reportagens do JL sobre o Mercado Imobiliário de Londrina.....	86
Tabela 2	Reportagens do JL sobre CMC x Concidade.....	89
Tabela 3	Reportagens do JL sobre Arco Norte x Mata dos Godoy.....	92
Tabela 4	Reportagens do JL sobre o Estudo de Impacto de Vizinhança.....	96
Tabela 5	Reportagens do JL sobre o Plano Diretor – O Caso Angeloni.....	98
Tabela 6	Reportagens do JL sobre o Plano Diretor de Londrina	104
Tabela 7	Reportagens do JL sobre o Caso Havan/City	120
Tabela 8	Reportagens do JL sobre o Marco Zero, Crise dos Alvarás e CEI.....	146
Tabela 9	Taxa mensal de ocupação publicitária e média de páginas de classificados em 2013.....	165
Tabela 10	Taxa mensal de ocupação publicitária e média de páginas de classificados em 2014.....	166
Tabela 11	Taxa mensal de ocupação publicitária e média de páginas de classificados em 2015.....	167

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Distribuição de Reportagens do JL sobre o Mercado Imobiliário de Londrina.....	150
------------------	--	-----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 UM POUCO DE HISTÓRIA	20
2.1 Epílogo	20
2.2 A Gestação	21
2.3 As Questões Políticas	24
2.4 O Parto	26
2.5 A Cara do Jornal	28
2.6 Acionistas, Finanças	30
2.7 Modernização	32
2.8 Transição Editorial	33
2.9 Os Novos Donos	34
2.10 o “Novo” JL	36
2.11 A Era Digital	37
3 PENSANDO AS NOTÍCIAS	40
3.1 “I read the news today, oh boy...”	40
3.2 Do Chão de Fábrica à Reflexão	41
3.3 Uma Breve Reflexão sobre a Notícia	43
3.4 Pesquisando a Notícia	45
3.5 Critérios de Noticiabilidade	46
3.6 Influências	49
3.7 Seleção de Notícias	51
3.8 Rotinas Produtivas	53
3.9 Gatekeeper	55
3.10 A Internet e os Portões	57
3.11 Valores-notícia, Senso Comum e Paradoxo	58
3.12 Desvio e Significância Social	60
3.13 Valores-notícia – Operacionalizando o Trabalho Cotidiano	64

3.13.1 Gislene Silva	64
3.13.2 Marcos Paulo da Silva	65
3.13.3 Pamela Shoemaker	66
3.13.4 Mauro Wolf	67
3.13.5 Nelson Traquina	69
3.14 A Rua, a Redação e os Valores-notícia	74
3.15 O Valores-notícia da Rua	74
3.15.1 Tempo	74
3.15.2 Relevância	75
3.15.3 Conflito	75
3.15.4 Quebra da Normalidade	75
3.15.5 Proximidade	75
3.15.6 Interesse Humano	76
3.16 Os Valores-notícia da Redação	76
3.16.1 Disponibilidade	77
3.16.2 Material	77
3.16.3 Equilíbrio	77
3.16.4 Clareza	78
4 A QUESTÃO IMOBILIÁRIA NAS PÁGINAS DO JL	79
4.1 O Mercado Imobiliário	79
4.2 CMC x ConCidade.....	88
4.3 Arco Norte x Mata dos Godoy.....	90
4.4 Estudo de Impacto de Vizinhança	92
4.5 Caso Angeloni	97
4.6 O Plano Diretor	98
5 OS VALORES-NOTÍCIA USADOS PELO JL EM POLÊMICAS SOBRE QUESTÕES URBANAS	106
5.1 Caso City/Havan	106
5.2 O “Caso Havan/City Toma Forma	109
5.3 Marco Zero, Crise dos Alvarás e Comissão de Inquérito na Câmara	122
5.3.1 Geração	123
6 JORNALISMO, PODER ECONÔMICO E DEMOCRACIA	150

6.1 Os Valores-notícia...	152
6.2 ...e o Quarto Poder	154
6.3 O Noticiário e as Tensões	158
6.4 Ecos da Redação	161
6.5 Taxas de Ocupação Publicitária	164
6.5.1 A ocupação publicitária em 2013	165
6.5.2 A ocupação publicitária em 2014	166
6.5.3 A ocupação publicitária em 2015	167
6.6 Jornalismo de Proximidade	169
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS – OS LIMITES DO JORNALISMO ...	173
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	177
ANEXOS	181

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho foi pensado, executado e concluído a partir do chão da fábrica. E isso diz muito sobre ele. Na época em que o projeto foi concebido eu atuava como repórter, colunista e editorialista no Jornal de Londrina. No momento em que os créditos foram cumpridos, o jornal já tinha parado de circular. Em julho de 2017, quando a pesquisa já estava em andamento há alguns meses, debutei como repórter na RPC Londrina, iniciando uma trajetória no telejornalismo, depois de duas décadas no jornalismo impresso diário. Uma coincidência que se explica pelo fato de JL e a RPC pertencerem ao mesmo grupo, o Grupo Paranaense de Comunicação (GRPCOM): a sala de redação onde hoje trabalha a equipe da RPC em Londrina, foi a mesma onde funcionou o JL nos últimos nove anos de sua trajetória. Logo, concepção e execução da pesquisa bem como a redação da tese aconteceram num período em que trabalhei no mesmo prédio, na mesma sala, mas em redações e veículos diferentes.

Expôr o ponto a partir do qual esta tese foi produzida vai muito além de uma exposição de memórias pessoais. O que se quer discutir aqui é a importância de o campo jornalístico teorizar sobre a sua própria prática. No prefácio feito para a edição brasileira do livro de Otto Groth, “O poder cultural desconhecido – Fundamentos da ciência dos jornais”, o jornalista e professor Eduardo Meditsch afirma que a ideia de que a prática e a teoria são estanques, não se comunicam, quando se trata de jornalismo, não é mais aceitável, sob pena de as duas afundarem. A defasagem entre a teoria e a prática, segundo ele, é reflexo de uma profissão que terceirizou a sua própria teorização. Para Meditsch, essa defasagem entre o que se estuda na academia e o que se faz nas redações é uma das explicações para a derrota teórica sofrida pelo jornalismo brasileiro em 2009, na decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), tomada a partir do relatório do ministro Gilmar Mendes, que extinguiu a obrigatoriedade do diploma universitário para o exercício da profissão. Derrota aprofundada por uma Medida Provisória editada em 2019, já sob o governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro, que acaba com a necessidade de registro profissional para o exercício do jornalismo¹.

Ressalte-se que a MP é uma retaliação do presidente contra a imprensa, mas também é uma sequência da derrota de 2009, uma década depois. É preciso pensar o jornalismo teoricamente e aproximar essa teorização do dia a dia das redações. A academia precisa buscar objetos que a aproxime da realidade de quem apura, escreve, edita e publica notícias.

Este trabalho tem a intenção de dar uma contribuição nesse sentido. Pensar o jornalismo teoricamente é fundamental e aproximar essa teorização do dia a dia das redações

é igualmente importante. Para tanto, fazemos aqui um estudo de caso sobre o Jornal de Londrina, diário que circulou entre 1989 e 2015 na cidade paranaense que emprestou o nome ao veículo. O JL, como era chamado, começou com um grupo de jornalistas influenciados por experiências de cooperativas de jornalistas que surgiram em alguns lugares do Brasil na década de 80, incluindo Londrina. Eles se associaram a um grupo de empresários, principalmente da construção civil, que se alinhavam ao grupo político do ex-prefeito Wilson Moreira, também ele empresário. O jornal nasceu com uma linha editorial combativa, com tom oposicionista e críticas à gestão de outro ex-prefeito, Antonio Belinati, que se elegeu um ano antes do jornal circular. Morreu também com uma linha editorial crítica, que é o que vamos discutir durante este trabalho, a partir da leitura dos valores-notícia usados pelo jornal na cobertura de questões urbanas, como Plano Diretor, lei de zoneamento e questões ambientais, todas elas envolvendo o setor imobiliário e de construção civil.

O recorte escolhido, de 2013 a 2015, além de ser o período final de funcionamento do jornal, teve esse tema entre as principais agendas do jornal. Para esta pesquisa, que compreende 891 edições do jornal, separamos 121 reportagens que tratam dessas questões e identificamos entre março e junho de 2014 o período em que o noticiário crítico, em tom de conflito, foi mais forte. Essas reportagens foram divididas em oito temas e escolhemos dois deles, os mais conflituosos, para fazer a análise dos valores-notícia.

Este trabalho é dividido em três partes. Na primeira, em um único capítulo, fazemos um resgate da memória do JL, num levantamento a partir de entrevistas com editores e chefes de redação que atuaram na redação do jornal em vários períodos, do início ao fim dessa atividade. O autor trabalhou no jornal em dois períodos: de julho de 1995 a abril de 1997 e de maio de 1998 até o fechamento, em dezembro de 2015, sempre como repórter, mas a partir de 2000 acumulando a função de colunista e a partir de 2009 também como editorialista. Mesmo assim, a narrativa sobre a história é feita com base nos depoimentos.

Na segunda parte, também em um capítulo, fazemos o debate teórico, com foco principal na teoria do valor-notícia. Tal debate é feito a partir da visão de cinco autores: Gislene Silva, Marcos Paulo da Silva, Pamela Shoemaker, Mauro Wolf e Nelson Traquina. Eles foram escolhidos pelo fato de suas reflexões terem fácil aplicabilidade à prática cotidiana das redações. A ideia de operacionalidade dos conceitos foi fundamental para essa escolha. A partir da discussão desses autores elaboramos uma tabela de valores-notícia que foi aplicada ao noticiário do JL. Trabalhamos aqui com a hipótese de que, embora todos os valores-notícia

perpassem todo o processo da discussão jornalística, alguns são mais valorizados dentro da redação, de onde se tem uma visão privilegiada sobre o produto jornalístico e outros são mais valorizados “na rua”, onde as equipes dos veículos de comunicação coletam as informações que passarão pelo processo de edição mais tarde. Daí a denominação de “valores da rua” e “valores da redação”.

A terceira parte foi dividida em três capítulos, nos quais é feito o estudo de caso do JL. O primeiro desses três capítulos descreve as reportagens que encampam seis dos oito temas relativos à construção civil e ao setor imobiliário identificados no noticiário do JL. Este capítulo é descritivo. As reportagens são expostas, uma a uma, explicando a sequência e o tratamento dado pelo jornal a cada um desses temas. Para o segundo capítulo desta parte, separamos os dois temas considerados mais conflituosos, tratados pelo jornal como “Caso Havan/City” e “Caso Marco Zero/Alvarás”. Esses dois temas foram escolhidos, primeiro porque eles receberam maior atenção do jornal. Juntos, eles são responsáveis por 48 das 121 reportagens publicadas no período. E em segundo lugar, porque prevalece neles uma cobertura baseada nas ideias de quebra de normalidade e de conflito. Das 48 reportagens, 17 foram manchetes e essas foram analisadas de forma mais aprofundada, com a aplicação de uma tabela de valores-notícia.

No terceiro capítulo desta parte, fazemos uma avaliação geral do noticiário, cotejando as informações levantadas na pesquisa com as entrevistas. Aqui entram entrevistas dos chefes de redação da fase final do jornal e também, de profissionais que atuaram na área comercial e que tinham uma outra visão do processo e da relação com empresas, empresários e anunciantes.

Acreditamos que o presente trabalho traz duas contribuições: primeiro na avaliação do noticiário e na busca do entendimento de como os valores-notícia são aplicados diariamente nas redações. E segundo, mas não menos importante, das dificuldades para fazer, manter e financiar o jornalismo em cidades médias do interior do país. Esse segundo debate demanda novas pesquisas e reflexões sobre a busca de formas diferentes de financiamento que consigam garantir a independência editorial necessária para que o jornalismo mantenha a sua relevância e consiga se manter como espaço público e do debate sobre a vida comum. Em tempos em que a extrema-direita flerta com o totalitarismo, no Brasil e em outros lugares do mundo, o jornalismo ainda tem um papel civilizatório a cumprir, mas esse papel parece cada vez mais distante da lógica das grandes corporações de mídia.

2 UM POUCO DE HISTÓRIA

2.1 – Epílogo

A última edição do Jornal de Londrina foi produzida a 391 quilômetros da cidade que deu nome ao jornal que no dia seguinte encerraria sua circulação, 26 anos depois de ser fundado. Quase todo material que circulou nessa edição foi produzido num prédio que fica a poucos quarteirões de uma das ruas mais famosas de Curitiba, a Rua XV de Novembro. Mais exatamente, no local onde então ficava a redação da Gazeta do Povo, jornal do Grupo Paranaense de Comunicação (GRPCOM), proprietário do JL desde 1999. Ironicamente a própria Gazeta do Povo trocara, duas semanas antes, o formato standard pelo berliner – o mesmo usado pelo JL na fase final da sua existência – e em abril de 2017 passaria a circular exclusivamente na internet.

Enquanto a última edição do jornal era fechada em Curitiba, os integrantes da redação que produziu o JL nos seus últimos anos estavam a cerca de um quilômetro da sede do diário, num bar, num ritual de despedida. Era quinta-feira, 17 de dezembro de 2015, uma tarde de calor e sol forte, típica da região norte do Paraná nessa época do ano. Um dos poucos materiais produzidos pela equipe, que tinha sido comunicada do encerramento do jornal e demitida no começo daquela tarde, foi um editorial de capa assinado pelo último chefe de redação, o jornalista Fábio Luporini, que assumira o cargo poucos meses antes. No texto, o jornal se despedia de seus leitores e anunciantes.

“É com tristeza que anunciamos o fim da circulação impressa e da operação digital do JL – Jornal de Londrina, fruto de uma série de fatores. Depois de 26 anos de atuação jornalística em Londrina e região, o jornal encerra suas atividades em meio à crise econômica que acomete o Brasil e a uma reestruturação mundial pela qual passam os veículos de comunicação”,

diz o primeiro parágrafo do editorial-epitáfio publicado na capa do jornal. O fechamento anunciado por volta das 14 horas era o desfecho de duas semanas de tensão, iniciadas no começo de dezembro. A informação sobre a possibilidade de fechamento do jornal chegara à redação na primeira semana do mês, numa segunda-feira e se desdobrou em dois esforços. Os gestores do jornal apresentaram uma contraproposta para a direção do GRPCOM. A ideia era fazer o jornal com metade da redação do JL – que cairia de 17 para 9 jornalistas – e a extinção da edição impressa. O JL circulando apenas na internet. Essa saída esbarrava na convenção coletiva dos jornalistas paranaenses, que estabelecia critérios para

“demissão em massa”, ou seja, de quase a metade da redação – que já era reduzida. Essa cláusula impedia a empresa de formar a equipe que desejava.

Na outra ponta, o Sindicato dos Jornalistas construiu um acordo que permitiria essa construção. Era um Plano de Demissão Voluntária, acrescentando ao valor da rescisão, 10% a mais por ano trabalhado e extensão do plano de saúde por algum período. A proposta foi rejeitada por um voto de diferença, na assembleia da redação, realizada na sede do sindicato, no dia 14 de dezembro. A expectativa da redação era de melhorar os valores do PDV. A resposta veio na quinta-feira, dia 17, com a decisão irrevogável de fechar o jornal, os acertos trabalhistas já prontos para serem assinados e a transferência do fechamento da última edição para Curitiba.

2.2 A Gestação

A primeira edição do jornal de Londrina foi para a rua no dia 31 de julho de 1989, com a manchete “Três debates aguardam Covas hoje em Londrina”. Tratava da visita do candidato do PSDB na primeira eleição direta para a presidência da República depois do fim da ditadura militar. A data foi uma forma de “driblar” o começo em agosto, uma superstição da jornalista Ana Marta, responsável pela coluna social do JL do primeiro ao último número. Ela foi a única que permaneceu na redação durante os 26 anos de circulação. “Ia circular em agosto, porque tinha coisa da Ana Marta: ‘que não, agosto é um mês não sei o que. Délio, não faz’. Então vai no último dia de julho”, relata Luiz Carlos Lorencetti, um dos fundadores do jornal¹.

Sobre a escolha da manchete, o jornalista Chico Amaro, outro integrante da equipe que botou o jornal nas ruas pela primeira vez, faz uma observação espirituosa:

“JL número 1 saiu dia 31 de julho com aquela manchete horrorosa: ‘Covas hoje em Londrina’. É horrorosa e é inevitável, quando eu vejo aquilo eu falo. É uma espécie de salvação do editor aquela manchete. Olha, é como se não tivesse nada importante para dizer e por outro lado, candidato a presidente da república na cidade e era o Covas, não era qualquer um.

Pergunta – Manchete que salva o dia.

CA – Eu acho, é óbvio. O cara chega na véspera, já pensando na manchete. Ele já escreve e deixa ali do lado. Covas hoje em Londrina. Que horror! A manchete tinha que ser, sei lá: ‘a cidade ganha um novo canal para se expressar’ ou sei lá o que”².

¹ Entrevista concedida ao autor em 18 de setembro de 2018, em Londrina.

² Entrevista concedida ao autor em 18 de outubro de 2018, pelo jornalista Joaquim Francisco Gonçalves de Brito Amaro, o Chico Amaro, como prefere ser chamado. Entrevista realizada em Londrina.

Para contar a história de como essa edição inaugural chegou às bancas, naquele último dia de julho de 1989, é preciso recuar à década de 1970. Desde esse período, jornalistas e empresários se envolveram em tentativas de criar e consolidar um “segundo jornal” na cidade, em contraposição à Folha de Londrina, fundada em 1948, e que circula até hoje com edição impressa. O jornalista Délio César³ é personagem fundamental na história do JL. Mas ele participou de várias tentativas, desde a década de 1960. Ele foi redator da sucursal londrinense do jornal Última Hora, até ela ser fechada, no dia seguinte ao golpe militar de 1964 (CÉSAR, 2016, p. 191).

A segunda tentativa aconteceu em 1968, com o Diário de Londrina, que circulou por três meses (FILHO e NETO, 1991, p. 93-94).

A tentativa mais consistente aconteceu na década de 1970, com o “Panorama”. Além de Délio César, como diretor de redação, participaram desse jornal outros profissionais que, na década seguinte, estariam na fundação do Jornal de Londrina. Entre eles, Luiz Carlos Lorencetti, conhecido como “Chuveirão” (brincadeira feita por causa do sobrenome), que estava em começo de carreira.

O Panorama começou a circular em março de 1975 e tinha um diferencial com relação às tentativas anteriores. Ele estava inserido num grupo empresarial forte, comandado pelo ex-governador do Paraná, Paulo Pimentel, também dono de um grupo de comunicação, que tinha os jornais O Estado do Paraná e Tribuna do Paraná, além de ser, à época, dono das emissoras de televisão Tibagi, que mudou de Apucarana para Londrina e Coroados, que já tinha sede em Londrina. Foram contratados jornalistas conhecidos de São Paulo como José Trajano, Narciso Kalili, Hamilton Almeida Filho, Mylton Severiano, Georges Bourdoukan e o cartunista Jayme Leão, que compuseram a equipe junto com jornalistas locais (CÉSAR, 2016, p 193)

Apesar dos pesados investimentos e de ter um forte grupo de comunicação por trás, o jornal deixou de circular pouco mais de um ano e meio depois, em outubro de 1976. Délio César avalia assim as dificuldades do jornal para se firmar em Londrina:

³ Délio Nunes César, falecido em fevereiro de 2015, foi um jornalista e político. Foi vereador no fim da década de 1960 e vice-prefeito de Londrina no período de 1983 a 1988. Ele assumiu a prefeitura em substituição a Wilson Moreira, que deixou o cargo para disputar uma cadeira na Câmara dos Deputados.

“Mas a importação de jornalistas de renome da capital paulista para o interior estava fadada a não dar certo. A realidade que eles viviam era outra e as matérias que pretendiam publicar eram contundentes demais para uma cidade provinciana que não estava acostumada àquilo. Em pouco tempo, segmentos influentes da sociedade se voltaram contra o jornal. Ou seja, o jornal que se propunha desbancar a Folha de Londrina, patrimônio histórico da cidade, chocava os conservadores e lideranças políticas à direita. Diziam que Paulo Pimentel havia importando um bando de ‘comunistas’ para fazer o Panorama. Sem conquistar a sociedade, sem anunciantes para assegurar sua sustentação financeira, vítima também de fatores externos relacionados à política e à rivalidade entre Paulo Pimentel e Ney Braga, que era ministro do governo Geisel, o Panorama deixou de circular em outubro de 1976, com pouco mais de um ano e meio de existência”. (CÉSAR, 2016, p. 193, 194)

“Eu diria para você que a gestação do JL começou logo depois do fechamento do Panorama”. A frase de Luiz Carlos Lorencetti, que seria um dos fundadores do Jornal de Londrina, deixa claro que a ideia do “segundo jornal” permaneceria viva, para vingar na década seguinte.

“Tinha um grupo de jornalistas no qual eu me inseri aí, muito preocupado com uma versão só. Londrina tinha uma agitação política muito grande, era uma espécie de capital política do Estado, principalmente porque o berço da oposição no Estado era Londrina. Curitiba tinha lá seus prefeitos indicados, governador indicado no Estado. E Londrina não, Londrina vivia uma efervescência oposicionista, comandada pelo MDB. Claro só tinha dois partidos, Arena e MDB. E a gente imaginava: não pode ficar à mercê de um único jornal de uma única opinião, enfim. Era uma coisa que se discutia bastante”⁴.

Outras iniciativas surgiram dali em diante. Uma delas foi a criação da Coojornal, em 1977, uma cooperativa de jornalistas com mais de 100 sócios, a maioria formada pelos demitidos do Panorama. Dessa cooperativa nasceu o “Paraná Repórter”, que durou poucas edições (FILHO e NETO, 1991, p. 106, 107).

No começo dos anos 80, a dupla de jornalistas que estaria à frente do Jornal de Londrina, Délio César e Lorencetti, faria uma incursão pela política. Primeiro, Délio – que também era advogado – foi procurador jurídico da Câmara de Vereadores de Londrina (ele foi vereador, eleito em 1968 pelo MDB) e Lorencetti, assessor de imprensa do Legislativo. Depois, na eleição de 1982, Délio César se tornaria vice-prefeito, na chapa encabeçada por Wilson Moreira⁵ e Lorencetti assumiria a assessoria de imprensa da prefeitura. Foi durante a gestão Moreira/Délio na prefeitura que se reuniu o grupo que fundaria o Jornal de Londrina. Ainda na prefeitura, Lorencetti pensava na criação do jornal.

⁴ Entrevista concedida ao autor em 18 de setembro de 2018.

⁵ Wilson Moreira foi prefeito de Londrina na gestão 1983-1988, pelo PMDB e depois se filiou ao PSDB. Foi eleito nas eleições de 1982 com 48.713 votos, de um total de 169.732 eleitores (fonte: Tribunal Regional Eleitoral). Também foi deputado federal.

“Já discutíamos na época essa possibilidade de fazer um segundo jornal na cidade, da gente começar as conversas [...] a gente lá na prefeitura, a gente recebia jornais do Brasil inteiro. Pequenos jornais e daí a gente via muito isso. Putz, cidades menores que Londrina tem dois jornais. Londrina tem um grande jornal, a gente sempre considerou a Folha o melhor jornal do Estado. Mas só tinha um e você via cidades pequenas no interior do estado de São Paulo, (Presidente) Prudente, Assis, dois, três jornais, pequenos jornais. Pô, porque a gente não pode fazer um jornal aqui? E eu sempre enchendo a paciência do Délio: olha esse jornal aqui de Minas, olha esse jornal de tal cidade. A gente pode fazer, a gente faz um semanário”⁶

A Editora Jornal de Londrina foi fundada em 1986, quando o grupo ainda estava na prefeitura. Lorencetti conta que já nessa época fez visitas a jornais do interior de São Paulo, em cidades como Assis e Presidente Prudente. “A gente ia em comitiva, principalmente eu, o Coutinho e o Délio”, relata o jornalista. Na época, o projeto não foi adiante por dois motivos: a crise econômica que emergiu depois da segunda fase do Plano Cruzado⁷ e o lançamento pela Folha de Londrina do jornal Paraná Repórter. Esses dois pontos fizeram com que o projeto do Jornal de Londrina fosse arquivado por mais algum tempo (CÉSAR, 2016, p. 201).”

2.3 As Questões Políticas

O projeto do JL começou a sair da gaveta no primeiro semestre de 1989 por vários motivos. O resultado das eleições municipais de 1988 foi um deles. O grupo político de Wilson Moreira foi derrotado nas urnas pelo seu principal adversário, Antônio Belinati – que antecedeu e sucedeu a chapa Moreira/Délio na prefeitura, até o começo da década. O candidato apoiado pelo então prefeito era o ex-deputado estadual José Tavares (PMDB). A derrota foi por poucos votos: segundo o Tribunal Regional Eleitoral, dos 183.968 eleitores de Londrina, 68.951 votaram em Belinati, que disputou a prefeitura pelo PDT e 68.163 votaram em Tavares⁸. Três décadas depois, Lorencetti comenta o episódio com bom humor:

“Aí veio 88, a derrota do candidato do Moreira. A segunda belinatada, tal. E aí um grupo muito... aí aquele grupo que rodeava o Moreira... Existia assim uma divisão dos empreiteiros, os empreiteiros do céu e os empreiteiros do inferno. Claro que os

⁶ Entrevista concedida ao autor em 18 de setembro de 2018.

⁷ Plano econômico lançado durante o mandato do presidente José Sarney (1984/1990), que contou com um congelamento de preços que durou até as eleições de novembro de 1986, garantindo uma vitória maciça do PMDB – partido do então presidente – nas eleições estaduais daquele ano. Passadas as eleições, o congelamento acabou e a inflação ressurgiu com força.

⁸ Em entrevista ao autor, no começo dos anos 2000, para uma reportagem publicada no JL sobre a história do jornal, Délio César confirma que um dos fatores que reforçaram a ideia de criação do jornal foi “defender Londrina do Belinati”, trecho que não foi usado na reportagem, mas que deixa claro que a questão política-eleitoral também foi importante. O jornalista nunca escondeu a sua posição na política municipal.

empreiteiros do inferno eram os outros... os empreiteiros do céu... mas era um pessoal que gostava da atuação e que não gostava do Belinati”.⁹

Ricardo da Guia Rosa, outro jornalista que participou da fase inicial do JL, como repórter na primeira equipe, em 1989, mas posteriormente chegando a chefe e depois diretor de redação¹⁰, confirma a relevância do componente político para a fundação do jornal. E acrescenta também que o descontentamento desse grupo com a Folha de Londrina também foi importante.

“O jornal a gente sabe da história dele, teve uma motivação de um grupo político era um grupo de empresários que tinha o viés político, obviamente. Tinham perdido a eleição para o Belinati. O Zé Tavares, que era o candidato deles que era para ser o sucessor do Wilson Moreira, perdeu a eleição para o Belinati. Tinha a situação da Folha que era o único jornal da cidade. Esse grupo de empresários não concordava, discordava de métodos da Folha, que a Folha tinha. [...] Tinha o viés político e também tinha aquela coisa de ser um segundo jornal da cidade”¹¹.

Os posicionamentos políticos tinham desdobramento no posicionamento dos veículos de comunicação. Ricardo da Guia Rosa afirma que por seu posicionamento, declaradamente contra Belinati, o JL não recebia verbas oficiais de publicidade, ao contrário do que acontecia com outros veículos que não tinham uma posição tão clara. Devaldo Gilini Júnior, que participou da primeira equipe do JL como editor de Esportes¹², também ressalta a questão do posicionamento político dos veículos de comunicação em Londrina. Segundo ele, a postura editorial do JL, abertamente contra Belinati, “incomodou” outras redações, que na avaliação dele, estavam mais alinhadas ao político.

“E o jornal eu sentia que o jornal incomodava muito. Incomodava a redação da TV Coroados, porque era francamente favorável ao Antonio Belinati, por causa do diretor que estava lá [...] E incomodou a Folha também porque a Folha era ligada ao Belinati. Queira ou não queira a Folha foi ligada muito tempo ao grupo do Belinati e era contra o Wilson Moreira. Claramente isso. Na época do Wilson Moreira a Folha tratava ele como um personagem pitoresco de uma cidadezinha pequena. As ovelhinhas para cortar grama, o chuveirinho lá em cima pra refrescar a prefeitura¹³. A Folha fazia isso. Eu trabalhei na época lá, eu estava lá nessa época”¹⁴.

⁹ Entrevista concedida ao autor em 18 de setembro de 2018.

¹⁰ Ele teve três passagens pelo jornal ocupando diversos cargos. A última acabou no final de 1999, quando da compra do JL pelo GRPCOM.

¹¹ Entrevista concedida ao autor em 26 de setembro de 2018.

¹² Em meados dos anos 1990 ele também foi pauteiro e no começo dos anos 2000, já sob o comando do GRPCOM, ele foi editor de Economia, cargo que ocupou até 2004, quando houve um dos grandes cortes na redação do jornal, com a demissão da metade da equipe.

¹³ Moreira cultivava a imagem pública de um gestor controlado nos gastos. Ovelhas para comer o mato e água no telhado para refrescar o prédio da prefeitura e não gastar com ar condicionado eram apresentados como medidas para economizar o dinheiro público.

¹⁴ Entrevista concedida ao autor em Ibiporã, em 19 de setembro de 2018.

2.4 O Parto

Os depoimentos dos jornalistas confirmam que o fator político foi importante no impulso de criação do jornal. A articulação para a criação do jornal ganhou corpo no verão de 1989. Segundo Lorencetti, Délio César passou uma temporada no litoral paranaense com um grupo de amigos, engenheiros, ligados à construção civil e que orbitavam em torno do ex-prefeito Wilson Moreira. Voltaram da praia decididos a tocar o projeto adiante. O empresário Cláudio Tedeschi, que acabara de presidir o Sindicato da Indústria da Construção Civil do Norte do Paraná (Sinduscon)¹⁵, foi quem, de acordo com o relato de Lorencetti, agilizou o processo de convocação dos acionistas. “O Cláudio foi o cara que chamou o pessoal e: escuta, quer fazer? Então assina aqui o cheque”, relatou o jornalista.

Foram 66 acionistas que se cotizaram para viabilizar o jornal (CÉSAR, 2016, p. 201, 202). A maioria era formada por empresários, principalmente da construção civil. Jornalistas como o próprio Délio César e Lorencetti também investiram em cotas¹⁶. Nenhum deles poderia ter mais que 8% das ações do jornal.

Com o dinheiro foram compradas máquinas, as duas impressoras planas nas quais o jornal foi impresso até 1995 (CÉSAR, 2016, p. 202) e foi montada a equipe que colocou o jornal na rua. Segundo Lorencetti, foi um processo rápido entre a formalização da sociedade e a primeira edição. A primeira redação do jornal foi contratada em julho de 1989 e trabalhou um mês no planejamento do jornal, até que a primeira edição fosse lançada. A estrutura sempre foi limitada: nos 26 anos de funcionamento do jornal, foram poucos em que a redação contava com mais de um carro para cobrir os fatos da cidade. Quem trabalha ou trabalhou em redação sabe da importância do transporte para o deslocamento de equipes e consequentemente, o funcionamento de um veículo de comunicação. Chico Amaro relata os problemas de estrutura com bom humor:

“O jornal era pequeno. Eu tinha sido repórter da Folha de Londrina em 1982. A Folha de Londrina quando tocava um telefone na redação e era alguém dizendo de uma notícia que estava acontecendo, você avisava a Rose Arruda, que era chefe, e ela dizia: pega um carro e vai. E você pegava um carro e ia. Tinha uma frota. O Jornal de Londrina não tinha uma frota, tinha um carro, tinha um carro, rapaz. Pega o táxi! Ah, tem táxi, mas cuidado, não gaste. Que aperreio!”

¹⁵ Atualmente ele é presidente da Associação Comercial e Industrial de Londrina (Acil).

¹⁶ Lorencetti contou, tanto na entrevista ao autor, quanto no livro de Délio César, que o cheque que ele deu para ser acionista do jornal estava sem fundos no momento em que foi assinado. Ele foi coberto em seguida, com a venda do carro do jornalista, um Del Rey ano 1987.

A esse respeito, Devaldo Gilini, também relata que “sempre foi um carro. Teve época que o Samuka [Lopes] ia de ônibus fazer cobertura do Tubarão [apelido do Londrina Esporte Clube]. Que era mais rápido que esperar o carro vir”. A estrutura limitada do jornal foi uma marca ao longo das duas décadas e meia de existência¹⁷ do JL. Apenas num curto período o jornal chegou a ter mais de um carro para atender a redação, isso nos primeiros anos em que o GRPCOM assumiu o seu comando e investiu forte no jornal. Nos últimos anos, a redação enxuta recebeu o apelido de “redacinha”, numa ironia, uma piada interna dos jornalistas que ali trabalhavam. Nos últimos 10 anos, o JL contava com dois repórteres fotográficos, um em cada turno.

Em 1989, quando o JL foi para as ruas, trazia alguns diferenciais: circulava nas segundas-feiras, o que poucos jornais brasileiros faziam na época. A exemplo do que aconteceu na sua última fase, o jornal não circulava aos sábados. A diferença é que na década de 1980 a redação deixava de funcionar na sexta-feira e trabalhava no sábado para fechar a edição de domingo. Já no período de 2006 a 2015, quando voltou a não ter edição de sábado, a redação trabalhava até sexta-feira, quando era fechada a edição de domingo – tratada como uma edição de sábado e domingo. Outro diferencial era a cor única – azul – na logomarca, num período em que os jornais ainda estavam começando a engatinhar nas cores. A inspiração, segundo Lorencetti, era no jornal norte-americano USA Today, que também usa o azul na logomarca.

O slogan na fase inicial, “tudo em poucas palavras”, sintetizava a ideia de um jornal standard com 12 páginas que tentava veicular o máximo de notícias possível por edição. “Notícias curtas, mas bem feitas”, reforça Chico Amaro. Lorencetti resume o espírito do jornal com “poucas palavras”:

“Era um jornal de noticiário meio abreviado, até porque tinha poucas páginas e a gente queria dar bastante notícia, principalmente o noticiário local. Então criamos aquelas colunas nas páginas locais, principalmente. E você ter bastante notinhas, então a gente tinha numa página, 10, 12 notícias, até mais. Era uma coisa que a gente pra não perder de dar a notícia, fazia aquelas pequenas notas nas colunas de fora”.

¹⁷ O autor trabalhou no JL em dois períodos: de julho de 1995 a abril de 1997 e de maio de 1998 a dezembro de 2015, quando do seu fechamento. A partir de 2000 se tornou colunista de política, primeiro com uma coluna semanal e a partir de 2004, como responsável pela principal coluna de política do JL. Mesmo colunista, nunca deixou a função de repórter. A partir de 2009, assumiu também a função de editorialista, sempre acumulando com as outras duas funções.

O JL dos primeiros tempos também tinha por característica fechar suas edições mais tarde, para dar notícias com exclusividade, os chamados furos jornalísticos, que conquistam credibilidade e leitores. Outra marca do jornal, pelo menos nos períodos inicial e final, foi a combatividade.

2.5 A Cara do Jornal

O fiador econômico do jornal era Wilson Moreira, empresário, ex-deputado federal e ex-prefeito, que estava à frente do grupo político que fazia oposição a Antônio Belinati. O fiador jornalístico do projeto era Délio César, com longa história no jornalismo e na cultura de Londrina¹⁸. Uma das questões da fase inicial do JL era a influência política de Délio César na redação do jornal. A liderança dele do ponto de vista profissional era inegável. E do ponto de vista político também.

Jornalistas que atuaram na primeira fase do JL afirmam que apesar da impossibilidade de separar o jornalista do político, o jornal teve uma solução que garantiu o equilíbrio e a credibilidade do projeto. Délio César tinha a sua coluna, onde fazia suas análises e expunha o seu posicionamento político. A coluna Délio César circulou por uma década no JL (até a venda do jornal para o GRPCOM), sempre com grande repercussão. Pelas palavras de Ricardo da Guia Rosa, “era uma coluna referência na política”. Ou, como lembra Chico Amaro, informação e opinião foram separadas de forma clara com essa fórmula: “o Délio fazia as torções na coluna dele. Veja: ‘Chico, cuide da informação’”.

A coluna se tornou o carro chefe do jornal na cobertura política e era referência obrigatória para quem acompanhava a área. Ricardo da Guia Rosa lembra que Délio César “tinha muita informação”. “Ele recebia muita informação, ele tinha muita fonte. Às vezes ele publicava muita coisa na coluna, não revelava a fonte, mas chegava muita informação, informação aberta”, relata.

Nessa primeira fase, o jornal tinha uma postura combativa e não só pelo contraponto feito por Délio César à gestão Belinati. Por ter sido criado por um grupo que se opunha ao poder, o JL tinha uma liberdade editorial que lhe permitia fazer denúncias importantes. Segundo Ricardo da Guia Rosa, a primeira reportagem de grande repercussão foi sobre um

¹⁸ Além do JL, ele foi fundador, por exemplo, do festival de teatro-criado em 1968 e que hoje se chama Filo (Festival Internacional de Londrina).

ex-superintendente da Administração dos Cemitérios e Serviços Funerários (Acesf) que usou um carro destinado ao traslado de corpos numa viagem de férias. O jornalista não precisa a data da reportagem, mas lembra da repercussão: “O JL deu em primeira mão. Isso saiu no domingo, mas na segunda-feira as televisões, todo mundo repercutindo, não tinha como ignorar. E foi a primeira notícia mais pesada em cima do Belinati, atingiu o primeiro escalão dele”.

Por outro lado, para tentar desqualificar o jornal e sua cobertura, os críticos atribuíam a postura editorial do JL ao posicionamento político do seu principal colunista. “Todo [mundo] falava assim: ah, o jornal fez essa matéria porque o Délio está lá. O Belinati gostava de falar muito isso. O pessoal dos ‘patetas’¹⁹ também falava muito isso”, lembra Devaldo Gilini. Apesar das críticas, Gilini, que também trabalhou na Folha de Londrina, nos anos 1980, diz que não via “tanta influência assim do Délio na área política, quanto eu via na Folha de Londrina”.

Sobre a influência do veterano jornalista, Ricardo da Guia Rosa admite que ela existia, mas não era da forma que os detratores tratavam.

“A própria coluna, às vezes, ela pautava o jornal. Como é que o colunista fala alguma coisa e o jornal não vai nem checar para ver se é notícia? Então acabava tendo uma influência e a coluna tinha uma influência sobre o jornal e a coluna era a diversão. Quem estava envolvido com política, ler a coluna do Délio era diversão e por outro lado era motivação também para quem estava na oposição. O Délio era feroz. Às vezes você discordava, claro, de algumas coisas dele, mas ele tinha muita informação e ele tinha uma análise política boa”.

Segundo Lorencetti, para garantir a separação entre “política” e noticiário, o jornal tinha duas cabeças na redação. Délio César pensava politicamente e ele pensava na parte jornalística. “Eu não podia pensar politicamente porque a minha concepção política nunca bateu com a do Délio”, afirma Lorencetti, que se declara anarquista.

Com o tempo, Délio César se afastou da redação, mantendo apenas a coluna e fazendo o editorial do jornal. Além de cuidar da parte política, cabia a ele, como fiador jornalístico do

¹⁹ A referência é a um telejornal que era veiculado pela TV Tropical, que faz parte da rede CNT, entre as décadas de 1980 e 1990 em Londrina. O telejornal tinha três colunistas que comentavam as notícias e eram tratados por seus críticos como “Os 3 patetas”. São o advogado, ex-vereador e ex-deputado estadual Moysés Leônidas, o jornalista Osvaldo Militão, até hoje colunista social da Folha de Londrina e o jornalista Roberto Coutinho, que presidiu a Sercomtel, empresa municipal de telefonia em parte da gestão do ex-prefeito Barbosa Neto (2009-2012).

projeto, fazer o diálogo entre a redação e os sócios. De acordo com Chico Amaro, Délio “absorvia tudo o que dizia respeito à redação”, impedindo que as pressões chegassem até ela.

O empresário Ézaro Fabian Medina, que presidia o conselho administrativo do jornal e que com as chamadas de capital acabou se tornando sócio majoritário, testemunha a independência jornalística de Délio: “O Délio César parece que fazia questão de mostrar a independência dele. Ele como pessoa é uma pessoa espetacular, sempre gostei muito dele. Mas era só a gente arrumar um anunciante e ele arrumava uma notícia contra aquele anunciante”²⁰. A solução para manter a combatividade do jornal sem perder anunciantes foi a saída de Délio do cargo de diretor de Jornalismo. Ele manteve a coluna, ficou como editorialista e passou a ser diretor de Comunicação e relação com o mercado, continuando como referência para a redação e sendo visto como a “cara do jornal”.

2.6 Acionistas, Finanças

Segundo Lorencetti, o grupo de 66 acionistas que investiu na fundação do JL não conseguiu dar “a cara para o jornal, até porque o grupo não tinha uma cara”. Ele se refere à heterogeneidade do grupo de acionistas. Por isso, a “cara do jornal” foi dada pelo núcleo da redação, particularmente Délio, e pelo diretor comercial, Wilson de Oliveira. O sonho do grupo de jornalistas era viabilizar o jornal “pra gente assumir”, como disse Lorencetti. “[Os cotistas] eles são empresários, têm seus negócios e nós vamos acabar herdando esse jornal se ele se der bem”, relatou.

Mas esse sonho nunca esteve perto de se concretizar. O jornal passou nos primeiros anos por dificuldades financeiras. Lorencetti lembra que a independência da redação “não ajudava muito a área comercial”. Como as receitas não conseguiam sustentar o empreendimento, foram feitas várias chamadas de capital. Alguns atendiam à chamada e mantinham a sua participação na empresa. Outros desistiam, deixavam de investir e perdiam participação. Não é possível dizer quais ou quantos deixaram de participar das chamadas de capital por contrariedade com a linha editorial pois essa não era uma questão que chegava claramente à redação. Mas há, entre os jornalistas que participaram dessa fase inicial, a visão de que a independência editorial do JL e a combatividade dos primeiros tempos incomodava até acionistas, como relata Lorencetti:

²⁰ Entrevista concedida ao autor em Londrina, em 3 de dezembro de 2018.

“E o JL por um bom tempo ele foi um jornal alternativo e apesar do caráter local dele, bem local, ele realmente era. Para desespero da maioria dos cotistas, que queriam isso, queriam aquilo. ‘Não, faz um acordo’. Não, não faz acordo não com a administração. Aquela coisa de pegar publicação, editais, essa coisa, não sei o que. Ele foi, eu acredito nisso, vi isso, com todas as limitações possíveis e imagináveis. A gente fazia um trabalho honesto, um jornalismo eu diria honesto. Não é uma coisa de vanguarda, mas pelo menos isso, o possível. Um jornalismo honesto, mais puro”.

Entre os jornalistas entrevistados não existe um consenso de que donos de cotas do jornal deixaram de investir por descontentamento com a linha editorial. Alguns, como Ricardo da Guia Rosa e Devaldo Gilini, assim como o próprio Lorencetti, admitem que o jornal incomodava alguns cotistas. Chico Amaro, por exemplo, não acredita que a quantidade de acionistas diminuiu por “questões ideológicas”, mas por falta de capacidade de investimento de alguns.

Ainda sobre as dificuldades financeiras dos primeiros tempos do JL, Lélcio César, que foi gerente comercial no começo do Jornal de Londrina, relata na biografia que fez do seu irmão, Délio César, as dificuldades da concorrência comercial com a Folha de Londrina, que ele classifica como “desigual”, “desleal” e “terrorismo comercial”. “A Folha aviltou sua tabela de preços, especialmente na parte de classificados”, lembra. (CÉSAR, 2016, p. 204).

“Todas as imobiliárias de Londrina receberam uma carta – eu tenho uma guardada – concedendo descontos de 50% na tabela a quem anunciasse com exclusividade na Folha de Londrina e foram alvo de ameaça nada velada de que quem anunciasse no JL não teria mais espaço na Folha. Aconteceram coisas piores, na disputa pela publicação de balanços de empresas. Um vendedor do JL fechava com uma empresa a publicação de seu balanço e no dia seguinte ela recebia a visita de um contato ou diretor da Folha oferecendo-se para publicar pela metade do preço e com ‘o prazo que vocês precisarem para pagar’. No outro dia eu recebia um telefonema do gerente ou proprietário da empresa cancelando a publicação no JL” (CÉSAR, 2016, p. 205).

Com esse tipo de concorrência e as dificuldades financeiras que ela trazia, o jornal teve dificuldades para se firmar financeiramente. O jeito de manter o jornal em funcionamento eram as chamadas de capital, que não eram atendidas por todos. Por desistência de vários cotistas, o jornal passou a ter um sócio majoritário: Ézaro Medina Fabian, dono e fundador da Plaenge, uma grande construtora de Londrina. Em entrevista ao autor, Fabian, que era presidente do conselho administrativo do jornal, conta que muitos cotistas perceberam que o jornal “era uma fonte de prejuízo”. “Eu, como eu era presidente do

conselho, eu tinha uma responsabilidade sobre as dívidas do jornal. Então a minha empresa teve que pôr dinheiro para poder, digamos, não deixar o jornal falir²¹”, relatou o empresário.

2.7 Modernização

Ricardo da Guia Rosa afirma que assim que passou a controlar o jornal, a Plaenge também implantou mudanças que modernizaram a sua gestão. Já era por volta de 1995. “A Plaenge organizou a parte administrativa do jornal, organizou a parte tecnológica, fez a evolução tecnológica do jornal, foi quando desmobilizou o parque gráfico, que não tinha necessidade de manter toda a estrutura”, conta o jornalista. O jornal passou a ser impresso em Apucarana, na gráfica do jornal Tribuna do Norte, o que aconteceu até a venda para o GRPCOM, em 1999.

Ézaro Fabian relata os esforços adotados para melhorar a gestão do jornal. As assinaturas das cidades vizinhas foram cortadas. Na área comercial, foram adotadas providências para profissionalizar a venda de publicidade. Segundo o empresário, “a receita fugia”. “O vendedor vendia a publicidade com uma facilidade muito grande, um prazo muito grande para o anunciante. Ele recebia a comissão dele e [...] o dinheiro não chegava. A gente anunciava e o anunciante não pagava depois”.

Pouco depois da entrada da Plaenge como sócia majoritária, Lorencetti saiu da redação, que passou a ser comandada por Guia Rosa. Lorencetti se tornou diretor de Marketing por volta de 1997. O jornalista conta que fez uma “guerrilha” para melhorar as condições financeiras do jornal, com várias ações que voltaram a incomodar a Folha de Londrina. Entre as ações adotadas na época estão a filiação do jornal ao Instituto Verificador de Circulação (IVC) e na Associação Nacional de Jornais (ANJ). O objetivo, segundo Lorencetti, era tornar o mercado publicitário “mais saudável”, com a auditoria de tiragens. Outra medida foi um convênio com a Gazeta do Povo, que por dois anos, circulou encartada ao JL. Os assinantes do JL recebiam, gratuitamente, uma assinatura da Gazeta do Povo, até então, o maior jornal impresso diário do Paraná. Para Lorencetti, apesar da mídia gratuita ganha na então TV Coroados²², retransmissora da Rede Globo em Londrina, o saldo foi negativo. “O jornal tinha reclamação o dia inteiro. Chovia reclamação, enfim. Não ajudou.

²¹ Entrevista concedida ao autor em 3 de dezembro de 2018, em Londrina.

²² Hoje a emissora local da rede chama-se RPC e o nome TV Coroados não é mais usado.

Pelo contrário, até atrapalhou. As pessoas ligavam: ‘não quero essa merda desse jornal, quero...’”, recorda Lorencetti, sobre os problemas causados na entrega aos assinantes.

Com todos esses esforços, o jornal chegou a ter 12 mil assinaturas por volta de 1997 e 1998 e batia a Folha de Londrina nos classificados em alguns dias da semana. O jornal estava às vésperas de ser vendido e a tiragem pode ter atraído os compradores. A Gazeta do Povo, depois da tentativa de entrar em Londrina encartada no JL e assim ganhar assinantes, mudou de estratégia e resolveu comprar o jornal. Para Ricardo da Guia Rosa, o motivo da entrada da Gazeta do Povo em Londrina era um “embate empresarial”, retaliando a tentativa da Folha de Londrina de transferir a sua redação para Curitiba, se transformando em Folha do Paraná (a Folha recuou desse projeto, se restringindo a Londrina). Para Ézaro Fabian, vender o jornal para a Gazeta do Povo era questão de deixar uma empresa da área de comunicação tocar o negócio.

Com a compra, o grupo começou a formar o que hoje é conhecido como GRPCOM (Grupo Paranaense de Comunicação), que conta com a rede de televisão RPC, que retransmite a Rede Globo no Paraná, detém a Gazeta do Povo, um jornal que se tornou on line, com uma edição impressa de fim de semana, a Tribuna, de Curitiba e as emissoras de rádio 98 FM e Mundo Livre FM, também na capital do Estado. Trata-se do maior grupo de comunicação do Paraná, que ampliava a sua presença em Londrina na virada do século. Além da TV Coroados, que passou a se chamar Rede Paranaense e hoje é RPC, o grupo agora tinha um jornal impresso em Londrina, o JL, experiência que durou 16 anos.

2.8 Transição Editorial

Com a compra pelo GRPCOM o JL mudou, entrando naquilo que seria a sua terceira fase²³. Mudou nomes da sua equipe e mudou no tom da linha editorial, que já não tinha a mesma combatividade dos primeiros anos. A bem da verdade, o tom do jornal já vinha baixando anos antes. Já na gestão de Luiz Eduardo Cheida (eleito pelo PT em 1992, governou entre 1993 e 1996) houve a separação entre a postura de Délio César e o noticiário. Délio mantinha o seu tom habitual na coluna e influenciava o jornal. Mas na redação, o tom já era

²³ Consideramos a primeira fase o período da fundação, de 1989 até 1994 ou 1995. A segunda fase o período em que a Plaenge se torna majoritária, de 1995 até a venda para a Gazeta do Povo, em 1999.

outro. “Ele [o jornal] conseguiu se manter com uma posição crítica, mas já não tinha uma posição política de oposição ferrenha como teve no começo”, relata Ricardo da Guia Rosa.

Antônio Belinati foi eleito prefeito pela terceira vez em 1996, para o mandato de 1997 a 2000. No final desse período o JL foi vendido para a Gazeta do Povo. Mesmo diante de uma gestão Belinati, a terceira na história da cidade, o jornal não era mais combativo como antes. Eram tempos do escândalo de corrupção conhecido como caso Ama/Comurb, um esquema de licitações fraudulentas investigadas pelo Ministério Público entre 1999 e 2000²⁴. A crise política que surgiu a partir das investigações sobre as licitações teve como resultado a cassação do mandato de Belinati²⁵. Com o manuseio de verbas publicitárias, principalmente da Sercomtel, a gestão Belinati conseguiu silenciar parte da imprensa paranaense no período²⁶. Com o JL não foi diferente.

A mudança que se percebia nas páginas do jornal, também era visível na coluna de Délio César, como lembra Chico Amaro: “De repente o Délio para. Ele passou a falar das flores do jardim, e falou das flores do jardim até o jornal ser vendido. Eu acho até que ele interrompeu a coluna dele antes do jornal ser vendido”. Lélío César também fala sobre o assunto:

“O que ele não dizia – e não disse nem a mim, seu irmão, pois eu não era de lhe fazer perguntas sobre assuntos profissionais – é que manteve uma atitude prudente em sua coluna para não levantar a ira de políticos poderosos contra o jornal, atrapalhando as negociações para a venda. O fato muito simples é este: ele queria assegurar que o Jornal de Londrina continuasse existindo, ele queria garantir que o sonho que realizaram em 1989 continuasse vivo em benefício da cidade” (CÉSAR, 2016, p. 208).

2.9 Os Novos Donos

Como lembra a jornalista Carla Nascimento, que trabalhou no jornal entre 1996 e 2012 e foi chefe de redação durante oito anos, um dos motivos da compra do JL pelo grupo que edita a Gazeta do Povo foi a dificuldade do jornal em entrar no Norte do Paraná. “Eu lembro que a ideia deles era expandir, a Gazeta não tinha uma boa penetração no Norte do Paraná,

²⁴ Foram cerca de 200 licitações fraudulentas investigadas pelo Ministério Público no período. Nas ações, o MP pede a devolução de R\$ 32 milhões supostamente desviados dos cofres públicos, em valores da época. (SILVEIRA, 2004).

²⁵ Embora as licitações tenham sido a causa da crise política, não foram elas o motivo da cassação. Belinati foi cassado em junho de 2000 por abusos de publicidade cometidos na inauguração do Pronto Atendimento Infantil (PAI). (SILVEIRA, 2004)

²⁶ Sobre o caso Ama/Comurb, recomenda-se a leitura de “Imprensa e política – o caso Belinati” (SILVEIRA, 2004).

não tinha circulação quase nenhuma aqui, era muito caro manter a distribuição para poucos”²⁷. Existia também a disputa comercial com a Folha de Londrina, que vivia um período de expansão e chegou a montar uma redação em Curitiba e a circular na capital do Estado com o nome de Folha do Paraná. O JL fazia, então, parte de uma estratégia para lidar com um concorrente que estava em fase de crescimento. “[...] Eles queriam ter um jornal de Londrina aqui ancorando também que era uma forma... enquanto o JL brigava com a Folha, a Folha não ameaçaria”, lembra a jornalista.

Por isso os novos donos do jornal chegaram dispostos a investir. Ampliaram a equipe e o número de páginas do jornal. Criaram editorias de Economia, Regional e Cultura, além de colocar mais duas colunas sociais, além da de Ana Marta – colunas que tiveram vida curta. Foram criados cadernos suplementares, como o Viver Bem (Comportamento) e o Meu Jardim (este último, terceirizado). Investiram numa nova sede e num parque gráfico moderno, trazendo a impressão do jornal de volta para Londrina. Com a nova gráfica, a tiragem da Gazeta do Povo para o interior também passou a ser impressa em Londrina. Pela primeira vez a redação foi atendida por mais de um carro com motorista. A palavra de ordem era investir para fazer frente à Folha de Londrina.

Os investimentos, porém, não deram o resultado esperado. A equipe foi reduzindo, até que, em 2004, houve um episódio que ficou conhecido internamente como “sala A e sala B”, que marcou o começo do declínio dessa terceira fase. Num começo de tarde, os jornalistas foram separados em duas salas. Em cada uma estava uma lista de nomes. Apesar do estranhamento inicial, ninguém suspeitou o que estava por acontecer, já que dinâmicas de grupo eram comuns naquele período. Ao final da reunião, metade da redação do jornal estava demitida. Uma sala era para os que continuariam a trabalhar e a outra, para os que seriam demitidos.

Devaldo Gilini, que esteve no JL no começo, em 1989 e depois na década seguinte, também viveu a fase posterior à venda para o GRPCOM, em seus dois momentos: dos investimentos ao episódio “sala A e sala B”.

“Foi o começo ali: ‘não porque nós vamos investir pra caramba, vamos derrubar a Folha de Londrina’. E depois a gente percebeu que não era essa a intenção. A intenção era segurar a Folha de Londrina aqui no Norte, em Londrina, para ela não ficar invadindo o espaço deles com a Folha Paraná, lá em Curitiba. Era só isso que

²⁷ Entrevista concedida ao autor em Londrina, em 13 de junho de 2019.

eles queriam. Não tinham interesse no JL como produto. No começo eu senti que era muito legal, muito bacana a ideia deles, a conversa”,

relata o jornalista sobre o primeiro momento. Mas em seguida viria a decepção: “Sim, aí a sala A, sala B. Ficou claro que ia dividir, que ia ser o jornal, ia ser pequeno. Que não ia ser aquele sonho lá do Délio e do Chuveirão, do pessoal lá do começo, de ser um jornal grande, de ser um jornal que batesse de frente com a Folha em Londrina”.

A metade que sobrou da redação mudou de sede. Foram abrigados numa sala da sede da RPC, onde antes havia funcionado (e voltou a funcionar depois) a redação da emissora. De 2004 a 2006, o jornal entrou em declínio e a quantidade de assinantes se reduziu²⁸. Os boatos sobre a venda do jornal eram constantes e ele chegou a ser oferecido, mas a venda não ocorreu por falta de interessados.

2.10 O “Novo” JL

A nova guinada veio em maio de 2006, com um novo projeto, que garantiu mais nove anos de vida a um jornal que estava perto de fechar as portas. Sob a coordenação da jornalista Cláudia Belfort, que fazia parte da cúpula da Gazeta do Povo, o projeto consistia em profundas mudanças editoriais e num novo modelo de negócios. Carla Nascimento tocou o projeto como chefe de redação, cargo que assumira com a saída de Wilson Gasino, logo depois do corte da metade da equipe, em 2004. Gráficamente, o jornal mudou do tamanho standart para o berliner, formato com o qual chegou à sua última edição. O modelo de negócios consistia na distribuição gratuita e dirigida. As assinaturas eram gratuitas, mas precisavam ser renovadas todos os anos e eram auditadas pelo IVC. Os assinantes recebiam o jornal em casa, mesmo não pagando pela assinatura. O JL passou de menos de 5 mil assinantes para um número que girava entre 20 mil e 25 mil assinantes – em 2015, quando fechou, eram 19 mil – o que o tornou líder de circulação em Londrina. A Folha de Londrina tinha uma tiragem superior à do JL, mas na cidade de Londrina era inferior. A circulação do JL se restringia a Londrina.

Carla Nascimento afirma que o novo projeto surgiu numa reunião, em Curitiba, na qual estava sendo tomada a decisão de fechar o JL, no final de 2005. Segundo ela, Cláudia

²⁸ Em entrevista ao autor, a jornalista Carla Nascimento, que foi chefe de redação de 2004 a 2012 fala que eram entre 5 mil e 6 mil assinantes.

Belfort apresentou a proposta à direção do GRPCOM e foi atendida. Carla Nascimento relata o episódio assim:

“Diz ela (Cláudia Belfort) que numa reunião da Gazeta ela falou: ‘vocês vão fechar o JL? Olha a tendência hoje é fazer jornais gratuitos, distribuição gratuita. Por que vocês não tentam um novo projeto?’ Eles estavam já com um projeto pronto para um jornal mais ou menos assim lá em Curitiba, eles iam comprar um fazer alguma coisa nesse sentido. ‘Por que a gente não aproveita esse projeto que a gente já está desenvolvendo aqui e faz lá em Londrina? É uma forma de manter ainda o jornal e fazer o teste pra ver se vai dar certo ou não, etc’”.

Esse novo modelo de negócios garantiu um fôlego ao jornal, atraindo mais anunciantes com o aumento da circulação. Segundo Júlio Sampaio, que assumiu a direção executiva depois da implantação do novo projeto, os resultados foram positivos. “Até que ele chegou a ultrapassar o ponto de equilíbrio da operação, tivemos bastante resultados positivos em termos de receita, de formato de jornais, de negócio”, lembra²⁹.

O jornal ganhou mais liberdade editorial e voltou a adotar um tom crítico. Alguns postos de trabalho fechados depois da demissão de metade da redação, em 2004, foram lentamente sendo recuperados. Na visão de Carla Nascimento, o jornal se tornou mais combativo e ganhou em repercussão na cidade, nessa que consideramos a quarta fase de sua história. Apesar de o JL não ter se tornado um jornal lucrativo para os seus acionistas, ele ganhou fôlego com o novo projeto.

2.11 – A Era Digital

Consideramos que a quinta e última fase do JL começa em 2008, com o investimento na implantação da edição *online*. Já não era mais a versão digital iniciada no final dos anos 1990, que se restringia a postar os conteúdos da edição impressa, sem atualizações durante o dia. O GRPCOM tinha planos de expansão, com a implantação de jornais on line nas principais cidades do interior. Paralelamente à implantação do JL *online*, o projeto foi estendido para Maringá. A ideia era levar esse projeto para outras cidades-polo do Paraná. O projeto começou primeiro com o Jornal de Maringá, exclusivamente *online*, no mesmo 2008 em que surgiu a versão digital do JL e em 2010 mudou de nome para Gazeta Maringá. A operação de Maringá não foi longe, fechando em 2013. No começo, os jornais digitais eram

²⁹ Entrevista de Júlio Sampaio concedida ao autor por Skype – Londrina/Curitiba, em 12 de julho de 2019.

coordenados a partir de Curitiba. Em 2011, o jornalista Ewandro Schenkel foi transferido da capital do Estado para Londrina, para assumir a edição *online* do JL e a Gazeta Maringá. No começo de 2013, com a saída de Carla Nascimento, que pediu demissão por motivos pessoais, ele assumiria a chefia de redação do JL, acumulando o comando da versão digital com a impressa. Foi o penúltimo a ocupar o cargo. No final de 2013, com o fechamento da Gazeta Maringá, três jornalistas que trabalhavam naquele projeto foram incorporados à redação do JL³⁰.

Antes de completar três anos de gestão, Schenkel deixou o cargo e assumiu a chefia da redação da RPC em Londrina. No ano seguinte ele retornou para a Gazeta do Povo, em Curitiba. Sua gestão foi marcada pela cobertura do processo de revisão do Plano Diretor, uma agenda herdada da sua antecessora no cargo. O processo deveria ter sido concluído em 2008, mas a última das leis complementares só foi aprovada pela Câmara de Vereadores em 2014. Questões ambientais, como a proteção dos fundos de vale na zona urbana e o debate sobre o uso e ocupação do solo da cidade (zoneamento) ganharam peso na agenda do jornal. Essas questões serão discutidas adiante.

Schenkel foi substituído no cargo por Fábio Luporini, jornalista contratado pelo JL em 2008 para trabalhar na versão digital do jornal e que depois passou a repórter da editoria de Cultura. Luporini assumiu o posto em setembro e coube a ele assinar o editorial derradeiro do jornal, em 17 de dezembro de 2015. Uma das ideias dele era estabelecer um diálogo com alguns setores da sociedade. Ele conta que saiu da redação

“para conversar com as instituições digamos assim, com a sociedade. Então eu marquei reunião com o bispo, com a Câmara, com o prefeito, com empresas. E o meu discurso era sempre o mesmo: nós somos um jornal independente, nós temos uma linha editorial independente. Nós vamos te acusar quando precisar te acusar, mas nós vamos divulgar aquilo que for necessário divulgar, desde que seja de interesse público”³¹.

A estratégia de se aproximar desses setores e por consequência, do mercado, não era um esforço exclusivo do chefe de redação. Christian Fabiano Tabaka, gerente comercial do jornal que assumiu o posto em 2015, conta que houve um esforço para fechar contratos com anunciantes que foram clientes do JL em outros momentos, mas que tinham deixado de

³⁰ Marcus Ayres veio como repórter e passou a editor de esportes e depois editor do próprio *online*; Tatiane Salvático veio e permaneceu como repórter; e Thiago Ramari, que era editor em Maringá chegou como editor de Cidades.

³¹ Entrevista concedida por Fábio Luporini ao autor em Londrina, em 10 de julho de 2019.

anunciar. “A gente acabou conseguindo resgatar aí não todos os segmentos e todas as marcas que a gente queria, mas conseguiu fazer um trabalho bastante consistente e abrindo outras ideias, outros projetos e outras categorias”³².

Dez anos depois das reuniões de acionistas do final de 2005, que discutiam o fechamento do JL e resultaram no novo projeto, as dificuldades financeiras trouxeram o debate de volta, dessa vez com um desfecho diferente. O diretor executivo do jornal, Júlio Sampaio, foi o portador dessa informação. “O JL era financiado por um grupo de comunicação que também passava pelos mesmos problemas estruturais e conjunturais e o principal jornal do grupo passava por dificuldades. Em determinado momento entre os cortes de custos e investimentos que o grupo precisou fazer, um deles foi o JL”³³. Mas segundo ele, “nesse momento o jogo não estava perdido, havia uma chance da gente salvar o jornal naquele momento”. Ele conseguiu um prazo para elaborar e apresentar uma proposta aos acionistas, o que daria uma nova sobrevida ao jornal. Pelas palavras do então chefe de redação, a proposta seria “cortar o jornal no meio” em todos os setores. No caso da redação, o JL tinha 17 jornalistas e passaria a trabalhar com “oito ou nove”, reduzindo os dias de circulação impressa e focando na plataforma digital.

Para Júlio Sampaio, a redação e o Sindicato achavam que a decisão de fechar era um “blefe”, o que não se confirmou.

“Não quer dizer que implantado aquele plano nós teríamos sucesso e não precisássemos fechar mais à frente. Pode ser que um ano depois, até porque a crise se agravou no ano seguinte: 2015 nós já tínhamos crise, mas 2016 foi pior que 2015. Então era possível que no final de 2016 nós precisássemos tomar a mesma decisão. Mas naquele momento, 2015, nós ainda tínhamos chance de continuar”.

O diretor executivo do JL acredita que o que tornou a situação do jornal mais frágil naquele momento de crise foi o modelo de negócio, que era financiado exclusivamente na publicidade, já que a sua distribuição era gratuita e dirigida. Mesmo assim, ele acredita que esse modelo ainda é viável e que o jornal poderia ter sobrevivido ao processo.

³² Entrevista concedida por Christian Fabiano Tabaka ao autor, por Skype, Londrina/Curitiba, em 19 de julho de 2019.

³³ Entrevista concedida por Júlio Sampaio ao autor, por Skype, Londrina/Curitiba, em 12 de julho de 2019.

3 PENSANDO AS NOTÍCIAS

3.1 “I Read the news today, oh boy...”³⁴

São 6h30 de um dia de semana na redação de uma emissora de televisão em uma cidade média do interior do Brasil. As duas primeiras equipes a iniciar o trabalho – repórter e repórter cinematográfico – já bateram o ponto e passaram pela redação para pegar suas pautas, produzidas na véspera pelas produtoras que trabalham no turno da tarde. A primeira marcação (que é como se chama no jargão interno o agendamento das pautas) é às 7h, num bairro próximo à emissora. A pauta: uma reportagem sobre a volta da distribuição pela prefeitura dos sacos verdes para a coleta seletiva de lixo. Um dos objetivos é encontrar personagens: moradores que separam o lixo reciclável do orgânico e saber se a medida mudará alguma coisa na rotina deles. Às 9h30 essa mesma equipe precisa ir ao terminal central de transporte coletivo para repercutir o aumento no preço da passagem de ônibus. A outra equipe sai para fazer uma reportagem sobre problemas de infraestrutura num bairro da periferia: asfalto esburacado, transporte coletivo insuficiente. Mais tarde, às 9h, essa mesma equipe vai acompanhar um depoimento de uma testemunha na sessão da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara que investiga denúncias de irregularidades na prefeitura³⁵.

As duas produtoras que trabalham pela manhã chegam à redação às 7h30 e ali começam a fazer a “ronda”, que são os contatos diários com polícia, bombeiros, polícia rodoviária, delegacias. Elas fazem contatos com as fontes, acompanham o noticiário nas rádios. As histórias até então desconhecidas começam a chegar: uma rebelião na cadeia da cidade vizinha, que tem capacidade para 60 presos, mas abriga 180; dois homens mortos durante a madrugada numa situação que o poder público costuma tratar como “confronto” com policiais; a polícia cumpre um mandado de prisão contra um suspeito de pedofilia; a Justiça decide sobre uma ação em que vereadores são suspeitos de “vender” mudanças de zoneamento. Quando a editora executiva do telejornal do meio dia chega para trabalhar, por volta das 8h, todos esses fatos são levados a ela, que começa a tomar decisões.

³⁴ O título remete à primeira frase da música “A day in the life”, de John Lennon e Paul McCartney, gravada pelos Beatles no álbum “Sargent Pepper’s Lonely Hearts Club Band”, lançado em 1967.

³⁵ As pautas e decisões editoriais descritas aqui são fictícias e não se referem a nenhuma veículo de comunicação existente atualmente, embora se inspire na rotina de um dia de trabalho numa redação.

A matéria sobre coleta seletiva de lixo, que já começara a ser produzida vai para a “gaveta”, para ser usada em alguma edição num futuro próximo e a equipe que a produzia é deslocada para cobrir a rebelião na cidade vizinha; os problemas de infraestrutura no bairro periférico viram uma nota coberta e a equipe vai acompanhar a prisão do suspeito de pedofilia. E mais tarde, às 10h30, quando o repórter do turno intermediário – que atende tanto o jornal do meio dia quanto o da noite, chega à redação e pega a sua pauta, vê que os assuntos que ele deveria cobrir já “caíram”, como se diz nas redações. Ele vai assumir a reunião da CPI, que de reportagem virou uma entrada ao vivo e vai repercutir o preço da passagem, no terminal de ônibus, com entrevistas também ao vivo com os passageiros. Quando o jornal vai ao ar, ao meio dia, o telespectador não faz a menor ideia, mas ele está bem diferente do que fora planejado na véspera.

No jornal impresso da mesma cidade, o mesmo dia nasceu com a perspectiva de que o depoimento na CPI seria uma das apostas de manchete para a edição seguinte. Mas o jornal amanheceu o dia seguinte com a rebelião – que se estendeu até a noite – como principal notícia. Nesse dia noticioso imaginário, produtores, pauteiros, repórteres e editores tomaram diversas decisões. Escolheram alguns assuntos em detrimento de outros. Consideraram algumas notícias mais importantes que outras. Deram mais atenção a determinadas pautas e menos a outras. Um dia na vida de redações reais é composto por uma rotina que faz com que as organizações noticiosas consigam chegar ao final do mesmo dia colocando ordem num cotidiano caótico, usando os recursos que estão à mão. Alguns dos atores envolvidos nesse processo podem não perceber, mas as decisões que são tomadas ao longo do dia e naturalizadas por eles, fazem parte dessa rotina que tem inúmeros elementos. Vários deles passam despercebidos. É disso que tratam as teorias do jornalismo: da tentativa de identificar esses elementos que interferem no processo, procurando explicar por que essas notícias são como são.

3.2 Do Chão de Fábrica à Reflexão

O telejornal que vai ao ar ao meio dia, é fruto de um processo que teve início na véspera. O jornal impresso que chega à casa do assinante pela manhã é o produto final de um ciclo iniciado 24 horas antes, na redação. Nos dois casos e em outros tantos, trata-se de um ciclo que, em que pese as transformações impostas pelas mudanças tecnológicas, mantém algumas características fundamentais pelo menos desde a segunda metade do Século XIX e

que se consolidaram ao longo do Século XX. Como ressaltam Shoemaker e Reese (2014, p. 167), “a produção de notícias é organizada, em muitos aspectos, como uma fábrica” e é por isso que as organizações noticiosas estabelecem rotinas de trabalho que buscam melhorar a sua eficiência.

Podemos citar como parte dessas rotinas que perduraram ao longo do tempo, o contato diário com as fontes, a tomada de decisões editoriais que interferem no produto final que chega às mãos do público. Desde que os primeiros jornais começaram a circular diariamente, a tecnologia evoluiu, modificando não só a forma e a capacidade de impressão, mas permitindo também o surgimento de novas plataformas para a veiculação de notícias. O rádio, a televisão e a internet ampliaram as possibilidades de veiculação e acesso à informação e levaram o jornalismo a se adaptar, criar novos formatos e linguagens, que alteraram até certo ponto a forma de produzir e consumir notícias, características da modernidade³⁶. Apesar de todas essas mudanças, algumas características do jornalismo permaneceram ao longo do tempo, mesmo com a evolução tecnológica.

A partir da segunda metade do Século XIX, o jornalismo se consolidou como uma atividade industrial. Uma das características que permanecem inalteradas é o fato de que a matéria prima do noticiário é ilimitada, qualquer que seja a plataforma em que ele é veiculado. Já os recursos das instituições jornalísticas, não. E por recursos, tratamos aqui desde a quantidade de equipes e de profissionais disponíveis para a produção do noticiário, até o espaço que esse noticiário tem para ser veiculado, passando pelo tempo em que ele deve ser produzido para chegar ao público dentro do horário previsto. Esse fato irrevogável é conhecido desde Tobias Peucer, o autor da primeira tese acadêmica sobre o jornalismo, apresentada à Universidade de Leipzig, na Alemanha, em 1690. Já no Século XVII, Peucer constatava que “esses fatos são quase infinitos”, cabendo “uma seleção de modo que seja dada preferência aos *axiomnemioneuta*, ou seja, àqueles que merecem ser recordados ou conhecidos” (PEUCER, 2000, p.20). O descompasso entre fatos infinitos e estruturas limitadas torna necessária a adoção de rotinas, práticas e métodos de trabalho que deem conta do emaranhado de eventos e acontecimentos que podem, ao final do processo, chegar às casas dos leitores na forma de impressos ou sites, rádio e telejornais, no momento em que este abre o jornal ou liga o seu aparelho em busca de informações.

³⁶ Sobre a relação entre imprensa e modernidade, recomenda-se a leitura de “Comunidades imaginadas”, do historiador Benedict Anderson. Na obra, o autor demonstra que o “capitalismo tipográfico” que publicava livros e jornais em línguas vernáculas a partir do Século XVI, foi fundamental para a modernidade e para a criação da “ideia subjetiva de nação” (ANDERSON 2008, p.80).

Quem habita as redações no dia a dia, muitas vezes pode não perceber que está inserido num processo industrial de produção de notícias, organizado com base numa hierarquia rígida, que limita consideravelmente a sua capacidade de tomar decisões, em que pese o jornalismo ter características de atividade intelectual. A agilidade na apuração e veiculação de notícias, que caracteriza o trabalho diário nas redações, dificulta uma reflexão dos profissionais envolvidos no dia a dia sobre o seu trabalho cotidiano, da pauta à edição, passando pela reportagem. Isso faz com que as redações não sejam um espaço privilegiado para o debate teórico sobre a atividade jornalística. Mas, por outro lado, garante que as decisões sobre as notícias sejam tomadas de forma rápida, sem muita reflexão, permitindo a produção do noticiário dentro dos prazos apertados em que ele é construído. Em uma palavra, garante a eficiência da máquina das organizações noticiosas.

Neste capítulo vamos problematizar e pensar os mecanismos que são decisivos nesse ciclo de produção, no qual as possibilidades infinitas de assuntos a serem veiculados, são selecionados, tratados, hierarquizados e entregues na hora marcada ao consumidor final das notícias. O esforço aqui é para tentar compreender esse produto final: a notícia. Compreender e teorizar sobre o jornalismo é condição fundamental para melhorar a qualidade dessa atividade tão importante para as sociedades modernas.

3.3 Uma Breve Reflexão Sobre a Notícia

Mas afinal, o que é notícia? Essa pergunta aparece diariamente nas redações, que é o local onde essa busca é feita diariamente. E é muito provável que ela também seja feita pelo público. Tentar compreender o que é notícia é o primeiro passo para compreender como elas são definidas. Não nos propomos, no âmbito desta tese a entrar em debates, por exemplo, sobre a notícia enquanto construção da realidade. O objetivo aqui é compreender os critérios usados por jornalistas para definir quais fatos chegarão ao fim do processo e às mãos do leitor, ouvinte ou telespectador. Mas para entrar nessa questão, precisamos compreender minimamente o conceito de notícia, que é o que faremos a partir daqui.

Ter acesso a notícias é antes de tudo uma necessidade. Tobias Peucer (2000) atribui o surgimento dos jornais à curiosidade de público. Eduardo Medtitsch, citando Shoemaker e Cohen (2006), afirma que o interesse dos homens por notícia e o funcionamento delas como forma de conhecimento é tão antiga quanto a humanidade e que desde os primórdios o homem

monitora o mundo à sua volta, para localizar perigos (IN: BENETTI e FONSECA, 2010, p. 38). As notícias se reportam à realidade. Sobre essa relação, Virgínia Pradelina Fonseca sustenta que os acontecimentos que servem de base para a notícia precisam ter características como veracidade, atualidade e interesse público. Isso porque “as notícias são uma das formas possíveis de reprodução, de representação ou de relato dos acontecimentos do mundo”: (BENETTI, e FONSECA, 2010, p. 169).

Marcos Paulo da Silva, por sua vez, classifica a notícia como um “artefato social complexo”. Sobre ela incidem influências tanto internas das organizações jornalísticas, como as rotinas estabelecidas dentro das redações, as características da própria organização jornalística, quanto externas, como as fontes, e as outras instituições inseridas na sociedade. Também entram nesse jogo de influências, variáveis mais amplas como a cultura e a ideologia (SILVA, DA SILVA E FERNANDES, 2014, p. 75).

Jorge Pedro Sousa defende que uma teoria do jornalismo deve ser fundamentalmente uma teoria da notícia, sendo esse o ponto de partida para entender o que as define e os efeitos que ela gera. Para ele, qualquer teoria do jornalismo deve se esforçar “por delimitar o conceito de notícia”. Ele a classifica como um “artefato linguístico que representa determinados aspectos da realidade”. Sousa afirma que a notícia nasce da interação entre diversos fatores, como “a realidade perceptível, os sentidos que permitem ao ser humano ‘apropriar-se’ da realidade, a mente que se esforça por apreender e compreender essa realidade e as linguagens que alicerçam e traduzem esse esforço cognoscitivo” (SOUSA 2005, p.75).

Sousa (2005) diz ainda que as notícias se ocupam com “as aparências dos fenômenos que ocorrem na realidade social” e as relações que esses fenômenos estabelecem entre si. Nesse sentido, o autor considera que a notícia não pode simplesmente espelhar a realidade, porque depende da linguagem, que com suas limitações e insuficiências impossibilita a transmissão dessa realidade exatamente como ela é. Vem daí a segunda questão posta por Sousa em sua definição: a notícia é uma representação de determinados aspectos da realidade mediados pela linguagem. Nesse sentido, o autor entende que “a notícia se contenta em representar parcelas da realidade, independentemente da vontade do jornalista, da sua intenção de verdade e de factualidade”

Seguindo o mesmo raciocínio, Marcos Paulo da Silva afirma que as notícias fazem referência a dados da realidade. Esses fatos são mediados pela linguagem para que possam ser transmitidos. Os fatos, em si, são “objetos mudos”, com os quais não é possível nenhuma

comunicação linguística ou interação (SILVA, 2013, p. 131, 170). Os fatos usados como matéria prima para o jornalismo são consequência de uma ação e estão no passado, tendo em vista que há um hiato entre o acontecimento e a divulgação dele por meio da imprensa. Logo, eles estão fora do alcance do jornalismo, já não podem mais ser mudados. A divulgação desses fatos pode gerar novas consequências, novos fatos, novos fenômenos

Existem diversas mediações nesse processo. Como lembra Sousa, citado anteriormente, as notícias resultam de um processo de construção no qual interferem e interagem outros fatores, como o individual, as rotinas produzidas, as características organizacionais das instituições jornalísticas, além das relações institucionais dos mediadores com a sociedade. No âmbito individual entram os modelos de pensamento, valores e características pessoais dos profissionais envolvidos no processo. As rotinas produtivas também têm um papel importante nesse processo, assim como as questões organizacionais, como a alocação dos recursos (equipes e equipamentos) e as hierarquias das empresas. E por fim, o relacionamento das organizações com o ambiente externo a elas, como as fontes, a audiência, o mercado publicitário, os poderes político, econômico e judicial e a concorrência com outras empresas. Em todas essas instâncias aparecem interferências e interações que afetam o trabalho de produção das redações e por consequência o produto final, que é a notícia.

3.4 Pesquisando a Notícia

Marcos Paulo Silva recorre a Herbert Gans (1979), que compilou o que ele considera os principais grupos dos estudos sobre as notícias. São quatro grupos, cada um com um foco diferente. O primeiro tem o foco nos jornalistas. Parte da premissa de que as definições sobre as notícias a serem divulgadas são resultado da subjetividade dos profissionais que trabalham nas organizações noticiosas. O mesmo acontece no que diz respeito às pautas e às decisões tomadas ao longo do processo de produção do noticiário. A Teoria do Gatekeeper é uma das principais nesse grupo de pesquisas. O segundo grupo apresentado por Gans e citado por Silva enfatiza as rotinas produtivas e as questões organizacionais das empresas. Esses estudos, que são influenciados pela sociologia e por estudos sociológicos sobre o jornalismo, analisam influências dos imperativos econômicos das empresas. O terceiro grupo de pesquisas foca na natureza dos fatos que são noticiados. Se encaixam em teorias como a do Espelho, que defende que os jornalistas apenas espelham ou reproduzem os fatos. Por fim, o quarto grupo

de teorias foca as pressões externas às organizações jornalísticas e como elas afetam o conteúdo das notícias. Essas pressões vêm de anunciantes, grupos de interesse e de pressão (SILVA, DA SILVA E FERNANDES, 2014, p. 26-29).

Gans defende que cada uma dessas correntes teóricas têm certo grau de validade para explicar o jornalismo. Esses grupos chegam a três noções teóricas, que perpassam suas explicações para a notícia: seleção noticiosa, critérios de noticiabilidade e valores-notícia. Veremos adiante que, embora sejam tratadas como sinônimos por alguns, essas três categorias têm natureza conceitual própria.

3.5 Critérios de Noticiabilidade

A matéria prima para as notícias são os eventos, os fatos que são infinitos, conforme é lembrado desde Tobias Peucer. Por outro lado, os recursos das organizações noticiosas para lidar com toda essa matéria prima, são limitados. Entre esses recursos estão a quantidade de equipes para cobrir esses fatos, o tempo de trabalho que essas equipes têm para cumprir suas tarefas e o prazo de fechamento de cada edição. Nem todos os eventos podem ser cobertos porque não existem recursos nem humanos, nem tecnológicos em quantidade suficiente para isso. E mesmo que os recursos conseguissem dar conta dessa fartura de matéria prima, não haveria nas páginas de uma edição impressa e nem no tempo de um telejornal, espaço suficiente para dar conta de tanto material. É por isso que as redações são obrigadas a fazer escolhas. Escolher alguns fatos para cobrir no lugar de outros. Definir o destaque que será dado a cada um desses eventos e até mesmo as pessoas, as fontes que serão ouvidas para falar daquele assunto. O que pretendemos fazer aqui é a discussão sobre os critérios usados pelos jornalistas para tomar essas decisões.

Diante do desafio de produzir jornalismo diariamente se faz necessário o uso de recursos que possam simplificar o processo de identificação dos fatos. Esses recursos são descritos por Carlos Eduardo Franciscato (2000) como “redutores de classificação da realidade por meio da acentuação de aspectos isolados de um fato” (IN: SILVA, DA SILVA E FERNANDES, 2014, p. 87). Esse recurso redutor se faz necessário para a produção da notícia, classificada pelo autor como um recorte no espaço e no tempo de processos sociais amplos. Franciscato ressalta que os estudos sobre a noticiabilidade focam aspectos ligados ao evento, ao fato em si, como objeto do trabalho jornalístico, aos procedimentos usados pelos

jornalistas para identificar e selecionar esses eventos e os modos de padronização das notícias a serem veiculadas.

Como já citamos acima, na literatura sobre o jornalismo, frequentemente os termos critérios de noticiabilidade e valores-notícia são tratados como sinônimos. Seleção de notícias é outra expressão que também aparece em vários textos, entendida como equivalente aos dois anteriores. Franciscato faz uma diferenciação inicial entre critérios de noticiabilidade e valor-notícia. Os critérios de noticiabilidade estão relacionados “a uma perspectiva mais operativa, buscando mostrar quais critérios os jornalistas usam para reconhecer e identificar o que é noticiável” (SILVA, DA SILVA E FERNANDES, 2014, p. 91).

Os critérios de noticiabilidade tratam do evento, da seleção dos acontecimentos como um processo rotinizado e das regras padronizadas permitindo que o jornalista e a redação trabalhem de forma rápida para dar conta do noticiário. Já os valores-notícia, estão relacionados diretamente às qualidades dos fatos em si, ou seja, aqueles aspectos que tornam esses fatos dignos de serem noticiados. Esses valores são usados no primeiro contato que os jornalistas têm com as informações que podem ser transformadas em notícias.

Gislene Silva (2014) também encaminha a sua reflexão no sentido de separar os três termos e tratá-los como categorias diferentes. Silva propõe uma sistematização pensando os critérios de noticiabilidade como um conceito mais amplo, encampando todo o processo de produção das notícias, incluindo interferências internas e externas às organizações jornalísticas. Para tanto, esses critérios são pensados em três instâncias: na origem, no tratamento e na visão sobre dos fatos. Nesse sentido, os critérios de noticiabilidade estão presentes em todas as fases, da apuração à veiculação das notícias. Por outras palavras, podemos dizer que valores-notícia e seleção de notícia são componentes dos critérios de noticiabilidade.

Na origem dos fatos se encontram os valores-notícia, que tratam das características do fato em si. Nessa instância opera também a seleção primária das informações, mas isso não significa que esses dois conceitos fiquem por aqui. Eles entram na segunda instância, que é o tratamento dos fatos. Aqui esses conceitos são usados para definir a hierarquização das notícias e estão presentes influências como as rotinas de produção, a própria hierarquia existente dentro da redação e outros fatores importantes, como o formato do produto jornalístico, as tecnologias, as plataformas de veiculação – se impresso, televisão, rádio ou internet – e fatores relacionados às rotinas produtivas, como o prazo para o fechamento da

edição, o relacionamento com as fontes e as pressões internas e externas ao veículo. Por fim, são colocados aqui nesse processo também os critérios de noticiabilidade no que diz respeito à visão sobre os fatos, o que inclui a cultura profissional, os fundamentos éticos, filosóficos e teóricos do jornalismo, entre outros, o que passa também pela ideia de objetividade e de imparcialidade, o conceito de verdade e o interesse público, entre outros marcos da atividade jornalística (IN: SILVA, DA SILVA E FERNANDES, 2014, p. 51-53).

Enfim, os critérios de noticiabilidade são vistos pela autora como todo fator que pode agir sobre o processo de produção de notícias. Na instância da origem dos fatos se encontram os valores-notícia, que estão relacionados diretamente aos atributos inerentes ao fato em si. Aqui se pensa se há novidade, se o fato é de interesse público, se ele impacta sobre a vida dos leitores, se há algo no fato que quebre a normalidade. Por outras palavras, os valores-notícia tratam dos atributos do fato. No primeiro contato com os fatos, esses atributos são usados para embasar a tomada de decisões sobre o que merece e o que não merece ser noticiado. Mais adiante, nos aprofundaremos na discussão sobre os valores-notícia, mas cabe dizer aqui que eles são um instrumento operacional que garante decisões rápidas dentro do processo de seleção de notícias – sem os quais seria impossível fechar e entregar edições de jornais e noticiários ao público –, ainda nessa primeira fase do tratamento dos fatos em sua origem. Pode-se dizer que aqui são tomadas as primeiras decisões, é o momento em que repórteres, pauteiros ou produtores, editores e a chefia da redação definem o que merece ser apurado e o que já está descartado. Importante afirmar que embora repórteres e pauteiros tenham o primeiro contato com essas informações, essa decisão é tomada levando em conta a hierarquia da redação.

Passando para a segunda instância, entramos na esfera do tratamento dos fatos. Nesse momento, os fatos já passaram pelo primeiro crivo da equipe e já passaram pela apuração feita por repórteres e pauteiros. Aqui eles vão passar pelo processo de edição, o que define o destaque que será dado a eles, quais aspectos serão realçados (imagens, trechos de entrevistas a serem usados e outros elementos que ajudem a informar os fatos escolhidos), quais serão omitidos – inclusive por questão de espaço. Os valores-notícia e a seleção das notícias continuam operando nessa instância. Silva cita alguns fatores que agem nessa fase, como o formato do produto, a qualidade do material produzido, o prazo de fechamento, a infraestrutura da organização noticiosa, a tecnologia usada. Entram em cena nessa fase também fatores externos à organização, como a relação com as fontes e com o público, a hierarquia, as rotinas de produção, entre outros. (SILVA, DA SILVA E FERNANDES, 2014)

Na terceira instância aparecem os componentes mais amplos que cercam as organizações e a atividade jornalística. Nesse espaço lidamos, como dito anteriormente, com toda a cultura profissional, os fundamentos éticos e filosóficos do jornalismo, entre outros elementos já citados. O que vale ressaltar aqui é que também nessa instância operam os valores-notícia e a seleção de notícias, assim como as influências organizacionais, as rotinas e as hierarquias que também influenciam no processo de seleção primária das notícias. A observação sobre o cotidiano das redações demonstra que no dia a dia, as decisões editoriais que são tomadas levam em conta todos os fatores que cabem na categoria de critérios de noticiabilidade, que engloba, de forma ampla, todas as influências que levam às definições sobre o noticiário, sem que, no calor do fechamento, seja feita a separação aqui apresentada. Porém, essa separação é importante para aprofundar a compreensão teórica sobre o funcionamento do jornalismo.

3.6 Influências

Em que pese jornalistas e empresas avocarem para si o controle sobre a decisão acerca do que é ou não é noticiável, o que garante uma autonomia relativa para o campo jornalístico, todo esse processo sofre influências. E os critérios de noticiabilidade, em si, refletem também a sociedade em que jornais e jornalistas estão inseridos. É importante que se diga que o caráter operacional dos critérios de noticiabilidade, sua fácil assimilação por quem está no chão da fábrica, a sua aplicabilidade rápida e sem a necessidade de grandes discussões³⁷, a ponto de garantir agilidade no processo de produção, traz embutida a ideia de objetividade, um dos principais pontos da cultura profissional dos jornalistas. Sem entrar no debate sobre a objetividade, que não é o ponto central do presente trabalho, recorremos a Michael Schudson para tratar do tema. O autor entende a ideia de objetividade como uma “crença precária”, um “ritual estratégico” usado pelos jornalistas para se defenderem de erros e críticas. Por outras palavras, a objetividade é entendida por Schudson como “um conjunto de convenções concretas que persistem porque reduzem o grau em que os próprios repórteres podem ser responsabilizados pelas palavras que escrevem” (SCHUDSON, 2010, p. 216).

Dito isso, retomamos Marcos Paulo da Silva (IN: SILVA, DA SILVA E FERNANDES, 2014, p 123), para discutir influências que são exercidas sobre o processo de

³⁷ Exceto, é claro, quando o assunto a ser coberto é mais complexo e árido, o que entra no que se trata, no cotidiano das redações como temas mais sensíveis ou delicados.

construção da notícia e que se enquadram dentro da categoria de critérios de noticiabilidade, no que diz respeito à visão sobre os fatos. São diversos os níveis de influências a interferir nesse processo. Citemos alguns: individuais, das rotinas profissionais, organizacionais, influências externas e influências do sistema social.

No âmbito das influências individuais estão as características individuais do jornalista, suas experiências profissionais, seus valores e crenças pessoais, sua função hierárquica na redação. Silva ressalva que essas características individuais têm poucas e limitadas influências no produto jornalístico. No caso das rotinas profissionais, o autor entende que elas têm uma influência maior, porque moldam o trabalho dos jornalistas, tendo um impacto direto sobre o conteúdo das notícias. Vale lembrar que é dentro dessa rotina que são usados os valores-notícia. O *deadline*, ou prazo de fechamento das edições, a relação com as fontes e as necessidades da organização noticiosa, também estão refletidos nas rotinas e interferem nas notícias. É importante que se diga que essas rotinas ajudam a organizar os recursos das empresas jornalísticas, que como já dissemos, são finitos, para lidar com uma gama de fatos infinitos, que formam a matéria prima do jornalismo.

No caso das influências organizacionais, o peso delas no conteúdo das notícias se deve ao fato de que são as organizações que mobilizam os recursos para lidar com os fatos; estabelecem a hierarquia que vai organizar o funcionamento da redação; têm o poder de definir salários, demissões e contratações – o que afeta diretamente o trabalho e as lealdades dos jornalistas. Por fim, essas influências garantem o controle simbólico da redação. Já as influências externas passam pelas relações com fontes, anunciantes, governos e empresários, o ambiente tecnológico e o ambiente econômico. Esse nível de influência é exercido por meio de pressões diretas e indiretas, sanções políticas e econômicas aos jornais³⁸. Por fim, mas não menos importante, há a influência do sistema social sobre o conteúdo das notícias. Aqui se enquadram a ideologia hegemônica na sociedade e a cultura, a determinar os critérios de noticiabilidade.

³⁸ No Brasil de 2019, sob o governo de Jair Bolsonaro, esse tipo de pressão aconteceu de forma aberta, como raramente acontece. Desde que venceu as eleições, o presidente deixou claro que veículos de comunicação alinhados receberiam verbas publicitárias (<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/11/globo-perde-participacao-em-verba-oficial-de-publicidade-sob-bolsonaro.shtml>) e tratamento privilegiado com entrevistas exclusivas, acabou com a obrigatoriedade de publicação de editais em jornais, como forma de retaliação econômica (<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-acaba-com-obrigatoriedade-de-publicacao-de-editais-de-concursos-e-licitacoes-em-jornais,70003002747>) e chegou a excluir a Folha de S. Paulo de um edital de licitação (<https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-revoga-edital-que-excluiu-folha-de-paulo-de-licitacao-da-presidencia-24121914>).

Os critérios de noticiabilidade, reforça Silva, são características da dimensão cultural de uma sociedade. As notícias refletem noções do senso comum do sistema hegemônico. Para o autor, mesmo se apresentando de forma operacional, neutra e objetiva, os valores-notícia, como esfera dos critérios de noticiabilidade, são elementos simbólicos que refletem os valores hegemônicos de uma sociedade. Marcos Paulo da Silva (IN: SILVA, DA SILVA E FERNANDES, 2014, p 129)

3.7 Seleção de Notícias

Até aqui apresentamos o conceito de critérios de noticiabilidade e fizemos uma exposição inicial sobre a diferença desse conceito com relação à seleção de notícias e aos valores-notícia, que embora sejam componentes da noticiabilidade, não se confundem com ela. Agora é o momento de aprofundar a discussão sobre a seleção de notícias. Retomando o raciocínio de Gislene Silva sobre a noticiabilidade, a autora explica que esses critérios aparecem em três instâncias: na origem, no tratamento e na visão sobre os fatos. A seleção de notícias aparece de forma bastante clara nas duas primeiras instâncias. Na origem, porque a partir do uso dos valores-notícia são escolhidas as informações que serão publicadas ou não, nessa que é a seleção primária dos fatos. No tratamento, dentro do processo de edição das matérias e do fechamento de edição. Na instância do tratamento dos fatos é que são decididos quais aspectos da notícia serão ressaltados, quais serão cortados da matéria. O destaque que essa matéria receberá numa edição do produto jornalístico e o espaço que ela vai ocupar.

Se os valores-notícia se reportam aos atributos que os fatos precisam ter para serem noticiados, a seleção de notícias caracteriza a ação humana nesse processo de produção, o manuseio que os jornalistas fazem da matéria prima do jornalismo que são as informações, com o objetivo de transformá-las em notícias. Não por acaso, podemos incluir no debate sobre a seleção de notícias, a figura do Gatekeeper, o editor, o profissional que faz as escolhas, que aceita ou derruba notícias.

A seleção, portanto, começa na primeira etapa da produção, na origem dos fatos. Pauteiros, repórteres e editores tomam as primeiras decisões sobre as histórias que merecem investimento. São apostas que podem vingar ou não ou que mesmo com o investimento na sua apuração e produção, podem perder espaço na edição por conta de fatos novos – e mais quentes – que surjam mais perto do horário de fechamento. Nesse primeiro contato com os

fatos, os profissionais aplicam os valores-notícia, para avaliar se eles podem ou não avançar no processo de produção. Como afirma Gislene Silva, os valores-notícia são um instrumento, uma ferramenta usada no trabalho de seleção de notícias.

Marcos Paulo da Silva (2013) afirma que o debate sobre a seleção noticiosa enfatiza o papel dos profissionais e das rotinas de produção do jornalismo. São os profissionais que lidam com as várias pressões que são exercidas no processo de produção de notícias. E elas vêm de todos os lados: seja da própria organização jornalística – os constrangimentos organizacionais –, por meio da área comercial do veículo de comunicação, seja pelos anunciantes ou pelas fontes. Todas essas pressões afetam o conteúdo das notícias. Aliás, é importante ressaltar que a subjetividade dos jornalistas que trabalham no processo de produção também influencia as notícias.

Citando Herbert Gans (1979), Silva afirma que a seleção de notícias compreende duas etapas que são independentes, mas não são estanques, ou seja, dialogam entre si: a disponibilidade das informações e a adequação delas como notícia. Os jornalistas precisam tomar decisões a cada momento e elas precisam ser rápidas. O autor ironiza que se os jornalistas explicassem cada uma dessas decisões, as edições não seriam fechadas a tempo e se fossem, isso não ocorreria com a qualidade desejável (SILVA, 2013, p. 122).

Nesse sentido, Silva (2013, p. 122-123) defende que os critérios de decisão relacionados ao processo de seleção devem ter algumas características. Eles precisam ser aplicados de forma rápida e fácil, para que as escolhas sejam feitas com base em pouca deliberação; precisam ser flexíveis para se adaptar a um grande volume de informações que são avaliadas pela redação; precisam ser relacionais e comparáveis, para que sejam comparadas a outras notícias disponíveis; facilmente racionalizáveis para que a decisão de substituir uma notícia por outra seja justificada com facilidade; e devem ter um consenso compartilhado, ou seja, precisam ser reconhecidas por vários jornalistas como sendo notícias.

Mauro Wolf, (2005, p 204) reforça essa visão. Ele ressalta que os valores-notícia permitem que o processo de seleção de notícias seja feito de forma rápida e fácil. E que por isso as escolhas precisam ser feitas sem muita reflexão. Segundo ele, considerações simples permitem que os jornalistas evitem incertezas sobre se a escolha é adequada ou não. Mas o autor ressalva que, por outro lado, os critérios para a escolha das notícias devem ser flexíveis, para que possam se adaptar ao volume e variedade de fatos e eventos. Embora a subjetividade dos jornalistas seja um fator que afeta a seleção de notícias, Wolf defende que esse processo

não se explica apenas como uma escolha pessoal e subjetiva dos profissionais envolvidos na produção das notícias. O autor vê esse trabalho como um processo complexo que se desenvolve durante todo o trabalho da redação e é realizado por instâncias diferentes.

O trabalho de seleção nos remete às rotinas profissionais, que são um dos fatores que interferem no conteúdo das notícias. Shoemaker e Reese (2014) afirmam que os jornalistas desenvolvem estilos de pensamento a partir de padrões de normas de atuação para selecionar as notícias. Os autores chamam esses padrões de normas de rotinas. Por outras palavras, as rotinas são regras, formulários e práticas repetidas e padronizadas que são usadas pelos jornalistas para lidar com o trabalho de produção de notícias. As rotinas são processos profissionais com base nos quais as organizações noticiosas tentam se organizar.

Citando Tuchman, Mauro Wolf diz que “sem uma certa rotina de que se possa valer para fazer frente aos acontecimentos imprevistos, as organizações jornalísticas, como empreendimentos racionais, faliriam (TUCHMAN APUD WOLF, 2005, p. 196). E é sobre essas rotinas que trataremos aqui.

3.8 Rotinas Produtivas

Shoemaker e Reese (2014, p.164) afirmam que as práticas rotineiras de trabalho na comunicação são “regras não escritas” que orientam o trabalho dos profissionais da mídia. Segundo os autores, existem três fontes de rotinas: o público, a organização e as fontes. O público é fonte de rotina porque os jornalistas, ao definir as pautas, tentam oferecer aquilo que eles entendem que seja de interesse de sua audiência. Essas preferências são captadas por meio das manifestações do público, ou mesmo de pesquisas de marketing feitas com o objetivo de vender publicidade. Medições de audiência e grupos focais para discutir os conteúdos também são usados nesse sentido. Antes da internet, o *feedback* da audiência era pequeno, pois eram poucos os canais para dialogar com a redação. As manifestações em redes sociais e mesmo nas páginas dos veículos de comunicação aumenta a capacidade do público de emitir a sua opinião sobre o noticiário e, também, de serem mais ouvidos dentro das redações. Isso justifica o porquê de cada vez mais as emissoras de rádio e de televisão terem adotado a prática de dar voz e espaço para mensagens de ouvintes e telespectadores enviadas por aplicativos como o Whatsapp.

As organizações são fontes de rotina porque elas tentam tornar o trabalho mais eficiente e aumentar os lucros. Essas organizações definem as rotinas porque elas ajudam a garantir condições gerenciáveis do fluxo de informações, garantindo a cobertura (SHOEMAKER E REESE 2014, p. 182).

Decisões sobre viagens de equipes para cobrir eventos em localidades mais distantes geram custos e normalmente as empresas jornalísticas, quando tomam esse tipo de decisão, avaliam se o evento a ser coberto vale os custos que a sua cobertura impõe. Mesmo que o evento não esteja tão longe geograficamente, decidir por coberturas em horários diferenciados – noite, feriados, fins de semana, por exemplo – também requer esse tipo de avaliação. É nesse sentido que as rotinas impostas pelas organizações afetam o conteúdo das notícias. Por outras palavras, pode-se dizer que as rotinas são um dos fatores que definem o que é notícia ou não. Nesse sentido, as rotinas ajudam a construir a realidade que é mostrada pela imprensa.

E por fim as fontes, que conseguem controlar o fluxo das informações que são fornecidas à mídia. Shoemaker e Reese (2014) ressaltam que como a maioria das informações veiculadas pela imprensa vem em canais de rotina, como o poder público, a forma como as empresas organizam as suas equipes se adequa aos horários de funcionamento das estruturas burocráticas do Estado. Assessores de imprensa e relações públicas conseguem ter poder sobre os jornalistas, ao criar eventos para que a imprensa os cubra. Os autores afirmam que os jornalistas podem ser facilmente manipulados por “pseudo-eventos”, tendo em vista que eles dependem do fluxo de informações geradas por relações públicas, tanto de órgãos públicos, quanto dos privados

Por outro lado, os vazamentos que chegam à imprensa, passando por fora do controle oficial das organizações, representam uma ameaça para o controle do fluxo da informação.

Ainda sobre a relação com as fontes, Shoemaker e Reese (2014, p. 199) ressaltam que fontes percebidas pelos jornalistas como mais legítimas são mais acionadas e têm uma cobertura mais sistematizada. Elas são procuradas pela imprensa com regularidade e são chamadas mais vezes a se posicionar. Já as fontes que são vistas como menos legítimas, recebem cobertura menos extensa e são acionadas pelos jornalistas com menos frequência.

Cabe ressaltar que, além de tudo que expusemos até aqui, as rotinas têm importância porque elas reduzem o risco das organizações jornalísticas se envolverem em disputas judiciais e também para proteger os jornalistas de críticas. Citando Tuchman, Shoemaker e

Vos (2011, p. 83) apresentam quatro procedimentos que os jornalistas seguem para reivindicar legitimidade: reportar evidências conflitantes em suas matérias (conhecido no senso comum das redações como “ouvir o outro lado”), apresentar fatos de “sustentação” (informações aceitas como verdadeiras), usar aspas para marcar as falas dos entrevistados e usar a pirâmide invertida, organizando hierarquicamente as informações dentro do texto.

3.9 Gatekeeper

Se há um personagem que pode personificar o processo de seleção de notícias, esse é o Gatekeeper. Antes de analisar o processo de seleção de notícias pela imprensa, essa teoria começa a ser elaborada na década de 1940, nos estudos de Kurt Lewin sobre as mudanças de hábitos alimentares. Nesse estudo ele analisa as decisões sobre o consumo de alimentos, partindo da produção, passando pelo comércio, chegando nas casas e no preparo desses alimentos. Ao serem escolhidos, esses alimentos entrariam em canais, num processo de escolhas. A entrada nesses canais seriam portões e o movimento de abertura desses canais seria feito pelos “Gatekeepers”. (SHOEMAKER E VOS, 2011, p. 26).

Em fevereiro de 1949, David Manning White aplicou a teoria dos canais elaborada por Lewin à comunicação. Ele acompanhou por uma semana as decisões de “Mr. Gates”, como ele batizou o responsável por editar material enviado pelas agências de notícias. Mr. Gates anotou em todos os despachos das agências os motivos pelos quais publicava algumas reportagens e rejeitava outros.

A conclusão de White (APUD SHOEMAKER E VOS, 2011) é que a seleção de notícias feitas pelo editor que ele acompanhou era subjetiva, ainda que baseada em valores-notícia e na linha editorial do jornal no qual ele trabalhava. Por mais que esses fatores sejam levados em conta, White destaca a importância da ação pessoal, as convicções e a visão de mundo do editor ou Gatekeeper nas decisões editoriais. Mesmo assim, Shoemaker e Vos assinalam que os valores organizacionais dos veículos de comunicação têm prioridade e um peso maior sobre os valores individuais dos jornalistas na hora de definir quais notícias serão veiculadas. Afinal, a estrutura vertical das redações conduz repórteres e editores ao direcionamento da política editorial dos veículos em que trabalham.

Como a pesquisa de White foi feita a partir do trabalho de um editor, é natural que a figura do Gatekeeper esteja relacionada ao processo de edição. Mas Shoemaker e Vos (2011),

p. 33) defendem que o processo de “*gatekeeping*”, ou seja, de coleta e a escolha de informações começa com o repórter, na rua, fazendo a apuração, conversando com fontes, selecionando alguns fatos e descartando outros. Os autores defendem que as informações chegam de diversas formas na frente dos “portões”, para que sejam admitidas e percorram os canais que as levam até a publicação. Na metáfora feita por eles, algumas são deixadas na frente dos portões por meio de relações públicas e assessorias de imprensa e outras entram “aos berros e pontapés”, por meio do jornalismo investigativo. Os canais que levam as informações até o noticiário podem ser de rotina, informais e empreendedores. Por outras palavras, as informações chegam respectivamente por meio de assessorias de imprensa, por fontes que fornecem informações de bastidores ou “em off” e pela problematização a respeito de determinados temas, que são feitas por jornalistas que conseguem se pautar. É importante ressaltar que quando uma notícia chega aos portões, ela já atendeu a um padrão básico do valor-notícia. O que demonstra que tanto os Gatekeepers quanto o público julgam as informações e os seus valores-notícia.

Os canais de rotina, que correspondem às fontes oficiais, têm grande importância, pois são bastante acionados pelos jornalistas. Boa parte das informações coletadas por repórteres vêm de materiais oficiais do governo, de *releases* ou de cerimônias oficiais. No caso das fontes que passam informações de bastidores, a sua atuação garante a divulgação de notícias que podem não interessar oficialmente às organizações. Nesse sentido, elas ajudam a quebrar o controle que essas organizações, sejam governamentais ou empresariais, tenta exercer sobre as informações. O caminho percorrido pelas informações dentro dos canais é marcado por um jogo de pressões, tanto internas quanto externas às organizações jornalísticas. Por outras palavras, pode-se dizer que nesses portões por onde transitam as notícias existem forças nos dois sentidos: tanto para que os assuntos tenham entrada, quanto para que eles saiam.

As escolhas dos Gatekeepers podem variar conforme o veículo em que eles trabalham. Numa emissora de televisão, por exemplo, um dos elementos fundamentais são as imagens. Se as imagens não são boas, a notícia pode ser descartada. Mesmo assim, em dias com pautas mais “fracas”, notícias que normalmente não entrariam na edição poderiam ser usadas.

3.10 A Internet e os Portões

No mundo em que as redes sociais ganham cada vez mais espaço, permitindo que a emissão de informações e conteúdos já não seja mais um monopólio da imprensa, é legítimo discutir se os “portões” foram derrubados, ou mesmo se esse processo de seleção de notícias está com os dias contados³⁹.

Shoemaker e Vos (2011, p. 169) frisam que no debate teórico existem pesquisadores que consideram que o *gatekeeping* está sendo reescrito, mas há também quem defenda que embora algumas mudanças estejam em curso, as rotinas de produção e o processo de escolhas têm modelado o ambiente das novas mídias. Para os autores, o modelo de *gatekeeping* não caiu em decorrência das novas tecnologias. Mesmo em mudanças tecnológicas anteriores à internet, como no caso da televisão, algumas formas mudaram, mas as rotinas mais antigas foram mantidas.

Os autores trabalham com a ideia de que existem dois canais de *gatekeeping* dentro do processo de produção das notícias – são canais por onde as notícias fluem. Um desses canais são as fontes, por meio das quais os jornalistas têm contato com fatos que não presenciaram diretamente – e que são noticiados com base nos relatos feitos por essas fontes. O outro canal é a própria mídia de massa. Sobre o funcionamento desses dois canais, eles descrevem que as atividades no interior deles começam depois que o evento acontece e depois que a informação começa a fluir para diversas fontes. Quando um evento chega ao conhecimento dos jornalistas, ele pode ser ignorado ou melhor apurado, com a busca de novas informações. Nesse caso, são acionadas fontes e organizações para aprofundar a apuração.

O que Shoemaker e Vos (2011, p.172) propõem é que além desses dois canais, caberia no processo de *gatekeeping* mais um canal, que seria a própria audiência, que tem aumentado cada vez mais a sua influência nas notícias. A internet tem possibilitado essa sondagem aos interesses da audiência, por meio de dados como as notícias mais acessadas ou compartilhadas nas redes sociais. A possibilidade de *feedback* por parte do público, que era limitada nos jornais impressos, tornou-se mais rápida e eficaz na era da internet. Nos impressos, os jornalistas faziam a sua hierarquização das notícias. Agora a audiência

³⁹ Em que pese o presidente brasileiro Jair Bolsonaro não ser uma referência em termos intelectuais, ele afirmou em janeiro de 2020, durante um ataque aos jornalistas que esses profissionais seriam uma “raça em extinção” (<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/ansa/2020/01/07/bolsonaro-ataca-jornalistas-e-diz-que-sao-raca-em-extincao.htm>). Sem entrar no mérito das histrônicas do líder de extrema-direita que governa o Brasil, não há como negar que a declaração, embora tenha sido dada com o intuito de criticar a imprensa, é compartilhada por setores da sociedade.

consegue fazer a sua própria hierarquia. Segundo os autores, pesquisadores constataram que a ideia de valores-notícia da audiência, medida pelo compartilhamento de reportagens é diferente daquela usada pelos jornalistas.

As possibilidades ofertadas pelas novas tecnologias permitem que os jornalistas conheçam melhor a sua audiência e os assuntos que a ela interessa. O terceiro canal de *gatekeeping* citado pelos autores tem sido visto com frequência cada vez maior, mesmo nas mídias tradicionais.

Importante notar que numa discussão sobre valores-notícia, Shoemaker e Reese (2014, p. 175), lembram que os estudos desse conceito são feitos depois de publicadas as notícias. O que significa que os valores usados pelos jornalistas para definir o noticiário, pressupõem que eles estejam oferecendo ao público aquilo que interessa ao público. Nesse sentido, jornalistas e audiência podem ter valores-notícia diferentes. As mídias sociais, cujo surgimento foi possível devido à internet, permitiu a criação de um modelo no qual o receptor das mensagens consegue dialogar com maior facilidade com o emissor. O formato, segundo eles, é circular, ao contrário do anterior, que era linear.

Esse novo formato pode ser observado no cotidiano dos jornalistas. Como citamos anteriormente, a divulgação de números de Whatsapp das redações tem se tornado rotina. No caso das emissoras de televisão, as mensagens enviadas pelos aplicativos têm sido usadas tanto para veiculação durante os telejornais locais, quanto para o aproveitamento de sugestões de pauta enviadas pela audiência. O acompanhamento desses telejornais locais tem demonstrado que o “buraco de rua”, tratado como metáfora de pautas menores e menos importantes nas redações, e que outrora eram desprezadas por repórteres e editores, tem ganhado força nas decisões editoriais, tendo em vista que essa agenda vem diretamente da audiência. A estratégia tem sido usada com frequência na disputa pela atenção dos telespectadores, mas também tem força em outras plataformas. São as mudanças propiciadas pela internet afetando diretamente o trabalho da imprensa.

3.11 Valores-notícia, Senso Comum e Paradoxo

Até aqui procuramos cercar teoricamente por todos os lados o processo de produção de notícias. Alguns pontos foram discutidos de forma básica, apenas para que os conceitos fossem colocados. Em outros, houve um aprofundamento, como no debate sobre os critérios

de noticiabilidade, por conta da necessidade de diferenciar conceitualmente este, dos conceitos de seleção de notícias e valores-notícia. Também discutimos uma atualização do conceito de *gatekeeping*, dada a sua importância na definição das notícias. Como vimos, os valores-notícia são atributos dos fatos e eventos a serem noticiados e tratam de suas qualidades intrínsecas. É a partir deles que se opera a seleção de notícias, momento a partir do qual jornalistas começam a manusear a matéria prima do jornalismo. O ponto a que chegamos aqui, os valores-notícia, é fundamental no contexto deste trabalho. É a partir deles que analisaremos a atuação do JL e a sua pauta, em questões relativas ao mercado imobiliário.

A ideia de valor-notícia é debatida desde que Tobias Peucer defendeu a primeira tese acadêmica sobre jornalismo, na universidade de Leipzig, em 1690. Entre os valores-notícia que segundo Peucer justificariam a seleção dos fatos para publicação, ele cita basicamente três modalidades. A primeira: “os prodígios, as monstruosidades, as obras ou os feitos maravilhosos e insólitos da natureza ou da arte, as inundações ou as tempestades horrendas, os terremotos, os fenômenos descobertos ou detectados ultimamente” (PEUCER, 2000, p.20). A segunda categoria de fatos citadas pelo autor são

“as diferentes formas dos impérios, as mudanças, os movimentos, os afazeres da guerra e da paz, as causas das guerras, os planos, as batalhas, as derrotas, as estratégias, as novas leis, os julgamentos, os cargos políticos, os dignatários, os nascimentos e mortes dos príncipes, as sucessões em um reino, as inaugurações e cerimônias públicas que parecem se instituir novamente ou que parecem mudar ou que são abolidas, o óbito de varões ilustres, o fim de pessoas ímpias, e outras coisas”

E por fim,

“os temas eclesiásticos e literários: como a origem desta ou daquela religião, seus autores, seus progressos, as novas seitas, os preceitos doutrinários, os ritos, os cismas, a perseguição que sofrem, os sínodos celebrados por motivos religiosos, os decretos, os escritos mais notáveis dos sábios e doutos, as disputas literárias, as obras novas dos homens eruditos, as instituições, as desgraças, as mortes e centenas de coisas mais que façam referência à história natural, à história da sociedade, da Igreja ou da literatura”

Os valores-notícia elencados por Peucer (2000) ,ainda que o autor não tenha usado essa expressão, que surgiu nos estudos do jornalismo no século XX, se resumem em três categorias: quebra da normalidade (ou desvio), significância social e a soma de quebra da normalidade e significância social. Pode-se dizer que essas três categorias estão entre as mais perenes dos valores-notícia, sendo usadas até hoje. Interessante notar que já no século XVII,

Peucer fala sobre a importância dos jornais não noticiarem fatos de pouca relevância e também da vida privada.

A preocupação apresentada na tese defendida junto à Universidade de Leipzig antecipa o debate acadêmico sobre os valores-notícia feito a partir do século XX. Shoemaker e Reese (2014, p. 171, 172) sustentam que as notícias são julgadas com base em valores-notícia que fornecem indicadores de notoriedade e constituem uma abordagem dos assuntos orientada para o público. Ao pensar nas notícias e usar os critérios para a sua escolha, os jornalistas estão pensando naquilo que o público poderia considerar atraente e importante. No entendimento dos autores, o público não era um fator importante no conteúdo das notícias ao longo do século XX, o que mudou com o surgimento das novas tecnologias, como vimos na discussão sobre o Gatekeeper.

Mauro Wolf (2005, p. 202) diz que os valores-notícia “representam uma resposta à seguinte pergunta: quais acontecimentos são considerados suficientemente interessantes, significativos, relevantes para serem transformados em notícias?” Embora sejam apresentados em forma de “lista”, os valores-notícia são usados em “maços” e de forma complementar. O uso deles é feito em todas as fases da produção de notícias, da seleção primária, à apresentação do produto. Esses valores são regras práticas que compreendem o *corpus* do conhecimento profissional, que explicam e guiam os procedimentos adotados no trabalho da redação.

3.12 Desvio e Significância Social

Entre os diversos valores-notícia apresentados pelos pesquisadores, existem pelo menos dois conceitos que são duradouros. Pode-se dizer que, ao lado de atualidade, os conceitos de desvio e significância social são os mais importantes para o jornalismo. Eles aparecem já na tese de Peucer (2000) e seguem sendo citados até hoje.

Marcos Paulo da Silva (2013) divide o conceito de desvio em três instâncias teóricas: o desvio estatístico, que enquadra eventos que não são comuns, ou que chamam atenção por se tratar de realizações ou acidentes acima ou abaixo da média; o desvio normativo trata da violação ou elaboração de leis e regras; e por fim, o desvio de mudança social, que são os elementos que podem romper com a estabilidade de um sistema social (IN: SILVA, DA SILVA E FERNANDES, 2014, p. 115). Ele recorre a Shoemaker para justificar o interesse

humano por notícias desviantes com a “capacidade instintiva de focar atenção em eventos capazes de mudar/romper determinada ordem consolidada” (Ibid, p. 119).

Nesse caso, a vigilância aos aspectos desviantes é considerada um traço natural das pessoas. Já a significância social é subdividida em quatro subdimensões: política, econômica, cultural e pública. Shoemaker (IN: SILVA, DA SILVA E FERNANDES, 2014, p. 16) fornece uma descrição sobre as categorias de significância social. A significância política trata ações legislativas, por exemplo. A econômica, de lucros das corporações ou mesmo prejuízos. A cultural trata, por exemplo, de um teatro local em decadência. No texto, a autora cita o bem-estar social como a quarta categoria, enquanto Silva usa o termo significância pública.

O autor afirma que o desvio por si só não sustenta as notícias e o interesse da sociedade por elas. Para que isso aconteça, a prática jornalística se liga a uma dinâmica que “culmina em uma nova dimensão teórica”, a complexidade, posta em debate por Shoemaker e os autores que trabalham com ela. Essa dimensão trata da combinação entre fatores de desvio e significância social numa notícia. Por outras palavras, Silva afirma que aqui encontram-se “qualidades duradouras” dos valores-notícia, como o de desvio, com variáveis conjunturais, ancoradas em questões socioculturais, que aparecem no processo de construção das notícias. “O jornalismo e a questão da noticiabilidade inserem-se, assim, em um quadro teórico mais complexo e passam a ser compreendidos como produtos de influência de diferentes variáveis e níveis de análise” (IN: SILVA, DA SILVA E FERNANDES, 2014, p. 118).

Silva afirma que tanto a categoria de desvio quanto a de significância social perduram historicamente entre os valores-notícia que permitem a operacionalização do processo de produção jornalística. Essas duas categorias, reforça o autor, podem dar conta de explicar quase todas as notícias veiculadas por órgãos de imprensa ao longo do tempo – além, é claro, de guiar o trabalho cotidiano nas redações. Por mais que essas categorias tenham características operacionais e pragmáticas, viabilizando as decisões tomadas dentro das redações, Silva lembra que esses critérios são carregados de padrões culturais. Ou seja: as categorias de desvio e de significância social, ao dizerem o que foge da normalidade ou o que é relevante, estão dizendo o que é a normalidade e o que é importante para a sociedade.

É nesse sentido que Silva (2013, p. 127). pensa as notícias dentro do território do senso comum, considerado aqui como um “espaço privilegiado de apreensão da realidade” e que é “concretizado pela regularidade”. O senso comum é o espaço ocupado pelo que é consensual dentro da sociedade. Ele tece o cotidiano, ao qual o jornalismo se remete, e se

caracteriza pela regularidade. A ideia de significância social, trabalhada pelo autor, é transpassada pelo senso comum, no sentido de que é aqui que se dão os consensos, o que mostra que para além da operacionalidade e o caráter pragmático dos valores-notícia, eles contêm valores que são hegemônicos dentro da sociedade.

Citando Stuart Hall (1978), Silva (2013, p. 160) afirma que uma interpretação dos valores-notícia para além da funcionalidade operacional do jornalismo, tem sentido somente quando a sua base está em um conhecimento consensual do mundo

Por isso aquilo que rompe com o senso comum, ou seja, o acontecimento que quebra a ideia do que seja a normalidade, tem um forte apelo enquanto valor-notícia. Podemos afirmar que esses fatos paradoxais – na acepção adotada por Silva, são os desvios do senso comum – são a principal matéria prima do jornalismo. Eles mobilizam as redações, chamam atenção dos jornalistas – e, presume-se, da audiência também – e ocupam um espaço privilegiado nos noticiários. O jornalismo se ocupa dos rompimentos da regularidade do cotidiano. Por exemplo: o funcionamento de prédios comerciais em janeiro de 2013, sem que eles tivessem o alvará de funcionamento concedido pela Prefeitura de Londrina, é um paradoxo⁴⁰. A regularidade aqui rompida é aquela na qual se espera que regras de construção e liberação de prédios sejam cumpridas.

Os paradoxos são um momento privilegiado para expor as contradições da sociedade e o tratamento deles por parte da imprensa garantem a ela a credibilidade, no sentido de demonstrar para o público que os órgãos de imprensa têm certo nível de autonomia diante do sistema político e econômico. Por outro lado, ao lidar com os paradoxos, a cobertura da imprensa atua no sentido de atenuá-los, ao explicar e tentar trazer o acontecimento de volta ao senso comum. Silva ressalta que quanto maior o paradoxo, maior a capacidade do fato em questão de ferir de forma profunda o senso comum e maior o esforço da imprensa em explicá-lo. Esses fatos ganham mais espaço, mais destaque e suas coberturas são mais longas. O autor explica que a imprensa trabalha na dissolução dos aspectos dissonantes do paradoxo. Pelas palavras de Silva,

⁴⁰ Esse é um dos casos polêmicos colhidos numa primeira análise feita neste trabalho, em que a pauta do Jornal de Londrina e os interesses do mercado imobiliário se colocaram em lados opostos. Esse episódio foi tratado pelo JL como “caso Havan” e foi objeto de 17 reportagens publicadas pelo jornal entre janeiro de 2013 e fevereiro de 2015. Dessas reportagens, sete foram manchete no jornal e três receberam chamada de capa, o que demonstra a importância dada pelo jornal ao caso.

“[...] a amplitude da complexidade de um paradoxo – isto é, a extensão da dissonância entre um dado evento e a regularidade do senso comum – leva o discurso noticioso a requerer um período de tempo também mais amplo na dissolução de seus efeitos dissonantes. Um segundo aspecto, esse de natureza multifacetada, é a atenuação gradativa desses paradoxos cotidianos numa relação proporcional que leva em conta pelo menos três medidas: 1) a própria duração da cobertura de acordo com a complexidade do assunto; 2) o volume e a natureza dos argumentos expressos na tentativa de racionalização do fenômeno; e 3) o surgimento extrínseco ao evento noticiado de um novo acontecimento com aspectos ainda mais paradoxais do que o anterior” (SILVA, 2013, p. 192).

No “Caso Havan⁴¹”, citado aqui como exemplo, as primeiras quatro reportagens foram manchetes e entre as quatro últimas, três não tiveram chamada de capa, ou seja, ganharam menos destaque. Com base na interpretação proposta por Silva, podemos afirmar que nesse momento o paradoxo já tinha sido dissolvido. O autor propõe a metáfora de um pêndulo que varia entre a doxa e o paradoxo, para explicar como a imprensa trata os temas desviantes. O pêndulo oscila para o paradoxo quando o tema aparece na imprensa pela primeira vez, muitas vezes na forma de denúncia. Ali o valor-notícia usado pela imprensa ganha força. Com o trabalho jornalístico para explicar esse paradoxo, o pêndulo volta para a doxa, o senso comum, com o assunto retornando aos “sentidos sociais hegemônicos”. A posição de equilíbrio, ou seja, o momento em que o pêndulo está no centro, sem oscilação, representa a ausência de noticiabilidade (SILVA, 2013, p. 212).

É nesse sentido que Shoemaker e Vos, apontam que ao noticiar os eventos desviantes, a imprensa colabora para a manutenção dos valores hegemônicos:

“Da mesma forma que eventos desviantes representam ameaças ao *status quo*, os veículos de comunicação podem funcionar como agentes do controle social quando dão notoriedade a esses eventos. Dar notoriedade ao desvio é um ato que pode pôr em ação um mecanismo de correção que pune ou elimina as ações desviantes”. (SHOEMAKER E VOS, 2011, p. 70).

Para Mauro Wolf (2005, p. 199), os fatores que determinam a noticiabilidade dos acontecimentos são um instrumento que permite a realização cotidiana da cobertura informativa, pela identificação rápida e fácil dos fatos que podem ser transformados em notícia. Mas por outro lado dificultam o aprofundamento e a compreensão de muitos aspectos significativos dos fatos que são noticiados. Por isso, ele considera a noticiabilidade um elemento de distorção involuntária dos fatos.

⁴¹ Trataremos desse caso com maior profundidade nos próximos capítulos.

Também no sentido de que o jornalismo, a partir da estrutura dos valores-notícia, não discute em profundidade os problemas da sociedade, Nelson Traquina cita como exemplo a notabilidade, enquanto critério para a identificação de notícias. Segundo o autor, esse valor demonstra que o jornalismo está mais voltado para acontecimentos, que seriam mais importantes do que para as problemáticas, que seriam as causas (TRAQUINA, 2008, p. 82).

Por fim, o que se quer dizer aqui é que os valores-notícia, embora tenham caráter operacional e pragmático, por estarem ancorados no senso comum, dizem o que é e o que não é a normalidade. Por outras palavras, eles refletem a hegemonia de uma sociedade. Algumas categorias são perenes, como as de desvio e significância social, como demonstramos até aqui. Mas outras são mutáveis porque, sendo os valores-notícia a expressão de uma cultura, eles mudam conforme a sociedade vai mudando. Passamos agora ao debate sobre os valores-notícia em sua característica meramente operacional.

3.13 Valores-notícia – Operacionalizando o Trabalho Cotidiano

Descritas aqui as duas categorias principais dentro das quais enquadraremos todos os valores-notícia, o momento agora é de destrinchá-los. As pesquisas sobre os valores-notícia empreendidas a partir da segunda metade do século XX identificaram dezenas de critérios para avaliar os fatos passíveis de serem noticiados pela imprensa. Alguns se dividem em categorias maiores, que tentam identificar inclusive em que momento da produção jornalística eles podem ser usados. Trabalharemos aqui com cinco autores: Gisele Silva, Marcos Paulo da Silva, Pamela Shoemaker, Mauro Wolf e Nelson Traquina. Escolhemos esses autores porque a reflexão deles sobre os valores-notícia é facilmente aplicável à prática cotidiana. Feita essa compilação, o passo seguinte é elaborar uma lista de valores-notícia que serão usados para analisar o objeto de estudo da presente tese, que é o último triênio de funcionamento do Jornal de Londrina.

3.13.1 Gislene Silva

A autora traz para o trabalho os conceitos de macro-valores-notícia (Quadro1) que seriam atributos mais amplos e que regeriam valores específicos, chamados por ela de micro-valores-notícia (IN: SILVA, DA SILVA E FERNANDES, 2014, p. 63, 64). Os macro-valores

seriam pré-requisitos para a identificação de um fato como noticiável. Os fatos que não passassem por essa primeira análise, nem chegariam a passar pelos micro-valores-notícia, que seriam mais específicos. Os macro-valores-notícia citados pela autora são novidade/atualidade; importância; interesse; negativismo; imprevisibilidade; coletividade; e repercussão. A autora propõe ainda entre os macro-valores-notícia as dualidades negativismo x otimismo; coletividade x individualidade; previsão x imprevisão (imprevisto); e por fim, importante x interessante, no qual entrariam interesse público e interesse do público. Feito esse filtro inicial, a tabela elaborada pela autora aponta os valores impacto, proeminência, conflito, tragédia/drama, proximidade, raridade, surpresa, governo, polêmica, justiça, entretenimento/curiosidade e conhecimento/cultura.

Quadro 1 - Macro valores-notícia segundo Gislene Silva

Macro valores-notícia
Atualidade/Novidade
Importância
Interesse (Importante x Interessante)
Negativismo (Negativismo x Otimismo)
Imprevisibilidade (Previsão x Imprevisão)
Coletividade (Coletividade x Individualidade)
Repercussão

3.13.2 Marcos Paulo da Silva

Marcos Paulo da Silva (IN: SILVA, DA SILVA E FERNANDES, 2014) trabalha com dois sustentáculos: os valores-notícia de seleção e os valores-notícia de construção (Quadro2) O primeiro são os critérios que os jornalistas usam para selecionar os fatos que merecem ser transformados em notícia. Estão basicamente na fase da apuração jornalística. O segundo, trata das qualidades estruturais da notícia que funcionam como linha guia para a apresentação das notícias, indicando quais aspectos devem ser ressaltados, quais devem ser omitidos. Estes, por sua vez, estão no processo de edição. Os valores-notícia de seleção se dividem em dois grupos: os critérios substantivos, que são usados na avaliação direta do acontecimento que está sendo apurado. Aqui são apresentados valores como morte, notoriedade, proximidade, relevância, novidade, tempo, notabilidade, inesperado, conflito (controvérsia) e escândalo.

Já os critérios contextuais, que aparecem dentro do processo de produção da notícia, apresentam valores como disponibilidade (do fato), equilíbrio (tipos de assuntos que são tratados numa edição, para que ela tenha uma diversidade de temas), visualidade,

concorrência e o dia noticioso – em dias com menos notícia os editores “baixam” seu nível de exigência, usando matérias que normalmente não entrariam no noticiário, como no caso de plantões em feriados e fins de semana, por exemplo.

No caso dos valores-notícia de construção, que aponta os aspectos mais relevantes dentro de um fato, encontramos critérios como simplificação, amplificação, relevância, personalização, dramatização e consonância.

Quadro 2 - Valores-notícia segundo Marcos Paulo da Silva

Valores-notícia de seleção	
Substantivos	Contextuais
Morte	Disponibilidade
Notoriedade	Equilíbrio
Proximidade	Visibilidade
Relevância	Concorrência
Novidade	Dia noticioso
Tempo	
Notabilidade	
Inesperado	
Conflito/Controvérsia	
Escândalo	
Valores-notícia de construção	
Simplificação	
Amplificação	
Relevância	
Personalização	
Dramatização	
Consonância	

3.13.3 Pamela Shoemaker

Em suas pesquisas, Shoemaker trabalha com as categorias de desvio e significância social como fundamentais na definição dos valores-notícia. A relação entre essas duas categorias forma um novo constructo, a complexidade. A partir da complexidade, a autora cita sete categorias de noticiabilidade, já citadas neste trabalho, mas que não custa repetir: o desvio que pode ser estatístico, normativo e de mudança. E a significância social que pode ser política, econômica, cultural e de bem-estar social.

A autora cita outros autores para indicar critérios de importância e interesse usados por jornalistas (Stephens, 1980; Baskette, Sissors, & Brooks, 1982; Dennis & Ismach, 1981 APUD SHOEMAKER E REESE, 2014). (SHOEMAKER E REESE, 2014, p. 171) Na lista aparecem destaque e importância, sendo que a importância é medida pelo impacto do evento,

quantas pessoas ele afeta. Aqui entrariam fatalidades, ações dos poderosos; conflito e controvérsia, considerando que como valor-notícia o conflito é mais importante que a harmonia e alerta para questões importantes; o incomum, porque a estranheza atrai o interesse das pessoas; o interesse humano, porque as pessoas se interessam pela vida alheia, como no caso da vida de celebridades, fofocas políticas e dramas; a oportunidade, porque as pessoas querem saber o que está acontecendo no momento; e a proximidade, porque os eventos locais podem ser mais interessantes do que os distantes.

Quadro 3 – Valores-notícia segundo Pamela Shoemaker

Valores-notícia	
Desvio	Significância social
Estatístico	Política
Normativo	Econômica
Mudança	Cultural
	Bem estar social

3.13.4 Mauro Wolf

Para chegar aos valores-notícia, Mauro Wolf, cita Garbarino, que aponta duas estruturas a partir das quais esses valores são elaborados. De um lado está a cultura profissional, que segundo o autor corresponde a “um emaranhado inextricável de retóricas de fachada e astúcias táticas, de códigos, estereótipos, símbolos, padronizações latentes, representações e papéis, rituais e convenções, relativos às funções da mídia e dos jornalistas na sociedade” (GARBARINO APUD WOLF, 2005, p. 195). Esses parâmetros são traduzidos numa ideologia profissional, que estabelece paradigmas e práticas profissionais naturalizadas.

Do outro lado estão restrições relacionadas à organização do trabalho nas redações, o território nas quais são construídas as convenções profissionais que resultam na definição de notícia e “legitimam o processo de produção (do uso das fontes à seleção dos eventos, chegando às modalidades de confecção) e contribuem para prevenir as críticas do público”. (GARBARINO APUD WOLF, 2005, p. 195).

Pelas palavras de Wolf, “a noticiabilidade é constituída pelo complexo de requisitos que se exigem para os eventos – do ponto de vista da estrutura do trabalho dos aparatos informativos e do ponto de vista do profissionalismo dos jornalistas –, para adquirir a existência pública de notícia”.

Wolf (2005, p. 207) afirma que os valores-notícia levam em conta os caracteres substantivos das notícias, ou seja, o seu conteúdo; a disponibilidade desse material e os critérios relativos ao produto informativo; o público e a concorrência. Os critérios substantivos se dividem em importância e interesse. Na categoria importância aparecem o grau ou nível hierárquico das pessoas envolvidas no fato. Aqui ele se refere às instituições governamentais, organismos e hierarquias sociais; o impacto do fato sobre a sociedade, o que implica em discussões sobre a proximidade do fato com o público, proximidade que pode ser geográfica ou cultural. Aqui se requer também que o fato seja significativo ou interpretável; a quantidade de pessoas envolvidas, o que implica verificar o número de pessoas e o número de pessoas “importantes” envolvidas (pessoas públicas, como governantes, por exemplo); e por fim, a relevância e o significado em relação às pessoas envolvidas. No que diz respeito ao interesse, refere-se aqui à imagem que os jornalistas fazem do público. O interesse, reforça Wolf, diz respeito a matérias que buscam dar ao evento uma interpretação baseada no interesse humano.

A disponibilidade do material diz respeito aos critérios relativos ao produto. Eles se dividem em disponibilidade, que indicam se o fato é acessível, fácil de ser coberto e tratado jornalisticamente e quais recursos são necessários para fazer essa cobertura. Esses critérios se referem também às características do veículo de comunicação, que tratam das possibilidades técnica e organizacionais do órgão de imprensa e a consonância com os procedimentos internos desse órgão. A brevidade é um dos critérios citados pelo autor dentro dessa categoria, tendo em vista que o tamanho das notícias precisa caber no produto, ou seja, no espaço ou no tempo disponível para a apresentação dessas notícias. Wolf trata aqui dos critérios que partem do princípio de que as notícias são fruto de uma “ideologia da informação”, no qual, por exemplo, as notícias negativas têm uma grande força de atração sobre os jornalistas. Quanto mais negativo ou insólito, maior o valor notícia (WOLF, 2005 p. 215-216).

Outros valores-notícia relacionados ao produto são a novidade, o balanceamento – o produto ter notícias diversificadas, sobre assuntos diferentes.

Por fim, os valores-notícia relativos ao meio dizem respeito às características do veículo de comunicação – telejornais precisam de imagens, antes de mais nada – e ao formato do produto. E os valores-notícia relativos ao público dizem respeito à ideia que os jornalistas têm do seu público e do que esse público poderia considerar relevante. O autor apresenta ainda mais um critério que é relativo à concorrência, no qual a exclusividade é um fator considerado importante.

Quadro 4 – Valores-notícia segundo Mauro Wolf

Critérios substantivos	
Importância	Interesse
Nível hierárquico das pessoas envolvidas	Imagem que o jornalista faz do seu público
Instituições governamentais, organismos e hierarquias sociais	Busca dar ao evento uma interpretação baseada no interesse humano
Impacto do fato	
Proximidade Geográfica e Cultural	
Quantidade de pessoas envolvidas	
Relevância e o significado com relação às pessoas envolvidas	
Critérios relativos ao produto informativo	
Disponibilidade	
Brevidade	
Novidade	
Balanceamento	
Valores relativos ao meio	
Tipo de mídia	
Valores relativos ao público	
O que o público considera relevante	
Valores relativos à concorrência	
Exclusividade	

3.13.5 Nelson Traquina

Nelson Traquina (2008) trabalha com duas categorias de valores-notícia: os de seleção, que tratam dos atributos dos fatos e os de construção, que tratam dos elementos que, dentro dos fatos, merecem ser incluídos na elaboração da notícia. Os valores-notícia de seleção estão subdivididos em dois grupos de critérios: substantivos, que são usados numa avaliação direta do acontecimento e pretendem identificar a sua importância e interesse como notícia e os contextuais, que se referem ao contexto da produção jornalística.

Os critérios substantivos dos valores-notícia de seleção apontados pelo pesquisador português são a morte, um tema que sempre atrai os jornalistas, e que segundo o autor ajuda a explicar o negativismo dos jornalistas; a notoriedade do ator principal da notícia, seja por ser figura pública ou celebridade, ou ainda pela sua importância hierárquica – a palavra de um ministro ou de um presidente sempre ganha notoriedade. Um ministro da Educação que escreve errado é certamente um fato com grande potencial para se tornar notícia⁴². Os erros de escrita do ministro da Educação obviamente atraem mais a imprensa do que os cometidos por

⁴² Caso de Abraham Weintraub, ministro da Educação do governo do presidente Jair Bolsonaro, que em diversas oportunidades cometeu erros primários de português. Um deles aconteceu em janeiro de 2020, quando Weintraub escreveu a palavra “impressionante” com a letra “c”, nas redes sociais, apagando a postagem em seguida (<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral.apos-paralisacao-com-z-ministro-da-educacao-escreve-impressionante-com-c,70003149749>).

pessoas sem a mesma posição na hierarquia do governo ou da sociedade; a proximidade, que pode ser geográfica ou cultural; a relevância, por tratar de assuntos que possam ter impacto na vida das pessoas.

A novidade, que tenta responder à pergunta “o que há de novo?”. Traquina cita o exemplo do jornalismo investigativo, que precisa de um fato novo para justificar a retomada do assunto. Sem novos elementos, fica difícil voltar ao tema; o tempo, que parece se confundir com o valor-notícia novidade, mas que Traquina trata de três formas diferentes: primeiro o tempo como atualidade, que seria um acontecimento do presente que pode ser um gancho para um assunto ligado a essa questão. Por exemplo, um homicídio numa área degradada do centro de uma cidade pode ser um “gancho” para retomar o assunto que é a cobrança dos moradores da região por obras de revitalização no local⁴³. O tempo é tratado por Traquina também como gancho para tratar de efemérides (o aniversário do golpe civil-militar de 1964; da queda do Muro de Berlim; do AI-5; do movimento pela volta das eleições diretas para presidente da República no Brasil, etc) ou para lembrar alguma agenda específica, como o Dia Internacional da Mulher. Ou num terceiro sentido, assuntos que ganham noticiabilidade por um período mais extenso. No caso brasileiro, podemos citar o caso da Operação Lava Jato, que embora volte a ser noticiado frequentemente associado a fatos novos, também é tratado como uma questão ainda em desenvolvimento, no começo de 2020, tendo em vista que a força-tarefa que atua na operação ainda não foi desmontada, mesmo depois de quase seis anos.

A notabilidade, apontada por Traquina como a qualidade de ser visível e tangível. O autor cita como exemplo uma greve de trabalhadores do transporte coletivo, que é visível, enquanto as condições precárias de trabalho deles (ônibus sem cobradores, por exemplo), não ganha tanta visibilidade. A quantidade de pessoas envolvidas no evento, a quebra da normalidade (“o contrário do normal”, escreve o autor), o insólito, a falha e o excesso ou a escassez, são exemplos de notabilidade que podem ser considerados valores-notícia.

O inesperado, que é a notícia que “irrompe e surpreende a expectativa da comunidade jornalística tem forte apelo noticioso. (TRAQUINA, 2008, p. 84).

⁴³ Como exemplo citamos aqui o caso do Bosque localizado no centro de Londrina, que é objeto de queixas dos moradores das imediações. Em outubro de 2019 um homem foi assassinado no local e o homicídio, tratado primeiro como um fato novo, desencadeou reportagens que recolocaram o problema do bosque na agenda da imprensa local (<https://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2019/10/14/homem-e-encontrado-morto-no-bosque-central-de-londrina.ghtml>). Podemos dizer que paralelo à cobertura das investigações sobre o assassinato, a imprensa usou o “gancho” para voltar ao tema.

A queda de um avião, por exemplo entra nesse critério; o conflito ou a controvérsia também são citados pelo autor como valores-notícia, principalmente em fatos marcados pela violência física e, para Traquina, demonstram mais uma vez, como a quebra da normalidade é um valor importante para a imprensa. Entram aqui nesse critério exposto pelo autor, da violência física como troca de socos entre parlamentares dentro do plenário, à repressão a manifestações de rua, briga de torcidas em estádios de futebol; a infração, ou seja, a transgressão de regras, como por exemplo os crimes, que sempre têm forte apelo junto a comunidade jornalística; e por fim o escândalo.

Nos critérios contextuais dos valores-notícia de seleção, Traquina aponta a disponibilidade, que é a facilidade de acesso a um evento, o que facilita a cobertura jornalística, o investimento de recursos necessários para fazer essa cobertura (equipes, veículos, diárias, etc); o critério equilíbrio indica que um assunto pode ser noticiado que é garantir uma diversidade de assuntos noticiados pelo órgão de imprensa. Um fato pode deixar de ser noticiado, aponta o autor, porque o veículo já publicou notícia semelhante há alguns dias e ele pode parecer repetido. Nesse sentido, a notícia pode ser descartada por parecer “repetida”; a visualidade, que é a presença de imagens ou fotos, principalmente em veículos como a televisão, que depende de imagens. No caso da televisão, por exemplo, imagens de câmeras de segurança têm sido muito procuradas pelos veículos, para mostrar flagrantes de determinadas situações, como acidentes ou assaltos; a concorrência, o que indica a importância da informação exclusiva, o “furo”; e o dia noticioso: em dias mais ricos em acontecimentos, notícias podem deixar de ser veiculadas, embora preencham vários critérios de valor-notícia. Em dias considerados fracos, como por exemplo em feriados, notícias com baixo valor-notícia, que não seriam veiculadas em situações normais, podem ganhar espaço no noticiário.

Com relação aos valores-notícia de construção, Traquina (2008, p. 91) apresenta critérios como simplificação, amplificação, relevância, personalização, dramatização e consonância. A simplificação aponta que notícias de fácil compreensão são preferíveis a outras que sejam ambíguas ou complexas; a amplificação, que pode ser mensurada pela amplitude mesmo e pelas consequências que o fato pode trazer, como uma eleição ou cassação de um mandato presidencial; a relevância, que como escreve Traquina, “quanto mais ‘sentido’ a notícia dá ao acontecimento, mais hipóteses a notícia tem de ser notada. Por exemplo, as queimadas na floresta amazônica. O jornalista, diz Traquina, precisa tornar compreensível a relevância do assunto; a personalização, que humaniza, a partir do uso de

personagens, para chamar a atenção para o assunto. Dados estatísticos, como a pobreza ou o desemprego, por exemplo, se tratados só como números podem dificultar a compreensão. Mas a ilustração de tais temas com personagens humaniza o relato e torna o problema mais compreensível para o público; a dramatização, que segundo o autor reforça o lado emocional, a natureza conflitual e os aspectos mais críticos. Depoimentos emocionados para relatar determinadas situações, podem se enquadrar nesses critérios; e por fim, a consonância, que é a inserção das notícias em uma narrativa já estabelecida. Histórias já conhecidas mobilizam a atenção dos leitores (suítes). História que confirmem a linha editorial, as teses dos veículos. Como exemplo de consonância podemos citar o caso da divulgação de uma pesquisa sobre o aumento das vendas do comércio no Natal de 2019⁴⁴.

Quadro 5 – Valores-notícia segundo Nelson Traquina

Valores notícia de seleção	
Substantivos	Contextuais
Morte/negativismo	Disponibilidade – facilidade de acesso
Proximidade geográfica ou cultural	Equilíbrio
Relevância	Visibilidade
Novidade	Concorrência
Tempo	Dia noticioso
Notabilidade	
Valores-notícia de construção	
Simplificação	
Amplificação	
Relevância	
Personalização	
Dramatização	
Consonância	

3.14 A Rua, a Redação e os Valores-notícia

Para analisar o objeto de estudo dessa tese, que é o noticiário do Jornal de Londrina a respeito do setor imobiliário nos últimos três anos de sua existência, passamos, a partir deste momento, a propor uma lista operacional de valores-notícia, a fim de aplicá-la sobre as reportagens escolhidas em nosso recorte. Essa lista parte de todos os conceitos e elaborações

⁴⁴ A grande imprensa divulgou com destaque a pesquisa feita por uma associação de lojistas de shoppings e que apontava um forte crescimento (9,5%) nas vendas de fim de ano. Os dados dessa pesquisa estão em consonância com a postura dos maiores e principais órgãos de imprensa brasileiros, em seu alinhamento com a política econômica de corte liberal do governo do presidente Jair Bolsonaro. Sua divulgação confirmaria o acerto do receituário econômico do governo, que passa pela desregulamentação do mercado de trabalho. Porém, a pesquisa foi contestada por outra associação de lojistas, que apontavam que para 70%, as vendas foram piores ou iguais às de 2018 e que apenas 30% melhoraram as vendas, mas com índices mais modestos (<https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2019/12/28/pequenos-lojistas-refutam-alta-em-vendas-dos-shoppings-no-natal.htm>).

teóricas feitas pelos diversos pesquisadores que estudamos ao longo desse capítulo e tenta respeitar também os quatro fundamentos do jornalismo apontados por Otto Groth, que são a periodicidade, a universalidade, a atualidade e a publicidade (GROTH, 2011).

Recepcionamos aqui as categorias de desvio e significância social defendidas pelos autores aqui citados – e que consideramos fundamentais para a compreensão e a prática cotidiana do jornalismo – e também o respeito às esferas em que esses valores atuam, inseridos dentro das rotinas e das características organizacionais das empresas jornalísticas e que são decorrentes também da sua linha editorial – quando falamos em linha editorial tentamos responder à pergunta: com quem o produto está conversando? A linha editorial também define valores-notícia que têm mais força. Diante de um mesmo fato, dois telejornais podem ressaltar aspectos diferentes. Um escândalo político-sexual, por exemplo, pode ter maior ênfase na parte política ou na parte sexual⁴⁵.

Dito isso, a lista de valores-notícia que apresentamos (Quadros 6 e 7), tenta levar em conta também a tensão rua/redação, existente em todos os órgãos de imprensa, ou seja, o trabalho dos repórteres, sua tensão com a pauta e a edição (pautas que, reclamam os repórteres, parecem inexecutáveis, por exemplo). Para tanto, cotejamos a discussão teórica feita até aqui com a vivência de mais de duas décadas do autor no jornalismo diário como repórter em redações de rádio, impresso e televisão. O objetivo aqui não é “criar” novos valores-notícia, mas reagrupá-los dentro de uma lógica que, no nosso entendimento, os torne mais fácil de ser operacionalizados.

Por isso pensamos em valores-notícia em duas instâncias: a rua, que corresponde e orienta a seleção primária e da apuração dos fatos, à coleta de depoimentos, informações e imagens – e que se enquadra no que autores como Nelson Traquina tratam como valores de seleção. Podemos dizer que essa primeira instância guia também o trabalho da pauta, que dependendo da situação, pode ser o primeiro filtro por onde passa a informação⁴⁶; a segunda

⁴⁵ Citamos como exemplo o caso do prefeito de Santa Cecília do Pavão, cidade com pouco mais de 3 mil habitantes, no Norte do Paraná, que usou um carro oficial para ir a um motel em Londrina, levando uma assessora que ocupava um cargo comissionado na sua gestão. E para completar, foi seguido pela esposa, que foi até Londrina flagrar o adultério, também usando um carro da prefeitura. A RPC (Rede Paranaense de Comunicação, afiliada à Rede Globo), por exemplo, ressaltou o uso irregular dos veículos oficiais (<https://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2019/12/31/prefeito-de-santa-cecilia-do-pavao-e-suspeito-de-usar-carro-oficial-para-levar-servidora-comissionada-para-motel-diz-mp.ghtml>). A RIC (Rede Independência de Comunicação, afiliada à Rede Record), ressaltou a infidelidade conjugal do prefeito em sua cobertura.

⁴⁶ Consideramos aqui que não existe um formato único para o primeiro contato com as informações. Elas podem chegar tanto pela redação, por meio de telefonemas, releases, acompanhamento de outros veículos, quanto pela rua, com a observação das equipes, diante de fatos inesperados, como por exemplo em casos de

instância é a redação, que corresponde ao processo de edição e a tomada de decisão sobre os fatos que serão apurados, nos quais também são levados em conta o formato do produto jornalístico e a variedade de temas necessários para fazer um noticiário diversificado. Não ignoramos também que os valores-notícia que serão apresentados em nossa lista agem em conjunto nos dois processos e que a relação rua/redação, embora tenha alguns conflitos, também é marcada pela harmonia – mesmo nos casos em que ela é imposta pela hierarquia –, sem o que seria impossível produzir jornalismo diariamente. O que se quer dizer aqui é que a vivência dos repórteres na rua dá a eles uma sensibilidade, uma percepção que é mais difícil para quem trabalha dentro da redação. Redação e “rua” trabalham na mesma direção, mas têm pequenas divergências na forma de ver e aplicar os valores-notícia. Divergências que, é importante reforçar, não são irreconciliáveis.

É claro que sobre esses dois conjuntos de valores-notícia está a linha editorial do órgão de imprensa, traduzida em questões organizacionais internas. Também levamos em consideração na elaboração dessa lista fatores como as rotinas de produção, o trabalho do Gatekeeper, a estrutura dos veículos de comunicação em termos de recursos humanos, como a quantidade de equipes e a jornada de trabalho e estruturais, que diz respeito aos equipamentos e carros à disposição da redação, por exemplo.

3.15 Os Valores-notícia da Rua

Elencamos seis grupos de valores-notícia usados ou priorizados pela rua, na apuração e seleção primária dos fatos. O tempo, a relevância, o conflito, a quebra da normalidade, o interesse humano e a proximidade. Dentro de cada valor aqui apontado listamos os aspectos que consideramos aplicáveis.

3.15.1 Tempo

No valor-notícia tempo colocamos novidade, atualidade e periodicidade. Nessa categoria colocamos todos os aspectos relativos ao tempo, com o objetivo de responder se há algum fato novo. Seja no sentido de oferecer um “gancho” para retomar algum tema já

acidentes. Estes levam a informação para a redação que dá o aval para a apuração ou não, diante de um sinal positivo do editor responsável pelo produto.

noticiado, seja no sentido de ineditismo, tratando de um fato que ainda não foi noticiado pela imprensa. Cabem aqui o fato contemporâneo para lidar com um fato do passado (como a declaração do deputado e filho do presidente e do ministro da Economia a favor do AI-5) ou uma efeméride, até o resultado de uma reunião, uma decisão da Justiça ou do parlamento.

3.15.2 – Relevância

Procuramos enquadrar aqui aspectos que têm impacto na vida das pessoas, a quantidade que podem ser afetadas pelo acontecimento – uma greve nos transportes, por exemplo, afeta muita gente e tem um grande apelo –, a importância das pessoas envolvidas e o impacto que aquele fato provoca na vida das pessoas.

3.15.3 – Conflito

Aspectos que tratam de interesses em disputa, sejam econômicos, políticos, sociais. Podemos citar como exemplos, uma decisão que pode aumentar gastos públicos; um corte de verbas que pode reduzir serviços públicos; uma decisão governamental que pode opor interesses de moradores de um bairro aos de construtores que pretendem instalar um shopping ou um supermercado no local.

3.15.4 Quebra da normalidade

Fatos que rompem com a rotina, com o esperado. A corrupção, os desvios comportamentais, o descumprimento de leis, escândalos, o inesperado. Fatos que afetam a dimensão simbólica, como a quebra da placa com o nome da vereadora assassinada, o pastor protestante que chuta a imagem da santa católica.

3.15.5 Proximidade

A proximidade pode ser tanto geográfica quanto cultural.

3.15.6 – Interesse humano

Histórias de interesse humano, que podem se referir a personagens que superaram dificuldades ou que podem ter sido prejudicadas de alguma forma, ou que foram vítimas de tragédias. Também se enquadram aqui histórias de “celebridades”, artistas e pessoas que ganharam notoriedade. Nesse caso, as pessoas notórias chamam atenção tanto por situações positivas, quanto negativas.

Quadro 6 - Valores-notícia da rua (ou de seleção)

Tempo
Atualidade
Novidade
Periodicidade
Relevância
Quantidade de pessoas afetadas
Importância das pessoas envolvidas
Impacto na vida das pessoas
Conflito
Social
Político
Econômico
Quebra da normalidade
Corrupção
Desvios legais
Desvios comportamentais
Escândalos
Inesperado
Proximidade
Cultural
Geográfica
Interesse humano
Personagens
Pessoas com notoriedade
Celebridades

3.16 – Os Valores-notícia da Redação

Elencamos aqui valores-notícia usados e valorizados no processo de edição, no destaque dado a aspectos da história apurada e reportada a partir da rua. São valores levados em conta da porta para dentro da redação e que, no fim das contas, também interferem nas decisões sobre investir ou não numa apuração ou cobertura. As imagens, as falas, a contextualização do fato. Reforçando que esses valores não contradizem os usados na etapa de seleção e apuração da notícia. Alguns deles denotam uma visão mais ampla do jornal enquanto produto jornalístico. Porém, a decisão sobre investir ou não numa cobertura passa

por aqui, assim como a definição da hierarquia nas notícias. Estão em consonância com o que Nelson Traquina chama de valores-notícia de construção.

3.16.1 Disponibilidade

Facilidade de acesso às informações, capacidade estrutural do veículo para cobrir esses fatos em termos de horários, a distância a ser percorrida. Esse critério é colocado dentro da redação porque orienta decisões editoriais tomadas por pauteiros em conjunto com os editores. No caso do telejornalismo, por exemplo, a decisão sobre enviar uma equipe para cobrir um fato ocorrido a 150 quilômetros de distância da sede do veículo, tem que levar em conta outros valores-notícia, que são relevantes na fase de seleção, como relevância e quebra da normalidade, por exemplo. Dependendo da situação, essas informações são acompanhadas à distância e noticiadas com notas no estúdio, entradas ao vivo de repórteres e imagens cedidas por telespectadores ou instituições. No caso de rádios, jornais impressos e sites, essas coberturas normalmente são resolvidas com telefonemas.

3.16.2 Material

Aqui enquadramos as fotos e vídeos disponíveis (em telejornalismo, por exemplo, a ausência de imagens pode derrubar uma matéria), documentos que podem ser usados para confirmar as informações e se o material é exclusivo ou não – um “furo” de reportagem pode ocupar espaço privilegiado.

3.16.3 Equilíbrio

Tratamos aqui do conjunto do produto jornalístico. Se as notícias disponíveis tratam de temas diversificados, se o dia foi “forte” ou “fraco” em termos de notícias – matérias que precisam ser publicadas naquele dia ou que podem ser deixadas para a “gaveta”. Em dias com mais notícias é possível que matérias com maior peso editorial sejam deixadas de lado, contanto que sejam exclusivas e não se tornem “velhas”.

3.16.4 Clareza

Fatos complexos, difíceis de serem explicados podem ter espaço em jornais impressos e veículos de internet, desde que tenham espaço suficiente para tanto. Já na televisão e no rádio fica mais difícil usar esse tipo de material. A apresentação da notícia deve simplificar o assunto, torna-lo claro para a audiência.

Quadro 7 - Valores-notícia da redação (ou de construção)

Valores-notícia da redação
Disponibilidade
Material
Equilíbrio
Clareza

4 – A QUESTÃO IMOBILIÁRIA NAS PÁGINAS DO JL

O recorte escolhido para analisar o fim do Jornal de Londrina (JL) foram os anos de 2013, 2014 e 2015. A hipótese inicial deste trabalho é de que o jornal enfrentou em seu noticiário uma agenda que afetava e incomodava setores importantes na economia da cidade – e consequentemente grandes anunciantes –, como loteadoras, construtoras e imobiliárias. Fazem parte dessa agenda temas como a política de uso e ocupação do solo (zoneamento) e questões ambientais vistas pelo setor como entraves ao seu desenvolvimento, como a preocupação com os fundos de vale e a preservação das águas urbanas. Londrina é uma cidade com altos índices de verticalização, o que reforça o peso e a importância desse setor na economia local. Também por isso questões como essas fazem parte da agenda da imprensa na cidade.

Foram colhidos dados de todas as edições do jornal, entre 1º de janeiro de 2013 e 18 de dezembro de 2015, data em que circulou a última edição do Jornal de Londrina, num total de 891 edições. Todas as manchetes do período e as reportagens que trataram de questões do mercado imobiliário foram separadas. No total foram 121 reportagens que dividimos em oito temas relevantes para o cidadão e para o setor. As reportagens sobre seis desses temas serão expostas neste capítulo, para que o leitor saiba o que o jornal noticiou sobre o assunto. Os dois temas restantes serão tratados no próximo capítulo e com uma análise mais aprofundada.

4.1 O Mercado Imobiliário

Apesar de ter coberto de forma crítica temas relacionados ao mercado imobiliário, o JL não era hostil. O jornal tinha uma seção dominical para tratar do setor, falando de tendências e do perfil dos compradores. Ao longo do período estudado foram 22 reportagens sobre o mercado imobiliário. Mais da metade delas (12) ganharam destaque e foram manchete e duas tiveram chamada de capa, o que demonstra que o assunto era considerado relevante pelo jornal.

A primeira reportagem no período estudado foi uma manchete publicada em 6 de janeiro de 2013 (anexo A1), numa edição de domingo: “Londrina e região – Financiamento imobiliário cresce 25% e bate R\$ 1 bi”, diz a manchete, que tem a foto de um casal em sua

casa nova. A reportagem editada em página inteira, na página 9, é assinada pela jornalista Juliana Gonçalves, da redação do JL. Importante notar que uma parte dessas matérias foram produzidas por jornalistas *freelancers*. A reportagem informa que a Caixa Econômica Federal bateu recorde de financiamento de imóveis na regional de Londrina, que encampa 75 municípios, chegando a R\$ 1,07 bilhão em 2012, um volume de financiamento 25% maior que o de 2011. A matéria traz ainda personagens, falando sobre as opções de compra, o gerente regional do banco estatal, Carlos Roberto de Souza, dizendo que o resultado positivo é fruto “da própria demanda e do cenário econômico”.

No dia 15 de janeiro (anexo A2), nova manchete: “Construção civil – Londrinense troca prédio por casa em condomínios”, diz o título da capa. A reportagem de página inteira foi publicada na página 4⁴⁷. O texto de Fábio Calsavara diz, em sua linha fina, que “nos últimos cinco anos, os projetos que mais cresceram em Londrina foram os condomínios horizontais”. E completa: “em 2011, foram aprovados 12.904 metros quadrados de construção”. A reportagem descreve o salto dos condomínios horizontais (popularmente conhecidos como “condomínios fechados”), de 1.941 metros quadrados aprovados em 2007 para 11.904 metros quadrados em 2011.

Em 8 de fevereiro (anexoA3), uma edição de sexta-feira, nova manchete: “Mercado imobiliário – Oferta de imóveis usados cresce, mas preços sobem”. A reportagem foi editada na página 8, em 4 colunas e é assinada pela jornalista Telma Elorza. A chamada de capa aponta uma contradição:

“Contrariando a lei de mercado, a grande oferta de imóveis usados na cidade não provocou a queda nos preços. A oferta para venda cresceu 39,76% em 2012 em relação ao ano anterior. E o preço do metro quadrado também subiu, em média, 36%. Na locação de imóveis, a oferta aumentou quase 30%. Para o Secovi, alta no mercado de usados é normal quando há aquecimento no ramo de imóveis novos”.

Na edição de 13 de março de 2013 (anexo A4), uma reportagem fala sobre a movimentação do mercado no primeiro bimestre do ano e atualiza os dados da reportagem de fevereiro. A novidade agora é que a oferta de imóveis usados continua crescendo, mas houve um pequeno recuo nos preços.

⁴⁷ A página 4 mais frequentemente e eventualmente num “espelho” com a 5, são as mais nobres, dentro do projeto gráfico do JL. Normalmente elas aparecem com a vinheta “Geral – tema do dia”, o que demonstra a importância dada pelo jornal a essa reportagem, publicada numa edição de terça-feira.

Em 31 de março de 2013 (anexo A5), numa edição de domingo, o tom da manchete é positivo: “Área construída – Imóveis comerciais crescem 200% em 5 anos”. O texto da chamada reforça:

“Os últimos anos têm registrado forte crescimento imobiliário em Londrina. Um dos maiores aumentos foi constatado no metro quadrado comercial construído, com uma expansão de 200% em apenas cinco anos. A região sul, principalmente a Gleba Palhano, é o principal alvo das construtoras. ‘Está em franco desenvolvimento’, avalia Gerson Guariente Júnior, presidente do Sinduscon”.

Em 8 de abril (anexo A6), numa edição de segunda-feira, a manchete do jornal anuncia: “Mercado – Valorização imobiliária dispara na Zona Leste”. O tema agora é a valorização de imóveis no entorno do empreendimento batizado como “Marco Zero”, referência ao marco zero da cidade, um local que ainda tem mata nativa e no qual, segundo historiadores, uma expedição da Companhia de Terras do Norte do Paraná chegou, em agosto de 1929, para se instalar no empreendimento que se transformaria, em 1935, na cidade de Londrina⁴⁸. O complexo conta com um shopping – o terceiro construído na cidade – e um hotel da rede Íbis, que já foram construídos. Também estão previstos para a área prédios residenciais e o teatro municipal. No caso das torres, um investimento privado, elas continuam sendo um projeto em 2020. Já as obras do teatro, que a prefeitura tenta construir com recursos federais, estão paradas há anos (e assim permanecem no começo de 2020).

Na sexta-feira, 19 de abril de 2013 (anexo A7), mais uma manchete: “Usados – Preço de imóveis atinge teto com estoque recorde”, diz o texto da capa. A reportagem assinada por Telma Elorza, publicada em três colunas, na página 9, diz que a oferta de imóveis usados aumentou 180% em cinco anos, reflexo também do grande número de lançamentos de projetos imobiliários na cidade. Outro fator apontado para justificar o fenômeno é a facilidade de acesso ao financiamento de imóveis nesse período. A fonte das informações é o Instituto Paranaense de Pesquisa e Desenvolvimento do Mercado Imobiliário e Condominial

⁴⁸ A região Norte do Paraná, na qual segundo historiadores existiam posseiros e índios, ainda que em pequena quantidade até então, foi ocupada a partir da década de 1930 com base num grande empreendimento feito pela Companhia de Terras do Norte do Paraná, uma empresa de capital britânico. A empresa vendeu lotes a trabalhadores interessados em se instalar na região e trabalhar na lavoura. A venda foi impulsionada por um novo ciclo do café, depois da crise econômica mundial, que tem como marco a quebra da Bolsa de Nova Iorque, em 1929 e que prejudicou os cafeicultores do Vale do Paraíba. O nome Londrina, referência a Londres, é considerado herança dos britânicos que venderam as primeiras áreas da cidade. A “colonização inglesa”, sobre a qual há controvérsias, tendo em vista que o grupo de cidadãos britânicos que esteve na cidade era reduzido e atuou na venda dos terrenos, faz parte do discurso e do imaginário da elite da cidade.

(Inpespar), órgão do Secovi-PR, que informa que junto com a oferta, cresceram também os preços dos imóveis usados.

Em 28 de abril (anexo A8), edição de domingo, uma das reportagens sobre o setor que não é manchete e nem tem chamada na capa. “Imóveis – Serviço da Acil reduz burocracia nas transações imobiliárias”, é o título da matéria publicada na página 10 e assinada pela jornalista Gisele Rech, que fazia reportagens sobre o mercado imobiliário como *freelancer*. Fala sobre a criação do “Fácil Imobiliário”, pela Associação Comercial e Industrial de Londrina (Acil).

Em 5 de maio (anexo A9), numa edição de domingo e sem chamada na capa, o JL traz na página 8 a reportagem “Centro de Compras – Com investimento de R\$ 320 mi, Boulevard Shopping é inaugurado”. O texto da jornalista Telma Elorza fala sobre a inauguração do empreendimento na Zona Leste de Londrina, com 216 lojas.

Na quarta-feira, 8 de maio de 2013 (anexo A10), a manchete é: “Venda de imóveis – Flexibilização de crédito tenta diminuir estoque”. A reportagem publicada na página 8 é de autoria da jornalista Telma Elorza. O texto diz que com “crédito facilitado e preços mais realistas”, a feira pretende movimentar R\$ 120 milhões em três dias. “A tendência de estabilização dos preços dos imóveis e o financiamento facilitado, somados à demanda reprimida por moradias deixaram otimistas imobiliárias e construtoras que estarão presentes na 8ª Feira de Imóveis de Londrina”.

O JL volta a dar manchete sobre o mercado imobiliário na edição de 21 de julho (anexo A11), um domingo. “Mercado imobiliário – Novos ou usados, imóveis de luxo são objetos de desejo”, diz a manchete. A reportagem é publicada nas páginas 4 e 5, como “Tema do dia”, e é assinada pela jornalista Nara Chiqueti, que atuou como *freelancer*. O título na página interna é sucinto: “Imóveis de luxo – Para poucos”. “A procura é um pouco maior que a oferta, mas o mercado está regulado e absorvendo bem as casas e apartamentos de alto padrão. Os lançamentos são poucos, mas estão todos vendidos”, diz um “olho” (recurso de diagramação usado no jornal impresso) aberto no alto da página.

Em 16 de agosto (anexo A12), a manchete do jornal é: “Casa própria – Mercado imobiliário está longe da estagnação”, diz o título da matéria. O lide da reportagem elabora a questão:

“O ‘oba-boa’ já passou, mas o mercado imobiliário brasileiro ainda tem muito potencial a ser explorado. Com um déficit habitacional de mais de 5 milhões de unidades, a demanda vai continuar alta e promissora até, pelo menos, as Olimpíadas de 2016, preveem profissionais do setor”.

Em 13 de outubro (Fig. 1), uma edição de domingo, matéria com chamada de capa: “Novo mercado: imóvel pequeno e luxuoso”. A reportagem é de Giovana Chiquim, que cobria férias na redação do jornal. A chamada interna diz que os “compactos são tendência” e a linha fina afirma que “a procura por imóveis de baixa metragem está crescendo, mas construtoras precisam ficar atentas ao perfil do consumidor”.

No dia 21 de outubro de 2013 (anexo A13), uma edição de segunda-feira, a manchete mais polêmica do período estudado a respeito do mercado imobiliário. Foi a última grande reportagem do ano tratando do assunto, editada em página inteira. “Imóveis – Economistas alertam para risco de bolha”, diz a manchete, referindo-se ao mercado imobiliário. O texto de apoio dá o tom do conteúdo que irritou o setor.

“O prêmio Nobel de Economia deste ano alerta: o Brasil pode estar vivendo uma bolha imobiliária. Os dados mostram um descompasso entre renda e valor dos imóveis. Em Londrina, o preço do metro quadrado residencial praticamente dobrou nos últimos cinco anos. Já o crescimento do rendimento do trabalhador foi de apenas 37% no mesmo período. Economistas consultados pelo JL já enxergam indícios de bolha. ‘Vai fazer um bom negócio quem tiver dinheiro quando o preço começar a cair’, dispara a professora Clévia França. Corretores, no entanto, consideram previsão prematura”.

A reportagem assinada pela jornalista Nara Chiquetti, que cobria férias na redação do JL, parte de uma declaração feita pelo economista Robert Shiller, ganhador do prêmio Nobel da Economia, de que “o Brasil pode estar vivendo uma bolha imobiliária parecida com a que se formou nos Estados Unidos em 2008 e que deu origem à crise econômica”.

Figura 1 - Capa do JL do dia 21 de outubro de 2013



Em 28 de março de 2014, (anexo A14), o JL volta a tratar do mercado imobiliário em uma grande reportagem. A matéria foi publicada na página 9 e sem chamada de capa. “Valorização – Shopping muda lentamente perfil econômico da Zona Leste”, diz o título do texto de Telma Elorza. É um balanço, um ano depois da inauguração do Shopping Boulevard, no Complexo Marco Zero, e de seus efeitos na região. Ela é publicada em meio a uma conjuntura em que já existem questionamentos à contrapartida (ou ausência dela) devida pelo empreendimento com base na legislação em vigor.

Depois da manchete da “bolha imobiliária”, o JL só voltou a dar manchete para assuntos do setor em 5 junho de 2014 (anexo A15), “Novas ideias – Construção civil a seco quer revolucionar o setor”, diz a chamada de capa. A reportagem na página 4 é de Marcelo Frazão e fala sobre questões tecnológicas que podem mudar o desempenho da construção civil: “cimento, tijolos, desperdício de materiais, mão de obra com baixa qualidade e, no fim, como resultado, residências sem sustentabilidade, quentes demais, sem o conforto esperado. Essa realidade, tão comum hoje no Brasil, deve ficar para trás”, diz o lide da reportagem.

Em 4 de julho (anexo A16), uma edição de sexta-feira, a manchete “Mercado imobiliário – Investidores de olho na nova Gleba Palhano”, fala sobre o olhar do setor para

outras regiões da cidade que poderiam ter uma valorização imobiliária como a desse bairro. A reportagem assinada por Telma Elorza e publicada na página 10, projetada, a partir da visão de especialistas do mercado imobiliário e de uma leitura da revisão do Plano Diretor, que estava em discussão na época, uma nova área da cidade que poderia sofrer uma valorização imobiliária no espaço de 10 anos. Daí a referência à Gleba Palhano, que em pouco tempo passou de um espaço da cidade sem ocupação até então, para um dos metros quadrados mais caros de Londrina.

Em 3 de agosto (anexo A17), numa edição de domingo, mais uma manchete: “Imóveis – Jovens mudam o perfil do mercado imobiliário”, diz a reportagem assinada por Nara Chiquetti. A reportagem publicada nas páginas 4 e 5, como “tema do dia”, diz que “compradores têm entre 28 e 35 anos, são exigentes, fazem pesquisa e influenciam mudanças no perfil dos empreendimentos”.

Em 30 de setembro (anexo A18), com a manchete “Mercado imobiliário – Construtoras adotam promoções para vender mais”, produzida pela jornalista Telma Elorza, o jornal mostra que as empresas do setor começam a tentar outras formas de atrair clientes.

No ano de 2015 o JL não deu nenhuma manchete sobre o mercado imobiliário. Apenas uma reportagem, a que foi publicada na edição de 28 de julho (anexo A19), teve chamada de capa: “Oferta de imóveis para alugar cresce 20% em meio à crise”, diz o texto que remete à página 8. No lide, a reportagem de Tatiane Salvático mostra que o otimismo ficara para trás: “as inúmeras placas de ‘aluga-se’ espalhadas pelas ruas denunciam: sobram imóveis vazios em Londrina. Em cinco anos, a oferta de pontos residenciais e comerciais para aluguel cresceu 110%. Nos últimos 12 meses o número saltou de 3.967 para 4.763 – alta de 20%”.

As duas últimas reportagens publicadas no JL sobre o mercado imobiliário saíram em agosto, quatro meses antes do jornal fechar. Ambas sem chamada de capa. Em 10 de agosto (anexo A20), uma reportagem assinada por Fernanda Jasper, da Gazeta do Povo, com o título “Mercado imobiliário – Londrina tem pouca oferta”, diz que a cidade tem “uma das menores quantidade (sic) de oferta de apartamentos novos do Sul do país”. Em 23 de agosto (anexo A21), uma reportagem de Telma Elorza, na página 4, vai na direção oposta: fala que a oferta de imóveis está aumentando, mas atribui esse aumento à conjuntura econômica do país: “Crise – Oferta de imóveis para locação cresce e preços dos aluguéis começam a cair”. “A grande oferta de imóveis para locação em Londrina está fazendo o preço dos aluguéis sofrerem retração”, diz o lide.

Tabela 1 – Reportagens do JL sobre o Mercado Imobiliário

	Reportagem	Publicação
1	Londrina e região – Financiamento imobiliário cresce 25% e bate R\$ 1 bi (manchete) Fontes: Carlos Roberto de Souza, gerente Regional da CEF Marcos Rambalducci, economista casal Thiago Pivetta e Cristiane, personagens	06/01/2013
2	Construção civil – Londrinense troca prédio por casa em condomínios (manchete) Fontes: Gérson Guariente, Sinduscon Marcos Holzmann, diretor da Teixeira Holzmann Empreendimentos Imobiliários Nájila Jenani Fraga, personagem	15/01/2013
3	Mercado imobiliário – Oferta de imóveis usados cresce, mas preços sobem (manchete) Fontes: Marcos Moura, Secovi Marco Antônio Bacarin, Sindicato dos Corretores de Imóveis	08/02/2013
4	Mercado imobiliário – Oferta cresce, mas preço de imóvel usado recua (sem chamada de capa) Fontes: Marcos Moura, Secovi Marco Antônio Bacarin, Sindicato dos Corretores de Imóveis	13/03/2013
5	Área construída – Imóveis comerciais crescem 200% em 5 anos (manchete) Fontes: Gerson Guariente, Sinduscon Fernão Galindo, presidente da Galmo Engenharia Raul Fulgêncio, imobiliária	31/03/2013
6	Mercado – Valorização imobiliária dispara na Zona Leste (manchete) Fontes: Marco Antônio Bacarin, Sindicato dos Corretores de Imóveis Raul Fulgêncio, imobiliária Vital Marrafon, personagem	08/04/2013
7	Usados – Preço de imóveis atinge teto com estoque recorde (manchete) Fontes: Luiz Fernando Gottschild, presidente do Instituto Paranaense de Pesquisa e Desenvolvimento do Mercado Imobiliário e Condominial (Inpespar), órgão do Secovi-PR Marcos Rambalducci, economista Gérson Guariente, presidente do Sinduscon	19/04/2013
8	Imóveis – Serviço da Acil reduz burocracia nas transações imobiliárias (chamada de capa) Fontes: Diego Menão, diretor da Acil Rosalmir Moreira, vice-presidente do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis do Paraná (Creci)	28/04/2013
9	Centro de Compras – Com investimento de R\$ 320 mi, Boulevard Shopping é inaugurado (sem chamada de capa) Fontes: Mário Oliveira, diretor de desenvolvimento da Sonae Sierra Fábio Seguro, superintendente do Shopping Boulevard Alexandre Kireeff, prefeito	05/05/2013
10	Venda de imóveis – Flexibilização de crédito tenta diminuir estoque (manchete) Fontes: Élcio José Coelho de Lara, superintendente regional da CEF Marco Antônio Bacarin, presidente do Sindicato dos Corretores Gérson Guariente, presidente do Sinduscon João Teodoro da Silva, presidente do Conselho Federal dos Corretores	08/05/2013
11	Mercado imobiliário – Novos ou usados, imóveis de luxo são objetos de desejo (manchete) Fontes: Marcos Holzmann, Teixeira Holzmann Empreendimentos Raul Fulgêncio, imobiliária Gérson Guariente, presidente do Sinduscon Célia Catussi, gerente regional da construtora Plaenge Sívio Muraguchi, diretor de incorporação da A. Yoshi Engenharia Marcos Moura, Secovi Londrina Cristiane (sem sobrenome), personagem	21/07/2013
12	Casa própria – Mercado imobiliário está longe da estagnação (sem chamada de capa)	16/08/2013

	Fontes: Telmo Bauler, consultor da empresa Laguna & Bauler Fernando Gonçalves dos Reis, diretor de relacionamento de Associação Brasileira do Mercado Imobiliário	
13	Novo mercado: imóvel pequeno e luxuoso (chamada de capa) Fontes: Gérson Guariente, presidente do Sinduscon Juliana Simionato, personagem Célia Catussi, gerente regional da Plaenge Fernão Galindo, Galmo Engenharia	13/10/2013
14	Imóveis – Economistas alertam para risco de bolha (manchete) Fontes: Robert Shiller, ganhador do prêmio Nobel da Economia Clévia França, economista Marcos Rambalducci, economista Marco Antônio Bacarin, presidente do Sindicato dos Corretores Gerson Guariente, presidente do Sinduscon Marcos Moura, diretor do Secovi Londrina	21/10/2013
15	Valorização – Shopping muda lentamente perfil econômico da Zona Leste (sem chamada de capa) Fontes: Marco Antônio Bacarin, presidente do Sindicato dos Corretores Leonardo Schibelsky, gerente da construtora Yticon Flávio Balan, presidente da Acil Shopping Boulevard – se manifesta por nota Aparecido José Lima, morador – personagem Rose Moura, moradora – personagem Mohamad El Kadri, secretário municipal de Saúde	28/03/2014
16	Novas ideias – Construção civil a seco quer revolucionar o setor (manchete) Fontes: Ercília Hirota, professora de Engenharia da UEL José Sérgio de Oliveira, assessor de coordenação da Secretaria Nacional de Habitação José Márcio Fernandes, diretor da TecVerde	05/06/2014
17	Mercado imobiliário – Investidores de olho na nova Gleba Palhano (manchete) Fontes: Marco Antônio Bacarin, presidente do Sindicato dos Corretores Olavo Batista Júnior, diretor do Sinduscon Gérson Guariente Júnior, professor da UEL	04/07/2014
18	Imóveis – Jovens mudam o perfil do mercado imobiliário (manchete) Fontes: Olavo Batista Júnior, Sinduscon Thiago Lourenço – personagem Anny Zubioli – personagem Kelly Franco de Lima – personagem	03/08/2014
19	Mercado imobiliário – Construtoras adotam promoções para vender mais (manchete) Fontes: Rodolfo Kouri, diretor da construtora Graúna Henrique Niedziejko Júnior, diretor da HCPProinvest Inteligência Imobiliária Clévia França, economista	30/09/2014
20	Oferta de imóveis para alugar cresce 20% em meio à crise (chamada de capa) Fontes: Marco Antônio Bacarin, presidente do Sindicato dos Corretores Renato Pianowski, economista Maurício Ribas Moritz, Secovi Nestor Dias Correia, Secovi	28/07/2015
21	Mercado imobiliário – Londrina tem pouca oferta (sem chamada de capa) Fontes: Fábio Araújo, economista da Brain Bureau de Inteligência Corporativa	10/08/2015
22	Crise – Oferta de imóveis para locação cresce e preços dos aluguéis começam a cair (chamada de capa) Fontes: Marco Antônio Bacarin, presidente do Sindicato dos Corretores Mônica, estudante – personagem Lúcia – personagem	23/08/2015

4.2 CMC x ConCidade

O debate sobre quem, entre o CMC (Conselho Municipal da Cidade) ou o ConCidade (Conselho das Cidade) deve exercer o controle social nas discussões nas questões urbanas, como prevê o Estatuto da Cidade⁴⁹, é um dos pontos de atrito, em Londrina, entre o setor imobiliário em seus diversos segmentos, dos loteadores às construtoras e movimentos sociais da cidade. O problema começou em 2009, quando foi instalado o CMC, em cumprimento ao Plano Diretor da cidade, revisado no ano anterior. Desde então foram realizadas conferências, inclusive elegendo membros para o ConCidade, que nunca foi instituído. Desde que a polêmica foi criada, a Câmara de Londrina rejeitou três projetos de lei que previam a substituição do CMC pelo ConCidade⁵⁰, o que demonstra a força política do setor imobiliário e da construção civil em Londrina.

Os defensores do ConCidade argumentam que esse formato de conselho conta com maior participação da sociedade, ao passo que o CMC sofre mais influência de setores empresariais. Além de discutir de forma mais ampla as políticas urbanas, o conselho – seja qual for a sua composição – tem como responsabilidade prevista no Estatuto da Cidade, emitir pareceres técnicos sobre os Estudos de Impacto de Vizinhança (EIVs) que tratam da instalação de empreendimentos na cidade. O EIV analisa o impacto e propõe medidas para compensar ou amenizar os impactos dos empreendimentos. O conselho em questão também discute mudanças no zoneamento urbano da cidade, o que demonstra o papel estratégico que ele tem e justifica a tensão política que existe em torno do mesmo.

Essa polêmica é objeto de quatro reportagens publicadas pelo JL entre maio de 2013 e outubro de 2014. Nenhuma delas foi manchete da edição e apenas uma teve chamada de capa. A primeira reportagem foi publicada na página 6 da edição de 30 de maio de 2013 (anexo B1), uma quinta-feira e é assinada pelo jornalista Marcelo Frazão. “Planejamento – Conferência da Cidade expõe choque entre conselhos”, é o título da reportagem, que é aberta com uma foto em quatro colunas. A matéria fala sobre a 5ª Conferência da Cidade, que seria aberta no sábado seguinte.

⁴⁹ O Estatuto da Cidade foi instituído pela Lei Federal 10.257, de 10 de julho de 2001. Ele prevê controle social sobre as políticas urbanas. Para exercer esse controle foram criados conselhos, regulamentados posteriormente. Esses conselhos contam com a participação do poder público, de entidades empresariais e de movimentos sociais.

⁵⁰ Segundo parecer do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina (Ippul) ao projeto de lei encaminhado à Câmara de Vereadores em 2017, a composição do CMC não corresponde ao que é estabelecido pela legislação federal.

O JL volta ao assunto no dia 4 de junho (anexo B2), dessa vez numa reportagem assinada pela jornalista Érika Pelegrino. “Planejamento – População participa em ‘massa’ de Conferência”, diz o título da matéria, na página 7, e para a qual não houve chamada de capa. A reportagem, editada em duas colunas, traz um relato do resultado da Conferência que aconteceu no final de semana.

O tema volta às páginas do jornal quase um ano e meio depois, na edição de 1º de outubro de 2014 (anexo B3), A reportagem editada em quatro colunas e sem foto, é assinada pelo jornalista Fábio Silveira e tem o título “Imbróglio: É hoje: CMC tem de dar parecer sobre ConCidade”. A reportagem narra que o assunto estava na pauta de uma sessão extraordinária do CMC, que ocorrera na véspera, mas não foi discutida porque outros temas foram priorizados. A decisão ficou para o dia em que a reportagem foi veiculada. Importante notar que o assunto voltou a ganhar repercussão, não só pela polêmica que até então durava cinco anos, mas também porque em 2014 a cidade passou por uma crise provocada por alvarás concedidos irregularmente e projetos de construção aprovados pela prefeitura e não cumpridos por empreendedores. Como será demonstrado nesse trabalho, esses dois temas foram objeto de uma Comissão Especial de Inquérito (CEI) aberta pela Câmara de Vereadores.

Na edição de 2 de outubro (anexo B4), a primeira reportagem com chamada de capa sobre o assunto. Ainda assim, não é uma manchete. A reportagem foi editada na página 12, em três colunas e novamente é assinada pelo jornalista Fábio Silveira. “Duplicidade – CMC defende existência de dois conselhos municipais”, diz o título. Vale lembrar que a posição foi a mesma defendida na reportagem de junho de 2013, pelo então presidente do Ippul, Robinson Borba.

Tabela 2 – Reportagens do JL sobre CMC x Concidade

	Reportagem	Publicação
1	Planejamento – Conferência da Cidade expõe choque entre conselhos (sem chamada de capa) Fontes: Robinson Borba, presidente do Ippul Mariângela Magro, presidente da União dos Moradores de Londrina (Unimol)	30/05/2013
2	Planejamento – População participa em ‘massa’ de Conferência (sem chamada de capa) Fonte: Robinson Borba, presidente do Ippul Mariângela Magro, presidente da União dos Moradores de Londrina (Unimol)	04/06/2013
3	Imbróglio: É hoje: CMC tem de dar parecer sobre ConCidade (sem chamada de capa) Fontes: Alexandre Kireeff, prefeito Osmar Ceolin Alves, presidente do CMC	01/10/2014
4	Duplicidade – CMC defende existência de dois conselhos municipais (chamada de capa) Fontes: Conselheiro do CMC fala em off	02/10/2014

4.3 Arco Norte x Mata dos Godoy

A Mata dos Godoy é uma das últimas reservas naturais de mata nativa do norte do Paraná, segundo informa o site da Prefeitura de Londrina⁵¹. Ela tem 675,7 hectares de floresta subtropical, inserida no bioma Mata Atlântica, diz a descrição. São cerca de 200 espécies de árvores e 180 espécies de aves silvestres. Fica no distrito do Espírito Santo, na Zona Sul da cidade, a 15 quilômetros do centro. Até 1989 pertencia à família Godoy. Desde então tornou-se um Parque Estadual. A construção de um aeroporto de cargas próximo à Mata dos Godoy, dentro de um projeto de logística criado por entidades empresariais da cidade, chamado Arco Norte, foi um fator de tensão. A cobertura do JL sobre o episódio rendeu 11 reportagens, entre fevereiro de 2013 e julho de 2015.

A primeira reportagem foi a manchete da edição de 26 de fevereiro de 2013 (anexo C1), “Aeroporto de Cargas – Projeto Arco Norte ameaça reserva de mata nativa, diz MP”. A matéria assinada pela jornalista Telma Elorza ocupou a metade superior da página 10. “O Ministério Público Estadual recomendou, na última semana, que a Prefeitura de Londrina revogue o decreto 1.24/2009 de utilidade pública da área que seria destinada à implantação do aeroporto de cargas do Projeto Arco Norte”, informa o lide da matéria. O texto também diz que os empresários locais que estavam à frente do projeto esperavam “uma comitiva da Agência dos Estados Unidos para o Comércio e Desenvolvimento (USTDA), órgão de fomento do Congresso Americano, que poderia investir no projeto”.

Em 1º de março (anexo C2), nova manchete do JL, dessa vez dando voz a ambientalistas: “Desenvolvimento – Ameaça ambiental põe Arco Norte em xeque”, diz a chamada da capa, remetendo para a reportagem publicada na página 8, da jornalista Bruna Komarchesqui. Na página interna, o jornal diz que o aeroporto de cargas “está sob protesto”. A reportagem relata a visita dos norte-americanos e um protesto dos ambientalistas.

Em 24 de março (anexo C3), nova manchete sobre a polêmica: “Desenvolvimento – Arco Norte fica mais distante de Londrina”. Na página 4, em material de página inteira, a reportagem de Telma Elorza diz que venceria no dia seguinte o prazo dado na recomendação do Ministério Público para que seja revogado o decreto que declara de utilidade pública a área onde seria o aeroporto de cargas do Arco Norte. A reportagem informa que a Procuradoria Geral do Município emitiu parecer sugerindo que a prefeitura acatasse a recomendação.

⁵¹ http://www.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=247&Itemid=194
(consultada em 16 de agosto de 2018)

Em 26 de março (anexo C4), com a manchete “Desenvolvimento – Arco Norte volta à estaca zero com revogação de decreto”, o JL mostra o cenário que vinha se desenhando: o prefeito Alexandre Kireeff recua e revoga o decreto, acatando a recomendação do Ministério Público. Na reportagem de Juliana Gonçalves, publicada na página 4, o jornal afirma que “a determinação atropelou a legislação ambiental, já que a área é protegida por ser a última reserva contínua de Mata Atlântica no Norte do Paraná.

A tensão entre empresários e ambientalistas no caso Arco Norte x Mata do Godoy só voltaria às páginas do JL três meses depois, em 26 de junho de 2013 (anexo C5). Dessa vez, matéria com chamada de capa: “Mata dos Godoy – Terminal pode colapsar biodiversidade”. A reportagem é de Bruna Komarchesqui, na página 7. A reportagem não traz um fato novo para o caso. Apenas retoma a discussão sobre o impacto ambiental que a implantação de um aeroporto de cargas ao lado de uma reserva florestal poderia ter. Essa foi a última reportagem do JL sobre o Arco Norte no ano de 2013. O assunto só reapareceria nas reportagens do jornal um ano depois.

Em 9 de junho de 2014 (anexo C6), o JL mostra o desdobramento da polêmica: “Desenvolvimento – Agência dos EUA desiste do Arco Norte”, diz a manchete. A reportagem publicada na página 4 é de autoria de Fábio Silveira. A informação sela o destino do Arco Norte. A reportagem diz que “por conta da dificuldade em encontrar empresas dispostas a investir, a Agência dos Estados Unidos para o Comércio e Desenvolvimento (USTDA) desistiu da criação do Arco Norte em Londrina”.

O projeto Arco Norte estava oficialmente sepultado. Ainda assim, cinco reportagens foram publicadas no JL, todas no ano de 2015, noticiando a tensão entre a preservação ambiental e a instalação de indústrias na zona de amortecimento. Em 14 de abril de 2015 (anexo C7), uma reportagem com chamada de capa, ainda que não tenha sido a manchete da edição: “Mata dos Godoy – Liminar suspende instalação de indústrias”, diz o texto assinado pelo jornalista Marcos César Gouvêa e publicado na página 4, numa matéria de página inteira.

Na edição de 20 de abril (anexo C8), e sem chamada de capa, o JL publica na página 5 uma reportagem da jornalista Tatiane Salvático, com o título: “Zona de Amortecimento – Tamarrado mira na Mata dos Godoy”. A reportagem informa que um vereador chamado Joaquim Donizete do Carmo, do PDT, que usava o nome de “Gaúcho Tamarrado” para pedir votos, queria reduzir a zona de amortecimento no entorno do Parque Estadual da Mata dos Godoy.

Em 27 de maio (anexo C9), novamente sem chamada de capa, uma reportagem assinada pela jornalista Juliana Gonçalves é publicada na página 6: “Na Câmara – Audiência discute expansão urbana sobre Mata dos Godoy”. A audiência pública foi convocada pela Comissão de Meio Ambiente da Câmara de Vereadores, que é o palco da reunião.

A penúltima reportagem do JL sobre o assunto sai no dia 16 de junho (anexo C10), com chamada de capa: “Mata dos Godoy – TJ mantém intacta zona de amortecimento”. A matéria publicada na página 7 dessa edição, que sai numa terça-feira, é assinada pela jornalista Érika Pelegrino. A reportagem informa que o Tribunal de Justiça do Paraná manteve a decisão de primeiro grau.

Em 20 de julho (anexo C11), a última reportagem do JL sobre a Mata dos Godoy, com a chamada de capa “Legislação – projeto corrige a expansão sobre a Mata dos Godoy”. A reportagem assinada pela jornalista Juliana Gonçalves e publicada na página 6, diz que o então prefeito Alexandre Kireeff quer corrigir a “invasão urbana na Mata dos Godoy”. A ideia, que seria discutida numa audiência pública convocada pela prefeitura, seria enviar para a Câmara um projeto de lei revertendo as leis municipais que avançaram sobre a zona de amortecimento.

Tabela 3 – Reportagens do JL sobre Arco Norte x Mata dos Godoy

	Reportagem	Publicação
1	Aeroporto de Cargas – Projeto Arco Norte ameaça reserva de mata nativa, diz MP (manchete) Fontes: Solange Vicentin, promotora do Meio Ambiente Flávio Balan, presidente da Acil Nivaldo Benvenho, representante do Arco Norte	26/02/2013
2	Desenvolvimento – Ameaça ambiental põe Arco Norte em xeque (manchete) Fontes: José Richa Filho, secretário estadual de Infraestrutura e Logística Alba Cavalheiro, bióloga/ambientalista Marcelo Mafra, consultor empresarial Maria Helena Godoy, Associação dos Amigos da Mata dos Godoy	01/03/2013
3	Desenvolvimento – Arco Norte fica mais distante de Londrina (manchete) Fontes: Zulmar Fachin, Procurador do Município (citado por meio do parecer) Fabrício Salla, Acil Luiz Figueira de Melo, idealizador do projeto Marcelo Mafra, consultor do Arco Norte José Marcelo Torezan, biólogo Marcelo Asaki, biólogo e ambientalista (ONG MAE)	24/03/2013
4	Desenvolvimento – Arco Norte volta à estaca zero com revogação de decreto (manchete) Fontes: Alexandre Kireeff, prefeito Marcelo Asaki, biólogo e ambientalista (ONG MAE) Flávio Balan, presidente da Acil	26/03/2013
5	Mata dos Godoy – Terminal pode colapsar biodiversidade (chamada de capa) Fontes: José Marcelo Torezan, ambientalista Gustavo Góes, ambientalista (ONG MAE) Marcelo Mafra, consultor do Arco Norte	26/06/2013

	Maria Helena Godoy, Associação dos Amigos da Mata dos Godoy	
6	Desenvolvimento – Agência dos EUA desiste do Arco Norte (manchete) Fontes: fontes em <i>off</i> do governo do Estado Alexandre Kireeff, prefeito Moacir Sgarione, presidente da Sociedade Rural do Paraná Cláudio Tedeschi, Fórum Desenvolve Londrina Marcelo Mafra, consultor do Arco Norte	09/06/2014
7	Mata dos Godoy – Liminar suspende instalação de indústrias (chamada de capa) Fontes: Gustavo Góes, ambientalista (ONG MAE) Paulo Valle, Procurador Geral do Município	14/04/2015
8	Zona de Amortecimento – Tamarrado mira na Mata dos Godoy (sem chamada de capa) Fontes: Joaquim Donizete do Carmo, vereador	20/04/2015
9	Na Câmara – Audiência discute expansão urbana sobre Mata dos Godoy (sem chamada de capa) Fontes: Rony Alves, vereador Elza Correia, vereadora Gustavo Góes, ambientalista, ONG MAE	27/05/2015
10	Mata dos Godoy – TJ mantém intacta zona de amortecimento (chamada de capa) Fontes: João Tescaro Júnior, advogado, ONG MAE Paulo Valle, Procurador Geral do Município	16/06/2015
11	Legislação – projeto corrige a expansão sobre a Mata dos Godoy (chamada de capa) Fontes: Alexandre Kireeff, prefeito Gustavo Góes, ambientalista (ONG MAE)	20/07/2015

4.4 Estudo de Impacto de Vizinhança

O Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) é um fator de tensão permanente entre empresários, poder público e cidadãos. Em Londrina, ele tem sido objeto de polêmicas que ganham espaço na imprensa. O EIV é um estudo sobre o impacto que qualquer obra e empreendimento pode provocar na sua vizinhança. A obrigatoriedade de apresentação desse estudo para a liberação de obras ganha força a partir do Estatuto da Cidade, a Lei Federal 10.257/2001. Esse estudo se tornou obrigatório em cidades com mais de 20 mil habitantes. Em um artigo publicado em 2011⁵², a Professora Doutora Eliane Tomiasi Paulino, do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina, discute a relação das políticas urbanas com o EIV. A professora lembra que “o foco nas políticas urbanas a partir de parâmetros mais democráticos de ordenamento territorial não deve ser tomado como uma concessão do Estado, senão como resultado de intensas lutas capitaneadas, na ocasião, por movimentos sociais”. E dá a dimensão do que está em jogo nesse embate:

“Nesse caso, trata-se do primeiro instrumento de gestão que incorpora a possibilidade de participação da população, paralelamente à ampliação das margens de intervenção no sacralizado direito de propriedade, a exemplo dos dispositivos relativos ao cerceamento às parcelas ociosas e subutilizadas, à regularização das

⁵² O artigo “Estudos de Impacto de Vizinhança: alguns apontamentos a partir do caso de Londrina-PR” foi publicado no Caderno Prudentino de Geografia (número 33, volume 2, páginas de 146 a 169), da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Local de Presidente Prudente (SP).

posses unifamiliares e, particularmente, ao foco dessa reflexão, a regulamentação dos usos. Para tanto, o Estatuto da Cidade impõe a elaboração do Estudo de Impacto de Vizinhança, o qual deve preceder qualquer edificação e mesmo obra de infraestrutura no espaço urbano, que envolva mudanças paisagísticas ou de fluxos, a ponto de interferir de algum modo no entorno” (PAULINO, 2011, p. 148).

Segundo a professora Eliane Tomiasi Paulino (2011, p. 149, 150), o EIV leva em conta dados como o “adensamento populacional, equipamentos urbanos e comunitários, uso e ocupação do solo, valorização imobiliária, geração de tráfego e demanda por transporte público, ventilação e iluminação, paisagem urbana e patrimônio natural e cultural”. A partir da análise do EIV são definidas medidas que o empreendedor deve adotar para compensar ou mitigar os efeitos dessas obras.

No JL foram sete reportagens retratando essa tensão, sendo seis em 2014 e uma em 2015. As matérias tratam principalmente da contrapartida que deve ser cobrada dos donos de empreendimentos para ter suas obras liberadas.

A primeira foi manchete na edição de 17 de março de 2014 (anexo D1) “Empreendimentos – Para compensar impactos, empresas vão mexer no bolso”, diz a chamada, sintetizando o espírito do EIV. A reportagem de página inteira é do jornalista Marcelo Frazão, é a manchete da edição e fala sobre a liberação de 11 termos de compromisso – que são as medidas exigidas de cada empreendimento para compensar seus impactos – resultantes da análise dos EIVs.

Em 21 de março (anexo D2), uma nova manchete: “EIV – Contrapartida terá que ser entregue junto com a obra”, diz a chamada. A reportagem publicada na página 4 é de Fábio Silveira. Note-se que nesse período já estava em curso uma intensa discussão sobre a liberação de empreendimentos sem a execução das contrapartidas previstas em lei. A reportagem fala sobre um projeto de lei de autoria do vereador Roberto Fu (PDT), que a Câmara Municipal acabara de aprovar. O projeto regulamenta a entrega das medidas que se destinam a compensar e amenizar o impacto criado pelas obras de empreendimentos.

Em 27 de maio de 2014 (anexo D3), chamada de capa para a reportagem “Londrina precisa de 30 meses para zerar fila dos EIVs”, publicada na página 8 e assinada por Fábio Silveira. A reportagem diz que existe uma fila com 123 EIVs para serem analisados pelo Ippul e pelo Conselho Municipal da Cidade e diz que a prefeitura trabalhava na elaboração de um projeto para “simplificar e fazer a fila andar mais rápido”. Segundo a reportagem, a

proposta estava sendo analisada pela Procuradoria Geral do Município há dois meses. A reportagem cita o caso do Centro Comercial City, que foi objeto de outra polêmica que será discutida neste trabalho. O empreendimento foi multado pela prefeitura em R\$ 2,9 milhões “por ter sido aberto ao público sem o Certificado de Vistoria de Conclusão de Obra”, como informa a reportagem.

No dia 19 de junho de 2014 (anexo D4), a manchete do JL fala sobre uma polêmica entre a Câmara e o Poder Executivo: “Veto derrubado – Obras só podem ser liberadas após fim de contrapartida”, diz o texto da chamada. A reportagem assinada por Fábio Silveira e publicada na página 10, conta que o veto do prefeito Alexandre Kireeff foi derrubado por 18 votos a 1 (a Câmara de Londrina é composta por 19 vereadores).

Em 22 de junho (anexo D5), uma manchete sobre o assunto: “Gestão Pública – Ferramenta permite morador monitorar empreendimentos”. A reportagem de Marcelo Frazão diz no lide que “ao alcance do mouse, qualquer morador de Londrina já pode saber se na área onde mora está em curso ou será aberto” algum empreendimento que gere impacto na vizinhança. “O sistema aberto de consultas fica no site da Prefeitura de Londrina. Chamada EIV OnLine, a nova ferramenta pode jogar luz sobre um dos assuntos mais polêmicos da cidade: o Estudo do Impacto de Vizinhança”, diz o texto, lembrando de casos polêmicos envolvendo EIVs e liberação de obras pela prefeitura.

Em 2 de julho (anexo D6), uma reportagem sem chamada na capa, é publicada na página 8. “EIV – Decreto traz risco de efeitos colaterais, dizem especialistas”, chama o título da matéria de Marcelo Frazão. É um questionamento ao decreto da prefeitura isentando alguns tipos de empreendimentos de apresentação do EIV. O texto discute a tensão entre a construção civil e o comércio e os cidadãos:

“Aplaudida pelo setor construtivo e comercial local, a liberação para novas empresas abrirem as portas sem apresentar o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) é avaliada com restrições por segmentos ligados à análise do ambiente urbano e ao planejamento de Londrina. Diante dos aspectos negativos que a instalação sem controle de empresas tem causado para a cidade, a crítica é de que, em vez de aumentar o monitoramento sobre a malha urbana, a exigência de que menos negócios elaborem o EIV potencialize problemas no trânsito, no meio ambiente e na vizinhança”.

Mais de um ano depois, em 27 de agosto de 2015 (anexo D7), o JL traz uma chamada de capa sobre o tema: “Projeto quer livrar do EIV 85% dos empreendimentos”, diz o texto. A

reportagem de Érika Pelegrino, publicada na página 4, fala sobre um projeto de lei que a prefeitura enviou para a Câmara, definindo quais empresas não precisariam fazer os Estudos de Impacto de Vizinhança. A proposta vai além da do decreto editado um ano antes pela prefeitura. Usando informações do Sindicato das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações, Pesquisas e de Serviços Contábeis de Londrina e Região (Sescap), o texto diz que dos 121 projetos em análise pelo Ippul, sobrariam 19 na fila. Os demais seriam liberados dentro da lógica do projeto proposto pelo Poder Executivo.

Tabela 4 – Reportagens do JL sobre Estudo de Impacto de Vizinhança

	Reportagem	Publicação
1	Empreendimentos – Para compensar impactos, empresas vão mexer no bolso (manchete) Fontes: Gilson Bergoc, arquiteto e professor da UEL Ignês Dequech, presidente do Ippul	17/03/2014
2	EIV – Contrapartida terá que ser entregue junto com a obra (manchete) Fontes: Gilson Bergoc, arquiteto e professor da UEL Roberto Fu, vereador Osmar Alves, presidente do CMC Nilton Capucho, presidente do Clube de Engenharia e Arquitetura de Londrina	21/03/2014
3	Londrina precisa de 30 meses para zerar fila dos EIVs (chamada de capa) Fontes: Paulo Valle, procurador Geral do Município Luiz Guilherme Alho, membro do CMC	27/05/2014
4	Veto derrubado – Obras só podem ser liberadas após fim de contrapartida (manchete) Fontes: Roberto Fu, vereador Elza Correia, vereadora Alexandre Kireeff, prefeito	19/06/2014
5	Gestão Pública – Ferramenta permite morador monitorar empreendimentos (manchete) Fontes: Maíra Tito, diretora do Ippul José Luiz Faraco, arquiteto e urbanista e professor da UEL	22/06/2014
6	EIV – Decreto traz risco de efeitos colaterais, dizem especialistas (sem chamada de capa) Fontes: Gilson Bergoc, arquiteto e professor da UEL Alexandre Kireeff, prefeito Mário Takahashi, vereador Roberta Queiroz, presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente	07/07/2014
7	Projeto quer livrar do EIV 85% dos empreendimentos (chamada de capa) Fontes: Roberta Queiroz, presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente Rony Alves, vereador Jaime Cardozo, presidente do Sindicato das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações, Pesquisas e de Serviços Contábeis de Londrina e Região (Sescap)	27/08/2015

4.5 Caso Angeloni

Dentro das discussões sobre questões urbanas de Londrina, o caso da instalação de uma loja da rede de supermercados catarinense Angeloni, na avenida Madre Leônia Milito foi um ponto de tensão entre grupos econômicos, com repercussão política. A rede tentava instalar a loja numa área de recente e grande valorização imobiliária, a Gleba Palhano. Esse bairro cresceu rapidamente com edifícios residenciais de médio e alto padrão e foi ocupado por uma classe média com poder aquisitivo, daí o interesse da empresa em se instalar e a resistência do Grupo Muffato na instalação dessa loja. Foram quatro reportagens em abril de 2013, entre os dias 3 e 26. Apesar de o assunto ter sido agendado em apenas um mês, o embate é representativo das disputas econômicas e políticas ocorridas na cidade no período estudado.

O caso Angeloni aparece pela primeira vez na edição de 3 de abril de 2013 (anexo E1), numa reportagem publicada na página 6, sem chamada de capa. O título do texto de autoria de Fábio Silveira é: “Zoneamento – Construção de mercado gera protesto na Câmara”. A matéria fala sobre a retirada de pauta de um projeto de lei proposto pelo vereador Rony Alves (PTB), “adequando o zoneamento de um terreno no qual o supermercado Angeloni pretende construir sua segunda loja em Londrina”. A polêmica aconteceu porque a rede de supermercados de Santa Catarina tinha comprado um terreno na avenida Madre Leônia Milito, na Gleba Palhano.

Na página 6 da edição de 9 de abril (anexo E2), sem chamada de capa, o título chama: “Gleba Palhano – Discussão ignora obras com impactos maiores”. O texto fala sobre uma reunião entre moradores da Gleba Palhano e vereadores para discutir a mudança de zoneamento do terreno comprado pela rede Angeloni. A reportagem fala que a reunião durou mais de quatro horas, mas os moradores continuam batendo na tecla de que é preciso realizar uma audiência pública. O texto é do jornalista Fábio Silveira.

Em 24 de abril de 2013 (anexo E3), na parte inferior da página 5, o JL informa que “Mudança de zoneamento é aprovada em primeira votação”. A matéria de Marcelo Frazão fala da aprovação da proposta de mudança de zoneamento do terreno comprado pelo supermercado Angeloni e que foi aprovada “após um longo debate”. Foram 16 votos favoráveis, um contra e uma abstenção. O substitutivo de Jamil Janene proibindo a entrada de caminhões pela rua Ulrico Zinglio, foi derrubado. O projeto ainda precisava de mais uma votação em plenário.

Em 26 de abril (anexo E4), na reportagem “Zoneamento – Votação do projeto do ‘Angeloni’ é adiada”, publicada na página 8 e sem chamada na capa, o jornal informa que a ausência de três vereadores e a expectativa de apresentação de novas emendas – uma delas trataria das medidas a serem adotadas pelo empreendedor para compensar o impacto provocado pelo empreendimento – levaram à retirada de pauta do projeto, que entraria em segunda votação.

O projeto com as mudanças de zoneamento que interessavam à rede de supermercados Angeloni seria aprovado posteriormente pela Câmara. Mas a loja não foi construída. O Angeloni instalou uma loja na cidade, no Shopping Norte, mas posteriormente fechou a unidade. O terreno da Avenida Madre Leônia Milito continua do jeito que estava na época em que a Câmara debateu o tema: vazio.

Tabela 5 – Reportagens do JL sobre Plano Diretor – O caso Angeloni

	Reportagem	Publicação
1	Zoneamento – Construção de mercado gera protesto na Câmara (sem chamada de capa) Fontes: Rony Alves, vereador Alessandra Resqueti, moradora da Gleba Palhano Misael Domingues, morador da Gleba Palhano Nelson Vicente, engenheiro contratado pelo Angeloni Jamil Janene, vereador	03/04/2013
2	Gleba Palhano – Discussão ignora obras com impactos maiores (sem chamada de capa) Fontes: Misael Domingues, morador da Gleba Palhano Rony Alves, vereador Elza Correia, vereadora	09/04/2013
3	Mudança de zoneamento é aprovada em primeira votação (sem chamada de capa) Fontes: Lenir de Assis, vereadora Jamil Janene, vereador	24/04/2013
4	Zoneamento – Votação do projeto do ‘Angeloni’ é adiada (sem chamada de capa) Fontes: Alexandre Kireeff, prefeito Jamil Janene, vereador Rony Alves, vereador	26/04/2013

4.6 O Plano Diretor

A revisão do Plano Diretor da cidade de Londrina foi um tema relevante no período pesquisado. E foi uma revisão atrasada. Ela deveria ter sido concluída em 2008, mas em 2013, quando Alexandre Kireeff (PSD) assumiu a Prefeitura, apenas a Lei Geral do Plano Diretor e outras duas complementares tinham sido aprovadas. Faltava aprovar as leis complementares, como a de Zoneamento, que envolve interesses econômicos de setores empresariais. Logo no começo de janeiro, na primeira quinzena de mandato, a prefeitura já anunciava que essa era

uma prioridade do mandato que iniciava. O JL discutiu o tema em 29 reportagens durante o período pesquisado.

As reportagens analisadas tratam de um período paradoxal vivido por Londrina. Por um lado, havia um esforço para concluir a revisão do Plano Diretor, que àquela altura já estava atrasada em meia década – deveria ter sido concluída em 2008. Mesmo assim, houve em alguns casos, tentativas de vereadores de fazer alterações naquelas leis que acabaram de ser aprovadas, ainda na Legislatura anterior da Câmara (2009-2012).

Em 13 de janeiro (anexo F1), uma edição de domingo, o tema aparece na chamada de capa: “Desenvolvimento – Plano Diretor vira prioridade zero para Codel”. Na página 4, reportagem de Telma Elorza, com o presidente do Instituto de Desenvolvimento de Londrina (Codel)⁵³, Bruno Veronesi. O título da matéria diz que a “Codel volta a comandar o desenvolvimento em Londrina”.

No dia 23 de abril de 2013 (anexo F2), o JL volta a falar sobre mudanças na legislação. “Projetos – Vereador quer ‘revisar’ Plano Diretor no ‘varejo’”. A reportagem de Fábio Silveira ocupa três colunas na página 6 do jornal. O lide tem um tom editorializado: “A Câmara de Londrina nem acabou de aprovar as leis complementares do Plano Diretor – o que deveria ter ocorrido até 2008 – e já há movimentações no sentido de revisar algumas das leis que foram aprovadas”.

Na edição de 13 de junho (anexo F3), o JL volta ao assunto, com uma manchete: “Zoneamento – Atrasado há 5 anos, Plano Diretor é retalhado”. A matéria discute o tratamento dado pelos vereadores às questões urbanas, discutindo pontualmente as situações, em vez de pensar a cidade como um todo. A reportagem da página 4, assinada por Fábio Silveira, sai com o seguinte lide:

“enquanto a Lei de Uso e Ocupação do Solo, uma das duas leis complementares ao Plano Diretor ainda não aprovadas, demora em chegar ao Legislativo – o atraso já é de 5 anos –, vereadores e o próprio Poder Executivo têm se dedicado a retalhar o zoneamento da cidade. Levantamento feito pelo JL mostra que no intervalo de 2009 a 2013 foram apresentados 51 projetos de mudanças pontuais de zoneamento. Desses, 22 se transformaram em leis e 7 ainda estão tramitando. Outros 21 foram arquivados pela própria Câmara. A Lei de Zoneamento deveria ter sido atualizada até 2008, já que o atual Plano Diretor está em vigor desde 1998 e precisa ser renovado a cada 10 anos”.

⁵³ O órgão chamava-se anteriormente Companhia de Desenvolvimento de Londrina, com a sigla Codel. Mudou para Instituto, mas a sigla foi mantida.

A edição de 18 de junho de 2013 (anexo F4) traz na página 7 uma reportagem de Fábio Silveira: “Planejamento – Prefeitura revisava texto errado do Plano Diretor”, diz o título da matéria, que não teve chamada de capa. O lide reafirma a informação do título, especificando que se trata do projeto de Uso e Ocupação do Solo, que é uma lei complementar ao Plano Diretor. “O equívoco foi constatado pela Procuradoria Jurídica, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina (Ippul) e Secretaria de Governo”, diz o JL. Que completa: “o texto certo, que contém as deliberações feitas na Conferência da Cidade, estava guardado em um computador do Ippul”.

Na edição de 19 e junho (anexo F5) o assunto é manchete: “1º trimestre – Atraso do Plano Diretor trava construção civil”. A reportagem publicada na página 7 é de Telma Elorza. O lide afirma que “o número de projetos de construção aprovados pela Prefeitura de Londrina caiu 32,38% em relação ao mesmo período do ano passado”.

Na página 5 da edição de 11 de julho (anexo F6), o jornal fala sobre os planos da agenda do prefeito para votar o Plano Diretor: “Sistema viário – Kireeff prepara agenda sobre Plano Diretor”. “O prefeito Alexandre Kireeff (PSD) se reuniu ontem com um grupo de vereadores para preparar uma agenda para a discussão dos projetos de Uso e Ocupação do Solo (zoneamento) e Sistema Viário, as duas últimas leis complementares ao Plano Diretor que ainda não foram votadas”, diz o texto.

Na edição de 1º de agosto (anexo F7), o JL chama o tema na capa: “Câmara – Vereadores priorizam leis do Plano Diretor”. A reportagem de Fábio Silveira, publicada na página 5, fala sobre o fim do recesso de meio de ano na Câmara. Os vereadores entrevistados na reportagem apontam a votação das leis complementares ao Plano Diretor como a principal agenda da Câmara no segundo semestre de 2013.

Em 10 de agosto de 2014 (anexo F8), reportagem publicada na página 12 e sem chamada de capa, traz o título: “Meio Ambiente – Projeto libera obras no Igapó”, assinada por Marcelo Frazão. A matéria trata de mais uma tentativa do vereador Joaquim Donizete do Carmo (PDT), conhecido como “Gaúcho Tamarrado”, de avançar sobre as áreas de preservação ambiental.

Na edição de 13 de agosto de 2014 (anexo F9), com a chamada de capa “Legislativo – Vereadores aprovam escolas em praças”, o jornal registra mais um avanço dos vereadores sobre a legislação em vigor e as questões ambientais. O lide da reportagem informa que

“Na disputa entre o meio ambiente e as escolas, venceram as escolas. Após duas horas e meia de debate, os vereadores decidiram pela retirada de pauta da emenda à Lei Orgânica proposta por Mário Takahashi (PV), proibindo a construção de escolas em áreas de praça, e aprovaram, em primeira discussão, um projeto de lei autorizando a Prefeitura a construir dez unidades escolares em áreas de praça de bairros”.

Em 19 de agosto de 2013 (anexo F10) o JL dá a manchete: “Zoneamento – Bairros podem ficar mais flexíveis para comércio e prédios”, diz a chamada da capa. A reportagem de Marcelo Frazão ocupa as páginas 4 e 5 do jornal e diz que com a revisão do Plano Diretor, Londrina poderá passar de seis para nove tipos de zoneamentos. “A maioria das áreas hoje residenciais permanece como está no Plano Diretor vigente, o que não significa um ‘congelamento’ das atuais características os bairros de Londrina”, diz-o texto.

Na edição de domingo, 25 de agosto (anexo F11), o jornal traz duas reportagens sobre o assunto. Uma das matérias, tem o título “Planejamento – ‘Temos que diminuir as irregularidades’”, de Marcelo Frazão, o Ippul defende “a flexibilização das zonas residenciais no novo Plano Diretor como forma de ‘regularizar’ a cidade”.

Em 10 de setembro de 2013 (anexo F12), a manchete do JL é: “Leis complementares – Administração ignora sugestões ao Plano Diretor”. A reportagem da página 4 é assinada por Fábio Silveira. A matéria informa que a administração enviaria naquele dia os dois projetos de leis complementares, o de Uso e Ocupação do Solo (zoneamento) e Sistema Viário.

Em 11 de setembro (anexo F13), em reportagem publicada na página 5, sem chamada de capa, a repercussão da chegada dos projetos das duas leis complementares à Câmara. A reportagem de Fábio Silveira diz que “ao contrário do Poder Executivo [...] a Câmara pode acolher algumas das 211 propostas dos moradores, que foram apresentadas durante a semana técnica” realizada pela Prefeitura.

O assunto só volta a ganhar destaque na capa do JL em 7 de fevereiro de 2014 (anexo F14), com o título: “Câmara – Suspensa a tramitação do Plano Diretor”. A reportagem publicada na página 5 e assinada por Fábio Silveira explica o motivo: falta de informações. O presidente da Câmara, Rony Alves (PTB), diz que “no caso do Sistema Viário faltou ‘um mapa que deixe claro o sistema’ e que o mesmo seja disponibilizado na internet”.

Em 4 de abril (anexo F15), a manchete do JL é sobre o novo Plano Diretor que estava em discussão na Câmara, contextualizado com os problemas do Centro Comercial City: “Recuo de 5 metros – Plano Diretor manterá 32 áreas de exceção”. Na chamada interna, na

página 4, a matéria de Marcelo Frazão diz que a proposta em discussão mantém “recoo facultativo”. A foto é da fachada do City, que avançou sobre o recoo e se tornou objeto de polêmica à época.

Em 15 de maio (anexo F16), reportagem publicada na página 5 do JL, sem chamada de capa, diz que o “Novo Plano Diretor terá 3ª versão em agosto”. A matéria de Marcelo Frazão diz em seu lide que “dúvidas, inconsistências e novos erros no projeto de lei do novo Plano Diretor de Londrina, elaborado pela Prefeitura, devem adiar novamente a votação do projeto na Câmara Municipal e levar à redação da terceira versão da proposta após o Conselho Municipal das Cidades (CMC) avaliar o documento”.

Em 14 de outubro (anexo F17) a manchete do JL retoma o assunto: “Audiência pública – Última chance para discutir o novo Plano Diretor”. A reportagem da página 4 é de Fábio Silveira e diz que a audiência marcada para a segunda-feira da semana seguinte seria a última para debater o assunto. O lide diz que “depois de quatro anos de tramitação, os projetos de lei de Uso e Ocupação do Solo e o Sistema Viário, os únicos complementares ao Plano Diretor que faltam ser votados, serão objetos de uma audiência pública”.

Em 19 de outubro (anexo F18), numa edição de domingo, véspera da audiência anunciada na semana anterior, o jornal informa: “Mudanças – Plano Diretor suscita muitas dúvidas”. A reportagem publicada na página 6 é de Marcelo Frazão e não foi chamada na capa do jornal. “Embora seja a última chance de discutir o assunto antes de ser votado pelos vereadores, muitas dúvidas ainda precisam ser respondidas”, diz o lide da matéria.

Na quarta-feira, 22 de outubro (anexo F19), o resultado da audiência pública anunciada nas duas reportagens anteriores: “Plano Diretor – Audiência Superficial irrita moradores”, diz o título da reportagem de Marcelo Frazão, publicada na página 6. A foto em três colunas mostra as galerias da Câmara cheias e com diversas faixas de moradores, com dizeres como “Não ao crescimento desordenado” e “Zoneamento com qualidade de vida”.

Na manchete de 7 de dezembro de 2014 (anexo F20), o JL fala mais uma vez das tentativas de avanços sobre os fundos de vale: “Câmara – Projetos miram fundos de vale”, diz a chamada. O título da reportagem de Fábio Silveira, publicada na página 4, chama atenção para “Gaúcho Tamarrado, o vereador que quer ocupar fundos de vale”.

Em 15 de dezembro (anexo F21), o jornal publica na página 5 reportagem de Telma Elorza, sem chamada de capa: “Plano Diretor – Câmara traça estratégia para votar projetos”.

O texto diz que os vereadores votariam naquele dia, em primeiro turno, os dois projetos de lei complementares ao Plano Diretor que ainda não tinham sido aprovados: a Lei de Uso e Ocupação do Solo e o Sistema Viário.

A manchete de 16 de dezembro (anexo F22) fala da sessão da Câmara na véspera: “1ª Votação – Câmara aprova projetos finais do Plano Diretor”. Na página 4, o lide da reportagem de Fábio Silveira anuncia que “a ‘novela’ das leis de Uso e Ocupação do Solo (zoneamento) e do Sistema Viário, que completam a revisão do Plano Diretor que deveria ter sido concluída em 2008, parece perto do fim”.

Em 30 de dezembro (anexo F23), dessa vez sem chamada de capa, reportagem de Fábio Silveira publicada na página 5 do JL tem o título: “Câmara Municipal – Plano Diretor: revisão tem enxurrada de emendas”. O jornal fala sobre a votação que começou no dia 29 de dezembro e não tinha sido encerrada até o fechamento da edição.

Na edição da virada de ano, que tem data de 31 de dezembro de 2014 a 2 de janeiro de 2015 (anexo F24), sem chamada de capa, o título da reportagem é “Vereadores defendem reparos em revisão”. “Mal acabou a revisão do Plano Diretor, com a aprovação, no começo da madrugada de ontem, das redações finais das leis de Uso e Ocupação do Solo e do Sistema Viário, e o assunto ainda não está encerrado na Câmara Municipal de Londrina”, diz o lide da matéria de Fábio Silveira.

Encerrada a revisão do Plano Diretor, o JL volta ao assunto, pela última vez, em 27 de maio (anexo F25), com a manchete “Desenvolvimento – Zona Norte começa a sentir impacto do Plano Diretor”. A reportagem de Telma Elorza, na página 11, não confirma o título:

“Com a entrada em vigor do novo Plano Diretor – quer permite que novas áreas comportem edifícios – é possível que Londrina veja seu perfil imobiliário mudar radicalmente nos próximos anos. As construtoras e incorporadoras já se preparam para desenvolver projetos nas novas áreas liberadas. Mas em curto prazo, há perspectivas de que a grande movimentação seja vista, principalmente, na zona norte da cidade. A previsão do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Norte do Paraná (Sinduscon) é que, em breve, uma grande área residencial surja no extremo oeste da Avenida Saul Elkind para atender a demanda do novo polo industrial que deve ser criado na região”.

Tabela 6 – Reportagens do JL sobre O Plano Diretor de Londrina

Reportagem		Publicação
1	Desenvolvimento – Plano Diretor vira prioridade zero para Codel (chamada de capa) Fontes: Bruno Veronesi, presidente da Codel Marcos Rambalducci, economista	13/01/2013
2	Projetos – Vereador quer ‘revisar’ Plano Diretor no ‘varejo’ (sem chamada de capa) Fontes: Joaquim Donizete do Carmo, vereador Gilson Bergoc, arquiteto e professor da UEL Robinson Borba, presidente do Ippul Gérson Guariente Júnior, presidente do Sinduscon	23/04/2013
3	Zoneamento – Atrasado há 5 anos, Plano Diretor é retalhado (manchete) Fontes: Alexandre Kireeff, prefeito Gilson Bergoc, arquiteto e professor da UEL	13/06/2013
4	Planejamento – Prefeitura revisava texto errado do Plano Diretor (sem chamada de capa) Fontes: Marina Clarice Monteiro, presidente do Ceal Gabriela Fontoura, presidente da Associação de Moradores do Jardim Shangri-lá	18/06/2013
5	1º trimestre – Atraso do Plano Diretor trava construção civil (manchete) Fontes: Gérson Guariente Júnior, presidente do Sinduscon Gabriel Vansolini, economista José Roberto Hoffman, presidente da Cohab	19/06/2013
6	Sistema viário – Kireeff prepara agenda sobre Plano Diretor (sem chamada de capa) Fontes: Elza Correia, vereadora Roberto Kanashiro, vereador	11/07/2013
7	Câmara – Vereadores priorizam leis do Plano Diretor (chamada de capa) Fontes: Mário Takahashi, vereador Rony Alves, vereador Jamil Janene, vereador	01/08/2013
8	Meio Ambiente – Projeto libera obras no Igapó (sem chamada de capa) Fontes: Joaquim Donizete do Carmo, vereador (citação da justificativa do projeto)	10/08/2013
9	Legislativo – Vereadores aprovam escolas em praças (chamada de capa) Fontes: Janeth Thomas, secretária municipal de Educação Mário Takahashi, vereador	13/08/2013
10	Zoneamento – Bairros podem ficar mais flexíveis para comércio e prédios (manchete) Fontes: Ignês Dequech, presidente do Ippul Arnaldo Falanca, Abrasel Gérson Guariente Júnior, presidente do Sinduscon Gabriela Fontoura, presidente da Associação de Moradores do Jardim Shangri-lá	19/08/2013
11	Planejamento – ‘Temos que diminuir as irregularidades’ (sem chamada de capa) Fontes: Sandro Nóbrega, secretário de Obras	25/08/2013
12	Leis complementares – Administração ignora sugestões ao Plano Diretor (manchete) Fontes: Alexandre Kireeff, prefeito Gabriela Fontoura, presidente da Associação dos Moradores do Jardim Sangri-lá Rubens Roque da Silva Ferreira, da Associação do Vale dos Tucanos Jorge Torquato, da Associação dos Moradores do Alto do Igapó	10/09/2013
13	Plano Diretor – Vereadores defendem debate amplo sobre leis (sem chamada de capa) Fontes: Rony Alves, vereador Mário Takahashi, vereador Elza Correia, vereadora	11/09/2013
14	Câmara – Suspensa a tramitação do Plano Diretor (chamada de capa) Fontes: Rony Alves, vereador Elza Correia, vereadora	07/02/2014
15	Recuo de 5 metros – Plano Diretor manterá 32 áreas de exceção (manchete) Fontes: Cláudio Shizuo, arquiteto Celina Ota, diretora da Secretaria de Obras	04/04/2014
16	Novo Plano Diretor terá 3ª versão em agosto (sem chamada de capa) Fontes: Rony Alves, vereador Técnico da área de planejamento – fonte que não quis se identificar	18/05/2014
17	Audiência pública – Última chance para discutir o novo Plano Diretor (manchete)	14/10/2014

	Fontes: Sandra Graça, vereadora Luiz Guilherme Alho, empresário, membro do CMC Rubens Ferreira, da Associação dos Moradores do Vale dos Tucanos e Mediterrâneo	
18	Mudanças – Plano Diretor suscita muitas dúvidas (sem chamada de capa) Fontes: Mário Takahashi, vereador Cecília Loures, Associação dos Moradores do Vale dos Tucanos (entrevista concedida à RPCTV)	19/10/2014
19	Plano Diretor – Audiência Superficial irrita moradores (sem chamada de capa) Fontes: Ignês Dequech, presidente do Ippul Vinícius Yoma Bueno, morador Clarice Yunes, servidora municipal Roberta Queiroz, presidente do Consemma Ayrton Nozawa, engenheiro Ayoub Hanna Ayoub, presidente do Sindicato dos Jornalistas	22/10/2014
20	Câmara – Projetos miram fundos de vale (manchete) Fontes: Joaquim Donizete do Carmo, vereador Paulo Gutierrez, membro do Consemma	07/12/2014
21	Plano Diretor – Câmara traça estratégia para votar projetos (sem chamada de capa) Fontes: Rony Alves, vereador Vilson Bittencourt, vereador	15/12/2014
22	1ª Votação – Câmara aprova projetos finais do Plano Diretor (manchete) Fontes: Jamil Janene, vereador Rony Alves, vereador Alexandre Kireeff, prefeito Gabriela Fontoura, Associação de Moradores do Jardim Shangri-lá Nelson Capucho, engenheiro, membro do CMC	16/12/2014
23	Câmara Municipal – Plano Diretor: revisão tem enxurrada de emendas (sem chamada de capa) Fontes: Vilson Bittencourt, vereador Elza Correia, vereadora Gabriela Fontoura, presidente da Associação de Moradores do Jardim Sangri-lá Nilton Capucho, engenheiro, membro do CMC	30/12/2014
24	Vereadores defendem reparos em revisão (sem chamada de capa) Fontes: Alexandre Kireeff, prefeito Jamil Janene, vereador Elza Correia, vereadora Rony Alves, vereador	31/12/2014 a 02/01/2015
25	Desenvolvimento – Zona norte começa a sentir impacto do Plano Diretor (manchete) Fontes: Gérson Guariente Júnior, vice-presidente do Sinduscon Leonardo Schibelsky, gerente da construtora Yticon Ricardo Kikamura, gerente da construtora Thá	27/05/2015

5 OS VALORES-NOTÍCIA USADOS PELO JL EM POLÊMICAS SOBRE QUESTÕES URBANAS

Neste capítulo vamos analisar os valores-notícia usados pelo JL para definir o seu noticiário em questões relativas ao mercado imobiliário. Para tanto escolhemos os dois temas que consideramos mais polêmicos, dentre os oito que identificamos na cobertura do jornal sobre o setor no período pesquisado. São eles o caso do shopping City, onde foi instalada uma loja da Havan, no centro da cidade e que foi objeto de 17 reportagens; e o caso do Complexo Marco Zero e a crise dos Habite-se, que foram alvos de uma Comissão de Inquérito na Câmara de Vereadores e objeto de 31 reportagens do JL. Para fazer a análise, aplicaremos os valores-notícia apenas sobre as reportagens que foram manchete. As demais serão expostas de forma sucinta, para ajudar na compreensão do contexto, assim como fizemos no capítulo anterior. A definição dessas matérias como manchete indica que elas foram consideradas as principais na edição em que foram veiculadas. No caso City/Havan, das 17 reportagens, 7 foram manchete. No caso do Complexo Marco Zero/Habite-se, das 31 reportagens publicadas, 10 foram manchete.

5.1 Caso City/Havan

O caso do Centro Comercial City, que no começo foi tratado pelo jornal como “caso Havan” e depois como “caso City” foi rumoroso. A mudança de nome se deve ao fato de que embora no prédio funcionasse uma loja da rede Havan, o imóvel não pertencia a essa empresa. O dono do imóvel e responsável pela construção do prédio é o empresário Rachid Zaban, que batizou o edifício como Centro Comercial City. A polêmica se deve ao descumprimento pelo empresário que construiu o prédio, de leis municipais. As reportagens foram publicadas entre janeiro de 2013 e fevereiro de 2015.

Em 17 de janeiro de 2013, (Fig.2) uma manchete: “Sem licença – 256 empresas operam sem alvará e podem fechar”, diz o título. Aqui aparecem com força os valores-notícia quebra da normalidade, que no caso é o descumprimento de uma lei, e conflito, porque no texto de apoio da manchete a prefeitura fala em fechamento das empresas caso não haja regularização – ou seja, uma disputa entre o poder público e os empresários irregulares.

Também pode ser citado aqui o critério de relevância, devido à quantidade de estabelecimentos funcionando sem alvará (256), com potencial de afetar muita gente de forma generalizada.

Na página 7, reportagem de Telma Elorza. Embora a reportagem não trate especificamente do Centro Comercial City/Havan, a foto que abre a matéria, aberta em três colunas no alto da página, mostra a fachada da loja de departamentos. O lide:

“Empresas recém-instaladas em Londrina estão funcionando de forma irregular, sem alvará, sujeitas a multas e ao fechamento. Entre elas estão empresas grandes como a Havan Centro, a multinacional Leroy Merlin e a rede de lojas de departamento Pernambucanas. A lista com 256 estabelecimentos inclui ainda igrejas evangélicas e até a cooperativa Cocamar. As empresas trabalham com alvarás provisórios, ou alvará fácil, que expiraram em dezembro”.

Figura 2 – Capa do JL do dia 17 de janeiro de 2013



A reportagem diz que a lista das empresas foi publicada no Jornal Oficial do Município no dia 9 de janeiro. Em entrevista, a gerente de Cadastro Imobiliário da Secretaria Municipal da Fazenda, Elza Araki Nagayama, diz que “a modalidade alvará fácil tem um prazo de 60 dias para que a empresa entregue toda a documentação exigida para a continuidade do processo”. Podemos dizer que no lide foram usados os mesmos valores-

notícia que elencamos na manchete. A menção às três lojas, todas de grande porte e com grande circulação de pessoas demonstra o uso do valor-notícia relevância.

Três meses depois, em 30 de abril, nova manchete, informando que as empresas não se regularizaram, mas também não fecharam: “Alvará fácil – Empresas com alvará cassado continuam abertas”, diz o texto da chamada. A exemplo da manchete anterior, a quebra da normalidade, que é o não cumprimento da lei, continua como o valor-notícia mais forte. O texto de apoio da manchete demonstra o uso de outro critério, que é o de relevância. O número de empresas irregulares sobe quatro vezes: das 256 anunciadas em janeiro, para 1.000. O conflito, que é a disputa da prefeitura com as empresas pelo cumprimento da lei também aparece entre os valores usados. A prefeitura continua com dificuldades para fazer cumprir a lei, mas dessa vez fica clara a sua impotência para fiscalizar: apenas 20 das 1.000 empresas irregulares foram fechadas.

Na foto da capa (Fig.3), novamente a foto da fachada do “prédio da Havan”. Na página 4, reportagem de página inteira de Marcelo Frazão. O lide expõe a questão com riqueza de detalhes:

Em seis meses, exatamente 1.094 liberações de funcionamento, das 1.500 concedidas com o Alvará Fácil, para empresas e microempresas da cidade foram canceladas pela Secretaria da Fazenda. Após a baixa de ofício, menos da metade – 408 empresas – voltaram a se regularizar e a pedir novos alvarás. Dos 686 negócios que permanecem irregulares, menos de 2,9% - 20 empresas – foram lacradas pela fiscalização da prefeitura. Outras 25 foram multadas em valores entre R\$ 200 e R\$ 7 mil por permanecerem abertas irregularmente.

Segundo a reportagem, entre as empresas que tiveram a liberação cancelada estão “borracharias, padarias, lava-rápidos, vidraçarias e até uma grande loja de departamentos no Calçadão”. A matéria explica que o Alvará Fácil permite que uma atividade comercial abra as portas “com uma simples validação pela internet e depois, em prazos entre 90 e 180 dias, entregar na prefeitura os documentos necessários para permanecer em funcionamento”. O texto diz ainda que enquanto o Alvará Fácil estiver em vigor, a empresa fica “inune às fiscalizações”. O secretário da Fazenda, Paulo Bento, diz que “mais de mil negócios em situação irregular é um número alto. Muito ruim”.

Figura 3 – Capa do JL do dia 30 de abril de 2013



Numa segunda retransa, o Sindicato das Empresas de Assessoramento e de Serviços Contábeis de Londrina (Sescap) reclama da lentidão do poder público para analisar os processos das empresas. E numa terceira retransa, o “caso Havan” é descrito e as irregularidades são enumeradas:

“Em janeiro, a Secretaria da Fazenda fez um dos maiores pentes-finos no cadastro de empresas de Londrina. ‘Eliminou’ 247 alvarás provisórios – entre eles, os de lojas como a Havan, na rua Benjamin Constant, e diversos negócios no mesmo prédio, todos em situação irregular. O problema começou com o zoneamento do local, que não permitia a construção na altura em que o empreendimento foi feito. Como a obra não foi paralisada pela Secretaria de Obras, agora o prédio não tem o Habite-se – o documento é requisito para as lojas do empreendimento obterem o alvará definitivo de funcionamento, o que não ocorreu até hoje”.

5.2 O “caso Havan/City” Toma Forma

A manchete de 25 de março de 2014 (Fig.4) não cita diretamente o nome da Havan: “Construções – Ineficiência da Prefeitura abre brecha para obras irregulares”. O texto de apoio também não usa o nome da loja: “O City, um grande edifício comercial no centro de Londrina, funciona há mais de um ano sem Habite-se definitivo. O empreendimento teve aval da Secretaria de Fazenda, mas foi considerado irregular pelo Ippul”. Ainda no texto da capa, o empresário Rachid Zabian, responsável pelo empreendimento, protesta: “não sou bandido e

não posso ser considerado assim por erros internos do município”. A quebra da normalidade, na forma de desvio, aparece nessa manchete. A ineficiência da prefeitura para fiscalizar é o inverso do que se espera da atuação do poder público. O descumprimento das normas, como fez o empreendedor também é um desvio. O conflito é outro valor-notícia presente na capa do jornal, que fica exposto quando o empresário reage dizendo que não pode ser considerado “bandido” devido a “erros do município”.

Figura 4 – Capa do JL do dia 25 de março de 2014



Nessa matéria há uma mudança importante: nas primeiras reportagens o JL tratava o caso como o das irregularidades “da loja da Havan”. Nessa reportagem o jornal usa “Centro Comercial City”, já que a responsável pelas irregularidades não era a loja, mas a empresa que construiu o imóvel. Até aqui, o uso da Havan em vez do nome do empreendimento, se deve a um olhar sobre o que estava à vista, que era a loja. Depois o JL descobriu que a empresa apenas alugava o imóvel. O jornal corrigiu o erro, reduzindo o uso do nome mais popular e por isso, mais próximo do leitor – se o JL falasse apenas do “City”, poucos leitores identificariam o prédio. No segundo parágrafo da reportagem principal, publicada na página 4, o nome da loja aparece, mas o jornal contextualiza com a informação de que ela é locatária. Mesmo assim o valor-notícia proximidade está presente, por causa das fotos da fachada do prédio, que colocam em destaque o nome Havan, mais conhecido do leitor.

Reportagem menor, assinada por Fábio Silveira, na parte inferior da página, fala sobre outra obra com problemas legais: o Hotel Íbis, no Complexo Marco Zero. Logo os dois casos se descolariam e virariam “novelas” diferentes nas páginas do JL. Esse texto diz que “mesmo depois de ser embargado e de receber multa de R\$ 150 mil” devido a problemas no Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) que impediram a emissão do alvará de construção, o hotel “está contratando funcionários, pensando na inauguração”. A matéria diz que apesar das sanções administrativas, “a Prefeitura não recorreu à Justiça para paralisar o empreendimento”. Sem alvará de construção, conseqüentemente, a empresa não conseguiria receber o Habite-se, quando as obras fossem concluídas.

Na manchete do dia 8 de abril (Fig. 5), o nome da loja volta a aparecer na chamada, demonstrando a força do valor-notícia proximidade: “Zoneamento – Câmara Municipal pretende legalizar prédio da Havan”. O desvio, que caracteriza o valor-notícia quebra da normalidade, aparece no texto de apoio: o jornal diz que uma comissão da Câmara de Vereadores “pretende criar uma lei para ajudar a contornar as irregularidades do edifício”. O verbo “contornar” insinua a ideia de uma composição para que a lei não seja cumprida. Na página 4, reportagem de Fábio Calsavara, começa com um lide sem insinuações:

“Uma lei para beneficiar o centro comercial City, onde está a loja da Havan, em Londrina. Isto é o que quer a Comissão criada pela Câmara Municipal para discutir irregularidades na construção, na rua Benjamin Constant, região central, depois de reunião realizada ontem. A intenção é apresentar um projeto de lei que regularize o empreendimento por completo, cujo principal problema é o desrespeito à exigência de recuo de 5 metros”

O valor-notícia quebra da normalidade é reforçado pelo verbo “beneficiar”. A comissão de vereadores iria discutir as irregularidades, mas preferiu “contornar” e “beneficiar” o infrator. Ao contrário das matérias anteriores, nesta não está presente o conflito: Câmara e empresário infrator caminham na mesma direção. A mudança proposta é tornar facultativo o recuo desrespeitado pelo empreendimento. Medida que estava prevista na nova Lei de Uso e Ocupação do Solo em discussão na Câmara. Pela legislação em vigor na época em que a reportagem foi publicada, a cidade tinha 32 áreas de exceção no centro da cidade e a rua Benjamin Constant, onde foi construída essa obra, não era uma delas. Ela foi incluída num substitutivo ao Plano Diretor.

Figura 5 – Capa do JL do dia 8 de abril de 2014



Em 13 de abril de 2014 (anexo G1), o jornal publica uma reportagem de Marcelo Frazão na página 8, com o título: “Cobrança – Kireeff tem cinco dias para definir destino do City”. A reportagem não tem chamada de capa. O texto diz que o Ministério Público deu um prazo de cinco dias para que o prefeito informasse que medidas tomaria com relação ao empreendimento, que tinha diversas irregularidades. A matéria afirma que o empreendimento invadiu 2,5 metros da calçada (o recuo deveria ser de 5 metros, mas ficou em 2,5 metros) e que o prédio está em funcionamento desde o fim de 2012, sem alvará. O repórter destaca trecho do documento do MP: “os atos praticados com vícios de legalidade não originam direitos e não podem ser convalidados pelo poder público, sob pena de violação expressa de disposições constitucionais”. Em caso de descumprimento da recomendação, o MP alerta que pode entrar com ação de improbidade administrativa contra o prefeito e secretários envolvidos.

No dia 15 de abril (anexo G2), chamada de capa no JL: “Novo secretário liberou obra irregular de prédio da Havan, diz empresário”. A reportagem de página inteira na página 4 é de Fábio Calsavara. Duas crises se cruzam nessa matéria: Sandro Nóbrega deixara a Secretaria de Obras em decorrência de outra crise, essa envolvendo a concessão de alvarás e que será discutida adiante. Segundo o empresário Rachid Zabian, responsável pela construção do prédio do Centro Comercial City, onde foi instalada uma loja da Havan, o servidor de

carreira Fernando Bergamasco, que assumiu interinamente a Secretaria em substituição a Nóbrega, foi o responsável pela “recomendação para que a obra avançasse sobre o recuo”. A declaração do empresário foi dada durante uma reunião da Comissão de Trabalho, Administração e Serviços Públicos da Câmara. Nessa reunião, Zabian disse também que não tinha alvará para começar a construção do prédio.

Na página 4 da edição de 16 de abril (anexo G3), nova reportagem do jornalista Fábio Calsavara, traz uma fala forte do então prefeito Alexandre Kireeff: “Centro Comercial City – Kireeff diz que cidade tem nova ‘muralha’”. O texto não foi chamado na capa da edição. A reportagem é publicada dentro da conjuntura quente do primeiro semestre de 2014, que além do caso Havan, ocupa o noticiário com a crise dos Habite-se no Jardim Colúmbia e a crise do Complexo Marco Zero. O prefeito faz referência a outro episódio que marcava o noticiário da cidade nos anos anteriores. A chamada “muralha” foi a criação de um perímetro⁵⁴, em 2005, durante a gestão do ex-prefeito Nedson Micheleti (PT), proibindo a construção de empreendimentos que fossem grandes polos geradores de tráfego na região central da cidade. A medida foi objeto de intensos debates e só caiu na Câmara Municipal sete anos depois, em 2012.

A declaração de Kireeff, dada em entrevista coletiva, é com relação ao Centro Comercial City, que desrespeitou o recuo obrigatório e encaminhou a obra sem alvará. “Sem entrar na questão do recuo, Kireeff justificou a ‘nova muralha’ com base em um apontamento do MP, de que uma obra daquele porte não poderia ter sido instalada no centro”. Diz o prefeito: “Quando há a determinação de que não pode haver polo gerador de tráfego numa ZC1 (Zona Comercial 1, no centro), quer dizer que não pode ter qualquer empreendimento comercial”.

Na página 5 da edição de 18 de abril (anexo G4), uma reportagem de Marcelo Frazão traz novidades sobre o caso. “Impasse – Definição sobre City pode demorar”, diz o título. A reportagem não teve chamada de capa (é importante que se diga que essa edição de 18 de abril traz na capa uma chamada sobre a abertura da CEI dos Alvarás – pode-se dizer que nesse caso o valor-notícia quebra da normalidade, que é a abertura da CEI para investigar um desvio, descumprimento de lei, foi considerado mais importante que o valor-notícia conflito, que no

⁵⁴ Originalmente o perímetro pegava uma área da cidade que ia da avenida Brasília (trecho urbano da Rodovia BR-369, que corta o Norte do Paraná até Ourinhos, no Estado de São Paulo) até as imediações da prefeitura. Durante a tramitação na Câmara o perímetro foi ampliado ao Norte, até a avenida Henrique Mansano, onde fica o Estádio do Café e o Autódromo Ayrton Senna, e ao sul, até a rodovia PR-445, que liga a região a Curitiba.

caso é o impasse para definir a situação do City). A reportagem diz que a prefeitura ganhou um prazo de mais 20 dias para responder à recomendação do Ministério Público sobre o que seria feito com relação às irregularidades na obra do Centro Comercial City.

Em 8 de maio (Fig. 6), a manchete da edição diz: “Obras – Sem recuo, Habite-se e EIV, Prefeitura considera City regular”. O tom da reportagem assinada por Marcelo Frazão, na página 4, é de crítica à prefeitura, que volta atrás e passa a considerar o prédio como regular, apesar de todos os problemas legais.

“O Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina (Ippul) anulou avaliações anteriores do próprio órgão e decidiu, agora, considerar o prédio do Centro Comercial City, na rua Benjamin Constant (centro), como regular e em sintonia com as leis municipais, afastando qualquer possibilidade de lojas como a Havan, âncora do espaço, serem fechadas. Antes, o centro comercial corria o risco por ser qualificado como fora das normas construtivas do Plano Diretor e do Código de Obras. Além disso, o prédio foi aberto em 2012 sem Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) aprovado, sem ter o alvará de construção inicial e, portanto, sem documento de Habite-se. Posteriormente, verificou-se não ser possível a instalação de um Polo Gerador de Tráfego (PGT) em Zona Comercial 1 (ZC1)”.

Figura. 6 – Capa do JL do dia 8 de maio de 2014



A reportagem lembra, ainda, que o antigo titular da Procuradoria Geral do Município, Zulmar Fachin, declarou o prédio como irregular, o que levou o Ministério Público a cobrar um posicionamento da prefeitura. Paulo Valle, sucessor de Fachin na Procuradoria, explica o novo entendimento:

“fizemos uma reanálise do caso e detalhamos os conflitos nas leis. Tivemos dúvidas obre a interpretação anterior, que não era errada, mas também não excluía a existência de outra. Como há dupla interpretação e a dúvida veio à tona, a responsabilidade do Ippul foi definir”.

Valle diz que “as leis são realmente dúbias e permitem interpretação dupla” e que “não há ‘interpretação certa ou errada’ porque ambas não são excludentes para o caso”. A reportagem cita uma entrevista da então presidente do Ippul, Ignês Dequech à rádio Paiquerê AM. Ela diz que o recuo de 5 metros na rua Benjamin Constant é “facultativo” e que o uso do espaço pelo prédio “não traz prejuízos à cidade porque não há previsão de alargamento da rua Benjamin Constant”. Ela diz também que o EIV (que deveria ser o ponto de partida para a aprovação da obra) antes rejeitado deveria ser reavaliado e que como a prefeitura passou a considerar a obra regular, o Habite-se deveria ser concedido.

O valor-notícia mais forte é a quebra da normalidade. A reportagem tenta demonstrar em vários pontos que a prefeitura recuou com relação aos seus posicionamentos anteriores e que, em última instância, estaria disposta a rever o seu parecer sobre o EIV que precede a liberação da obra. Também aparece aqui o conflito como valor-notícia. No caso, o conflito da prefeitura com a sua posição anterior.

Em 9 de maio (Fig. 7), nova manchete: “Crise dos alvarás – ‘Não é possível uma afronta desse porte’, reage Kireeff”. Na página 6, a reportagem de Marcelo Frazão diz, na linha fina, que o “prefeito reage à decisão da Procuradoria do Município, que considerou regular o prédio do Centro Comercial City e deve multar hoje dono do imóvel”. O texto diz que o prefeito passou o dia conversando com a Secretaria de Obras e o Ippul e estima que as multas ao empreendimento, que não cumpriu as regras, deve chegar a R\$ 3 milhões. A decisão deveria ser anunciada pelo prefeito naquele dia (ela só apareceria na edição do dia 11 de maio, ou seja, ela saiu no dia seguinte à reportagem, em 10 de maio). “As multas, no entendimento de Kireeff, não se chocam com decisões anunciadas por Ippul e Obras de que, agora, o empreendimento é regular, mesmo ante a construção de parte do imóvel sobre o recuo e reprovação do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) – situações ‘reinterpretadas”.

Ou seja, a prefeitura multaria o empreendimento, apesar de rever seu posicionamento anterior e considerá-lo regular. O motivo da multa seria o fato de o prédio começar a ser construído sem alvará de construção. Seria uma sinalização da prefeitura em dois sentidos: primeiro regularizando a situação e depois multando pelo início da obra sem alvará e por ele ter sido ocupado sem o Habite-se.

Figura 7 – Capa do JL do dia 9 de maio de 2014



Na mesma edição, na página 8, mais Centro Comercial City. Reportagem de Fábio Silveira diz que a Câmara “sugere que Kireeff adote medida compensatória” a ser executada pelo empreendedor. A matéria trata do relatório da Comissão de Trabalho da Câmara que analisou o caso do Centro Comercial City. A proposta da Comissão é que a prefeitura conceda outorga onerosa ao empreendimento “como forma de compensar a não observância do recuo de 5 metros – a obra foi feita com recuo de 2,5 metros – e a construção de um Polo Gerador de Tráfego (PGT) em área de Zona Comercial 1 (ZC1), o que não é permitido pelo Plano Diretor de 2008”. A outorga onerosa é prevista no Estatuto das Cidades e “prevê que os empreendedores deem uma contrapartida em troca de construir acima do coeficiente de aproveitamento”, diz a reportagem, que não cita qual seria a contrapartida a ser cobrada do Centro Comercial City. De acordo com o relatório, a contrapartida não isentaria o

empreendedor de arcar com as medidas compensatórias e mitigatórias resultantes do EIV. O relatório também critica a Prefeitura pela demora em analisar o EIV e por “não ter cumprido o seu papel fiscalizador”.

Na manchete prevalecem os valores-notícia quebra da normalidade e conflito. O prefeito tenta se equilibrar entre não desautorizar seus auxiliares e demonstrar que estaria sendo rigoroso com a empresa que infringiu a lei, tentando evitar críticas de que estaria amenizando o tom com relação ao problema. A Câmara, por sua vez, sinaliza com a outorga onerosa, que seria a forma do empresário pagar pela irregularidade sem destruir o imóvel. Pode-se dizer que a postura do Legislativo aqui tenta resolver o paradoxo, empurrando o pêndulo de volta para o senso comum, para usar a metáfora de Marcos Paulo da Silva, tratada no debate sobre o desvio enquanto valor-notícia.

Em 11 de maio (anexo G5), uma pequena reportagem editada em duas colunas, na página 6 e assinada por Fábio Silveira, fala sobre mais um desdobramento: o valor da punição: “Crise dos alvarás – Dono do Centro Comercial City será multado em R\$ 2,9 milhões”. “O motivo para a penalidade é uma irregularidade considerada por Kireeff como incontornável: o fato de o imóvel de 27,8 mil metros quadrados, cuja loja âncora é a Havan, ter começado a ser erguido em 2011 sem alvará de construção”, explica a reportagem. A matéria informa ainda que “o valor da multa corresponde a quatro infrações, sendo a principal delas pela infração descrita no Código de Obras como ocupação de ‘edificação habitada sem o certificado de vistoria de conclusão de obra’, que dá origem às outras três”.

A multa não encerra o assunto – o que mostra que para o JL, o pêndulo ainda estava longe de voltar para a doxa. “No MP – Presidente do Ippul muda versão sobre recuo do City”, diz a manchete da edição do dia 13 de maio (Fig.8). A reportagem de Marcelo Frazão ocupa a página 4 do jornal. O título na página interna não deixa dúvidas quanto ao tom crítico: “Ao MP, presidente do Ippul dá 3ª versão sobre prédio da Havan”. A reportagem trata de um depoimento prestado na véspera por Ignês Dequech. A matéria diz que ela negou que o órgão tenha decidido pela ilegalidade do empreendimento. As outras duas versões citadas no texto são a declaração de ilegalidade do prédio e depois a revisão do processo e a declaração de que o prédio não estava irregular – isso depois de considerar as avaliações anteriores “equivocadas”. “A resposta do Ippul não constitui qualquer decisão sobre o deferimento (aprovação) do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e o documento ainda será reanalisado pelo Ippul, Secretaria de Obras e Conselho Municipal das Cidades”, diz Ignês Dequech numa

fala citada na reportagem. A presidente do Ippul saiu sem dar entrevistas, o que significa que essas aspas foram retiradas do depoimento dela ao Ministério Público.

Os valores-notícia quebra da normalidade e conflito prevalecem aqui, a exemplo do que acontece nas manchetes anteriores. O jornal dá um tom de escândalo, ao falar que a presidente do Ippul “muda de versão” sobre o assunto. O jornal aponta essa contradição como uma continuidade do conflito, dessa vez das autoridades com o que seria a legislação.

Figura 8 – Capa do JL do dia 13 de maio de 2014



Na edição de 10 de agosto de 2014 (anexo G6), sem chamada na capa, o jornal publica na página 10 uma reportagem de Fábio Calsavara. “Obra irregular – Donos do City querem audiência para promover a ‘paz social’”, diz o título do texto, editado em duas colunas. O texto diz que os donos do empreendimento propuseram “uma audiência de conciliação para regularizar a situação do empreendimento junto à administração municipal”. Essa audiência foi marcada para o dia 18 e nela seria assinado um Termo de Ajustamento de Conduta. Segundo o advogado dos responsáveis pelo empreendimento, esse acordo impediria “ações mais extremas, como o embargo e a demolição do prédio”. Com isso, segundo o advogado Ivan Pegoraro, entrevistado pelo jornal, esse acordo promoveria a “paz social”. Ele diz que os termos do acordo seriam indicados pela prefeitura. O procurador Geral do Município, Paulo

Valle, diz na reportagem que a audiência poderia não ser realizada, explicando que se o Ippul estabelecesse os termos antes do dia 18 o acordo poderia ser firmado sem que fosse necessária a realização da audiência. O promotor Renato Lima Castro diz na reportagem que o TAC não serviria para amenizar tanto os efeitos de uma ação judicial proposta pelo Ministério Público, quanto a multa de R\$ 2,9 milhões imposta pela prefeitura, administrativamente.

Em 19 de agosto (anexo G7) o JL volta ao assunto com uma chamada de capa: “Caso City – Divergência de valores impede acordo”. A reportagem publicada na página 8, assinada por Tatiane Salvático, mostra os valores da divergência. O empresário Rachid Zabian propôs a construção de cinco de salas de aula, a um custo de R\$ 400 mil, mas o Ippul estipulou a multa em R\$ 3 milhões “para adequações e reformas de bens municipais”. O texto diz que devido à falta de acordo, prefeitura e empresário têm mais 20 dias para apresentar novas propostas. O Ministério Público também descartou a proposta de construção de cinco salas de aula, que segundo o texto, foi sugerida pelo Conselho Municipal da Cidade (CMC). Note-se que aqui prevalece o valor-notícia conflito, tendo em vista que as posições da empresa e do poder público – no caso o MP – estão em conflito. Mas esse valor-notícia não foi suficiente para levar o assunto para a manchete do jornal.

Na edição de 12 de setembro (anexo G8), sem chamada na capa, reportagem de Tatiane Salvático mostra que o caso caminha para um desfecho. “Imóvel irregular – Compensação pelas obras do City deve custar R\$ 1,3 milhão”, diz o título da matéria. O texto diz que na audiência de conciliação, a Europart, empresa responsável pelo prédio, a Prefeitura e o Ippul chegaram ao valor de R\$ 1,3 milhão para as obras que o empreendimento deveria fazer para compensar o descumprimento da lei. É menos da metade que os R\$ 3 milhões propostos pelo poder público inicialmente, mas três vezes mais do que o empresário se propunha a desembolsar no começo da conversa. O valor-notícia mais importante continua sendo o conflito, embora o acordo esteja próximo. Mas como o pêndulo está se aproximando da doxa, o apelo do tema como assunto enfraquece. Tanto que não foi chamado na capa do jornal.

Em 26 de setembro (anexo G9), reportagem de Marcelo Frazão, mostra que quando o acordo é finalmente firmado, o valor da contrapartida cai quase que pela metade: “Acordo – Europart pagará R\$ 665 mil por irregularidades do City”. A reportagem está na parte superior da página 5. O número final equivale a 22% da proposta original da Prefeitura (R\$ 3 milhões), que o secretário de Obras admite ter sido apresentado com base em “cálculos genéricos”, mas

é pouco mais da metade do R\$ 1,3 milhão apresentado na reunião anterior e noticiado em 12 de setembro. O texto informa que a Europart tem 10 meses para fazer as obras “para compensar inúmeras irregularidades” – referência à expressão escrita no Termo de Ajustamento de Conduta.

Em 5 de fevereiro de 2015 (anexo G10), a última reportagem do JL sobre o assunto, dessa vez com chamada de capa. “City Shopping – Reforma da Supercreche está quase pronta”. A reportagem na página 6 é de Érika Pelegrino. “Apesar de o prazo só terminar em outubro, o City Shopping Londrina deve terminar de cumprir o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado para compensar as irregularidades de construção, como a falta de recuo, em um mês e meio. A previsão foi dada ontem pelo advogado da Europart, responsável pelo empreendimento”. O TAC também obriga a empresa a reformar os banheiros do Museu Histórico Padre Carlos Weiss, abrir quatro bicicletários no Calçadão do centro da cidade, adequações viárias e doação de 1,5 mil mudas ao viveiro municipal.

Tabela 7 – Reportagens do JL sobre o Caso Havan/City

	Reportagem	Publicação
1	Sem licença – 256 empresas operam sem alvará e podem fechar (manchete) Fontes: Elza Araki Nagayama, gerente de Cadastro Imobiliário da Secretaria Municipal da Fazenda Fabiano Nakanishi, gerente Gestão de Dados e Informação da Secretaria da Fazenda Leroy Merlin (pela assessoria) Cocamar (pela assessoria)	17/01/2013
2	Alvará fácil – Empresas com alvará cassado continuam abertas (manchete) Fontes: Paulo Bento, secretário da Fazenda Flávio Balan, presidente da Acil Morador não identificado (fonte em off) Marcelo Esquiante, Sindicato das Empresas de Assessoramento e de Serviços Contábeis de Londrina (Sescap)	30/04/2013
3	Construções – Ineficiência da Prefeitura abre brecha para obras irregulares (manchete) Fontes: Rachid Zabian, proprietário do Centro Comercial City Elza Correia, vereadora Paulo Bento, secretário municipal da Fazenda Sandro Nóbrega, secretário municipal de Obras Paulo Valle, procurador Geral do Município	25/03/2014
4	Zoneamento – Câmara Municipal pretende legalizar prédio da Havan (manchete) Fontes: Elza Correa, vereadora Edson Mitsuo Ogaki, Secretaria de Obras Nicolson Barros, gerente de fiscalização da Secretaria da Fazenda Reginaldo Alves, representante do Centro Comercial City	08/04/2014
5	Cobrança – Kireeff tem cinco dias para definir destino do City (sem chamada de capa) Fontes: Renato Lima Castro e Leila Voltarelli, promotores – (não deram entrevistas, a citação é ao documento que eles assinam) Alexandre Kireeff, prefeito (se manifesta por nota)	13/04/2014
6	Novo secretário liberou obra irregular de prédio da Havan, diz empresário (chamada de capa) Fontes: Rachid Zabian, empresário	15/04/2014

	Fernando Bergamasco, secretário de Obras Paulo Valle, procurador Geral do Município	
7	Centro Comercial City – Kireeff diz que cidade tem nova ‘muralha’ (sem chamada de capa) Fontes: Alexandre Kireeff, prefeito Elza Correia, vereadora	16/04/2014
8	Impasse – Definição sobre City pode demorar (sem chamada de capa) Fontes: Rachid Zabian, empresário Alexandre Kireeff, prefeito Maria Clarice de Oliveira Ribeiro, presidente do Clube de Engenharia e Arquitetura de Londrina (Ceal)	18/04/2014
9	Obras – Sem recuo, Habite-se e EIV, Prefeitura considera City regular (manchete) Fontes: Paulo Valle, procurador Geral do Município Ignês Dequech, presidente do Ippul, citada a partir de entrevista concedida à Rádio Paiquerê.	08/05/2014
10	Crise dos alvarás – ‘Não é possível uma afronta desse porte’, reage Kireeff (manchete) Fontes: Alexandre Kireeff, prefeito Leila Voltarelli, promotora Rachid Zabian, empresário, dono do Centro Comercial City Elza Correia, vereadora Sandra Graça, vereadora	09/05/2014
11	Crise dos alvarás – Dono do Centro Comercial City será multado em R\$ 2,9 milhões (sem chamada de capa) Fontes: Alexandre Kireeff, prefeito	11/05/2014
12	No MP – Presidente do Ippul muda versão sobre recuo do City (manchete) Fontes: Ignês Dequech, presidente do Ippul (citada em entrevistas a outros veículos) Fernando Bergamasco, engenheiro e funcionário da Secretaria de Obras Ricardo Flores, advogado de Ignês Dequech Renato de Lima Castro, promotor Leila Voltarelli, promotora Rachid Zabian, empresário – citação de entrevista concedida antes ao jornal	13/05/2014
13	Obra irregular – Donos do City querem audiência para promover a ‘paz social’ (sem chamada de capa) Fontes: Ivan Pegoraro, advogado do Centro Comercial City Paulo Valle, procurador Geral do Município Renato Lima Castro, promotor	10/08/2014
14	Caso City – Divergência de valores impede acordo (chamada de capa) Fontes: Leila Voltarelli, promotora Ivan Pegoraro, advogado do Centro Comercial City Alexandre Kireeff, prefeito	19/08/2014
15	Imóvel irregular – Compensação pelas obras do City deve custar R\$ 1,3 milhão (sem chamada de capa) Fontes: Ivan Pegoraro, advogado do Centro Comercial City Walmir Mattos, secretário de Obras	12/09/2014
16	Acordo – Europart pagará R\$ 665 mil por irregularidades do City (sem chamada de capa) Fontes: Alexandre Kireeff, prefeito Ivan Pegoraro, advogado do Centro Comercial City Leila Voltarelli, promotora	26/09/2014
17	City Shopping – Reforma da Supercreche está quase pronta (chamada de capa) Fontes: Viviane Pitz, diretora de Planejamento da Secretaria Municipal de Educação Ivan Pegoraro, advogado do Centro Comercial City	05/02/2015

Analisando a tabela acima, nota-se que o caso começou a ser tratado num “pacote” junto com irregularidades de outros empreendimentos em 2013, com duas reportagens. Mas ele ganha força a partir de março de 2014, quando o Centro Comercial City se torna o centro das atenções. Das sete manchetes que o JL publicou sobre o assunto, cinco foram entre 25 de março e 13 de maio. Esse é o ponto mais agudo da crise e o momento em que o paradoxo tinha mais força – o que significa que o assunto tinha maior atração sobre o JL. Das 17 reportagens sobre o caso, 10 são concentradas nesse espaço de tempo. Na semana de 8 a 13 de maio foram dadas três manchetes. Em todas as sete manchetes sobre o caso prevalecem os valores-notícia quebra da normalidade e conflito. O paradoxo foi sendo diluído depois de maio, notadamente nos meses de agosto e setembro, período em que se noticiou os passos até chegar ao acordo. Em fevereiro de 2015 o JL volta ao caso para dizer que a empresa responsável pelas irregularidades acabaria de cumprir as medidas que negociou para evitar uma punição mais forte em março daquele ano, bem antes de o prazo final, que seria em outubro. O assunto já estava na fase de ausência total de noticiabilidade.

5.3 Marco Zero, Crise dos Alvarás e Comissão de Inquérito na Câmara

O tema desse tópico são duas crises que correm paralelas, mas acabam se encontrando porque ambas foram objeto de uma Comissão Especial de Inquérito (CEI) aberta pela Câmara Municipal. O problema do Complexo Marco Zero era o motivo original da crise, novamente pelo não cumprimento de medidas previstas em lei para enfrentar o impacto provocado pelo empreendimento. Houve pressão de entidades empresariais para evitar a abertura de uma CEI pelo Legislativo. Os vereadores aceitaram a tese de tais entidades e num primeiro momento recuaram. Mas a comissão se tornou inevitável com o fato novo, que foi o escândalo do caso dos alvarás do Jardim Colúmbia. A crise aparece nas páginas do jornal entre julho de 2013 e julho de 2015. Sua gestação começa no segundo semestre do 2013, mas ela ganha corpo entre março e maio de 2014, período em que boa parte das reportagens aqui analisadas foi publicada. No fim, uma reportagem isolada no em julho de 2015 é um registro isolado do desfecho dessa crise.

5.3.1 – Geração

Em julho de 2013 o primeiro sinal de uma crise que começava a se desenhar. “Empreendimento – Hotel no Marco Zero é mais uma de várias obras irregulares”, diz a manchete da edição de 26 de julho de 2013 (Fig. 9). Destaca-se essa matéria como o marco inaugural da geração dessa crise, por ela ter sido a primeira manchete a tratar especificamente do Marco Zero. A reportagem publicada na página 4 é assinada por Fábio Silveira e diz que apesar de não ter alvará de construção (a autorização da Prefeitura para construir) e ter sido embargada e multada por não cumprir o embargo, a obra do hotel da rede Íbis já está na reta final. A reportagem diz que essa informação foi confirmada pelo então secretário de Obras, Sandro Nóbrega. O texto diz que “a situação é semelhante à da loja Havan, na rua Benjamin Constant”, referência ao Centro Comercial City. “A obra está embargada, não tem projeto de construção, não tem alvará de construção e já multamos por desobediência ao embargo”, diz Nóbrega no texto. Ele diz ainda que a gestão que assumira a Prefeitura há sete meses, identificou diversas obras irregulares e já tinha regularizado algumas.

Figura 9 – Capa do JL do dia 26 de julho de 2013



O valor-notícia mais forte dessa manchete é a quebra da normalidade. A obra em questão era mais uma entre várias que estavam irregulares por não cumprir a legislação. Destaca-se também o critério de relevância, tendo em vista que essa era mais uma em meio a centenas de obras irregulares, oferecendo os riscos que o não cumprimento dos requisitos para a concessão de alvará poderia oferecer aos frequentadores de prédios comerciais da cidade.

Passados alguns meses, o tema Marco Zero volta às páginas do JL, na condição de manchete. “Patrimônio histórico – Quem vai ficar com o Marco Zero?”, pergunta o jornal, na edição de 13 de novembro de 2013 (Fig. 10). O texto da capa explica a dúvida levantada na manchete:

“Ninguém quer ser dono do Marco Zero, um pedaço de mata remanescente que abriga o ponto de chegada da caravana inglesa responsável pela criação do município de Londrina. O suposto proprietário, o empresário Raul Fulgêncio, alega ter documentos provando que fez, há anos, a doação da área para a Prefeitura. A administração municipal, porém, nega ser a responsável pelo espaço que guarda a história da fundação da cidade. O local, praticamente abandonado, hoje se mantém pela dedicação exclusiva de um homem: Pedro Dias Barbosa, conhecido como Pedro da Mata. Uma lei de 1999 prevê desapropriação e tombamento”.

Figura 10 – Capa do JL do dia 13 de novembro de 2013



A reportagem na página 4 é de Fábio Silveira. O texto informa que a área em questão tem 15 mil metros quadrados e fica perto da rodoviária e do centro de Londrina. Citando a localização como vantagem, o jornal ironiza: “quem não gostaria de ser dono de um espaço como este? Parece que a Prefeitura de Londrina e o empresário Raul Fulgêncio não querem”. O texto prossegue dizendo que a área vive uma espécie de “limbo”, referência a essa disputa às avessas pela propriedade da área.

O empresário Raul Fulgêncio, citado na matéria como “idealizador do projeto Complexo Marco Zero”, diz ao jornal que foi ao cartório e doou o terreno para a prefeitura, mas que a área ainda não foi passada para o patrimônio do município. Outro a se manifestar na reportagem é o secretário de Gestão Pública, Rogério Dias, diz que não pode receber o imóvel em nome da Prefeitura “porque estaria [o imóvel] envolvido em uma dívida trabalhista”. O texto explica que Pedro Dias Barbosa, conhecido como Pedro da Mata, citado na chamada de capa, mora no local há mais de 40 anos e “entrou na Justiça com uma ação trabalhista contra Fulgêncio e o grupo responsável pelo empreendimento”. O secretário diz que a questão da doação só pode ser resolvida se “o doador colocar as certidões em dia na Justiça”, ou seja, se o problema envolvendo a ação trabalhista de Pedro da Mata for resolvido.

O valor-notícia predominante nessa manchete é o conflito. Prefeitura e empresário disputam para decidir quem ficaria com a área, como já sugere a manchete. O motivo da discórdia é exatamente o cumprimento da lei, que trata da doação de parte das áreas loteadas para o uso do município.

O ano de 2014 começa com a temperatura da crise do Marco Zero subindo e com um novo personagem em cena. Na edição de domingo, 19 de janeiro (Fig. 11), a manchete é: “Inquérito civil – Complexo Marco Zero entra na mira do MP”. A reportagem da página 4 é assinada por Fábio Silveira. A foto em cinco colunas mostra o Hotel Íbis à frente e o shopping Boulevard atrás. O texto da linha fina da página interna diz que a Promotoria de Defesa do Patrimônio Público vai investigar se ocorreram irregularidades nas concessões de alvará para o hotel, o shopping e também para a loja Leroy Merlin, instalada no Complexo Marco Zero. A reportagem diz que “a situação mais complicada é a do hotel, que teve a obra embargada pela Secretaria Municipal de Obras, mas não a paralisou, recebendo uma multa de R\$ 206 mil”. A promotora responsável pela investigação é Sandra Koch. A promotora disse ao jornal que pediu à Corregedoria do Município que investigasse eventuais irregularidades.

Figura 11 – Capa do JL do dia 19 de janeiro de 2014



Ouvido pelo jornal, o empresário Raul Fulgêncio, citado como responsável pelo complexo, diz que “tudo foi feito dentro da legalidade” e ironiza: “a conclusão a que chego é de que quanto mais bem feito você faz mais suspeição você cria”. Ele diz também que no caso da Leroy Merlin, a contrapartida cobrada pela prefeitura foi de R\$ 1 milhão e que “nunca teve tanta contrapartida nesse valor em Londrina”.

Nessa manchete prevalecem os valores-notícia quebra da normalidade e conflito. O primeiro porque as supostas irregularidades configuram um desvio. E o segundo porque estão em disputa aqui os interesses do empreendedor e do poder público, dessa vez pela figura do Ministério Público, que pelo formato institucional brasileiro investiga em nome da sociedade.

Em 5 de fevereiro de 2014 (anexo H1), a chamada de capa fala da possibilidade de investigação do Marco Zero, também pela Câmara. “Vereador protocola pedido de abertura da CEI para investigar Marco Zero”, diz o texto da capa. A reportagem de Fábio Silveira, publicada na página 4, diz que “o vereador Jamil Janene (PP) protocolou um pedido de abertura de Comissão Especial de Inquérito (CEI), na Câmara Municipal, para investigar o processo de liberação de alvarás e Habite-se a empreendimentos do Marco Zero”. O pedido foi feito na primeira sessão da Câmara em 2014. O requerimento é assinado por sete

vereadores. O texto mostra o roteiro: depois de apresentado ele é despachado pela Mesa da Câmara para análise da Procuradoria Jurídica da Casa.

No dia 13 de fevereiro (anexo H2), chamada de capa para a reportagem: “Marco Zero – Câmara vota hoje pedido de abertura de CEI”. Na página 6, reportagem de Fábio Silveira diz que a CEI do Marco Zero seria votada na sessão daquela quinta-feira pelo plenário. O texto diz que são necessários 10 votos para a abertura da Comissão (a Câmara de Londrina tem 19 vereadores). Jamil Janene, o autor do pedido de CEI diz ter os votos necessários para a abertura da Comissão. O presidente da Câmara, Rony Alves (PTB), defende que o Legislativo analise a situação “de forma madura e cautelosa”. “O petebista disse que pretende tomar cuidado para que a Câmara ‘não seja usada por grupos que têm interesse’ em desgastar o empreendimento que pode ser objeto de investigação”, diz o texto. Rony Alves evita citar quais grupos teriam interesse em desgastar o Complexo Marco Zero.

Em 14 de fevereiro (anexo H3), dessa vez sem chamada na capa, o jornal anuncia que a “CEI do Marco Zero” foi retirada de pauta. O motivo está no título: “Proposta – Emenda quer ampliar CEI do Marco Zero para cidade inteira”. A reportagem publicada na página 6 é assinada por Fábio Silveira. O texto diz que a emenda que pretende ampliar as investigações é de autoria do vereador Roberto Fu (PDT). A matéria informa que Fu quer que as investigações tratem também de “supermercados e de grandes lojas de departamento em todas as regiões do Município”. Com a emenda, o requerimento volta para a Procuradoria da Câmara.

A Associação Comercial e Industrial de Londrina (Acil), entra na disputa, por meio de dois presidentes: Flávio Balan, que estava à frente da entidade em 2014 e Nivaldo Benvenho, seu antecessor. O jornal relata que eles foram à Câmara na véspera para defender que o requerimento não fosse votado. “Balan convidou os vereadores para uma reunião hoje à tarde, na sede da entidade, com o objetivo de ‘entender o porquê de mais uma CEI na cidade’”.

Na edição de segunda-feira, 17 de fevereiro (anexo H4), chamada de capa para mais uma ação das entidades empresariais para barrar a abertura da Comissão: “Para evitar CEI, grupo sugere ‘destravar’ cidade”. A reportagem de Marcelo Frazão, publicada na página 5, diz que a abertura da CEI pode ficar “congelada” se os vereadores aceitarem, como alternativa, a criação do “Destrava Londrina”, um “Fórum Permanente pela Desburocratização da Cidade”. O texto diz que as entidades pretendem protocolar um documento na Câmara com essa proposta. A matéria explica:

“O grupo teria a tarefa de apurar problemas, identificar entraves e propor novos mecanismos legais para o demorado caminho de liberação de obras e abertura de empreendimentos dentro da Prefeitura, além de passar um ‘pente-fino’ nas empresas do Complexo Marco Zero”.

O porta-voz do grupo de empresários é Gerson Guariente Júnior, apontado como coordenador do Núcleo de Desenvolvimento Empresarial de Londrina. “Vamos compor com entidades do setor produtivo, Prefeitura, vereadores e abrir todos os projetos em que há dúvidas. Também podemos levantar informações e ouvir denúncias, encaminhando o que for mais grave para o Ministério Público”, diz Guariente. Na reportagem, o vereador Jamil Janene admite a suspensão do requerimento de abertura da CEI por 90 dias e nega que isso configure um recuo da Câmara no episódio.

A reação dos empresários, em conjunto com a Prefeitura consegue esfriar o tema durante 40 dias. Em 28 de março (Fig. 12), a manchete do JL mostra o que naquele momento parecia ser o desfecho da crise: “Obras irregulares – Sindicância investigará Marco Zero; Câmara derruba CEI”. O requerimento de Jamil Janene foi derrotado em plenário por 10 votos a 7. Na reportagem assinada por Fábio Silveira e Juliana Gonçalves, o jornal diz que

“um dia depois de a Prefeitura abrir uma sindicância para apurar a responsabilidade de servidores na liberação de alvarás para obras irregulares do Complexo Marco Zero, a Câmara arquivou o requerimento que pedia a abertura de uma Comissão Especial de Inquérito (CEI) para investigar o mesmo caso”.

O texto informa que a sindicância foi aberta na véspera pela Prefeitura a pedido do Ministério Público. Interessante notar que essa sindicância aberta no final de março, foi pedida pelo MP em 3 de dezembro de 2013, como mostra reportagem publicada pelo JL em janeiro, quando informa que o órgão abriu uma investigação sobre o caso. O texto diz que o autor do requerimento acusa a Prefeitura de fazer pressão pelo arquivamento.

A sindicância que ajudou a arquivar a CEI é tratada num intertítulo da matéria. Sobre a demora de quatro meses para atender o pedido do MP de abertura da sindicância, o procurador Geral do Município, Paulo Valle, diz que “o pedido da promotora estava na fila, mas, diante da proporção que o assunto ganhou, pedi prioridade para este caso”.

Figura 12 – Capa do JL do dia 28 de março de 2014



O valor-notícia conflito é o mais evidente nesta reportagem. A mobilização dos empresários tem como objetivo amenizar o conflito entre o empreendimento Marco Zero e a prefeitura com uma proposta de analisar caso a caso. O critério relevância também pode ser citado, tendo em vista que a ampliação do escopo do debate que sai do Marco Zero e vai para uma quantidade maior de empreendimentos, aumenta o número de pessoas e estabelecimentos afetados.

Quando o caso parecia se encaminhar para o fim, um fato novo e com força para mudar o rumo dos acontecimentos, aparece na manchete do JL em 7 de abril de 2014. (Fig. 13) “Habite-se – Prefeitura acha falha em alvarás, mas oculta autoria”. O texto da chamada de capa explica o episódio:

“A partir de denúncia feita em janeiro do ano passado pela Associação de Moradores do Jardim Colúmbia (região oeste), a Secretaria Municipal de Obras comprovou erros na emissão de documentos de Habite-se para pelo menos sete residências do bairro. Mesmo assim manteve na gaveta, por mais de um ano, as provas que deveriam ter seguido para a Corregedoria-Geral abrir investigações sobre a conduta dos funcionários que cometeram irregularidades, até hoje não identificados”.

Na página 4, a reportagem de Marcelo Frazão diz que a Secretaria de Obras comprovou as irregularidades na emissão desses documentos e que mesmo assim, “a Secretaria manteve na gaveta, por mais de um ano, as provas que deveriam seguir para a Corregedoria-Geral abrir investigações sobre a conduta dos funcionários”. O texto informa ainda que esse encaminhamento para a Corregedoria foi feito enquanto a reportagem era produzida. A matéria fala ainda da existência de um dossiê

“entregue pela associação às autoridades aponta que dez obras do bairro receberam o Habite-se mesmo com erros de engenharia; com calçadas fora do padrão, sem árvores e sem piso tátil; e com destinação de resíduos das obras sem comprovação – requisitos obrigatórios para a emissão de Habite-se”.

Figura 13 – Capa do JL do dia 7 de abril de 2014



Sob o intertítulo “Cobrança”, entra em cena o então secretário de Obras, Sandro Nóbrega. Em julho de 2013, a associação de moradores enviou um novo ofício à prefeitura, temendo que novas irregularidades ocorressem e lembrando que ainda não tinham sido tomadas providências com relação à denúncia anterior. “No mês seguinte, o secretário de Obras, Sandro Nóbrega, respondeu por escrito que a ‘eventual irregularidade será objeto de processo junto à Corregedoria do Município’”, diz o texto. Passados seis meses, em fevereiro de 2014, a Corregedoria disse ao jornal não ter recebido a denúncia. Em outro intertítulo, “Discurso”, Nóbrega é colocado em xeque. Primeiro ele diz que as situações “são graves e

enviadas para a Corregedoria”. Ele diz que não aceita “coisa errada” e que “ficaria assustado se constatasse que as denúncias não seguiram para investigação”. “Informado, depois, de que a Corregedoria nunca recebeu os papéis, o secretário mudou o discurso. Respondeu que o caso ‘está no Ministério Público’. No entanto, a Promotoria de Patrimônio Público negou ter informações sobre as denúncias”.

O valor-notícia mais forte desta reportagem é a quebra da normalidade. Uma denúncia de irregularidades passou um ano engavetada na Secretaria de Obras e só saiu da gaveta quando o JL estava produzindo a reportagem. São dois desvios em uma única situação: a irregularidade não apurada sobre supostos erros de engenharia em obras. O conflito também está presente nessa matéria: a associação de moradores cobra apuração da Secretaria de Obras a respeito da denúncia. Essa denúncia mudaria o rumo dos acontecimentos, como o fato novo que permitiu a abertura da CEI.

No dia 8 de abril de 2014, (anexo H5) sem chamada de capa, reportagem assinada por Marcelo Frazão e publicada na página 6, mostra a primeira queda em decorrência da crise dos alvarás. “Zona Oeste – Após denúncia de alvarás ilegais, Kireeff pede exoneração”. Apesar do título confuso, não é o prefeito que está deixando o cargo. A diretora da Secretaria de Obras, Celina Ota, é que foi exonerada pelo prefeito. O secretário de Obras ainda não tinha sido atingido pela crise: “a ex-diretora, uma funcionária de carreira, foi a única responsabilizada até agora por deixar de enviar à Corregedoria Geral pelo menos 12 casos comprovados de Habite-se emitidos irregularmente – e não sete, como informado ontem”. O jornal lembra que nenhum fiscal foi afastado. A reportagem segue rondando o secretário de Obras: “mais de uma vez, os papéis foram entregues ao secretário municipal de Obras, Sandro Nóbrega, desde janeiro de 2013. Somente em 20 de março deste ano, o dossiê chegou à Corregedoria, após o JL descobrir as denúncias guardadas em uma gaveta da prefeitura”.

Na reportagem o prefeito se diz “surpreendido” pelo engavetamento da denúncia por um ano. Ele diz que quer saber “o porquê de os documentos não terem ido para a Corregedoria” e que “não tem cabimento, pois a expectativa era de que medidas saneadoras fossem adotadas”. Ainda no cargo, Sandro Nóbrega estava na defensiva. A matéria narra que um mês e meio antes do caso vir à tona, ele disse ao prefeito ter procurado o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) e a Corregedoria. “Ontem, porém, o Gaeco confirmou que houve apenas conversas informais. Nóbrega não entregou documentos nem prestou depoimento”, relata o jornal. A matéria narra ainda que o então

secretário enviou uma carta ao JL, na qual ele insiste que “tem procurado o Gaeco” e nega que tenha atuado para barrar as investigações. Um servidor ouvido pelo jornal (em conversas gravadas, ressalta o texto), diz que “as fotos (com as denúncias) estavam paradas aqui. Avisei ao Sandro (Nóbrega) que não estava entendendo nada. Comecei a ver os documentos e ele mandou parar”. Apesar do impacto da reportagem, o prefeito não comentou a conduta do secretário no episódio.

Essa reportagem foi chamada de capa, numa edição em que a manchete foi “Zoneamento – Câmara Municipal pretende legalizar prédio da Havan”. As duas notícias se enquadram no critério de quebra da normalidade. A diferença é que no caso o Marco Zero/Alvarás, quem perdeu o cargo foi uma servidora de carreira e não o secretário. No caso Havan/City, quem tentava legalizar a situação do empreendimento irregular eram os vereadores. No critério de relevância, a Câmara ganhou da servidora de carreira.

Sandro Nóbrega só durou mais uma edição como secretário de Obras: em 9 de abril (Fig. 14) a manchete é sobre ele: “Crise dos alvarás – Secretário abre mão de cargo e MP inicia investigação”. Na página 4, a reportagem de Fábio Silveira informa que Nóbrega anunciou no plenário da Câmara que estava colocando o cargo à disposição.

“Após a denúncia feita pelo JL de que documentos que provam irregularidades na concessão de Habite-se foram mantidos na gaveta por quase um ano, o secretário municipal de Obras, Sandro Nóbrega, colocou o cargo à disposição ontem. O anúncio foi feito por ele mesmo, no plenário da Câmara Municipal, onde foi prestar esclarecimentos sobre o problema, a convite do vereador Fábio Testa (PPS). O prefeito Alexandre Kireeff (PSD) disse que só tomará uma decisão depois de o titular da pasta lhe entregar um documento formalizando o anúncio”.

O texto diz que Nóbrega deixou o cargo à disposição porque acreditava no governo e “para manter a própria integridade moral intacta”. Ele negou que tenha cometido negligência e atribuiu o erro à Secretaria. Ele foi defendido por alguns vereadores, como Fábio Testa (que assumira há pouco a liderança do prefeito na Câmara), o autor do convite para que Nóbrega fosse à Casa, além de Gérson Araújo (PSDB) e Elza Correia (PMDB). Na outra retranca da página, reportagem de Marcelo Frazão informa que o Ministério Público abriu investigações sobre os alvarás irregulares.

Figura 14 – Capa do JL do dia 9 de abril de 2014



Os valores-notícia mais fortes aqui são a quebra da normalidade, em decorrência do desvio que era atribuído ao secretário e, também, o da relevância, tendo em vista se tratar de uma queda de alguém posicionado no primeiro escalão da prefeitura. A segunda parte da manchete, fala sobre a investigação do MP, o que reforça a ideia de quebra de normalidade – que torna, diga-se, necessária a intervenção da promotoria.

No dia 10 de abril (Fig. 15), a manchete “Crise dos alvarás – Propina para Habite-se custou R\$ 300, diz testemunha”, informa o desenrolar da crise. O texto da chamada de capa afirma que “em menos de 24 horas” a Promotoria de Defesa do Patrimônio Público conseguiu indícios de irregularidades. Segundo testemunha, a propina para liberar a documentação teria sido de R\$ 300. A reportagem na página 5 é de Marcelo Frazão. Uma das testemunhas conversou com o JL, sob a condição de ter o anonimato mantido. O texto informa também que o prefeito aceitou o pedido de Sandro Nóbrega e exonerou o agora ex-secretário de Obras. O engenheiro Fernando Bergamasco, servidor de carreira, assumiu interinamente o cargo. Na outra retranca da página, o presidente da Associação de Moradores do Jardim Colúmbia, Juliano Dalto, diz ao jornal que ao detalhar as irregularidades na liberação dos documentos, ouviu de um servidor público a frase que dá título à matéria: “Não pega pesado, pois vai ferrar os fiscais”.

Figura 15 – Capa do JL do dia 10 de abril de 2014



Pode-se dizer que o valor-notícia quebra da normalidade aparece de forma aguda nessa reportagem. A informação de que “em menos de 24 horas” o MP conseguiu indícios depois de a denúncia ter ficado um ano na gaveta reforça o viés de desvio. Passa a ideia de que a omissão tinha como objetivo poupar alguém.

Em 11 de abril (anexo H6), sem chamada de capa, uma reportagem assinada por Marcelo Frazão e publicada na página 9, mostra que a possibilidade de abertura de uma Comissão Especial de Inquérito (CEI) na Câmara volta a ganhar força. “Crise dos alvarás – CEI do Habite-se ganha força na Câmara”. A linha fina diz que 14 dos 19 vereadores assinaram um requerimento pedindo a abertura da comissão. O requerimento agora seria analisado pela Procuradoria da Casa. “A adesão da maioria se deu depois que o prefeito Alexandre Kireeff (PSD) liberou a própria base no Legislativo para votar a favor”, informa a matéria. O autor do novo pedido, vereador Jamil Janene (PP), disse que o requerimento, em vez de mirar “apenas as irregularidades do Complexo Marco Zero”, era mais amplo.

No dia 15 de abril de 2014 (anexo H7), o jornal chama na capa uma reportagem que informa que Fernando Bergamasco, que acabara de assumir interinamente a Secretaria de Obras em substituição a Sandro Nóbrega, tinha liberado a obra do Centro Comercial City,

objeto de outra polêmica retratada nas páginas do JL no período estudado e que é tratada neste trabalho. Numa retranca publicada na página 4 dessa mesma edição, há uma referência à crise dos alvarás. O texto diz que o corregedor geral da Prefeitura, Alexandre Tranin, abriu uma sindicância para investigar “como dados falsos foram inseridos no sistema para a concessão de pelo menos 12 documentos ilegais de Habite-se para residências no Jardim Colúmbia, na zona oeste”.

Em 16 de abril (anexo H8), mais uma rápida menção à Crise dos Alvarás. O foco principal da reportagem é uma entrevista com o prefeito Alexandre Kireeff (PSD), no qual ele fala dos problemas na liberação das obras do Centro Comercial City, que é tratado em outro tópico desse trabalho. A retranca na página 4 apenas lembra que a CEI poderia ser votada no dia seguinte.

Em 17 de abril (Fig. 16), dia da votação, a manchete trata do assunto: “Crise dos alvarás – Investigação será votada hoje; fiscal é afastado”. A reportagem na página 4, assinada por Fábio Silveira, informa que além do caso dos Habite-se no Jardim Colúmbia, se aprovada, a comissão também investigaria os problemas do Complexo Marco Zero e do Centro Comercial City. O texto mostra que o ambiente tinha mudado no Legislativo: os vereadores Rony Alves (PTB) e Lenir de Assis (PT), que votaram contra a abertura da Comissão no fim de março, afirmam que mudaram o posicionamento. Além disso, vereadores que tinham votado contra assinaram o requerimento. Flávio Balan, então presidente da Associação Comercial e Industrial de Londrina (Acil), que em fevereiro reagiu contra a possibilidade de abertura de CEI, inclusive com uma visita ao plenário, também mudou o discurso. Ele diz no texto que “apesar do custo moral (de uma CEI) para a cidade”, era preciso investigar o caso. Uma retranca no canto da página traz um cronograma do caso, desde a primeira reportagem, em 17 de janeiro de 2013, que revela problemas com os alvarás de 256 empreendimentos em Londrina.

Figura 16 – Capa do JL do dia 17 de abril de 2104



Ainda na edição de 17 de abril, na página 5, reportagem de Marcelo Frazão fala sobre o afastamento do fiscal suspeito de pedir propina. “Crise dos alvarás – Prefeitura afasta fiscal que participou do esquema”. O nome do fiscal não foi divulgado. No texto, um morador do Jardim Colúmbia que pediu para não ser identificado, diz que “o fiscal perguntou [para o construtor] se tinha como ver aquele ‘cafezinho’. No outro dia, Sambinha me confirmou a conversa e completou dizendo que R\$ 300 resolveriam a questão”. Sambinha seria o construtor de casas Maurício Rodrigues dos Santos, que negou envolvimento no episódio.

A manchete desta edição trata de dois assuntos em uma frase, embora os dois estejam relacionados. No caso da votação da abertura da CEI, prevalece o valor-notícia conflito, marcado pela decisão sobre a Câmara abrir ou não uma comissão para investigar supostas irregularidades. A quebra normalidade, caracterizada pela possível abertura da comissão também aparece aqui, mas em segundo plano. Na segunda informação da manchete, que é o afastamento do servidor, prevalece a ideia de quebra da normalidade, que é a decisão contra o funcionário, que não tem o nome citado.

A edição de 18 de abril (anexo H9) traz chamada de capa sobre a abertura da CEI: “Por unanimidade – Câmara aprova CEI dos Alvarás”. A reportagem na página 4 é de Fabio Silveira. O texto informa que 18 dos 19 vereadores aprovaram a abertura da comissão. Foi

uma unanimidade porque o 19º vereador, Roberto Kanashiro (PSDB) não participou da sessão por estar em viagem oficial. A matéria confirma que além do caso dos alvarás do Jardim Colúmbia, serão investigadas as situações do Complexo Marco Zero e do Centro Comercial City. A reportagem questionou os vereadores que em março votaram contra a abertura da Comissão e que agora tinham mudado o voto. No geral, os “ex-contrários” negaram se tratar de um recuo, disseram que dessa vez o requerimento tinha um “fato determinado” que justificaria a abertura das investigações. A Comissão teria 45 dias para concluir os trabalhos, prazo que poderia ser prorrogado por mais 45 dias.

Depois da cobertura movimentada sobre a Crise dos Alvarás, na primeira quinzena de abril, a abertura da CEI retirou o assunto do noticiário por algum tempo. Aqui um ponto importante: a organização dos trabalhos da comissão, nos seus primeiros dias de funcionamento, é caracterizada por medidas meramente burocráticas e com baixo valor informativo. Nesse momento o valor-notícia conflito, que teve força no período anterior à votação pela Câmara, perde força. O assunto voltaria a ganhar o noticiário. Em 8 de maio (anexo H10), a chamada de capa retoma o tema: “CEI dos Alvarás – Ex-secretário segurou investigação por 8 meses”. A reportagem na página 5 é de Fábio Silveira. No lide, a matéria diz que

“em depoimento à Comissão Especial de Inquérito (CEI) que investiga irregularidades na concessão de alvarás e Habite-se, a arquiteta da Secretaria de Obras, Celina Ota afirmou ter investigado irregularidades no Jardim Colúmbia 2 (zona oeste) no ano passado, mas que o documento com suas conclusões foi engavetado por oito meses pelo então secretário, Sandro Nóbrega.

A matéria diz que tanto Celina Ota, quanto outros três servidores da Secretaria de Obras foram ouvidos na CEI como testemunhas, nenhum na condição de investigado. Todos eles disseram que não “ouviram falar em cobrança de propina”. Todos saíram sem dar entrevistas. Celina Ota também disse aos vereadores que tinha sido incumbida por Nóbrega de investigar as supostas irregularidades no dia 2 de maio de 2013 e entregou as conclusões em 2 de julho. O caso só teve andamento em março de 2014, quando o JL começou a investigar a situação. O texto traz ainda um intertítulo tratando da situação do Marco Zero, que era objeto da CEI, mas também de um grupo de trabalho da Câmara que buscava solução para o caso.

Note-se que essa reportagem, embora tenha dois valores-notícia fortes, no caso a quebra da normalidade e o conflito, não ocupou a manchete porque no mesmo dia teve a

concorrência de outro caso, que era objeto de crise no mesmo período: o caso “City/Havan”. A manchete da edição diz que a prefeitura considerou a obra irregular.

Na edição de terça-feira, 13 de maio (anexo H11), com uma foto em quatro colunas na capa do jornal, a chamada para a mata: “Empresário reconhece propriedade sobre o Marco Zero”. Na página 5, reportagem de Fábio Silveira diz que o empresário Raul Fulgêncio declarou, numa reunião com a Comissão da Câmara que investigava problemas em empreendimentos da cidade “que a mata do Marco Zero pertence ao grupo que ele representa”. O texto diz ainda que “a fala do empresário revela uma mudança de discurso: no ano passado, ao ser convidado pelo Legislativo para falar sobre a falta de cuidados com a mata, que está degradada, Fulgêncio afirmou que tinha doado a área ao Município e que não caberia a ele fazer a manutenção”. Na reunião registrada nessa matéria ele entregou o PRAD para a área. O estudo constatou que a mata em questão tem seis nascentes de água, o que a torna uma Área de Proteção Permanente (APP). O estudo contratado junto à CMB Consultoria, que pertence ao geólogo e professor da Universidade Estadual de Londrina (UEL) Cleuber Moraes (que foi secretário Municipal do Ambiente), diz que “dos 40 mil metros quadrados da área onde fica a mata do Marco Zero, metade é de APP. A outra metade poderia ter ‘qualquer destinação’”.

Em 18 de maio (anexo H12), chamada de capa para o caso: “Marco Zero – Hotel espera aprovação de EIV para abrir”. Na página 6, reportagem de Fábio Silveira diz que a regularização do Hotel Íbis, que faz parte do Complexo Marco Zero, está “perto do fim”. Quem dá entrevista é o novo secretário de Obras, Walmir Matos, que assumiu o cargo depois da queda de Sandro Nóbrega e de um período com Fernando Bergamasco como secretário interino. Ele diz na reportagem que “as irregularidades ‘não são insanáveis’” e que “são passíveis de regularização”. O texto diz ainda que o hotel teve a obra embargada e que foi multado em R\$ 150 mil por não cumprir o embargo. O Procurador-geral do Município, Paulo Valle diz que a aprovação do EIV desse empreendimento já tinha parecer favorável. O próximo passo seria firmar o termo de compromisso, com as medidas que o hotel teria que tomar para compensar o impacto que provocaria na região em que foi instalado.

Na edição de 25 de maio (anexo H13), o JL publica reportagem sobre o depoimento de Sandro Nóbrega na Comissão de Inquérito. A matéria não teve chamada de capa – o Caso City ocupou o espaço. “CEI – Ex-secretário nega ter engavetado denúncias”, diz o título da reportagem. O lide diz que “o ex-secretário de Obras Sandro Nóbrega apresentou uma nova

versão à Comissão Especial de Inquérito (CEI) na sexta-feira, sobre os motivos que levaram uma série de denúncias comprovadas pela pasta à gaveta, sem aprofundamento das investigações pela Corregedoria”. O texto informa que “em tom ríspido”, o ex-secretário disse ter dado os esclarecimentos para a Comissão e que saiu sem responder as perguntas dos jornalistas. Sobre as duas versões a que o lide se refere, a matéria afirma que quando deixou o cargo, ele atribuiu a responsabilidade do engavetamento da denúncia à ex-diretora da Secretaria, Celina Ota – que ao depor disse aos vereadores que entregou um relatório a Nóbrega com o resultado de uma primeira apuração. Em entrevista, o presidente da CEI, Jamil Janene, disse que Nóbrega “não assumiu que estava engavetado e afirmou que buscava mais informações para só então enviar à Corregedoria”. No restante da matéria o jornal relembra os episódios anteriores do caso dos Habite-se irregulares concedidos a casas no Jardim Colúmbia.

Em 10 de junho, manchete do JL sobre a crise do Marco Zero (Fig 17). “Acordo – Complexo propõe doação de Marco Zero e Boulevard”, diz a chamada da capa. Na página 8, reportagem de Fábio Silveira, fala sobre um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), que está sendo mediado pelo Ministério Público. A proposta é que o empreendimento doe a mata do Marco Zero e o “boulevard⁵⁵”. A proposta do MP era de que os 40 mil metros quadrados da mata (metade dela é Área de Preservação Permanente em decorrência das nascentes) fossem doados para a prefeitura, assim como os 12 mil metros quadrados de calçada. O repasse do calçada cumpriria a lei, que estabelece a doação de 35% da área dos loteamentos para o uso institucional pela prefeitura. São as chamadas “áreas institucionais”. Pelo acordo proposto pelo MP, a doação da mata não seria descontada dos 35% de áreas institucionais devidos pelo empreendimento.

Na matéria, o empresário Raul Fulgêncio disse ter gostado da proposta. “Ele confessou, entretanto, que não se sente ‘na obrigação’ de adotar medidas de recuperação da mata, mas que o fará por ‘desprendimento’”.

Nessa matéria o paradoxo parece estar perdendo força, com a possibilidade de acordo dos empresários com o poder público. Conflito e quebra da normalidade aparecem como

⁵⁵ O conceito do Complexo é a construção do shopping junto com prédios residenciais, o hotel e até o Teatro Municipal de Londrina, tudo na mesma área. O formato de “boulevard”, um calçada com 12 mil metros quadrados, permitiria que os moradores do prédio frequentassem o shopping a pé. O empreendimento doou terreno para a construção do Teatro Municipal na mesma área. Em 2018, os prédios residenciais não tinham começado a ser erguidos e o Teatro Municipal era um esqueleto. A primeira fase da obra tinha sido concluída há alguns anos, mas seguia dessa forma.

valor-notícia, mas aqui também perdendo força. O valor-notícia relevância também está presente, na possibilidade de que o acordo restabeleça a normalidade na relação entre poder público e empresário. A pacificação afeta a vida principalmente de quem trabalha e mora na região.

Figura 17 – Capa do JL do dia 10 de junho de 2014



A Comissão de Inquérito prosseguiu na Câmara, mas esfriou no noticiário entre os meses de julho e agosto. No dia 2 de setembro (anexo H14), o caso do Marco Zero volta para a capa do JL. “Marco Zero – Sem pendências, Íbis será inaugurado no final do mês”. Na página 5, reportagem de Tatiane Salvático diz que o Hotel Íbis teve as pendências resolvidas (a obra tinha sido embargada e mesmo assim prosseguiu, o que rendeu uma multa de R\$ 150 mil à construtora) e o hotel seria inaugurado no fim do mês. “Apesar de não divulgar a data exata da abertura, o diretor de operações da Átrio Hotéis, responsável pela marca Íbis, Paulo Roberto Caputo, afirmou que o empreendimento já está em fase pré-operacional”. O texto informa que o então secretário de Obras, Walmir Matos (o jornal publicou o nome do secretário de forma incorreta, como Wilson Matos), confirmou que a documentação do empreendimento estava regularizada. Podemos dizer que aqui aparece mais um caso em que o paradoxo é explicado e o pêndulo da notícia volta para a doxa, o senso comum. Daí para a ausência de noticiabilidade é um passo.

Em 9 de setembro (anexo H15), a CEI dos Alvarás volta a ganhar espaço no JL, mas sem chamada de capa. “Alvarás – CEI vai apresentar projeto para agilizar liberação de obras”, diz a chamada na página 9. A reportagem de Fábio Silveira diz que o prazo para o relatório final da CEI é 22 de setembro, mas adianta que uma das medidas deve ser a apresentação de “um projeto de lei para agilizar a liberação de empreendimentos”. A outra medida seria “cobrar melhorias na estrutura da Secretaria de Obras” para garantir a agilidade prometida no título da reportagem. A matéria trata apenas das propostas que deveriam surgir da Comissão de Inquérito. Os vereadores, porém, não adiantam nada sobre indicar eventuais responsabilidades pelos problemas que levaram à abertura da comissão.

A CEI os Alvarás é manchete na edição de 17 de setembro de 2014 do jornal (Fig. 18): “Crise dos alvarás – CEI descarta propina, mas encontra irregularidades”, diz a chamada da capa. Na página 4, reportagem de Fábio Silveira afirma que a CEI confirma irregularidades no caso do Jardim Colúmbia e que no caso do Marco Zero, o questionamento é quanto à doação obrigatória das áreas institucionais ao Município. A recomendação é que a doação seja revista. A matéria trata do relatório final da comissão.

Fig. 18 – Capa do JL do dia 17 de setembro de 2014



Com relação ao Jardim Colúmbia, embora considere que tenha identificado as irregularidades, a comissão não conseguiu confirmar o pagamento de propina alegado na

denúncia dos moradores. No caso do Marco Zero, além da doação das áreas institucionais, o relatório aponta outras duas irregularidades: primeiro são problemas na anexação dos lotes parcelados. Os vereadores afirmam que “os empresários anexaram dois lotes, o A1, que é a área na qual foi construído o Boulevard Shopping e outros empreendimentos, com 172 mil metros quadrados, e o A2, que é a mata do Marco Zero, com 39 mil metros quadrados”. A Câmara discute o fato de os dois lotes estarem separados por uma avenida, o que tornaria “impossível” a anexação. “Os vereadores alegam que essa medida só foi permitida para que os 39 mil metros quadrados da mata do Marco Zero compusessem ‘parte substancial’ dos 35% de doação obrigatória ao Município”. Além disso, os vereadores veem irregularidade no que diz respeito ao zoneamento que deveria ser adotado depois da anexação. O lote maior, onde foram construídos os empreendimentos é Zona Comercial 3 (ZC3). O outro lote, o da mata, é Zona Residencial 3 (ZR3). A comissão afirma que na anexação, deveria prevalecer o zoneamento de menor impacto, o que permitiria um coeficiente menor de construção. O entendimento do Ippul foi pelo prevalecimento do zoneamento de maior impacto, o ZC3.

O terceiro questionamento da comissão foi que, para cumprir a doação de 35% do loteamento correspondendo às áreas institucionais, o empreendimento levou em conta uma área de 18 mil metros quadrados, daquele mesmo lote, que fora doada para a prefeitura entre o final das décadas de 1960 e 1970. Dessa área, 12 mil foram usados na avenida que divide os dois lotes, a Theodoro Victorelli e outros 5 mil metros fazem parte da Avenida Dez de Dezembro, que faz parte da arterial que liga a Zona Sul e a Zona Norte da Cidade. A reportagem afirma que, em depoimento à Comissão de Inquérito, o empresário Raul Fulgêncio diz que esse caso se trata de uma “doação antecipada”. O empresário não deu entrevista ao JL nesse dia, porque no momento, não tinha conhecimento do teor do relatório.

A manchete trata de dois assuntos, que são os temas principais das investigações: de um lado o suposto pagamento de propina a um funcionário público, no caso do Jardim Colúmbia, hipótese que foi descartada pela Câmara. Aqui a quebra da normalidade é o assunto, em que pese a negativa sobre o pagamento de propina. No outro tema, que é a situação do Complexo Marco Zero, prevalece o valor-notícia conflito, que é a disputa entre o que a Câmara entende como o cumprimento da lei e a posição dos empresários.

Na edição do dia 18 de setembro (anexo H16), chamada de capa para a contestação do empresário ao relatório: “Marco Zero – Empresário contesta relatório da CEP”. Na página 10, sem assinatura, reportagem mostra o posicionamento de Raul Fulgêncio, que questiona as

conclusões da Câmara. A matéria começa dizendo que os dois lotes – o da mata do Marco Zero e o que foi usado para a construção do complexo – foram anexados antes da área ser vendida aos empreendedores.

“Fulgêncio, que é o representante do Complexo Marco Zero, apresentou ao JL um documento da Prefeitura, datado de julho de 2004, no qual a anexação das duas áreas é aprovada. O documento foi feito pela Comércio e indústrias Brasileiras Coimbra S/A. O empresário disse que seu grupo só comprou a área em novembro de 2005 e escriturou em fevereiro de 2006, depois de ter concluído o pagamento”.

O empresário disse ainda que embora a CEI tenha sido aberta para investigar alvarás, no caso do Marco Zero ela tratou “apenas de parcelamento do solo”. Com relação à acusação da Câmara de que os empreendedores usaram “18.442 metros quadrados municipalizados por leis de 1967 e 1970, como teria feito Fulgêncio”, ele disse que esse repasse “configura antecipação de doação”.

Na edição de 19 de setembro (anexo H17), chamada de capa: “CEI dos Alvarás – Vereadores aprovam relatório com 14 votos”. A reportagem assinada por Fábio Silveira é publicada na página 6. No título adotado na página interna, o jornal faz uma ironia, falando em aprovação por unanimidade e usa aspas para essa expressão. Isso porque dos 19 vereadores, cinco não estavam no plenário no momento da votação. Os 14 que ficaram votaram a favor do relatório. A matéria lembra as três irregulares citadas em textos anteriores. O texto informa ainda que o relatório da comissão seria encaminhado para a Corregedoria do Município, pedindo que seja apurada a conduta dos servidores municipais.

No domingo, 12 de outubro (anexo H18), sem chamada de capa, uma reportagem publicada na página 9 e assinada por Fábio Calsavara fala do desfecho sobre o caso do Jardim Colúmbia. “Jardim Colúmbia – Confirmadas irregularidades em concessão de Habite-se”, diz o título do texto, que trata do resultado da sindicância aberta pela prefeitura para investigar as denúncias de irregularidades na concessão de Habite-se. “O relatório, que foi concluído na semana passada, dará base a um processo administrativo e poderá resultar na demissão de três fiscais e um servidor administrativo da Secretaria de Obras”, diz o texto. O corregedor-geral, Alexandre Tranin, diz na matéria que “alguns processos de liberação de alvarás e Habite-se corriam com mais celeridade que outros” e completa dizendo que “a sindicância apontou irregularidades nesses casos também, em que alguns procedimentos teriam a tramitação

facilitada”. O passo seguinte à sindicância seria a abertura de processos administrativos contra os servidores que aparecem no relatório. Os nomes deles não foram divulgados pelo jornal.

No dia 19 de dezembro (anexo H19), também sem chamada de capa, reportagem publicada na página 11 e assinada por Telma Elorza, fala de uma reação pública das entidades empresariais com relação à crise do Marco Zero. “Embate – Entidades publicam manifesto contra CEI do Marco Zero”, diz o título. A linha fina afirma que a base das críticas é uma análise do Clube de Engenharia e Arquitetura (Ceal), a partir da qual as entidades fazem a sua crítica. Assinando o manifesto estão a Associação Comercial e Industrial de Londrina (Acil), Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), Sindicato do Comércio Varejista (Sincoval), Sindicato das Indústrias Metalúrgicas de Londrina (Sindimetal), Sindicato da Construção Civil do Norte do Paraná (Sinduscon) e Sociedade Rural do Paraná (SRP). O lide afirma que “Um manifesto das principais entidades de classe de Londrina, publicado na edição de ontem do JL, voltou a questionar decisões do poder público contra empreendimentos comerciais”. A matéria diz ainda que esse foi o segundo manifesto das entidades. O primeiro, em julho, criticava o Ministério Público, por ter entrado com uma ação civil pública “para denunciar irregularidades no Centro Comercial City”. Lembrando o primeiro texto, o jornal afirma que “o protesto acusou promotores de ‘mostrarem-se pouco razoáveis em determinadas ações’” e acenava com uma crítica à imprensa, questionando “tantos holofotes e a ruidosa acusação de improbidade”. A matéria mostra, ainda, a resposta da Associação Paranaense do Ministério Público (APMP), com uma nota na qual afirma que “o promotor de Justiça exerce função pública e, para tanto, sua atividade suplanta os interesses de grupos sociais ou políticos”⁵⁶.

No intertítulo “Marco Zero”, a matéria trata do manifesto de dezembro de 2014. O presidente da Acil e do Sindimetal, Valter Orsi⁵⁷, justifica a demora para a publicação do manifesto (o relatório da CEI foi votado em setembro) com a espera de uma “análise técnica” pedida ao Ceal – entidade que também se alinha frequentemente às que assinam o manifesto, em questões da cidade. Segundo Orsi, a análise do Ceal “mostra que os empreendedores

⁵⁶ Uma das denunciadas nessa ação a que a reportagem se refere foi Ignês Dequech, então presidente do Ippul. Em fevereiro de 2018 ela também seria denunciada em outra ação, dessa vez resultante de uma investigação do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco). Três membros da família Dequech já presidiram a Associação Comercial e Industrial de Londrina (Acil). Um dos auditórios da sede da entidade tem o nome de Auditório David Dequech.

⁵⁷ Em 2016 ele disputaria a prefeitura pelo PSDB, chegando a 35,33% dos votos válidos (93 mil), perdendo para Marcelo Belinati (PP), vencedor no primeiro turno, com 51,57% dos votos válidos (136 mil votos). Em 2018 ele se candidatou a deputado federal pelo Podemos.

fizeram uma revolução naquela área⁵⁸ e ofereceram muito mais que a lei exigia”. “O investidor pode decidir por Londrina ou por outra cidade. Se aqui dificultarmos tanto porque ele vai querer ficar aqui?”, questiona o empresário em entrevista ao JL. No texto, Orsi diz que “as entidades são contra os que não cumprem a legislação” e defende que eles sejam “multados”. E critica o poder público: “Eles também necessitam da agilidade do poder público para dar andamento na documentação em prazo hábil”.

Em 2015, um rescaldo da crise Marco Zero/Alvarás, que é tratado em quatro reportagens o caso é tratado por mais quatro reportagens. Em 20 de maio de 2015 (anexo H20), a única com chamada de capa: “Acordo derruba TAC de regularização do Marco Zero”, diz o texto da primeira página. Na página 9, o lide da reportagem assinada por Marcos Cesar Gouvea, diz que “após quase um ano de discussões, os empreendedores do Complexo Marco Zero (zona leste) e a Prefeitura de Londrina estão acertando pendências e potenciais irregularidades surgidas desde o planejamento até a construção de vários empreendimentos naquela região”. O texto completa que o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) mediado pelo Ministério Público (MP) não seria mais necessário. “O Ippul explicou ontem que a Fulgêncio Negócios Imobiliários, responsável pelo empreendimento, decidiu ‘começar do zero’ – cumprir as exigências legais e as contrapartidas acordadas na discussão do TAC, mas por meio de caminho administrativo”. A então presidente do Ippul, Ignês Dequech, diz ao jornal que “o empresário está refazendo projetos, um outro Estudo de Impacto Ambiental foi concluído, tudo será aprovado pela Secretaria de Obras e outras secretarias, como a do Ambiente e as contrapartidas estão garantidas”.

A reportagem que dá o desfecho das crises que levaram à abertura da CEI do Marco Zero/Alvarás, é publicada na edição de 4 de junho de 2015 (anexo H21). Reportagem publicada na página 7 e sem chamada de capa, informa um desdobramento do caso dos alvarás: “Obras – Prefeitura pune servidores por liberação irregular de Habite-se”. O lide diz que a Corregedoria impôs suspensão de sete a trinta dias para “três dos quatro servidores implicados na emissão irregular do documento Habite-se para obras”. Pela primeira vez os nomes dos servidores são citados. O fiscal Vítor Menon e o técnico-administrativo João Paulo Nascimento Dias foram suspensos por 30 dias. O fiscal Sérgio Florêncio Expósito foi suspenso por sete dias e o quarto fiscal, José Carlos Bahia, foi absolvido.

⁵⁸ Na edição de 8 de abril de 2013 o JL deu uma manchete fazendo da valorização imobiliária na região do empreendimento.

Tabela 8 – Reportagens do JL sobre Marco Zero, Crise dos Alvarás e CEI

	Reportagem	Publicação
1	Empreendimento – Hotel no Marco Zero é mais uma de várias obras irregulares (manchete) Fontes: Sandro Nóbrega, secretário de Obras Alexandre Kireeff, prefeito Rede de hotéis Accor (não respondeu)	26/07/2013
2	Patrimônio histórico – Quem vai ficar com o Marco Zero? (manchete) Fontes: Raul Fulgêncio, empresário, representante do Complexo Marco Zero Rogério Dias, secretário de Gestão Pública Edson Norder, advogado que representa Pedro da Mata	13/11/2013
3	Inquérito civil – Complexo Marco Zero entra na mira do MP (manchete) Fontes: Sandra Koch, promotora Alexandre Tranin, corregedor da Prefeitura Celina Ota, secretária interina de Obras Raul Fulgêncio, empresário, representante do Complexo Marco Zero	19/01/2014
4	Vereador protocola pedido de abertura da CEI para investigar Marco Zero (chamada de capa) Fontes: Jamil Janene, vereador Raul Fulgêncio, empresário, representante do Complexo Marco Zero	05/02/2014
5	Marco Zero – Câmara vota hoje pedido de abertura de CEI (chamada de capa) Fontes: Jamil Janene, vereador Rony Alves, vereador, presidente da Câmara Elza Correia, vereadora, líder do prefeito na Câmara Guto Bellusci, vice-prefeito	13/02/2014
6	Proposta – Emenda quer ampliar CEI do Marco Zero para cidade inteira (sem chamada de capa) Fontes: Roberto Fu, vereador Jamil Janene, vereador Flávio Balan, ex-presidente da Acil Sandro Nóbrega, secretário de Obras Elza Correia, vereadora	14/02/2014
7	Para evitar CEI, grupo sugere ‘destravar’ cidade (chamada de capa) Fontes: Gérson Guariente Júnior, Núcleo de Desenvolvimento Empresarial de Londrina como manchete. Jamil Janene, vereador Alexandre Kireeff, prefeito	17/02/2014
8	Obras irregulares – Sindicância investigará Marco Zero; Câmara derruba CEI (manchete) Fontes: Jamil Janene, vereador Márcio Stamm, chefe de Gabinete do prefeito Paulo Valle, procurador Geral do Município Elza Correia, vereadora, líder do prefeito na Câmara Douglas Pereira, vereador Péricles Deliberador, vereador	28/03/2014
9	Habite-se – Prefeitura acha falha em alvarás, mas oculta autoria (manchete) Fontes: Sandro Nóbrega, secretário de Obras Lúcia Helena Spoladore, moradora do Jardim Colúmbia Celina Ota, diretora da Secretaria de Obras Juliano Dalto, presidente da Associação de Moradores do Jardim Colúmbia	07/04/2014
10	Zona Oeste – Após denúncia de alvarás ilegais, Kireeff pede exoneração (sem chamada de capa) Fontes: Alexandre Kireeff, prefeito Sandro Nóbrega, secretário de Obras Servidor da Secretaria de Obras ouvido em off Elza Correia, vereadora	08/04/2014
11	Crise dos alvarás – Secretário abre mão de cargo e MP inicia investigação	09/04/2014

	(manchete) Fontes: Sandro Nóbrega, secretário de Obras Alexandre Kireeff, prefeito Fábio Testa, vereador, líder do prefeito na Câmara Elza Correia, vereadora Gérson Araújo, vereador Juliano Dalto, presidente da Associação dos Moradores do Jardim Colúmbia Renato de Lima Castro, promotor	
12	Crise dos alvarás – Propina para Habite-se custou R\$ 300, diz testemunha (manchete) Fontes: Testemunha na investigação do MP, ouvida em <i>off</i> Juliano Dalto, presidente da Associação de Moradores do Jardim Colúmbia	10/04/2014
13	Crise dos alvarás – CEI do Habite-se ganha força na Câmara (sem chamada de capa) Fontes: Jamil Janene, vereador Leila Voltarelli, promotora Wilson Bittencourt, vereador	11/04/2014
14	Novo secretário liberou obra irregular e prédio da Havan, diz empresário (chamada de capa) Fontes: Alexandre Tranin, corregedor Geral do Município	15/04/2014
15	Crise dos Alvarás – CEI deve ser votada amanhã (sem chamada de capa) Fontes: Jamil Janene, vereador Rony Alves, vereador, presidente da Câmara	16/04/2014
16	Crise dos alvarás – Investigação será votada hoje; fiscal é afastado (manchete) Fontes: Alexandre Kireeff, prefeito Jamil Janene, vereador Flávio Balan, presidente da Acil Rony Alves, vereador Lenir de Assis, vereadora Morador não identificado	17/04/2014
17	Por unanimidade – Câmara aprova CEI dos Alvarás (chamada de capa) Fontes: Jamil Janene, vereador José Roque Neto, vereador Wilson Bittencourt, vereador Elza Correia, vereadora Lenir de Assis, vereadora	18/04/2014
18	CEI dos Alvarás – Ex-secretário seguiu investigação por 8 meses (chamada de capa) Fontes: Sandra Graça, vereadora Jamil Janene, vereador	08/05/2014
19	Empresário reconhece propriedade sobre o Marco Zero (chamada de capa) Fontes: Raul Fulgêncio, representante do Complexo Marco Zero Maria Sílvia Cebulski, secretária Municipal do Ambiente Sandra Graça, vereadora	13/05/2014
20	Marco Zero – Hotel espera aprovação de EIV para abrir (chamada de capa) Fontes: Walmir Matos, secretário de Obras Paulo Valle, procurador Geral do Município Raul Fulgêncio, representante do Complexo Marco Zero	18/05/2014
21	CEI – Ex-secretário nega ter engavetado denúncias (sem chamada de capa) Fontes: Sandro Nóbrega, ex-secretário de Obras Jamil Janene, vereador	25/05/2014
22	Acordo – Complexo propõe doação e Marco Zero e Boulevard (manchete) Fontes: Raul Fulgêncio, representante do Complexo Marco Zero Solange Vicentin, promotora Sandra Graça, vereadora	10/06/2014
23	Marco Zero – Sem pendências, Íbis será inaugurado no final do mês (chamada de capa) Fontes: Walmir Matos, secretário de Obras Paulo Roberto Caputo, o diretor de operações da Átrio Hotéis, responsável pela marca Íbis	02/09/2014

24	Alvarás – CEI vai apresentar projeto para agilizar liberação de obras (sem chamada de capa) Fontes: Jamil Janene, vereador Gustavo Richa, vereador	09/09/2014
25	Crise dos alvarás – CEI descarta propina, mas encontra irregularidades (manchete) Fontes: Jamil Janene, vereador Raul Fulgêncio, representante do Complexo Marco Zero (não deu entrevista por não conhecer o teor do relatório)	17/09/2014
26	Marco Zero – Empresário contesta relatório da CEI (chamada de capa) Fontes: Raul Fulgêncio, representante do Complexo Marco Zero	18/09/2014
27	CEI dos Alvarás – Vereadores aprovam relatório com 14 votos (chamada de capa) Fontes: Jamil Janene, vereador Raul Fulgêncio, representante do Complexo Marco Zero	19/09/2014
28	Jardim Colúmbia – Confirmadas irregularidades em concessão de Habite-se (sem chamada de capa) Fontes: Alexandre Tranin, corregedor Geral do Município	12/10/2014
29	Embate – Entidades publicam manifesto contra CEI do Marco Zero (sem chamada de capa) Fontes: Entidades empresariais de Londrina, por nota Valter Orsi, presidente do Sindimetal Associação Paranaense do Ministério Público, por nota Câmara Municipal, por nota Alexandre Kireeff, prefeito	19/12/2014
30	Acordo derruba TAC de regularização do Marco Zero (chamada de capa) Fontes: Ignês Dequech, presidente do Ippul Solange Vicentin, promotora do Meio Ambiente	20/05/2015
31	Obras – Prefeitura pune servidores por liberação irregular de Habite-se (sem chamada de capa) Fontes: Alexandre Tranin, corregedor Geral	04/06/2015

Foram quase dois anos de cobertura sobre a crise dos alvarás e do Complexo Marco Zero. E uma cobertura enfática: foram 31 reportagens, das quais 10 foram manchete do jornal e 12 receberam chamadas de capa. Os números que surgem da análise da Tabela 8 mostram que esse foi o principal caso coberto pelo jornal no período, com o maior número de reportagens e com mais de dois terços dessas matérias tendo passado pela capa do jornal. Foi um dos que provocou tensão política, com atuação forte das entidades empresariais, que fizeram críticas à Câmara, à prefeitura e à imprensa. Os valores-notícia que prevalecem nessa cobertura são a quebra da normalidade, representada pelos desvios caracterizados pelo descumprimento de leis e o conflito, que são os interesses econômicos em primeiro lugar e políticos, em segundo.

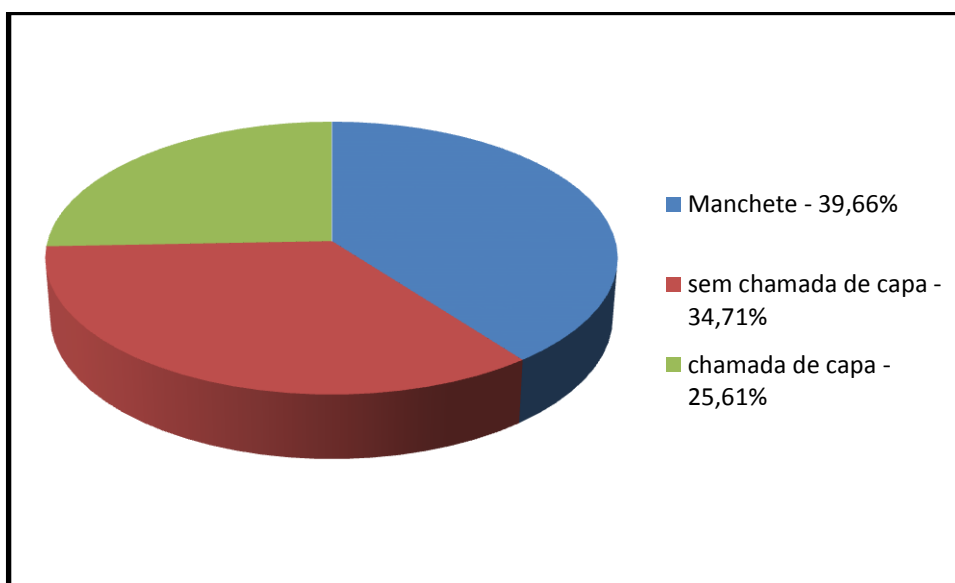
O caso se concentrou em 2014: das 31 reportagens publicadas, 27 foram neste ano – das outras quatro, duas foram publicadas em 2013 e duas em 2015. O auge da cobertura foi no mês de abril, quando foram publicadas nove reportagens, das quais o jornal destacou quatro como manchete e deu chamadas de capa para duas. O assunto só não ocupou mais manchetes porque ele concorria com outra cobertura que corria em paralelo, que era o caso tratado pelo

jornal como City/Havan. Na sequência, em maio, foram mais quatro reportagens, das quais três tiveram chamada de capa. Podemos dizer que esse foi o momento em que o pêndulo perdia mais forte para o lado do paradoxo.

6 JORNALISMO, PODER ECONÔMICO E DEMOCRACIA

Os dados levantados nesta pesquisa mostram que as questões envolvendo o mercado imobiliário foram consideradas relevantes para o Jornal de Londrina nos últimos três anos de funcionamento do jornal. Nas 891 edições analisadas entre 1º de janeiro de 2013 e 18 de dezembro de 2015, este tema aparece em 121 reportagens, o que equivale a mais de 10% das edições – considerando que em algumas o jornal trata dos temas aqui analisados em mais de uma reportagem. Considerando que o jornal tratava em suas capas de uma gama enorme de assuntos, como saúde, educação, violência, transporte coletivo, política, esportes, administração pública, comportamento e escândalos de corrupção, entre tantos outros, pode-se dizer que foi dedicada uma atenção especial a esta questão. Conforme já dissemos, as 121 reportagens foram divididas em oito temas que às vezes se encontravam, pois tratavam de casos diferentes, mas que estavam relacionadas, na maioria dos casos, ao mesmo assunto, como no caso das questões relativas ao cumprimento da legislação sobre a concessão de alvarás (analisamos também, entre as reportagens colocadas no corpus dessa pesquisa, de temas como a questão ambiental, outro ponto de atrito, como no caso da Mata dos Godoy).

Gráfico 1 – Distribuição de Reportagens do JL sobre o Mercado Imobiliário



O Gráfico 1, que apresentamos acima, mostra outro indicador da importância dada pelo jornal a essas questões: das 121 reportagens analisadas no período, 79 ganharam destaque nas capas das edições do JL, o que equivale a 65,27% do total. Em 48 oportunidades (39,66%) elas foram manchete da edição, o tema mais importante do dia.

O ano de 2014 foi o ponto crítico dessa cobertura. Ele concentra um total de 67 das 121 reportagens estudadas, o que equivale a 55,37% do total. Em 2013 foram 41 reportagens (33,88%) e em 2015 foram 12 reportagens (9,91%). Sobre 2015 é preciso considerar que neste ano houve o caso que ficou conhecido como “Operação Publicano”, uma investigação do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), que sacudiu a Delegacia da Receita Estadual de Londrina e afetou o então governador Beto Richa (PSDB), o que concentrou as energias da imprensa paranaense e teve repercussão nacional, o que justifica, em parte, a menor atenção dada ao jornal para o tema.

Se 2014 foi o ponto mais crítico no período analisado, o epicentro estava localizado entre fevereiro e junho, quando foram publicadas 41 reportagens sobre o tema (número igual ao de todo o ano de 2013). Foi nesse período em que se concentraram as duas principais crises envolvendo o setor e que foram separadas das demais para que analisássemos os valores-notícia usados pelo JL na cobertura ao tema. Levando em conta a metáfora proposta por Marcos Paulo da Silva e exposta neste trabalho, esses foram os meses em que o pêndulo esteve no lado do paradoxo.

O tema que recebeu maior atenção do jornal foi a crise envolvendo o Complexo Marco Zero e a Comissão de Inquérito feita pela Câmara para investigar esse caso e os problemas na emissão de alvarás. Foi também o mais noticiado entre os oito temas analisados, com 31 reportagens, sendo 10 delas manchete nas edições (32,35%) e 12 receberam chamadas de capa (38,70%). Esse foi um dos temas escolhidos para a análise dos valores-notícia por ser o de maior atrito entre o poder público e o setor privado, devido à abertura de uma Comissão Especial de Inquérito (CEI) pela Câmara.

O segundo tema escolhido para a análise dos valores-notícia, o caso City/Havan, foi o quarto mais noticiado, com 17 reportagens, sendo 7 manchetes (41,17%) e 3 chamadas de capa (17,64%). À frente dele estão o Plano Diretor, com 25 reportagens, sendo 9 manchetes (36%) e 4 chamadas de capa (16%); e as matérias sobre o Mercado Imobiliário, com 22 reportagens, sendo 13 manchetes (59,09%) e 4 chamadas de capa (18,18%). O caso City/Havan foi escolhido por se tratar de um episódio também polêmico, em que houve

choque entre o poder público e o poder econômico, tendo em vista o não cumprimento da lei por parte do empreendedor. Enquanto o problema não se tornou público, o empreendimento foi construído e aberto para o público, apesar de não ter sido aprovado pelos órgãos públicos. Assim como o caso Marco Zero, este também mobilizou entidades empresariais, que saíram em defesa do empreendedor.

Nos dois temas que escolhemos para analisar mais de perto, predominam os valores-notícia relacionados à quebra de normalidade, caracterizada pelo desvio, o descumprimento de leis. Em segundo lugar vem o conflito, caracterizado pelos interesses em disputa. De um lado, o que seria o interesse da sociedade, representado pela legislação estabelecida dentro de um processo político, passando pelo debate técnico-político, referendado pelo Poder Legislativo e do qual o Poder Executivo seria o guardião, a cuidar que as leis sejam cumpridas. Do outro, o interesse econômico dos empreendedores, que em vários momentos pedem menos regulamentação por parte do poder público e reclamam da demora do mesmo em analisar os pedidos de alvará para as construções. A relevância é o terceiro valor-notícia que aparece nas reportagens analisadas, devido à quantidade de pessoas envolvidas – a frequência a prédios sem a devida avaliação técnica de segurança pode ser um risco à população e não faltam exemplos no Brasil de episódios em que as falhas na fiscalização geraram tragédias.

A postura do JL ao priorizar esses valores-notícia mostra que o jornal se posicionou dentro de uma lógica segundo a qual a imprensa funcionaria como um “vigilante do poder”, como veremos a seguir.

6.1 Os Valores-notícia...

É importante que se diga que nas reportagens aparecem mais de um valor-notícia, alguns com maior força, outros com menor. No caso City/Havan, o valor-notícia quebra da normalidade aparece em todas as sete reportagens publicadas como manchete do jornal. Isso se justifica pelo fato da cobertura lidar com o descumprimento de leis municipais, que levaram a empresa responsável pela construção a tocar toda a obra sem os alvarás necessários para o seu andamento. Até a inauguração do prédio e o começo do funcionamento das lojas que alugaram os espaços o alvará de funcionamento não tinha sido concedido. O problema do

avanço além do permitido para aquela região da cidade é uma das questões centrais. Todos esses desvios justificam a presença do valor-notícia quebra da normalidade nessa cobertura.

O valor-notícia conflito aparece em quase todas as manchetes: seis das sete que foram publicadas. Isso se justifica pela disputa entre empresário, entidades empresariais e poder público em torno de uma compreensão da lei. O empresário, alegando que cumpriu o regramento. A prefeitura e a Câmara de Vereadores, apesar da postura errática, ora alegando irregularidades, ora tentando regularizar o projeto sem que nenhum fato novo tenha sido criado, alegaram o não cumprimento da lei e cobravam contrapartidas. Uma das manchetes em que o valor-notícia conflito esteve mais forte foi a de 9 de maio de 2014, na qual aparece o então prefeito Alexandre Kireeff, classificando a postura da empresa responsável pelo imóvel como “afronta”.

O valor-notícia relevância aparece com força nas duas primeiras manchetes sobre o caso, ainda em 2013, num período que consideramos ser a “gestação” da crise. As reportagens falam de centenas de empresas sem alvará na cidade, o que poderia provocar transtornos para milhares de cidadãos que poderiam frequentar esses estabelecimentos.

O valor-notícia proximidade foi identificado em duas reportagens e aqui cabe uma explicação. O JL era um jornal com uma linha editorial local ou “hiperlocal”, como diziam os profissionais do veículo. Por isso pressupomos que a ideia de proximidade geográfica está embutida em todas as reportagens do jornal, tendo em vista que a linha editorial levava o periódico a se dirigir à cidade de Londrina. Essas reportagens foram publicadas em 25 de março e 8 de abril. Nesse período o jornal ainda definia como tratar o caso. No começo o jornal não deixava claro se o prédio construído em desacordo com as leis municipais tinha sido construído pela rede de lojas Havan ou não. A rede de lojas é a “âncora” do empreendimento e o uso do seu nome tornava o assunto mais familiar para os leitores. Afinal, ninguém saberia identificar o “Centro Comercial City”. Já a loja da Havan é mais conhecida. Nas duas reportagens citadas o JL informa que as irregularidades na obra não são de responsabilidade da rede de lojas, mas lembra que o prédio em questão abriga a loja famosa.

Nas manchetes da cobertura sobre o Complexo Marco Zero prevalecem os mesmos valores. Das dez manchetes, o valor-notícia quebra de normalidade aparece em oito e o conflito em sete. A natureza da cobertura contribui para a prevalência desses valores-notícia. No caso do Marco Zero, a cobertura começa com o caso de um hotel sem alvará – ainda em julho de 2013 – e depois passa pela contrapartida devida pelo empreendimento à cidade. Daí a

explicação para a forte presença do valor-notícia quebra da normalidade, decorrência do desvio. Ele aparece, por exemplo, na manchete de 7 de abril de 2014: “Habite-se – Prefeitura acha falha em alvarás, mas oculta autoria”. A falha nos alvarás e mesmo a ocultação da autoria alegados na manchete caracterizam desvios.

O valor-notícia conflito aparece em sete reportagens. Há nesse caso uma disputa entre poder público e o responsável pelo empreendimento. Entidades empresariais também apareceram em público para defender o Complexo Marco Zero. Um exemplo é a manchete do dia 28 de março de 2014, que fala sobre o resultado da votação da Comissão de Inquérito, que naquele momento fora arquivada pela Câmara: “Obras irregulares – Sindicância investigará Marco Zero; Câmara derruba CEI”. Nesse momento prevaleceu o interesse das entidades empresariais, contra a abertura das investigações, que seriam feitas pela prefeitura e estariam dentro de uma certa margem de controle. Numa comissão aberta na Câmara e acompanhada de perto pela imprensa o controle seria teoricamente mais difícil.

Por fim, o valor-notícia relevância aparece em três reportagens. Um exemplo é a manchete de 9 de abril de 2014, que anuncia a saída do secretário e Obras, uma figura importante do grupo que estava à frente da prefeitura, num esforço para barrar uma comissão de inquérito, o que seria um incômodo político para o prefeito.

6.2 ... e o Quarto Poder

Com base no que foi exposto até aqui, pode-se dizer que os valores-notícia priorizados e adotados majoritariamente pelo Jornal de Londrina na cobertura sobre as questões relativas ao mercado imobiliário, mostram que o veículo se comportou dentro de uma ideia que a comunidade jornalística usa para legitimar a sua atuação: a de que a imprensa funciona como o “quarto poder”.

Como é lembrado por Traquina (2004, p. 46-48), a expressão surgiu no Parlamento inglês, em 1828. Narra o autor que o deputado McCaulay apontou para a galeria onde estavam os jornalistas que acompanhavam a sessão e usou a expressão. A ideia de quarto poder, na época em que a expressão foi cunhada, dialoga com os três poderes (ou três estados) usados na Revolução Francesa, que se referia ao clero, a nobreza e o povo e que na teoria democrática se refere ao sistema de freios e contrapesos, caracterizada pela divisão dos poderes, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Nesse formato, a imprensa seria o “quarto

poder”, ao adotar uma postura de “desconfiança do poder” e de “vigilantes do poder político” para “proteger os cidadãos contra os abusos dos governantes”.

Dito isto é preciso fazer um rápido resgate da visão liberal sobre a imprensa, que é a que prevalece nas democracias liberais, como no caso brasileiro⁵⁹. Primeiro é preciso dizer que a promessa da imprensa, desde o seu surgimento, por volta do século XVII em muito se confunde com a promessa da modernidade. É nesse sentido que o trabalho jornalístico se contrapõe ao segredo nos negócios públicos, erguendo-se contra aquilo que prevaleceu na Era Medieval, período no qual os soberanos não precisavam buscar a legitimidade para governar, na aprovação dos seus governados. O jornalismo se propõe a ser o inverso disso. Entende-se ser papel da imprensa, por exemplo, tentar desvendar esses segredos, levá-los ao conhecimento público, expor todas as informações necessárias para que o cidadão livre possa se autogovernar⁶⁰.

A ideia de cidadãos livres que se autogovernam se inspira no conceito de esclarecimento, uma das categorias fundamentais do pensamento de Kant. Para Kant, esclarecimento é a saída do homem da menoridade, entendida como a incapacidade do homem fazer uso de seu entendimento sem a tutela de outro indivíduo. Nesse sentido, esclarecimento é a possibilidade do homem de usar a razão sem ser tutelado por alguém. Esclarecimento seria superar essa menoridade.

“Se tenho um livro que faz as vezes de meu entendimento, um diretor espiritual que por mim tem consciência, um médico que por mim decide a respeito de minha dieta, etc., então não preciso esforçar-me eu mesmo. Não tenho necessidade de pensar, quando posso simplesmente pagar; outros se encarregarão em meu lugar dos negócios desagradáveis.” (KANT, 1974, pp. 100 e, 102).

A doutrina liberal da informação traduz em grande medida a aproximação entre o jornalismo e a trajetória da modernidade. Ela é concebida num contexto de luta contra o poder absolutista, a partir do século XVII, tendo como um dos marcos a publicação, pelo poeta britânico John Milton, em 1644, de um panfleto intitulado “Aeropagítica – Discurso pela liberdade de imprensa na Inglaterra”, defendendo a impressão e publicação sem autorização nem censura governamental– que são próprias da época. (IN BULIK, 1990, p. 61-63) A

⁵⁹ Resgatamos aqui de forma resumida a discussão que fizemos no artigo “Possibilidades de ampliação do domínio público: jornalismo frente à internet”. Este trabalho foi apresentada pelo autor em 2012 na conclusão do curso de Especialização em Filosofia Política e Jurídica da Universidade Estadual de Londrina.

⁶⁰ Bill Kovach e Tom Rosentiel comparam a função da imprensa à cartografia, no seu livro “Os elementos do jornalismo”. Eles usam a ideia de que a imprensa precisa trazer informações confiáveis e fidedignas para que os cidadãos livres tomem as suas decisões, o que os insere na visão liberal sobre o jornalismo.

publicação desse material é considerada um marco do enfrentamento à censura imposta pelo Estado, num período de enfrentamento ao absolutismo. No texto, Milton diz que “se não se empregar a prudência”, matar um homem seria o equivalente a “matar um bom livro”, tendo em vista que o homem é uma criatura racional e o livro é portador da razão (BULIK, 1990, p. 61-63). A Declaração da Virgínia, de 1776 e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, da revolução francesa, ambas sob influência iluminista, incluem a liberdade de imprensa entre os direitos humanos fundamentais.

A doutrina liberal da imprensa se sustenta na liberdade de informação, pluralismo de ideias e de meios de comunicação, concepção gestada no decorrer do século XVIII, baseada no Iluminismo. O chamado liberalismo das Luzes tem como base a concepção de liberdade e os princípios de verdade (BULIK, 1990, p. 61-63 e 64-65). A verdade, segundo a concepção liberal, seria resultado do choque das ideias e do pluralismo dos órgãos de informação – o que significa que os liberais rejeitavam a ideia de verdade como monopólio de alguma instituição.

No século XIX, o ideário do liberalismo econômico inglês, que reivindica a liberdade para as forças produtivas, é incorporado à liberdade de informar, à essa altura já garantida aos indivíduos. Essa incorporação estende aos meios de difusão, então em processo de transformação em empresas, a liberdade para informar. O jornalismo está nascendo enquanto atividade industrial, aplicando os princípios da livre empresa às empresas de comunicação.

Os liberais defendem que a democracia política e a economia capitalista garantiriam o desenvolvimento da imprensa, que usando os princípios da liberdade de publicação e de empresa, garantida pela supressão de medidas administrativas preventivas usadas até então (autorização prévia para publicar, censura e valores a serem pagos ao governo para poder publicar), vai se transformar numa instituição capaz de defender o cidadão de arbitrariedades cometidas pelo Estado (BULIK, 1990, p. 68).

No século XX, a doutrina liberal da imprensa, que no seu berço reivindica liberdades individuais e a defesa do cidadão contra o Estado, sofre uma alteração, para assumir a característica de direito à informação. Nesse caso, o Estado passa a ser um fiador das liberdades, assegurando o direito à informação, sem, no entanto, deter o controle dos canais de difusão da informação. Os liberais entendem que a liberdade de expressão, sozinha, não garante mais o direito dos cidadãos à informação. O direito será assegurado pela livre expressão, mas também pela liberdade de acesso às fontes, o dever do poder público de

prestar informações à sociedade, entre outras normas que pretendem proteger o exercício profissional do jornalismo (BULIK, 1990, 76-77).

Para que a imprensa consiga buscar a verdade e defender o cidadão de abusos cometidos pelo Estado, transformando-se numa instituição a funcionar dentro do sistema de freios e contrapesos, desenvolvido por Montesquieu (1996), é preciso que os veículos de comunicação se viabilizem enquanto empresas capitalistas. Segundo a visão liberal, a independência editorial é sustentada pela independência financeira (SILVEIRA, 2004, p. 103).

Eugênio Bucci (2000) defende que essa independência editorial⁶¹ seria capaz de conquistar a credibilidade necessária para a sobrevivência dos veículos de comunicação. Os veículos de comunicação precisam ter credibilidade para conseguir manter altos índices de circulação e, por consequência, ter melhores condições de negociar no mercado publicitário (BUCCI, 2000, p. 56-60). Isso acontece porque as empresas jornalísticas atuam simultaneamente em dois mercados: o de leitores⁶² e o publicitário (SILVEIRA, 2004, p. 70).

A capacidade de uma empresa jornalística de negociar no mercado publicitário depende da sua capacidade de atrair audiência ou leitores. Quanto maior o número de leitores, telespectadores ou ouvintes, maior a capacidade dessa empresa para barganhar no mercado publicitário. E a forma de conquistar, atingir grandes audiências e circulações é a credibilidade conquistada pela independência editorial⁶³. Independência financeira – e consequentemente editorial – significa também que o veículo de comunicação consegue manter do Estado o distanciamento necessário para cumprir a sua função de fiscalizar os governantes, levando ao leitor/cidadão informações que não estejam contaminadas por interesses políticos e econômicos, o que faz da imprensa um dos pilares das democracias – sempre levando em conta a visão liberal sobre o Estado e o jornalismo. Trata-se de uma tarefa difícil, tendo em vista que a pressão política e econômica tanto pode ser exercida pelo Estado,

⁶¹ Independência editorial significa a capacidade de um jornal de veicular informações sem que interesses políticos ou econômicos interfiram no conteúdo do material jornalístico, ainda que tais informações contrariem os interesses políticos e econômicos de governantes e/ou anunciantes. Bucci afirma que “a independência editorial é o que materializa, no cotidiano, o instituto da liberdade de imprensa. Isto é: a democracia garante a liberdade de imprensa, e a independência editorial é o requisito básico para que a liberdade de imprensa ganhe corpo e vida própria.” (BUCCI, 2000, p. 58)

⁶² Ou na luta pela audiência, como acontece no caso de meios eletrônicos, como a televisão, o rádio e a internet.

⁶³ É importante lembrar também o outro lado da luta pela audiência, no contexto da qual alguns veículos apelam para temas polêmicos, violentos ou de entretenimento fácil e banal, como em programas policiais e os chamados *reality shows*.

que maneja grandes volumes de verbas publicitárias, como pelos grandes anunciantes, com seu poder econômico e sua grande capacidade de pressão sobre as empresas jornalísticas.

Os temas analisados neste trabalho demonstram que o JL atuou como fiscal do poder político, dentro dos parâmetros preconizados pelo liberalismo. Pela agenda adotada, a postura de fiscalização se estendeu também sobre o poder econômico. As agendas adotadas pelo jornal entraram em choque também com interesses do setor imobiliário, o que gerou atritos com anunciantes. É desses atritos que trataremos a seguir.

6.3 O Noticiário e as Tensões

A agenda adotada pelo JL provocava atritos. Alguns aconteciam nos bastidores, mas outros apareciam nas páginas do próprio jornal. Um desses foi publicado na edição de 20 de setembro de 2013, num artigo assinado pelo presidente da Associação Comercial e Industrial de Londrina (Acil), Flávio Balan. O artigo intitulado “A turma do fogo na floresta”⁶⁴ retoma algumas questões, retomando algumas polêmicas daquele ano, como o caso da Mata dos Godoy, tratado anteriormente neste trabalho. O artigo tem um tom entre pueril e autoritário. Pueril porque cria siglas como “Vica”, que seria “ vaidade, inveja, ciúme e arrogância” e faz brincadeira com a expressão “fogo na floresta”⁶⁵.

“[...] A turma da Vica é composta por uma minoria barulhenta de pessoas interessadas em impedir o desenvolvimento da cidade a qualquer custo. Só aparecem na hora de destruir; na hora de construir, ninguém sabe onde estão. Esses militantes do contra têm um lema, que gostam de gritar, com a boca bem aberta, ao menor risco de notícia boa: – Fogo na floresta!

Arco Norte? Fogo na floresta! Plano Diretor? Fogo na floresta! Ampliação do aeroporto? Fogo na floresta! Empresa nova? Fogo na floresta! Passarela de pedestres? Fogo na floresta! Duplicação da rodovia? Fogo na floresta! Energia elétrica? Fogo na floresta! Abate de pombas? Fogo na floresta! E assim Londrina vai queimando, uma a uma, as suas chances de melhorar a vida das pessoas...

Os militantes incendiários são Franciscos ao contrário. Onde há luz, eles levam trevas. Onde há sucesso, eles levam fracasso. Onde há bom senso, eles levam histeria. Onde há concórdia, eles levam rancor. Detestam a conjugação do verbo “ganhar” – pois perder se tornou um verdadeiro dogma para eles. Se alguém diz que a cidade está “ganhando” alguma coisa, os caras da Vica ficam muito bravos”.

⁶⁴ O texto pode ser encontrado no clipping de imprensa, disponível no site da própria Acil. O endereço é <http://acil.com.br/noticias/turma-do-fogo-na-floresta> (consultado em 21 de janeiro de 2020).

⁶⁵ Quem viveu no Brasil de 2019 pode não ver a expressão “fogo na floresta” como algo divertido.

O trecho que destacamos do artigo mostra uma reação pública, às claras, com relação a algumas agendas adotadas pelo jornal, embora o texto não ataque frontalmente a postura editorial do JL. Outras reações aconteciam nos bastidores. A área comercial era uma das primeiras a sentir. Christian Fabiano Tabaka⁶⁶ assumiu o cargo de gerente comercial do JL em dezembro de 2014, um ano antes do fechamento do jornal. Vindo de Curitiba, onde trabalhava na área comercial da Gazeta do Povo, Tabaka encontrou um desafio em Londrina: “tinha uma necessidade de reverter mercado, os números vinham caindo nos dois anos anteriores e tinha essa proposta de resgatar faturamento e subir patamar”.

Quando Tabaka chegou, as dificuldades no relacionamento com os anunciantes já estavam sedimentadas. Ele relata que no final de 2012 (portanto, antes do período estudado), ainda quando trabalhava na Gazeta do Povo, ouviu os ecos do que acontecia no JL. “Eu estava na Gazeta no final de 2012, respingou pra gente lá a questão editorial, justamente que o mercado imobiliário acabou se levantando contra a linha editorial do jornal e fez um boicote comercial. Quer dizer, houve uma debandada, as marcas acabaram saindo com algumas poucas exceções”. Nos anos seguintes, entrando no período pesquisado em que temas relativos ao setor imobiliário tiveram relevância para o jornal, as dificuldades permaneceram. O ex-gerente comercial do JL relata que apesar da tentativa de reaproximação, alguns anunciantes evitavam voltar a veicular publicidade para não romper um “acordo de cavalheiros que eles tinham entre eles de não estar mais presentes no jornal”. Mesmo assim, poucas construtoras anunciavam pontualmente “por entender que a audiência do jornal era importante, que tinha um retorno satisfatório”.

Tabaka relata que reportagens sobre questões ambientais, como a questão da preservação dos fundos de vale, incomodava o mercado. “Era mais ou menos um sentimento que nós ouvíamos das marcas (empresas) de que o jornal não poderia ter tomado aquela posição de ir contra o mercado”, relatou. Ele defende que o jornal “levantou uma discussão que é importante”, que “fez o seu papel, de levar informação para a população”, mas isso fez com que o setor imobiliário se sentisse “atacado”. Apesar das tentativas da área comercial, várias dessas empresas não voltaram a anunciar no jornal.

O empresário Ézaro Fabian Medina, fundador e sócio da construtora Plaenge, uma das maiores de Londrina, confirma o descontentamento com a postura do jornal com relação a questões ambientais. “A gente achou (sic), depois que nós saímos, [o jornal] um pouco para

⁶⁶ Entrevista concedida ao autor por Skype em 19 de julho de 2019. Londrina/Curitiba.

uma linha muito do meio ambiente. Nós achamos que foi um pouco crítico demais nessa área aí. De resto, não”, disse o empresário, a respeito da linha editorial do JL⁶⁷. Medina reclama de tentativas de ampliar a faixa de terras inedificáveis em fundos de vale, o que na visão dele seria prejudicial à construção civil: “Se é ambiente então vamos parar os carros, vamos parar a agricultura. Porque a agricultura também polui. Agora a gente tem que saber procurar o equilíbrio do convívio da agricultura com o meio ambiente. Agora não pode exagerar”, argumenta o empresário.

Sobre se a linha editorial provocou indisposição com anunciantes, Medina diz que não sabe se houve interferência, mas que ouviu do setor de marketing de sua empresa afirmações como a de que “o jornal está um pouquinho exagerado nessa linha”. O empresário disse que a Plaenge “não cortou [anúncios]”, nem “boicotou” o JL, mas “mas não estava se gostando muito de certos exageros [do jornal]”.

Júlio Sampaio é jornalista por formação e foi diretor executivo do JL nos últimos anos de funcionamento do jornal. Ele era consultor externo da Gazeta do Povo, o principal jornal do Grupo Paranaense de Comunicação (GRPCOM) e assumiu a frente do jornal no que era conhecido como o “Novo JL”, a partir da mudança de formato de *standard* para *berliner*. Com o tempo ele se tornou a ligação entre o JL e a direção do GRPCOM. Em sua gestão o jornal teve períodos com bons resultados, revertendo o prestígio editorial em receita financeira. “[O jornal] chegou a ultrapassar o ponto de equilíbrio da operação, tivemos bastante resultados positivos em termos de receita, de formato de jornais, de negócio, mas depois enfrentamos aí uma crise que eu acho até que seria superável do ponto de vista do negócio em si em algum tempo”, conta Sampaio, referindo-se a uma boa fase no começo dos anos 2010 e o fim do jornal, já na metade da década.

Sobre a relação entre linha editorial e anunciantes, Sampaio⁶⁸ avalia que não havia de forma geral um atrito. Os problemas, segundo ele, eram pontuais.

“Nós tivemos alguns episódios que acabaram criando uma fuga do setor [imobiliário] que é muito comum no Brasil. No Brasil, tanto político quanto empresários, todo mundo defende a democracia, todo mundo defende a liberdade de imprensa o direito da imprensa criticar, mas quando se é criticado ou quando os interesses são contrariados, tanto político quanto empresas costumam no Brasil reagir muito mal e quem investe em publicidade é muito comum no Brasil, o que você faz? Corta a publicidade daquele determinado veículo. [Governos] Federais fazem isso, estaduais fazem isso, municipais fazem isso” (SAMPAIO, 2019).

⁶⁷ Entrevista concedida ao autor em Londrina, 3 de dezembro de 2018.

⁶⁸ Entrevista concedida ao autor em 12 de julho de 2019, por Skype, Londrina/Curitiba.

Ele afirma que “a construção civil reagiu mal a algumas matérias pontuais do JL”. Um desses pontos de atrito citados por ele foi a reportagem sobre a “bolha imobiliária”, publicada em 21 de outubro de 2013, sobre a qual nos referimos neste trabalho. Sobre a reportagem, Sampaio afirma que havia o debate, com economistas defendendo que haveria “bolha” e outros defendendo que não haveria. Mas na avaliação dele, o JL “assumiu uma posição muito mais que sim, havia uma bolha, sem apresentar o outro lado”. Esse é um dos episódios que simboliza os atritos provocados pela linha editorial na área comercial do jornal, com a saída de anunciantes. “O discurso era de que [a saída] era pela linha editorial, mas não era pela linha editorial, era por uma questão pontual, por uma divergência”, argumenta Sampaio.

Ele também cita reportagens sobre questões de zoneamento e ambientais como pontos de atrito. “Havia um grupo muito interessado em que fosse flexibilizada a legislação, e o JL se colocou, aí eu não sei dizer se certo ou errado, assumiu uma posição que contrariou os interesses do segmento, claramente”, recorda. Na opinião de Sampaio, “em economias mais maduras isso não deveria ser motivo de cancelamento de publicações publicitárias”. O argumento dele é que a compra se restringe ao espaço publicitário e não à linha editorial do jornal. O ex-diretor executivo do JL afirma que em economias “mais frágeis”, como a brasileira, a reação foi a retirada de anúncios para punir o jornal. “Ele [anunciante] sempre acha que o investimento dele deve ser feito num veículo que tenha a adesão ou que obedeça o que ele pensa. Então de fato aconteceu isso naquele momento foi um movimento do setor, pontual, eu não digo que foi por causa disso que o jornal acabou, não”.

Sampaio classifica o JL como um jornal que “tinha uma posição editorial muito corajosa, muito independente, muito coerente”, que cometeu erros, mas que não eram “erros mal intencionados”. “São erros que quem está fazendo um jornal todo dia pode cometer”, concluiu.

6.4 Ecos da Redação

Os ecos desses atritos chegavam na redação. Fábio Luporini, o último chefe da redação do JL, assumiu com a ideia de fazer uma aproximação do jornal com setores da sociedade, na tentativa de romper a imagem de que o jornal batia de frente com interesses empresariais.

“Eu fui o único que saiu da redação pra conversar com as instituições digamos assim, com a sociedade. Então eu marquei reunião com o bispo, com a Câmara, com o prefeito, com empresas e o meu discurso era sempre o mesmo: nós somos um jornal independente, nós temos uma linha editorial independente. Nós vamos te acusar quando precisar te acusar, mas nós vamos divulgar aquilo que for necessário divulgar desde que seja de interesse público, então eu transmiti pras pessoas, eu verbalizei aquilo que a gente já fazia há muitos anos”⁶⁹.

Ele avalia que a resposta desses setores foi positiva num primeiro momento. Como o jornal fechou poucos meses depois de Luporini assumir a redação, não houve tempo suficiente para saber se as pontes que ele tentava construir com esses setores ficariam firmes ou não e se essa resposta iria além do discurso. Pelo curto tempo em que ficou no cargo, Luporini também não chegou a sentir a pressão na relação com os anunciantes: “Eu não ouvi, mas eu não sei se eu não ouvi porque não existia ou se eu não ouvi porque não tive tempo. Mas assim eu realmente não ouvi, não tive tempo disso”.

Ewandro Schenkel, que esteve à frente da redação entre 2013 e 2015, deixou o cargo para assumir a redação da RPC, emissora de televisão do GRPCOM em Londrina e retransmissora da Rede Globo no Paraná. Ele diz que em 20 anos trabalhando em veículos do GRPCOM (depois da RPC ele voltou para a Gazeta do Povo, de onde tinha vindo para trabalhar no JL), nunca sentiu “pressão comercial a ponto de ceder algo que eu não cederia em questões éticas”⁷⁰. Ele explica:

“depende do que você considera pressão. É normal no jornalismo você ter diversos fatores e pessoas tentando colocar [inaudível] a sua opinião a sua visão de mundo. Eu não chamaria isso de pressão. Para mim pressão tem que ser algo muito forte e até hoje eu nunca sofri esse tipo de pressão. Eu não consigo me lembrar muito bem na época do digital, eu não consigo lembrar de nenhum momento em que a gente realmente tenha algum tipo de pressão do comercial. Eu lembro que o comercial do JL, ele não era muito atuante na redação”.

Schenkel lembra de um episódio de atrito com anunciantes, que foi o da “Bolha imobiliária”, já citado aqui. “O comercial aceitou a posição e sofreu por isso, todas elas [construtoras] tiraram o anúncio lá por uma época e isso não mudou a nossa linha”, reforça. O penúltimo chefe de redação do JL lembra, em sua gestão, de apenas um caso envolvendo diretamente a redação, mas foi na área política. Ele não lembra a data⁷¹. “A assessoria do

⁶⁹ Entrevista concedida ao autor em Londrina, em 10 de julho de 2019.

⁷⁰ Entrevista concedida ao autor por Skype em 11 de julho de 2019, Londrina/Curitiba.

⁷¹ A repórter Telma Elorza questionou o governador Beto Richa (PSDB), durante uma entrevista coletiva, sobre a duplicação da rodovia PR-445, principal ligação de Londrina com Curitiba. Foi na inauguração do Shopping Boulevard, em 2013. O então governador reclamou de reportagens do JL sobre um cancelamento da obra

Departamento de Comunicação do Estado [reclamou], mas eles também não anunciavam fazia tempo no JL. Acho que coincidiu muito de estar no começo da crise e já estar todo mundo tirando dinheiro de anúncio”, afirma Schenkel.

A jornalista Carla Nascimento foi chefe de redação durante a maior parte da fase final do JL. Ela assumiu a redação em 2004, logo depois de o jornal ter quase fechado e estava no cargo em 2006, quando houve a guinada para o “Novo JL”. Ela se lembra da relação com o setor imobiliário com ironia: “eles eram tão sensiveizinhos: ah, o JL fez uma matéria”. Ela lembra sobre como as construtoras reagiam a questões editoriais:

“Eles não gostavam que a gente dizia, nem as construtoras nem as imobiliárias, não gostavam quando a gente dizia que o mercado estava desaquecido, que não estava vendendo [...]. A economia tinha que estar sempre maravilhosa para esses caras, não importa se você está mentindo ou não, a economia sempre tem que estar bem. Porque senão desanima mercado, o mercado não compra, aquele papinho de anunciante de Londrina”⁷².

Ela recorda que, de forma geral, os anunciantes faziam pressão via área comercial, dificilmente exerciam essa pressão diretamente na redação. Segundo Carla Nascimento, havia uma espécie de cordão sanitário para isolar essas pressões e não permitir que elas chegassem até a redação. “Por princípio o comercial já era avisado o tempo todo de que o comercial não se mete na redação. E o Júlio [Sampaio] defendia isso muito mais do que o Nelson (Souza Filho, ex-diretor de redação da Gazeta do Povo)”. A ex-chefe de redação do JL conta que as reclamações da área comercial “chegavam às vezes chegavam muito veladas, assim, ah, vocês vão mesmo fazer essa matéria? Ah. A gente vai ter que fazer. Mas a gente acaba fazendo”.

Algumas vezes a pressão chegava até em tom bem humorado. A ex-chefe de redação lembra de um gerente comercial que “já chegava dando risada” e dizia que iria reclamar embora soubesse que “não vai adiantar”. “Ele chegava lá reclamava, falava alguma coisa, tentava ganhar no argumento, mas nunca foi: ó tem que pôr, vocês fizeram isso e emperrou”. Outra lembrança de Carla Nascimento é de uma orientação que era dada aos repórteres, quando as pautas não eram polêmicas: “se tem que fazer uma matéria de venda no comércio e tem a loja A e a loja B e a loja A é nossa anunciante, fala com o cara da loja A, não custa

(essas reportagens não entraram no recorte deste estudo) e a reportagem disse a ele que o jornal tinha documentos que comprovavam. A assessoria do governador ligou direto na redação para reclamar da repórter, o que no dia a dia das redações é entendido como um “pedido de cabeça” (pedido de demissão). Em janeiro de 2020, o governo do Estado ainda não concluiu a duplicação de um trecho de 15 quilômetros (de um total de 80), ainda no município de Londrina.

⁷² Entrevista concedida ao autor em Londrina, no dia 13 de junho de 2019.

nada. Nós não estamos sendo desonestos. Porque nós estamos ouvindo, de qualquer forma a gente já ia fazer isso”. Carla Nascimento ressalva que essa era uma recomendação e não uma exigência. Com relação à pressão, ela disse não lembrar “especificamente de algum caso em que a gente tenha sido obrigado a fazer uma matéria porque o anunciante quis”.

6.5 Taxas de Ocupação Publicitária

As taxas de ocupação publicitária são importantes para analisar a relação do jornal com o mercado. Por isso foram apuradas as taxas de todas as edições do JL no período pesquisado. Esses dados contribuem para a análise do argumento de que o jornal tinha dificuldade para vender espaço publicitário. Esse cálculo é feito a partir do tamanho dos anúncios. A taxa é apurada multiplicando a altura do anúncio em centímetros pelo número de colunas que ele ocupa. A partir daí é possível saber o percentual de material publicitário em cada página e, conseqüentemente, em cada edição⁷³. Também foram avaliados os percentuais de anúncios institucionais. São peças publicitárias tanto do jornal promovendo a si mesmo, quanto do jornal apoiando eventos ou campanhas. Essas peças são usadas de diversas formas. Eventualmente aparecem na forma de “calhaus⁷⁴”, como se diz no jargão das redações. Por outro lado, também são feitas campanhas institucionais do jornal para afirmar ou reafirmar sua imagem junto à comunidade. O terceiro dado apurado é a quantidade de páginas de classificados por edição, chegando assim a uma média mensal de páginas por edição.

⁷³ No formato *berliner* do JL, com cinco colunas de largura e 40 centímetros de altura, cada página tinha 200 centímetros. Um anúncio com 20 centímetros de altura, que ocupa cinco colunas, tem 100 centímetros. Nesse caso, a taxa de ocupação publicitária dessa página é de 50%. Para apurar a taxa de ocupação publicitária é preciso multiplicar o número de páginas da edição por 200. Depois é apurada a soma em centímetros de todos os anúncios da edição, chegando ao percentual de ocupação publicitária por edição e posteriormente por mês. As páginas de classificados não entram nesse cálculo.

⁷⁴ No verbete “Calhau”, do Manual de Redação da Folha de S. Paulo, a descrição é de que se trata de “anúncios referentes ao próprio jornal preparados com antecedência para preencher, sempre que necessário, espaços em branco de uma página criados pela falta de material previsto (jornalístico ou de publicidade)”.

6.5.1 – A ocupação publicitária em 2013

Na Tabela 9 apresentamos os três indicadores apurados na pesquisa, referentes ao ano de 2013.

Tabela 9 – taxa mensal de ocupação publicitária e média de páginas de classificados em 2013

2013	OCUPAÇÃO PUBLICITÁRIA	OCUPAÇÃO S/INSTITUCIONAL	CLASSIFICADOS POR EDIÇÃO
JAN	17,27	14,04	5,72
FEV	20,26	18,44	7,85
MAR	21,17	18,67	8,88
ABR	21,17	18,71	9,03
MAI	19,24	16,92	8,12
JUN	20,01	18,96	7,79
JUL	17,63	15,69	7,44
AGO	17,53	15,93	9,57
SET	18,31	16,76	10,57
OUT	21,05	18,3	12,37
NOV	24,59	22,87	12,88
DEZ	24,13	22,42	12,84

Com relação a 2013, é importante notar que em cinco dos doze meses do ano a média de ocupação publicitária foi inferior a 20%. São eles os meses de janeiro, maio, julho, agosto e setembro. Os percentuais mais altos de ocupação publicitária aparecem nos meses de novembro e dezembro, com 24,59% e 24,13%, respectivamente. Quando retirados os anúncios institucionais, apenas os meses de novembro e dezembro superam a faixa dos 20%, com 22,87% e 22,42%, respectivamente. São dois meses em que o comércio investe e reforça campanhas publicitárias para atrair clientes em decorrência do pagamento do 13º salário, que aquece o setor nesse período. Os percentuais já mostram um jornal com dificuldades comerciais, pois esse nível de taxa de ocupação publicitária é insuficiente para garantir a saúde financeira do negócio.

Outro indicativo das dificuldades comerciais do jornal é a média de páginas de classificados por edição. Os classificados funcionam como um chamariz para leitores interessados em imóveis, veículos e alguns serviços. Com o advento da internet e dos sites de trocas, que não cobram taxas dos anunciantes, os classificados perderam força nos jornais impressos de forma geral. A tabela mostra que no caso do Jornal de Londrina a média ficou abaixo de dez páginas por edição de janeiro a agosto de 2013. O jornal circulava com 20 páginas nas segundas-feiras, de 24 a 28 páginas de terça a sexta-feira (variava conforme o

número de páginas de classificados) e 24 páginas no domingo, com um caderno de classificados separado. Ao longo do período pesquisado, o caderno de classificados de domingo teve, na maior parte do tempo, 24 páginas, principalmente em 2013 e 2014. Em 2015 o número baixou para 20 e chegou a 16 páginas nos últimos meses antes do fechamento do jornal.

6.5.2 - A ocupação publicitária em 2014

No que diz respeito à média da taxa de ocupação publicitária, 2014 é um ano com números melhores que o anterior. Apenas janeiro e fevereiro, com 14,82% e 19,2% ficaram com menos de 20% de taxa de ocupação publicitária. A partir de março a média ultrapassa essa marca. Os meses de agosto e setembro ultrapassam, ainda que timidamente, a marca de 25%, que ainda é insuficiente para manter o jornal (a taxa de ocupação publicitária considerada ideal para garantir a sustentabilidade do negócio é de 30%). Outro problema é que quando retirados os anúncios institucionais, que não geravam receitas para o jornal, o número de meses abaixo de 20% de taxa de ocupação publicitária sobe para cinco, como mostra a tabela abaixo.

Tabela 10 – taxa mensal de ocupação publicitária e média de páginas de classificados em 2014

2014	OCUPAÇÃO PUBLICITÁRIA	OCUPAÇÃO S/ INSTITUCIONAL	CLASSIFICADOS POR EDIÇÃO
JAN	14,82	14,12	10,48
FEV	19,2	17,25	11,62
MAR	23,4	21,91	12,17
ABR	22,04	20,09	12,65
MAI	22,21	21,15	11,15
JUN	22,7	19,26	11,11
JUL	20,28	17,89	11,11
AGO	25,1	21,18	11,08
SET	25,1	24,18	10,16
OUT	24,39	20,18	11,96
NOV	22,73	18,92	10,45
DEZ	22,6	20,79	8,8

A média de páginas de classificados por edição também supera a do ano anterior. Apenas o mês de dezembro ficou abaixo da média de 10 páginas por edição: foram 8,8 páginas. Março e abril obtiveram as melhores médias, com 12,17 e 12,65, respectivamente.

6.5.3 – A ocupação publicitária em 2015

Á primeira vista, a média das taxas de ocupação publicitária de 2015 não mostram um jornal em crise e às vésperas do seu fechamento. Janeiro, que é historicamente o mês com percentuais baixos, tem uma média jamais atingida nos 24 meses anteriores: bate em 28,33%, o dobro de janeiro de 2014. De fevereiro a dezembro a média passa dos 30%, o que, teoricamente garantiria a saúde financeira do jornal. Mesmo quando retirados os anúncios institucionais, a aparência demonstrada pelos números não decepciona.

Tabela 11 - taxa mensal de ocupação publicitária e média de páginas de classificados em 2015

2015	OCUPAÇÃO PUBLICITÁRIA	OCUPAÇÃO S/ INSTITUCIONAL	CLASSIFICADOS POR EDIÇÃO
JAN	28,33	26,78	7,71
FEV	31,81	30,82	9,42
MAR	35,45	34,44	9,43
ABR	34,54	33,27	6,7
MAI	32,12	30,63	6,4
JUN	35,09	33,43	6,8
JUL	36,24	35,06	7,7
AGO	35,8	32,54	7,7
SET	31,84	29,36	6,92
OUT	31,09	29,95	6,6
NOV	33,26	31,35	6,7
DEZ	33,93	32,08	7,28

A questão então é compreender como o jornal atingiu taxas tão altas de ocupação – superiores aos exercícios anteriores – no ano em que foi à falência. A resposta é de que o Jornal de Londrina estava vendendo publicidade com preços abaixo dos estabelecidos em sua tabela, numa última tentativa de evitar o fechamento. Isso significa que em 2015 o JL foi um jornal com muitos anúncios e pouco dinheiro em caixa.

Se a taxa de publicidade subiu a percentuais inimagináveis nos anos anteriores, a média de páginas de classificados por edição deixa clara a fragilidade comercial do jornal em 2015. São as médias mais baixas do período investigado. Em todos os meses essa média foi inferior a dez páginas, confirmando uma tendência que já aparece em dezembro de 2014, quando ficou em 9,1 páginas.

Importante notar que em 2013 e 2014 a média mensal da taxa de ocupação publicitária nunca se aproximou da marca de 30 por cento, que era considerado o valor no qual o jornal alcançaria o equilíbrio financeiro⁷⁵. O que significa que mesmo antes da recessão que começaria em 2014 o jornal já tinha dificuldades para vender espaço publicitário. Júlio Sampaio explica que “a taxa de ocupação do jornal vinha baixa, desde 2013. A gente vinha passando, acho que coincide com esse episódio que eu estou te falando do segmento da construção civil⁷⁶”. Já em 2015 a taxa foi superior a 30 por cento em nove dos 12 meses. Mas isso não representou mais dinheiro no caixa da empresa. Júlio Sampaio explica a estratégia:

“Na realidade em 2015 nós tivemos um plano comercial que objetivava ter maior presença de anunciantes que não estavam presentes regularmente, então foi um plano, foi muito bem calculada tudo [...] Ali era uma tentativa já de tentar salvar o jornal aumentando a taxa de ocupação. Os anúncios nunca são vendidos a preço de tabela, nem no JL e em nenhum veículo de comunicação. Nem na Globo, nem na TV Globo era, e especialmente nos jornais sempre os descontos foram bem elevados. No caso do JL em 2015 a gente teve uma ação comercial muito diferenciada, muito agressiva e eu diria muito bem sucedida onde nós tínhamos alguns âncoras, onde naquele momento sustentavam o jornal através de estímulos de parceria, preços diferenciados, formatos diferenciados. Tinha um conceito de venda de audiência, que juntava internet com impresso enfim. Em 2015 nós tivemos uma taxa de ocupação muito boa. Vínhamos num crescente de receita o que não significava que as questões econômicas estavam resolvidas, não significava, não foi um ano em que o JL teve rentabilidade, teve lucro. Então ele ainda era uma operação que exigia investimento”.

O esforço não teve o resultado esperado e o jornal acabou fechando, no ano em que as taxas de ocupação publicitária estavam mais altas, mas eram vendidas abaixo do valor da tabela.

⁷⁵ Em entrevista concedida ao autor, a ex-chefe de redação, Carla Nascimento, confirma esse percentual.

⁷⁶ Referência aos atritos com o setor em decorrência de reportagens críticas com relação a questões urbanas que foram publicadas pelo jornal.

6.6 Jornalismo de Proximidade

Durante toda a sua trajetória, de 26 anos, entre 1989 e 2015, o JL foi um jornal local. É assim que ele aparece na memória dos jornalistas que trabalharam na sua redação. Seu foco era principalmente a cidade de Londrina, noticiando também, acontecimentos relevantes de cidades da região e do governo do Estado. A definição feita pelos jornalistas que trabalharam no JL coincide com os recortes espaciais feitos no estudo de Sonia Aguiar (2016) sobre o jornalismo local e regional no Brasil. A autora identifica cinco recortes espaciais e divide eles em escalas. Os recortes espaciais identificados por Aguiar são local, regional, nacional, internacional e global. O local é dividido nas seguintes escalas: hiperlocal, que corresponde a “nanoterritórios, prédio público, unidade habitacional, rua, quadra” e são atendidos por mídias como “jornal mural, rádio-poste, *newsletter*, intranet, *fanpage*” e outros; o Microlocal corresponde a quarteirão, sub-bairro, bairro, setor geográfico e comunidades rurais, atendidos por mídias como jornal de bairro, rádio comunitária, *site* zonal e *blog*. A escala seguinte é o Mesolocal, que são municípios, cidade e centro urbano, atendidos pela pequena mídia impressa, TV comunitária, agregador de *sites* e *blogs* microlocais. E por fim, o Macrolocal, que são metrópoles e região metropolitana, atendidos por jornal, rádio, televisão e webportais locais.

O JL sem enquadra nas escalas Mesolocal e Macrolocal. Com a tiragem de 20 mil exemplares, não era exatamente um jornal pequeno, considerando que a Folha de Londrina e a Gazeta do Povo não passavam, em 2016, da faixa os 30 mil exemplares. O foco do jornal, por sua vez, era a cidade de Londrina, passando, em alguns momentos, por cidades próximas, como Cambé, Iporã e Rolândia, todas elas componentes da Região Metropolitana de Londrina⁷⁷. Além da tiragem, o fato de o JL fazer parte do Grupo Paranaense de Comunicação, que é o maior grupo do setor no Paraná, também o afastava de ser “pequena imprensa”. Era, na visão da redação, um pequeno jornal de um grande grupo de comunicação.

Citando o pesquisador português Carlos Camponez, Sonia Aguiar (2016) lembra que a proximidade não é uma questão exclusiva do jornalismo local ou regional. Todos os veículos, mesmos os nacionais, desenvolvem suas estratégias para se aproximar do seu público, mesmo que suas escalas de atuação sejam mais amplas. O exemplo citado por Aguiar é o dos

⁷⁷ A Região Metropolitana de Londrina foi criada pela Lei Complementar 81/98 e conta atualmente com 25 municípios, que, segundo o Iparde (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), somam uma população de mais de 1 milhão de habitantes (encontrado em http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=922&btOk=ok – consultado em 27/02/2019)

cadernos regionais e de bairros, usados por grandes jornais para segmentar leitores e se aproximar deles. O Globo, do Rio de Janeiro, trabalha com cadernos de bairros. A Folha de S. Paulo, já lançou mão dos cadernos regionais, em alguns dos principais polos do estado, como Vale do Paraíba, Campinas, Rio Preto e Ribeirão Preto (projeto abandonado em algumas regiões).

Camponez (2012) ressalta que no caso dos veículos regionais e locais, o conceito de proximidade assume um significado que vai além de geografia. O autor diz que a imprensa regional se articula em torno de território, comunicação e comunidade.

“Defendemos uma definição de jornalismo regional a partir do conceito de pacto comunicacional realizado no contexto de comunidades de lugar – isto é, comunidades que se reconhecem com base em valores e interesses construídos e recriados localmente, a partir de uma vivência territorialmente situada – e onde intervêm critérios como o espaço geográfico de implantação do projecto editorial; o lugar de apreensão, recolha e produção dos acontecimentos noticiados; o espaço privilegiado de difusão da informação; o tipo de conteúdos partilhados e de informação disponibilizada; enfim, a definição dos públicos. Visto deste modo, a proximidade assume uma dimensão simbólica, sem a qual, nas palavras de Roger Silverstone, não há lugar para a própria existência de comunidade”. (CAMPONEZ, 2012, p. 36-37).

O autor ressalta que a proximidade não se restringe à dimensão física e territorial. Citando Yves Agnès e Jean-Michel Croissandeau, Camponez fala também das “dimensões temporais, psico-afetivas, socioprofissionais e sócio-culturais” (CAMPONEZ, 2012, p. 36) da proximidade. No caso da proximidade geográfica, o autor diz que ela pode ser usada numa lógica de “criação de interesses e fragmentação de públicos”, explorada tanto pelo jornalismo, quanto pelo setor comercial das empresas jornalísticas. Ainda sobre dimensão estratégica da proximidade, o autor português afirma que ela também é entendida “como valor-notícia orientador dos critérios noticiosos do jornalista” (CAMPONEZ, 2012, p. 35), sendo um dos valores centrais do jornalismo, capaz de determinar, inclusive, o interesse do público pelo noticiário.

A respeito da proximidade geográfica, Aguiar (2016) salienta que

“Para os estudos de jornalismo, particularmente, uma variável escalar fundamental é a de distância, expressa no princípio de proximidade, que rege a seleção e a edição de notícias de interesse local, com base nas relações sociais existentes tanto entre o local do acontecimento e o local das audiências receptoras da narrativa quanto das relações da cidade- sede do veículo jornalístico com outras áreas geográficas de influência. Com isso, a ideia de proximidade adquire sentidos e efeitos diferentes em uma região metropolitana onde vivem mais de um milhão de pessoas ou em uma pequena cidade de 30 mil habitantes”.

A proximidade do veículo de comunicação com o seu público e com o poder político e o poder econômico, que fazem parte do território que é coberto por esse veículo, é muito mais forte no caso da imprensa local. E isso coloca diversas questões.

O lugar de onde o veículo narra os fatos para o seu público, interfere na forma como ele vai contar essas histórias. A proximidade geográfica da imprensa local, faz com que ela cubra os fatos que ocorrem no seu território de abrangência de forma mais detalhada, dando maior importância a eles, ao contrário do que acontece quando esses mesmos fatos são cobertos, por exemplo, pela mídia nacional. Isso torna esses veículos porta-vozes de uma opinião pública local, mas também faz com que eles vivam as tensões existentes em torno desses fatos, fruto dos interesses envolvidos nos mesmos.

Essas tensões remetem a várias dimensões, do político ao econômico. Aguiar ressalta que um dos problemas da imprensa no Brasil (em todas as escalas) é a relação com o poder público e em vários casos, a dependência dele.

Para Aguiar, (2016, p. 35). a proximidade da mídia local e regional com o poder político é um problema, já que a capacidade que prefeituras ou mesmo deputados têm de fazer gastos com publicidade pode afetar a credibilidade dos veículos, “em especial quando se trata do relacionamento com as fontes e com o poder político”

A proximidade também é problema no relacionamento com o poder econômico, que também é próximo no caso da mídia local e regional. Um exemplo citado pela pesquisadora de como o jornalismo local pode manter distância desses constrangimentos, foi a implantação pela Folha de S. Paulo, dos cadernos regionais. Ela cita o caso da Folha Ribeirão, caderno regional da Folha de S. Paulo em Ribeirão Preto (SP), que proporcionou a possibilidade de profissionalização do jornalismo local, porque os donos das empresas locais não tinham facilidade de acesso aos donos do veículo de comunicação, diminuindo, assim, a sua capacidade de pressionar a redação (AGUIAR 2016, p. 35, 36).

O exemplo citado por Aguiar é relevante para esta pesquisa, porque lembra a situação do JL, que era um jornal local de um grande grupo de comunicação, cuja sede fica em Curitiba, longe do alcance e da pressão dos empresários locais, em Londrina, onde o jornal circulava. E isso fez muita diferença na linha editorial, que fica caracterizada a partir dos valores-notícia mais usados pelo jornal. As reportagens pesquisadas neste trabalho mostram que o distanciamento do centro do poder do GRPCOM com relação a Londrina e a força do

grupo permitiram ao JL levantar agendas importantes para a cidade, sem que a pressão do poder econômico tenha interferido de forma direta no conteúdo do jornal. Essa equação garantiu uma independência editorial difícil de ser vista no interior do Brasil.

7 CONCLUSÃO – OS LIMITES DO JORNALISMO

Não se pode atribuir o fechamento do JL a um único fator – e nem os dados levantados nesta pesquisa permitem uma afirmação nesse sentido. As baixas taxas de ocupação publicitária em dois dos últimos três anos de funcionamento contribuíram para esse desfecho, mas não foram a única causa. A avaliação de gestores da área comercial e da chefe de redação que ocupou o cargo por mais tempo, na última fase do jornal, nos permite dizer que a postura editorial crítica, traduzida pelos valores-notícia mais usados pelo JL na cobertura aqui analisada – e em outras também –, notadamente a preferência pela quebra da normalidade (principalmente no sentido de desvio e descumprimento de leis) e pelo conflito, dificultaram, provocaram atritos na relação com atores importantes do ponto de vista econômico. E isso refletiu nas taxas de ocupação publicitária. Muitas críticas a políticas públicas para organizar a cidade não foram bem recebidas pelo setor imobiliário e da construção civil, que tinham e ainda têm um peso importante dentro do mercado publicitário. Isso fica claro na entrevista com o sócio de uma construtora, concedida para este trabalho.

Também não há como negar nessa crise final, a influência de fatores como a crise dos jornais impressos, que derruba tiragens pelo mundo afora e a crise econômica vivida pelo Brasil, tendo início em 2014 e 2015.

Do ponto de vista jornalístico, pode-se dizer que os valores-notícia priorizados pelo JL em seu noticiário demonstram que o jornal caminhou dentro de uma visão liberal da imprensa, buscando atuar como quarto poder, com independência editorial – ou pelo menos com a sua tentativa de demonstrar essa independência. O desfecho da história do jornal coloca duas questões importantes sobre os limites do jornalismo e o papel da imprensa e a sua viabilização neste começo da segunda década do Século XXI. A primeira é se ainda é possível fazer jornalismo independente, dentro do pressuposto iluminista, tentando entregar informação não contaminada por interesses políticos e econômicos para que cidadãos livres possam se autogovernar, em veículos que se financiam a partir da publicidade. A segunda questão é consequência: se é possível construir por meio da imprensa financiada nesses moldes uma esfera pública com a livre circulação e o debate de ideias. E mais ainda: se isso é possível no

interior, mesmo em cidades de médio porte⁷⁸, mas periféricas com relação ao eixo econômico do país. Ainda mais que a proximidade aumenta o potencial do poder político e econômico para pressionar jornais e jornalistas. O ponto central nessas duas questões é: quais são os limites do jornalismo produzido sob o financiamento da publicidade e o formato de empresa capitalista?

Essas duas questões partem, obviamente, do pressuposto que aqui defendemos, de que o jornalismo tem, sim, um papel ainda fundamental, algo de relevante a dizer para a sociedade, mesmo em tempo de redes sociais e em que as mentiras repetidas à exaustão ganham o *status* de verdade. A palavra da moda para designar tal situação é “*fake news*”, embora a veiculação de mentiras travestidas de notícias seja muito anterior à invenção da internet. Que o diga o magnata da imprensa dos EUA, Willian Randolph Hearst, personagem real que inspirou Charles Foster Kane, no clássico Cidadão Kane, de Orson Welles.

Com relação ao financiamento, o modelo de negócios baseado na publicidade iniciado no Século XIX e que se consolidou e prevaleceu ao longo do Século XX, demonstra sinais de enfraquecimento, embora seja esse modelo que ainda mantém a maioria dos veículos tradicionais em pé, apesar da publicidade dirigida, proporcionada pela internet e seus algoritmos, ter avançado bastante sobre esse mercado. A tentativa de separar “Igreja e Estado”, ou seja, redação e comercial, até hoje tida, nem sempre conseguiu entregar o que prometeu. No caso específico dos grandes grupos de comunicação brasileiros, a principal denúncia é de que essa separação não garante a pluralidade no jornalismo. A Reforma da Previdência feita no Brasil de 2019 é um dos muitos exemplos de coberturas que não abriram o debate, que se restringiram a opiniões unânimes, sempre a favor da reforma, apesar do seu custo social. Opiniões alinhadas com as do capital financeiro, não por acaso uma fatia importante do mercado publicitário e parte fundamental na engenharia financeira dos grandes grupos de comunicação.

A luz no fim desse túnel pode vir dos novos formatos de financiamento que têm surgido naquilo que Renato Rovai (2018) trata como “novo ecossistema midiático”. Vários veículos, ainda longe de rivalizar com os grandes grupos, mas que ocupam espaços têm surgido e se mantido dentro desse formato. São veículos que vivem de assinaturas e que entregam o conteúdo tanto pela internet (tanto por meio de sites convencionais, como por

⁷⁸ Para os padrões da Região Sul, Londrina poderia ser considerada uma cidade de grande porte. Ela é a terceira maior da região, ficando apenas atrás de Porto Alegre e Curitiba.

convencional quanto por mídias sociais, como o Youtube). Eles partem do pressuposto de que sendo financiados pelo seu próprio público, têm maior independência do que se o financiamento viesse pelo mercado publicitário. Existem várias experiências a partir de formatos que mesclam o financiamento dos leitores com outras fontes de recursos em todo o Brasil. No Paraná, o Plural.Jor, surgido em Curitiba em 2019 e tocado por jornalistas que saíram da Gazeta do Povo, é um exemplo desse tipo de formato.

O formato parece interessante. A questão é se esses veículos terão fôlego para escrever longas trajetórias na imprensa brasileira. Mas é possível dizer que veículos nesses formatos têm crescido em relevância. Não por acaso, um dos principais furos de reportagem de 2019, a Vaza-Jato, que expôs as vísceras da Operação Lava Jato⁷⁹, foi dado por um desses novos veículos, o The Intercept Brasil. É verdade também que o Intercept fez parcerias com veículos de grandes conglomerados, como a Folha de S. Paulo e a revista Veja, para ampliar a repercussão do material.

Sobre a segunda questão, que é a possibilidade de construção da esfera pública por meio do jornalismo em sociedades como a brasileira e em especial na periferia do país, o caso JL deixa várias sombras. O jornal enfrentou corajosamente agendas que colaboraram para que a cidade discutisse a sua organização, mas contrariou alguns de seus anunciantes. Algumas reações, como a do ex-presidente da Associação Comercial e Industrial de Londrina (Acil), em que ele acusa atores sociais – e implicitamente o próprio jornal – pela adoção de agendas de defesa do meio ambiente demonstram em primeiro lugar o caráter autoritário das elites locais no interior do Brasil. E em segundo lugar, o baixo nível de tolerância para enfrentar argumentos contrários contra os seus interesses. As pressões comerciais impostas ao jornal expõem o poder que tais elites têm – e usam – para bloquear o debate, tentando retirar temas da agenda pública ou ao menos posições dissonantes. Isso diz muito sobre a dificuldade de construção da esfera pública nessas cidades.

O Brasil de 2019, em meio a arroubos totalitários (presentes a todo tempo no discurso do grupo que chegou ao poder federal, disposto a suprimir a pluralidade da sociedade) demonstra a disposição do empresariado e da elite de abrir mão ou relativizar a democracia em nome de uma agenda econômica liberal, que tem como objetivo avançar sobre os direitos

⁷⁹ A Operação Lava Jato teve grande impacto nos destinos políticos do Brasil, colaborando para a fragilização do sistema político e a eleição de um populista de extrema-direita, o ex-capitão do Exército, deputado federal por quase três décadas, Jair Bolsonaro. Sérgio Moro, responsável pela condenação e retirada do processo eleitoral de 2018 do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, principal concorrente de Bolsonaro, trocou o cargo de juiz federal pelo de ministro da Justiça do próprio Bolsonaro, num episódio controverso.

dos trabalhadores. Tais avanços só são possíveis com a redução do espaço para o debate e a pluralidade, já que em um quadro de normalidade institucional é difícil implantar tal tipo de agenda. Que o diga o Chile do período da ditadura do general Augusto Pinochet, que garantiu pelo autoritarismo a implantação de um liberalismo econômico sem limites, com alto custo social. O jornalismo praticado pelos grandes conglomerados vive na corda bamba com relação ao governo Jair Bolsonaro: endossa a política no âmbito econômico e critica pontualmente no âmbito político, ainda que o autoritarismo na política e na economia sejam as duas faces da mesma moeda. Com isso, a imprensa brasileira tem aberto mão pluralismo no debate público.

Esse jornalismo tem atuado dentro de limites estreitos e faz as vezes do velho, que tenta sobreviver ao novo, representado pelos formatos dos novos veículos. A fraca reação dos grandes conglomerados à perseguição contra o jornalista Glenn Greenwald pelo Ministério Público Federal, em janeiro de 2020, exatamente por conta da Vaza Jato, mostra que é preciso ampliar esses limites. Se no jornalismo dos EUA se discute frequentemente até que ponto a imprensa tem perdido a Primeira Emenda, que é a guardiã da liberdade de imprensa, pode-se dizer que no Brasil, a grande imprensa tem cada vez mais se distanciado da Aeropagítica, o manifesto de Milton em nome da liberdade de imprimir. E quem tem tentado alargar os limites do jornalismo são exatamente as mídias construídas em cima dos novos formatos. Alargar esses limites é fundamental para a continuidade do uso de valores-notícia que representam os valores do jornalismo, como a defesa dos cidadãos contra a tirania do poder político e econômico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, S. **Territórios do jornalismo – Geografias da mídia local e regional no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora PUC-Rio; Petrópolis, Editora Vozes, 2016

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BENETTI, M; FONSECA, V. P. da S. **Jornalismo e acontecimento – Mapeamentos críticos**. Florianópolis, Insular, 2010.

BRITO, J. F. G. Entrevista concedida a Fábio Alves da Silveira. Londrina, 18 out. de 2018. (A entrevista encontra-se disponível em mídia anexada)

BUCCI, E. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

BULIK, L. **Doutrinas da informação no mundo de hoje**. São Paulo, Edições Loyola, 1990.

CAMPONEZ, C. **Jornalismo de proximidade: proximidade e distanciamientos. Linhas de reflexão sobre uma ética da proximidade no jornalismo**. In: *Ágora – Jornalismo de proximidade, desafios e oportunidades*. CORREIA, J. C. Covilhã, Portugal, Editora LabCom.IFP – Universidade da Beira Interior, 2012. Disponível em: <http://www.labcom-ifp.ubi.pt/livro/91>

CÉSAR, L. **Cidadão Délio – Semeador**. Londrina, Midiograf, 2016.

FILHO, M.; NETO, M. **História da imprensa de Londrina – do baú do jornalista**. Londrina, Editoria UEL, 1991

FRANCISCATO, C. E. (2000) **A atualidade no jornalismo**. IN: SILVA, G.; SILVA, M. P. da; FERNANDES, M. L. *Crítérios de Noticiabilidade – Problemas, conceituais e aplicações*. Florianópolis, Insular, 2014

GANS, H. **Deciding what news is: a study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time**. Northwestern University Press, 1979.

GILINI, D. Entrevista concedida a Fábio Alves da Silveira. Londrina, 19 set. de 2018. (A entrevista encontra-se disponível em mídia *anexada*)

GROTH, O. **O poder cultural desconhecido – Fundamentos da ciência dos jornais.** Tradução de Liriam Sponholz, Petrópolis (RJ), Vozes, 2011.

HALL, Stuart, et al. The social production of news. 1978. IN SILVA, M. P. da. **A construção cultural da narrativa noticiosa: noticiabilidade, representação simbólica e regularidade cotidiana.** Tese de doutorado. São Bernardo do Campo, Universidade Metodista de São Paulo, 2013

KANT, I. **A resposta à pergunta o que é esclarecimento.** In: Kant – Textos seletos. Textos clássicos do pensamento humano. 2 ed. Petrópolis, Vozes, 1974.

LORENCETI, L. C. Entrevista concedida a Fábio Alves da Silveira. Londrina, 18 set. de 2018. (A entrevista encontra-se disponível em mídia *anexada*)

LUPORINI F. Entrevista concedida a Fábio Alves da Silveira. Londrina, 10 jul de 2019. (A entrevista encontra-se disponível em mídia *anexada*)

MEDINA, E. Entrevista concedida a Fábio Alves da Silveira. Londrina, 03 dez de 2018. (A entrevista encontra-se disponível em mídia *anexada*)

MILTON, J, 1644 **Areopagítica**; prefacio Mario Murgia. – México: UNAM, Dirección General de Publicaciones y Fomento Editorial, 2009. 116 p.

MONTESQUIEU, Charles-Louis de S. **O espírito das leis.** São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 11-12.

NASCIMENTO, C. Entrevista concedida a Fábio Alves da Silveira. Londrina, 13 jun de 2019. (A entrevista encontra-se disponível em mídia *anexada*)

PAULINO, E. T. **Estudos de Impacto de Vizinhança: alguns apontamentos a partir do caso de Londrina-PR** Caderno Prudentino de Geografia n. 33, vol 2, pgs de 146 a 169 . Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Local de Presidente Prudente (SP). 2011

PEUCER, T. **Os relatos jornalísticos.** Tradução de Paulo da Rocha Dias. Revista Comunicação & Sociedade. Universidade Metodista de São Paulo, n. 33, 2000.

ROSA, R. da G. Entrevista concedida a Fábio Alves da Silveira. Londrina, 26 set de 2018. (A entrevista encontra-se disponível em mídia *anexada*)

ROVAI, R. **Um novo ecossistema midiático: a história do jornalismo digital no Brasil** prefacio de Sérgio Amadeu da Silveira - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018. Libro digital, PDF

SAMPAIO, J. Entrevista concedida a Fábio Alves da Silveira. por Skipe Londrina/Curitiba, 12 jul de 2019. (A entrevista encontra-se disponível em mídia *anexada*)

SCHENKEL, E. Entrevista concedida a Fábio Alves da Silveira. por Skipe Londrina/Curitiba, 11 jul. de 2019. (A entrevista encontra-se disponível em mídia *anexada*)

SCHUDSON, M. **Descobrimo a notícia – Uma história social dos jornais nos Estados Unidos**. Petrópolis (RJ), Vozes, 2010

SHOEMAKER, P. J.; COHEN, A. 2006. News around the world: Practitioners, Content, and the Public. IN: BENETTI, M; FONSECA, V. P. da S. **Jornalismo e acontecimento – Mapeamentos críticos**. Florianópolis, Insular, 2010

SHOEMAKER, P. J.; VOS, T. P. **Teoria do Gatekeeping – Seleção e construção da notícia**. Tradução: Vivian Nickel; Revisão técnica: Márcia Benetti. – Dados Eletrônicos. Porto Alegre, Penso, 2011. (nota: esse aqui é um ebook)

SHOEMAKER, P. J.; REESE, S. D. **Mediating the message in the 21st Century – A media sociology Perspective**. Third edition published. New York, Routledge, 2014

SILVA, M. P. da. **A construção cultural da narrativa noticiosa: noticiabilidade, representação simbólica e regularidade cotidiana**. Tese de doutorado. São Bernardo do Campo, Universidade Metodista de São Paulo, 2013.

SILVA, G. **Para pensar critérios de noticiabilidade**. In: SILVA, Gislene; SILVA, Marcos Paulo da; FERNANDES, Mario Luiz. (Org.) **Críticas de noticiabilidade: problemas conceituais e aplicações**. Florianópolis: Insular, 2014. cap. 3.

SILVA, G.; SILVA, M. P. da; FERNANDES, M. L. **Críticas de Noticiabilidade – Problemas, conceituais e aplicações**. Florianópolis, Insular, 2014

SILVEIRA, F. A. **Imprensa e política – o caso Belinati**. Humanidades, Londrina, 2004.

SOUSA, J. P. **Construindo uma teoria multifactorial da notícia como uma teoria do jornalismo**. Revista Estudos em Jornalismo e Mídia. Universidade Federal de Santa Catarina, v2, n.1, 2005.

TABAKA, F. Entrevista concedida a Fábio Alves da Silveira. Londrina, 19 jul. de 2019. (A entrevista encontra-se disponível em mídia *anexada*)

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo Volume I – Porque as notícias são como são**. Florianópolis, Insular, 2004.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo Volume II: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa sensacional**. 2ª Edição. Florianópolis, Insular, 2008.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. Tradução: Karina Jannini. 2ª Edição. São Paulo, Martins Fontes, 2005.

ANEXOS

ANEXO A – Reportagens do JL sobre o Mercado Imobiliário

Anexo A1 – Matéria do JL do dia 06 de janeiro de 2013

JL DOMINGO, 6 DE JANEIRO DE 2013 - ANO 24 - Nº 7.338 TRAVESSA ALDEIA DO POZO

Londrina terá desfile das escolas de samba no dia 10 de fevereiro
Suspensão de serviços de casa é opção para reduzir gastos

LONDRIANA E REGIÃO
Financiamento imobiliário cresce 25% e bate R\$ 1 bi

A Caixa Econômica Federal bate recorde de liberação de crédito imobiliário em 2012. Na região de Londrina, que abraça 75 municípios, foi liberado R\$ 1,07 bilhão em financiamentos, 25% a mais que em 2011. Para 2013, a expectativa do banco é de que o total em contratações atinja a marca de R\$ 1,3 bilhão. "As empresas continuam lançando empreendimentos", explica o gerente regional da Caixa, Carlos Roberto de Souza. O casal Thiago e Cristiane Fivetta Jijó Aguiar e o crédito fácil

PRÉ-TEMPORADA
Tubarão testa hoje evolução contra campeão estadual

HEMOCENTRO
Banco de sangue enfrenta baixa reserva nas férias

Tempo
Previsão para o dia 06 de janeiro de 2013

geral | Economia | JORNAL DE LONDRIANA | 9

CASA PRÓPRIA
Caixa bate recorde em financiamento

Em 2012, crédito imobiliário teve crescimento de 25% na região de Londrina e chegou a R\$ 1,07 bilhão

Adriana Gonçalves
"Esses recordes no financiamento são resultado de uma demanda pela primeira moradia que estava repressada. Além disso, a queda da taxa de juros melhorou ainda mais as condições."

Valor das parcelas não deve ultrapassar 15% do salário

66
"Esses recordes no financiamento são resultado de uma demanda pela primeira moradia que estava repressada. Além disso, a queda da taxa de juros melhorou ainda mais as condições."

66
"Esses recordes no financiamento são resultado de uma demanda pela primeira moradia que estava repressada. Além disso, a queda da taxa de juros melhorou ainda mais as condições."

Anexo A2 – Matéria do JL do dia 15 de janeiro de 2013

JL TERÇA-FEIRA, 15 DE JANEIRO DE 2013 - ANO 24 - Nº 7.346 TRAVESSA ALDEIA DO POZO

Veja o que fazer para pagar as contas de começo do ano

CONSTRUÇÃO CIVIL
Londrinense troca prédio por casa em condomínios

Preço da soja cai com colheita da supersafra

12 mil metros
quadrados de área construída em 2012, em 2013 foram 14 mil metros quadrados para construção

8ª cidade
mais verticalizada do Brasil, Londrina tem 8ª maior taxa de ocupação de área construída

TERMINAL
Usuários reclamam de instalações

LUTO
Morre Zequinha, xerife bicampeão pelo LEC

ESPECTÁCULOS
Centro Cirense tem programação especial

geral | Tema do dia | JORNAL DE LONDRIANA | 11

HABITAÇÃO
12.904 metros
quadrados de área construída em 2012, em 2013 foram 14 mil metros quadrados para construção

8ª cidade
mais verticalizada do Brasil, Londrina tem 8ª maior taxa de ocupação de área construída

66
"Nós resolvemos experimentar o conceito de condomínio horizontal, que nada mais é do que uma vizinhança de casas dentro de um espaço fechado"

Londrinenses optam por casas

Zona norte atrai novos condomínios horizontais

66
"Nós resolvemos experimentar o conceito de condomínio horizontal, que nada mais é do que uma vizinhança de casas dentro de um espaço fechado"

66
"Nós resolvemos experimentar o conceito de condomínio horizontal, que nada mais é do que uma vizinhança de casas dentro de um espaço fechado"

Anexo A3 – Matéria do JL do dia 08 de fevereiro de 2013

JL Sexta-feira, 8 de fevereiro de 2013 - Ano 24 - Nº 7.347

O vinho cai na folia e vira enredo no carnaval paulistano

MERCADO IMOBILIÁRIO

Oferta de imóveis usados cresce, mas preços sobem

Contrariando a lei de mercado, a grande oferta de imóveis usados na cidade não provoca a queda nos preços. A oferta para venda cresceu 39,76% em 2012 em relação ao ano anterior. O preço do metro quadrado também sobiu, em média, 36%. Na locação de imóveis, a oferta aumentou quase 30%. Para o Secovi, alta no mercado de usados é normal quando há aquecimento no ramo de imóveis novos.

2.136 REGIS
é o preço médio de imóveis vendidos em janeiro de 2013

E o mato também não para de crescer

PARAMENSE
Tubarão encara série de confrontos diretos

SEGURANÇA
Prefeitura vai mapear situação nas escolas

PARANÁ
Estado no caminho para o bicentenário

JL Sexta-feira, 8 de fevereiro de 2013 - Ano 24 - Nº 7.347

geral Economia

MÓVEIS

Mercado de usados está em alta

Em 2012, oferta de imóveis usados à venda aumentou 39,76% em Londrina. Os preços também subiram, em média, 36%. Alta atua reflexo do aquecimento do mercado de novos

Conab prevê safra de grãos de 16,9 mil de toneladas

Opção
Mais espaço e boa localização

Laí de mercado

Oferta de imóveis para locação cresce 29,53%

CONSUMIDOR
Serviços públicos

Anexo A4 – Matéria do JL do dia 13 de março de 2013

JL Segunda-feira, 13 de março de 2013 - Ano 24 - Nº 7.351

geral Economia

MERCADO IMOBILIÁRIO

Mercado cresce, mas preço de imóvel usado recua

Aumento na oferta de imóveis vem acompanhado de queda nos preços. Para especialistas, resultado reflete a sazonalidade do mercado

66 **66**

Na locação, preços se mantêm estáveis

CONSUMIDOR
Serviços públicos

Governo insiste em aligeração única de ICMS

Atenção de prêmios em... Aligeração única de ICMS...

66

66... referência a ICMS para...

66

66... inadimplência recua 3,4% em fevereiro

66

66... Na locação, preços se mantêm estáveis

Mercado cresce, mas preço de imóvel usado recua

Aumento na oferta de imóveis vem acompanhado de queda nos preços. Para especialistas, resultado reflete a sazonalidade do mercado



Talita Eberta

A oferta de imóveis usados para venda, em Curitiba, cresceu 39,76% em fevereiro em relação a fevereiro de 2012...

66... referência a ICMS para...

66... inadimplência recua 3,4% em fevereiro

66... Na locação, preços se mantêm estáveis

66... Na locação, preços se mantêm estáveis

CONSUMIDOR

Serviços públicos

66... referência a ICMS para...

66... inadimplência recua 3,4% em fevereiro

66... Na locação, preços se mantêm estáveis

66... Na locação, preços se mantêm estáveis

66... Na locação, preços se mantêm estáveis

66... Na locação, preços se mantêm estáveis

66... Na locação, preços se mantêm estáveis

66... Na locação, preços se mantêm estáveis

66... Na locação, preços se mantêm estáveis

66... Na locação, preços se mantêm estáveis

66... Na locação, preços se mantêm estáveis

Anexo A5 – Matéria do JL do dia 31 de março de 2013

DOMINGO, 31 DE MARÇO DE 2013 - ANO 24 - Nº 7.407 TRAVESSA ALVAROSA, 100

JL Jornal de Londrina

Funcionária e mais cinco pessoas são detidas por morte de empresário

Tempo: Domingo, 31 de março de 2013, 19h17

•Página 22

ÁREA CONSTRUÍDA

Imóveis comerciais crescem 200% em 5 anos

Os últimos anos têm registrado forte crescimento imobiliário em Londrina. Um dos maiores aumentos foi constatado no metro quadrado comercial construído, com uma expansão de 200% em apenas cinco anos. A região sul, principalmente a Gleba Palhaço, é o principal alvo das construtoras: só neste ano são oito novos empreendimentos deste tipo, com preço médio de R\$ 3 mil por metro quadrado. "Está em franco desenvolvimento", avalia Gerson Guarizate Júnior, presidente do Sinduscon.

•Página 4



SÃO PEDRO

Moradores de rua transformam cemitério em dormitório

•Página 4

quodra

WIZEGARDA

DOMINGO, 31 DE MARÇO DE 2013 JORNAL DE LONDRINA

geral tema do dia

DESENVOLVIMENTO

Boom de imóveis comerciais

Nos últimos cinco anos, crescimento do metro quadrado construído foi de quase 200%. Zona sul concentra novos prédios

3 mil reais

É o preço médio de um metro quadrado de construção comercial construída em Londrina

Mercado aquecido atrai novas construções

• O aquecimento do mercado imobiliário em Londrina, observado nos últimos cinco anos, também se refletiu no crescimento do setor comercial. Nos últimos cinco anos, o crescimento do metro quadrado construído foi de quase 200%. Zona sul concentra novos prédios

• O aquecimento do mercado imobiliário em Londrina, observado nos últimos cinco anos, também se refletiu no crescimento do setor comercial. Nos últimos cinco anos, o crescimento do metro quadrado construído foi de quase 200%. Zona sul concentra novos prédios

Os donos da área

• A indústria tem sido alvo de investidores estrangeiros, principalmente de países como o Brasil, Argentina, França e Itália. Isso tem atraído investimentos para o setor comercial, especialmente para o desenvolvimento de prédios comerciais. Nos últimos cinco anos, o crescimento do metro quadrado construído foi de quase 200%. Zona sul concentra novos prédios

• O aquecimento do mercado imobiliário em Londrina, observado nos últimos cinco anos, também se refletiu no crescimento do setor comercial. Nos últimos cinco anos, o crescimento do metro quadrado construído foi de quase 200%. Zona sul concentra novos prédios

Anexo A6 – Matéria do JL do dia 08 de abril de 2013

SEGUNDA-FEIRA, 8 DE ABRIL DE 2013 - ANO 24 - Nº 7.414 TRAVESSA ALVAROSA, 100

JL Jornal de Londrina

Exposição faz homenagem ao palhaço Xupetin

Tempo: Segunda-feira, 8 de abril de 2013, 14h27

•Página 17

MERCADO

Valorização imobiliária dispara na zona leste

O preço dos terrenos na região do Marco Zero de Londrina triplicou nos últimos anos. Há uma década, o metro quadrado no local custava R\$ 80. Hoje chega a R\$ 250. Com vários empreendimentos em andamento, a zona leste deve se tornar o novo reduto da classe média londrinense. Perto do centro, área era desvalorizada por causa de uma indústria de processamento de grãos.

•Página 4

R\$ 250

é o preço do metro quadrado

VELOCIDADE

Com chuva, Salustiano vence na Fórmula Truck

•Página 2

PAULISTÃO

Palmeiras bate a Ponte Preta por 2 a 1

•Página 11

LEC perde para o Operário e deixa a liderança

•Página 9 e 10

VIOLÊNCIA

Jovem é assassinado com oito tiros

•Página 5

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

TIM

Você, sem fronteira.

SEGUNDA-FEIRA, 8 DE ABRIL DE 2013 JORNAL DE LONDRINA

geral tema do dia

MÓVEIS

Zona leste se transforma em novo reduto da classe média

Construtoras apostam no potencial de crescimento da região do Marco Zero. Investimento bilionário de complexo puxa ocupação e valorização imobiliária

2 mil reais

é o preço médio de um metro quadrado construído em Londrina

mercado

Foco nos compradores do primeiro imóvel

Proximidade influencia escola

• O aquecimento do mercado imobiliário em Londrina, observado nos últimos cinco anos, também se refletiu no crescimento do setor comercial. Nos últimos cinco anos, o crescimento do metro quadrado construído foi de quase 200%. Zona sul concentra novos prédios

• O aquecimento do mercado imobiliário em Londrina, observado nos últimos cinco anos, também se refletiu no crescimento do setor comercial. Nos últimos cinco anos, o crescimento do metro quadrado construído foi de quase 200%. Zona sul concentra novos prédios

• O aquecimento do mercado imobiliário em Londrina, observado nos últimos cinco anos, também se refletiu no crescimento do setor comercial. Nos últimos cinco anos, o crescimento do metro quadrado construído foi de quase 200%. Zona sul concentra novos prédios

Anexo A7 – Matéria do JL do dia 19 de abril de 2013

Caminhada turística explora paisagens pelo Rio Tibagi

Preço de imóveis atinge teto com estoque recorde

O número de imóveis usados ofertados em Londrina é maior em cinco anos. Em março deste ano, 6.720 imóveis residenciais estavam disponíveis para venda, mais que o dobro do registrado no mesmo mês de 2012. Com excesso de ofertas, preço do metro quadrado mostra estabilização. No primeiro trimestre praticamente não houve valorização. "Agora chegou a um patamar que não dá para ir além", explica Luiz Fernando Gonsalves, presidente do Ipepar, Instituto responsável pelo levantamento.

Mega-Sena: Lotérica 'pé- quente' atrai apostadores

Paraná: Desorganização afasta JAPs de Londrina

Reforma do calendário termina só em 2014

Oferta de imóveis usados cresce 180% em 5 anos

Entre 2009 e 2013, média de oferta de imóveis saltou de 2.385 para 6.720. Financiamento acessível e grande número de lançamentos puxaram a alta

Mercado de novos segue firme

Stimulados pelo crescimento da indústria de construção civil, os lançamentos de novos empreendimentos continuam a crescer. O setor de lançamentos de novos empreendimentos segue firme, com crescimento de 180% em 5 anos.

Edital de Convocação

Paraná: Desorganização afasta JAPs de Londrina

Brasil terá um computador por habitante em 2016

Estudo aponta que o Brasil terá um computador por habitante em 2016, o mesmo nível que o Brasil já atingiu em 2012.

Emprego em abril

O CAGED registrou 1,1 milhão de novos empregos em abril, o mesmo nível que o Brasil já atingiu em 2012.

Indicadores econômicos

Gráfico com indicadores econômicos: PIB, Inflação, Taxa de Câmbio, etc.

Anexo A8 – Matéria do JL do dia 28 de abril de 2013

10 JORNAL DE LONDRINA | geral | Economia

Serviço da Acil reduz burocracia nas transações imobiliárias

Ficil Imobiliária centraliza certidões em um único documento, diminuindo custos e poupando o tempo de quem quer comprar ou vender um imóvel

“Antes a pessoa tinha de ir à Junta Comercial, à Prefeitura e a cartórios. Agora, indo a um só lugar, consegue o documento para fechar negócio.”

66

“Antes a pessoa tinha de ir à Junta Comercial, à Prefeitura e a cartórios. Agora, indo a um só lugar, consegue o documento para fechar negócio.”

parceria Acil atua com imobiliárias e corretoras

Indicadores econômicos

VAREJO

Lojistas do PR esperam que Dia das Mães 'salve' o Natal

Com o comércio eletrônico cada vez mais presente, os varejistas do Paraná esperam que o Dia das Mães seja o grande impulsionador das vendas neste período natalino.

Anexo A9 – Matéria do JL do dia 05 de maio de 2013

8 JORNAL DE LONDRIINA | **geral** | Economia

Produção industrial sobe 0,7% em março

Pedidos de falência caem 1,5% em abril

CENTRO DE COMPRAS
Com investimento de R\$ 320 mi, Boulevard Shopping é inaugurado

Primeiro empreendimento da Sonar Sierra Brasil no Paraná, shopping na Zona Leste terá 236 lojas e expectativa é que sejam gerados 3 mil empregos diretos



Tânia Euzé

Com cerca de 90% dos 236 lojas contratadas, o Boulevard Shopping da Sonar Sierra Brasil, em Londrina, abriu suas portas para o público. Ao todo, foram investidos cerca de R\$ 320 milhões no primeiro empreendimento da Sonar Sierra Brasil no Paraná.

A inauguração oficial ocorreu no sábado (4), com a presença de dois deputados estaduais, do Senador Federal, do governador do Paraná, do prefeito de Londrina, Alexandre Brusch, e do governador do Brasil, Dilma Rousseff. O shopping também recebeu o governador do Paraná, Beto Richa, e o prefeito de Londrina, Alexandre Brusch, em uma visita de trabalho.

O Boulevard Shopping é um projeto de R\$ 320 milhões, com 236 lojas e 3 mil empregos diretos. O shopping também recebeu o governador do Paraná, Beto Richa, e o prefeito de Londrina, Alexandre Brusch, em uma visita de trabalho.

Com o investimento de R\$ 320 milhões, o Boulevard Shopping é um projeto de R\$ 320 milhões, com 236 lojas e 3 mil empregos diretos. O shopping também recebeu o governador do Paraná, Beto Richa, e o prefeito de Londrina, Alexandre Brusch, em uma visita de trabalho.

Atropel

O Boulevard Shopping é um projeto de R\$ 320 milhões, com 236 lojas e 3 mil empregos diretos. O shopping também recebeu o governador do Paraná, Beto Richa, e o prefeito de Londrina, Alexandre Brusch, em uma visita de trabalho.

Essa região [Zona Leste], que por anos estava abandonada, está ganhando uma nova cara. Mas a localização é ideal porque está nos planos do Município uma transição entre a [Avenida] Leste-Oeste e a 10 de Dezembro.

neo LANCAMENTO

JEU SONHO DE VIVER NA GLEBA PALHANO JE REALIZOU!

3 dormitórios
Lazer
Vista

RAAF FLUXO **YTICON**

Anexo A10 – Matéria do JL, do dia 08 de maio de 2013

JL JORNAL DE LONDRIINA

Ex-pracinha de Londrina fala sobre fim da Segunda Guerra, em um 8 de maio

Flexibilização de crédito tenta diminuir estoque

Com o maior número de imóveis usados disponíveis para venda dos últimos anos, Londrina enfrenta estabilização nos preços do setor quadrado. Um impulso para aquecer o mercado acontece neste mês, quando a cidade recebe a 4ª Feira de Imóveis, com metas e aumento o volume de negócios em 20%, chegando a R\$ 120 milhões. A novidade deste ano é uma nova flexibilização na concessão de crédito, já disponível, que prevê o pagamento da primeira parcela somente por 20%.

Motonistas aprovam novos parquímetros

Moradores reclamam de lixo nas ruas

8 JORNAL DE LONDRIINA | **geral** | Economia

Feira de Imóveis deverá movimentar R\$ 120 mi

Com crédito facilitado e preços mais realistas, expositores esperam negociar 3 mil imóveis

estabilização
Preços estão mais realistas

DIAS MÃES
Comerciantes esperam alta de 6,4% nas vendas

Flóres em ascensão

Moradores reclamam de lixo nas ruas

Mãe Uma palavra pequena, mas que significa amor infinito.

QUINTINO

Anexo A11 – Matéria do JL, do dia 21 de julho de 2013

JL Jornal de Litorânea

17 de julho de 2013 - Ano 31 - Nº 1238

Novos ou usados, imóveis de luxo são objetos de desejo

Mercado imobiliário

O crescimento de casas e apartamentos de alto padrão responde por tempo de venda mais curto em comparação com o mercado de massa. Em Litorânea, a oferta está em equilíbrio com o crescimento de clientes potenciais. "O crescimento do mercado de luxo depende da qualidade do atendimento e da localização dos imóveis", diz o especialista do Mercado Imobiliário, Gerson Guaranês. A realidade é o mesmo cenário para o mercado de massa de imóveis de luxo.

Aplicativo substitui panfletos

SONDA NORTE
Saul Elkind, uma incógnita na história de Litorânea

DISSIPAÇÃO DE ACESSO
Times revelam e vendem jogadores para aliviar custos

geral

Para poucos

Mercado de imóveis de alto padrão responde por tempo de venda mais curto em comparação com o mercado de massa. Em Litorânea, a oferta está em equilíbrio com o crescimento de clientes potenciais. "O crescimento do mercado de luxo depende da qualidade do atendimento e da localização dos imóveis", diz o especialista do Mercado Imobiliário, Gerson Guaranês. A realidade é o mesmo cenário para o mercado de massa de imóveis de luxo.

A procura por um pouco maior que a oferta, mas o mercado está regulado e absorvendo bem as casas e apartamentos de alto padrão. De lançamentos de alto padrão, mais estão todos vendidos.

50 por cento

1,89 mil

tema do dia

Conforto e sofisticação

O crescimento do mercado de imóveis de alto padrão responde por tempo de venda mais curto em comparação com o mercado de massa. Em Litorânea, a oferta está em equilíbrio com o crescimento de clientes potenciais. "O crescimento do mercado de luxo depende da qualidade do atendimento e da localização dos imóveis", diz o especialista do Mercado Imobiliário, Gerson Guaranês. A realidade é o mesmo cenário para o mercado de massa de imóveis de luxo.

Segurança e lazer para quem trabalha

50 por cento

1,89 mil

Anexo A12 – Matéria do JL, do dia 16 de agosto de 2013

8 JORNAL DE LITORNEIA

geral Economia

Economias

20 milhões

Luz amarela

Aprendizes

Lucro líquido da Caixa tem alta de 10,2%

Mais de 27 mil empresas abrem no PR

CASA PRÓPRIA

Mercado imobiliário está longe da estagnação

Mercado amadurece, mas a demanda ainda é grande, diz especialista

Benefício

Seguro-desemprego terá reajuste pelo INPC

6,2 por cento

Tencat

Economias

Silmar Sara

Diferimento

O lucro líquido da Caixa Econômica Federal em julho de 2013 foi de R\$ 20 milhões, um aumento de 10,2% em relação ao mês anterior. O crescimento foi impulsionado pelo aumento da receita de juros e pela redução das despesas operacionais.

20 milhões

O lucro líquido da Caixa Econômica Federal em julho de 2013 foi de R\$ 20 milhões, um aumento de 10,2% em relação ao mês anterior. O crescimento foi impulsionado pelo aumento da receita de juros e pela redução das despesas operacionais.

Luz amarela

O Ministério da Fazenda anunciou que a luz amarela para o setor de energia elétrica foi acendida em julho de 2013. Isso indica que o setor está enfrentando dificuldades financeiras e pode precisar de intervenção governamental.

Aprendizes

O Conselho Nacional de Aprendizagem (CNA) anunciou que o número de aprendizes em empresas brasileiras aumentou em julho de 2013. Isso indica que o mercado de trabalho está se expandindo e criando oportunidades para jovens.

Lucro líquido da Caixa tem alta de 10,2%

O lucro líquido da Caixa Econômica Federal em julho de 2013 foi de R\$ 20 milhões, um aumento de 10,2% em relação ao mês anterior. O crescimento foi impulsionado pelo aumento da receita de juros e pela redução das despesas operacionais.

Mais de 27 mil empresas abrem no PR

Mais de 27 mil empresas foram registradas no Paraná em julho de 2013, um recorde para o mês. Isso indica que o estado está atraindo investimentos e criando empregos.

CASA PRÓPRIA

Mercado imobiliário está longe da estagnação

Mercado amadurece, mas a demanda ainda é grande, diz especialista

Técnicas

O mercado imobiliário está se tornando mais sofisticado e competitivo. Os compradores estão buscando mais opções e os vendedores estão oferecendo mais benefícios para atrair compradores.

Mais de 27 mil empresas abrem no PR

Mais de 27 mil empresas foram registradas no Paraná em julho de 2013, um recorde para o mês. Isso indica que o estado está atraindo investimentos e criando empregos.

Benefício

O seguro-desemprego terá um reajuste de 6,2% pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Isso ajudará os desempregados a manterem seu poder de compra.

Seguro-desemprego terá reajuste pelo INPC

O seguro-desemprego terá um reajuste de 6,2% pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Isso ajudará os desempregados a manterem seu poder de compra.

6,2 por cento

O seguro-desemprego terá um reajuste de 6,2% pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Isso ajudará os desempregados a manterem seu poder de compra.

Benefício

O seguro-desemprego terá um reajuste de 6,2% pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Isso ajudará os desempregados a manterem seu poder de compra.

Seguro-desemprego terá reajuste pelo INPC

O seguro-desemprego terá um reajuste de 6,2% pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Isso ajudará os desempregados a manterem seu poder de compra.

6,2 por cento

O seguro-desemprego terá um reajuste de 6,2% pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Isso ajudará os desempregados a manterem seu poder de compra.

Benefício

O seguro-desemprego terá um reajuste de 6,2% pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Isso ajudará os desempregados a manterem seu poder de compra.

Anexo A13 – Matéria do JL, do dia 21 de outubro de 2013

Brasil realiza hoje maior leilão da história

Economistas alertam para risco de bolha

Em Cbov, metro quadrado residencial subiu quase três vezes mais que salário médio do Brasil

O prêmio Nobel de Economia disse a respeito do Brasil: pode estar vivendo uma bolha imobiliária. Os dados mostram um descompasso entre renda e valor dos imóveis. Em Londrina, o preço do metro quadrado residencial pode alcançar, em alguns meses, cinco anos de crescimento do rendimento de títulos públicos federais. Economistas e consultores pedem que o JLI encareça o índice de bolha. "Valerá um bom negócio em três ou quatro anos, mas não vale a pena comprar agora", diz a professora Clávia Franco, coordenadora do programa de pós-graduação em Economia da Universidade Federal do Paraná.

Quatro grandes obras entram na reta final

BRASILEIRÃO
São Paulo vence e se afasta da ZR

COPA DO BRASIL
Corinthians pode ter duas mudanças contra o Grêmio

geral tema do dia

Mercado inflado

Em Cbov, metro quadrado residencial subiu quase três vezes mais que salário médio do Brasil

O Conselho é poupar e esperar

Em Cbov, metro quadrado residencial subiu quase três vezes mais que salário médio do Brasil. O Conselho é poupar e esperar. O mercado imobiliário brasileiro está sendo aquecido por um fluxo de investimentos estrangeiros que não encontra saída para a compra de imóveis residenciais. O resultado é uma inflação de preços que não encontra correspondência em um aumento de renda. O Conselho de Investimentos do Brasil recomenda que os investidores estrangeiros que entram no mercado imobiliário brasileiro devem ser tratados com cautela. O Conselho também recomenda que os investidores estrangeiros que entram no mercado imobiliário brasileiro devem ser tratados com cautela. O Conselho também recomenda que os investidores estrangeiros que entram no mercado imobiliário brasileiro devem ser tratados com cautela.

Anexo A14 – Matéria do JL, do dia 28 de março de 2014

geral/Economia | JORNAL DE LONDRA 9

Shopping muda lentamente perfil econômico da zona leste

Há um ano da inauguração do Boulevard, revitalização da região ainda é promessa

Temina Elorza

Um ano após a inauguração do Boulevard, a revitalização da região ainda é promessa. O shopping mudou o perfil econômico da zona leste de Londrina, mas a revitalização da região ainda é uma promessa.

Integração com a comunidade

Dropgas, falhas e falta de asfalto

menos burocracia

Destrua Londrina deve ajudar

taxa de desemprego subiu para 5,1%

Economia deve crescer 2% em 2014

Governo central tem déficit de R\$ 3 bil

Anexo A15 – Matéria do JL, do dia 05 de junho de 2014

jL JORNAL DE LONDRIÑA
20 anos depois, **Pulp Fiction** volta aos cinemas
*Página 35

NOVAS IDEIAS
Construção civil a seco quer revolucionar setor
Um evento internacional realizado em Londrina discute como a construção civil pode se remodelar para entregar casas com mais qualidade, menor preço e baixa emissão de carbono. A chamada "construção a seco" é considerada uma revolução no cenário de obras, trazendo organização, menor desperdício e mão de obra especializada. "No Japão, 80% das casas são feitas dessa forma", afirma José Márcio Fernandes, diretor da TecVede. Um grupo de estudos já se organiza para criar quatro modelos de casas em Londrina.
*Página 4

País celebra cultura japonesa com arte, dança e frutas
Um grupo de estudantes japoneses realizou uma apresentação cultural em Londrina, com dança, música e frutas típicas do país.
*Página 4

COPA DO MUNDO
Fernandinho pode enfrentar a Sérvia
*Página 13

ELIÇÕES
TC divulga nomes de 1.275 inelegíveis no PR
*Página 8

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
10 de junho de 2014

geral tema do dia
tecnologia
A velha construção civil começa a ficar para trás
Devido que melhora em técnicas profissionais da área do Brasil e do mundo mostra opções sustentáveis na execução de projetos de edificação, sem sujeira, sem desperdício e sem desorganização.
*Página 10

comparação
WoodFrame: rápido, limpo e barato
A tecnologia WoodFrame oferece uma alternativa sustentável e econômica para a construção civil. O sistema utiliza madeira tratada e estruturas metálicas, permitindo a construção de casas mais rápidas, limpas e baratas.
*Página 10

comparação
WoodFrame: rápido, limpo e barato
A tecnologia WoodFrame oferece uma alternativa sustentável e econômica para a construção civil. O sistema utiliza madeira tratada e estruturas metálicas, permitindo a construção de casas mais rápidas, limpas e baratas.
*Página 10

Anexo A16 – Matéria do JL, do dia 4 de julho de 2014

jL JORNAL DE LONDRIÑA
No Alameda, pizza fina e recheio generoso
*Página 22

MERCADO IMOBILIÁRIO
Investidores de olho na nova Gleba Palhano
Antigos áreas que tiveram forte valorização imobiliária nos últimos anos começam a mostrar sinais de saturação. Na Gleba Palhano, por exemplo, o preço do metro quadrado está sofrendo acomodação. Um dos motivos é a promessa de revenda da planta de valores, que prevê aumento de impostos de acordo com o preço de mercado. O cenário tem levado os investidores a procurar as regiões que têm tudo para cair nas graças do consumidor, como o bairro Terra Bonita e a zona leste.
*Página 10

JARDIM SABARÁ
Comissão confirma contratação de médicos
*Página 8

VILA BADO
Moradores reclamam de usuários de móó
*Página 9

Brasil sai do divã para encarar a Colômbia
*Página 4

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
10 de julho de 2014

10 JORNAL DE LONDRIÑA
geral Economia
Valorização imobiliária começa a migrar para outras regiões
Enquanto o preço do metro quadrado na Gleba Palhano sofre acomodação, empreendimentos no Terra Bonita e na zona leste têm atraído cada vez mais a atenção de investidores.
*Página 10

7,1 bilhões
de recursos de que o governo brasileiro pretende investir em obras de infraestrutura.
*Página 10

Leis da oferta e procura ainda dita as regras do mercado
O mercado imobiliário brasileiro continua sendo ditado pelas regras da oferta e procura. Apesar da valorização em algumas regiões, a falta de oferta de imóveis em outras áreas mantém os preços altos.
*Página 10

Anexo A19 – Matéria do JL, do dia 28 de julho de 2015

TEIÇA FIBRA, 28 DE JULHO DE 2015 – ANO 36 – Nº 4.130

JL JORNAL DE LONDRIÑA

Oferta de imóveis para alugar cresce 20% em meio à crise

Depois de fuga em massa, polícia quer aumentar o uso de apartamentos

80 ANOS

OLHA O TREM

Em 28 de julho de 1935, por volta das 13h, a população local comemorou a chegada do primeiro trem a Londrina, uma locomotiva Baldwin que trazia uma comitiva com políticos e empresários. Um mau tempo deu início aos desastres: o trem não chegou. A falta de freios e o divisor de linhas da história regional. As cidades começaram a surgir e as populações, multiplicaram-se. Conta o pesquisador da UEL Ninger Ovídio Marena. Até então, para chegar a Londrina era preciso desambicar em Jataizinho e atravessar o Rio Tibagi de balsa, numa viagem que levava quatro horas.

8 JORNAL DE LONDRIÑA | geral |

CRISE

Oferta de imóveis para alugar cresce 20% em 12 meses

Número de pontos residenciais e comerciais vagos em Londrina saltou de 3.967 para 4.763 no período

66

Quem tem dinheiro para fazer esse tipo de investimento pode e deve comprar. O preço do imóvel não vai baixar nos próximos meses, mas o custo de manutenção aumentará, logo deverá ser vendido.

Investimentos: concretos

Apesar do crescimento da oferta de imóveis comerciais, os preços continuam baixos. Segundo o gerente de vendas da imobiliária, apesar de mais oferta, há menos procura por imóveis comerciais. Isso ocorre porque os empresários estão focados em manter suas empresas abertas e não em expandir.

Para Paronelli, além de crises, grande parte dos apartamentos novos entregues nos últimos meses são de baixa qualidade. "Muitos são construídos com materiais baratos, o que gera problemas de manutenção", afirma.

Richa sanciona festas do Churrasco e do Hótelio

Em meio às festas de fim de ano, o governador Richa sancionou a Lei nº 17.000, que estabelece o dia 28 de julho como o Dia do Churrasco e do Hótelio em Londrina. A lei também institui o Dia do Churrasco e do Hótelio em todo o Paraná.

Anexo A20 – Matéria do JL, do dia 10 de agosto de 2015

9 JORNAL DE LONDRIÑA | geral |

Diário de crônica

A floresta dos sonhos

Em meio à crise econômica, muitos londrinenses estão buscando a natureza para se distrair e relaxar. A floresta dos sonhos, localizada no município de Londrina, tornou-se um ponto de encontro para quem quer fugir da rotina urbana.

MERCADO IMOBILIÁRIO

Londrina tem pouca oferta

Segundo estudo, faltam imóveis na cidade

Apesar de ser considerada uma cidade com boa infraestrutura, Londrina enfrenta uma crise no mercado imobiliário. Segundo um estudo realizado por uma imobiliária local, há uma falta significativa de oferta de imóveis para alugar e comprar na cidade.

Os dados mostram que o número de imóveis disponíveis no mercado caiu em comparação com o mesmo período do ano anterior. Isso se deve, principalmente, à falta de novos lançamentos e à saída de muitos imóveis para outros estados.

Para os especialistas, a situação é preocupante, pois a falta de oferta pode levar a um aumento dos preços e a uma redução na qualidade dos imóveis disponíveis.

O jeito mais fácil e barato de comprar tudo com economia!

BRASILIA A loja da família

Móveis, Televisores, Fogões, Lavadoras, Geladeiras, Celulares

Troque o velho pelo novo!

TROCA TROCA

O seu usado conta valorizado como parte do pagamento!

Dê o seu usado na troca e parcele o resto no cartão!

Anexo A21 – Matéria do JL, do dia 23 de agosto de 2015



ANEXO B – Reportagens do JL sobre CMC x Concidade

Anexo B1 – Matéria do JL, do dia 30 de maio de 2013

6 JORNAL DE LONDREIA | geral Cidade

PLANEJAMENTO

Conferência da Cidade expõe choque entre conselhos



Encontro que será realizado no sábado pode exarar com a polêmica sobre responsabilidades do Conselho Municipal da Cidade e Conselho das Cidades

Concidades
Conferência elege 41 conselheiros

Um encontro que reuniu mais de 100 pessoas para discutir o futuro da cidade foi marcado por um choque de ideias entre os membros do Conselho Municipal da Cidade e do Conselho das Cidades. A reunião, realizada no sábado (26), teve como objetivo eleger os membros do Conselho Municipal da Cidade para o biênio 2013-2014. No entanto, a presença de representantes do Conselho das Cidades gerou polêmica e questionamentos sobre a validade da reunião.

“O Conselho Municipal da Cidade já está formado e não precisa ser reeleito”, afirmou um dos membros do Conselho das Cidades. “Mas, se o Conselho Municipal da Cidade não for reeleito, quem vai assumir a responsabilidade da cidade?”, questionou outro participante.

Apesar da polêmica, a reunião foi considerada bem-sucedida, pois conseguiu eleger 41 conselheiros para o Conselho Municipal da Cidade. A eleição foi realizada por meio de urnas eletrônicas, com a participação de mais de 100 pessoas.

“É um alerta porque a cidade está crescendo e as pessoas precisam participar. O crescimento não pode ser uma decisão restrita a um grupo”, afirmou um dos participantes.

Parques vão arrecadar doações

Os parques da cidade vão arrecadar doações para a construção de um novo parque. A iniciativa é liderada pelo Conselho Municipal da Cidade e pelo Conselho das Cidades. As doações serão aceitas em dinheiro ou em espécie.

Interatividade

Um novo projeto de interatividade será lançado em breve. O projeto visa melhorar a comunicação entre a Prefeitura e os cidadãos.

Anexo B2 – Matéria do JL, do dia 4 de junho de 2013

geral Cidade | JORNAL DE LONDREIA | 7

PLANEJAMENTO

População participa em 'massa' de Conferência

“Nós elaboramos as propostas que consideramos importante para comunidade e a ideia foram contempladas”, diz líder comunitária



Elas chegaram

As lideranças comunitárias chegaram em massa para a Conferência da Cidade. Elas apresentaram propostas para melhorar a cidade.

COMEÇA NESTA QUINTA!

GRANDE BAZAR QUINTINO

UMA COLEÇÃO DE OFERTAS E PREÇOS BAIXOS.

06 de JUNHO

ATE 60% DE DESCONTO NA TODAS AS LOJAS

SHOPPING QUINTINO

www.shoppingquintino.com.br

Estadopolitana Curitiba

AQUI VOCÊ COMPRO MAIS!

Anexo C3 – Matéria do JL, do dia 24 de março de 2013

JL DOMINGO, 24 DE MARÇO DE 2013 - ANO 24 - Nº 7.803

Primeiro disco dos Beatles completa 50 anos

Vereditores voltam a discutir projetos do Plano Diretor

Paranaense Tubarão tenta garantir vaga na Série D

DESENVOLVIMENTO

Arco Norte fica mais distante de Londrina

Termina amanhã o prazo estipulado pelo Ministério Público para que o prefeito Alexandre Kireff (PSD) revogue o decreto de utilidade pública da área destinada ao aeroporto de cargas do projeto Arco Norte. Na sexta-feira, a Procuradoria Jurídica da Prefeitura emitiu um parecer aconselhando que a recomendação fosse acatada. Segundo o consultor do projeto, áreas fora da cidade já estão sendo utilizadas.

6 municípios fazem parte

Parque Arco Norte, em plano estratégico que prevê a dar maior sustentabilidade ambiental, econômica, social e cultural, com o fomento e desenvolvimento de negócios e atividades produtivas em áreas de expansão urbana e periurbana.

PLANTAO HOJE
Vernie

quadro
3371.300

JL DOMINGO, 24 DE MARÇO DE 2013 - ANO 24 - Nº 7.803

Arco Norte

Mais longe da Mata

Projeto pode revogar decreto de utilidade pública da área destinada a aeroporto de cargas no lado da Mata dos Godoy

Impactos
Sem estudo, não há viabilidade

Paranáense Tubarão tenta garantir vaga na Série D

DESENVOLVIMENTO

Termina amanhã o prazo estipulado pelo Ministério Público para que o prefeito Alexandre Kireff (PSD) revogue o decreto de utilidade pública da área destinada ao aeroporto de cargas do projeto Arco Norte. Na sexta-feira, a Procuradoria Jurídica da Prefeitura emitiu um parecer aconselhando que a recomendação fosse acatada. Segundo o consultor do projeto, áreas fora da cidade já estão sendo utilizadas.

6 municípios fazem parte

Parque Arco Norte, em plano estratégico que prevê a dar maior sustentabilidade ambiental, econômica, social e cultural, com o fomento e desenvolvimento de negócios e atividades produtivas em áreas de expansão urbana e periurbana.

PLANTAO HOJE
Vernie

quadro
3371.300

Anexo C4 – Matéria do JL, do dia 26 de março de 2013

JL TERÇA-FEIRA, 26 DE MARÇO DE 2013 - ANO 24 - Nº 7.803

Cambeense de 16 anos é eleita rainha da ExpoLondrina 2013

DESENVOLVIMENTO

Arco Norte volta à estaca zero com revogação de decreto

O prefeito de Londrina, Alexandre Kireff, revogou ontem o decreto que declarou de utilidade pública a área destinada à instalação do aeroporto de cargas do Projeto Arco Norte. Segundo o MP, o local inicialmente escolhido poderia causar impactos ambientais na Mata dos Godoy, última reserva contínua da Mata Atlântica no Norte do Paraná. Agora, prefeitura promete novos estudos antes de determinar destino final do projeto.

COLETA SELETIVA
Cooperativa teria usado fantasmas para desviar verbas

ESTUDO
Bosque é infestado por dois tipos de fungos letais

ARRECAÇÃO
Cresce indisciplinância do IPTU em Londrina

Série de incêndios assusta população; Sesp classifica como 'vandalismo'

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

JL TERÇA-FEIRA, 26 DE MARÇO DE 2013 - ANO 24 - Nº 7.803

Arco Norte

Área do Arco Norte perde status de utilidade pública

A medida, no entanto, não decretava que o aeroporto de cargas seja construído ao lado da Mata dos Godoy

Área Ideal
Acl acredita em novo decreto

Impactos
Sem estudo, não há viabilidade

DESENVOLVIMENTO

Termina amanhã o prazo estipulado pelo Ministério Público para que o prefeito Alexandre Kireff (PSD) revogue o decreto de utilidade pública da área destinada ao aeroporto de cargas do projeto Arco Norte. Na sexta-feira, a Procuradoria Jurídica da Prefeitura emitiu um parecer aconselhando que a recomendação fosse acatada. Segundo o consultor do projeto, áreas fora da cidade já estão sendo utilizadas.

6 municípios fazem parte

Parque Arco Norte, em plano estratégico que prevê a dar maior sustentabilidade ambiental, econômica, social e cultural, com o fomento e desenvolvimento de negócios e atividades produtivas em áreas de expansão urbana e periurbana.

PLANTAO HOJE
Vernie

quadro
3371.300

Anexo C5 – Matéria do JL, do dia 26 de junho de 2013



SEXTA-FEIRA, 26 DE JUNHO DE 2013 - ANO 26 - Nº 7.482

Sem recursos, Banda de Músicos pode acabar

—Página 19

TRINCELA ALUSTINATA POR **ILZ**

geral Cidade | JORNAL DE LONDRINA

26 JUNHO DE 2013 | PÁGINA 7

CÂMARA

Pressão enterra PEC 37

A Câmara dos Deputados derrubou ontem a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 37, que tirava o poder de investigação do Ministério Público. Em sessão extraordinária, 430 deputados votaram contra a proposta. Apenas 9 parlamentares votaram a favor, indo contra o pedido que ecoou na maioria dos protestos que ganharam as ruas nos últimos dias. No finalzinho, dia também foi de pressão. Presidente Dilma Rousseff recusa da proposta de realizar uma Constituição para a reforma política, mas promete plebiscito.

—Página 10 e 11



ALTA DOS PREÇOS

MP investiga cartel em emplacements

—Página 6

MATA DOS GOODY

Terminal pode colapsar biodiversidade

—Página 7

PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

—Página 22

Tempo

Os dados são apenas uma aproximação para o tempo real.

—Página 22

Aperte

Fábio Moreira

Na chita

As mudanças no sistema de votação eletrônica em plebiscitos e referendos, previstas na PEC 37, que tirava o poder de investigação do Ministério Público, foram aprovadas por 430 votos contra 9. A proposta de reforma política, que prevê a realização de um plebiscito em 2015, também foi aprovada por 430 votos contra 9.

Político

Fábio Moreira

Projeto de aeroporto ameaça biodiversidade

Para esteções, fauna e flora podem sofrer prejuízos com terminal de cargas; americanos podem financiar estudo de viabilidade

MATA DOS GOODY

Projeto de aeroporto ameaça biodiversidade

Para esteções, fauna e flora podem sofrer prejuízos com terminal de cargas; americanos podem financiar estudo de viabilidade

Um projeto de aeroporto em construção na zona rural de Londrina, no Paraná, ameaça a biodiversidade da Mata dos Goody, uma das últimas áreas de mata nativa remanescentes no estado. O projeto prevê a construção de um terminal de cargas e a ampliação da pista de pouso e decolagem. O estudo de viabilidade do projeto foi financiado por uma empresa americana, a AECOM, e o governo do estado do Paraná. O projeto prevê a construção de um terminal de cargas e a ampliação da pista de pouso e decolagem. O estudo de viabilidade do projeto foi financiado por uma empresa americana, a AECOM, e o governo do estado do Paraná.

Aeroporto

Fábio Moreira

Aeroporto fica fechado por 10 horas

O Aeroporto de Londrina ficou fechado por 10 horas ontem devido a uma pane elétrica. O fechamento ocorreu entre as 14h e as 24h. O aeroporto foi fechado por 10 horas devido a uma pane elétrica. O fechamento ocorreu entre as 14h e as 24h.

Trabalhadores

Fábio Moreira

Trabalhadores pegam carona perigosa

Trabalhadores de uma empresa de transporte pegam carona perigosa em um ônibus. O ônibus estava lotado e o motorista não estava habilitado para dirigir. O acidente ocorreu em uma estrada de terra.

Definições devem sair até o final do mês

O governador do Paraná, Roberto Rios, afirmou que as definições para a reforma política devem sair até o final do mês. Rios afirmou que o governo do estado está trabalhando para garantir a realização de um plebiscito em 2015.

Outro tema

Fábio Moreira

Outro tema

O governador do Paraná, Roberto Rios, afirmou que o governo do estado está trabalhando para garantir a realização de um plebiscito em 2015. Rios afirmou que o governo do estado está trabalhando para garantir a realização de um plebiscito em 2015.

Veja bem

Fábio Moreira

Veja bem

O governador do Paraná, Roberto Rios, afirmou que o governo do estado está trabalhando para garantir a realização de um plebiscito em 2015. Rios afirmou que o governo do estado está trabalhando para garantir a realização de um plebiscito em 2015.

Arco Norte vai para a gaveta

O projeto de criação do Arco Norte em Londrina, Paraná, foi arquivado pelo governador Roberto Rios. Rios afirmou que o projeto não é prioritário para o governo do estado.

PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

—Página 22

Tempo

Os dados são apenas uma aproximação para o tempo real.

—Página 22

Anexo C6 – Matéria do JL, do dia 09 de junho de 2014



SEGUNDA-FEIRA, 9 DE JUNHO DE 2014 - ANO 27 - Nº 7.774

Turnê de Marisa Monte, Verdade, uma ilusão, ganha versão em CD e DVD

—Página 19

TRINCELA ALUSTINATA POR **ILZ**

geral Cidade | JORNAL DE LONDRINA

09 JUNHO DE 2014 | PÁGINA 7

DESENVOLVIMENTO

Agência dos EUA desiste do Arco Norte

A Agência dos Estados Unidos para o Comércio e Desenvolvimento (USTDA) desistiu da proposta de criação do Arco Norte em Londrina, projeto idealizado para melhorar o escoamento da produção da região e para incentivar a instalação de novas indústrias. O motivo alegado é a falta de empresas dispostas a investir na região, o que não garantiria o retorno do investimento. Prefeitura e Estado ainda não foram comunicados oficialmente da decisão.

—Página 4

PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

—Página 22

Tempo

Os dados são apenas uma aproximação para o tempo real.

—Página 22

Arco Norte vai para a gaveta

O projeto de criação do Arco Norte em Londrina, Paraná, foi arquivado pelo governador Roberto Rios. Rios afirmou que o projeto não é prioritário para o governo do estado.

Fontes do governo do Estado e da Prefeitura alegaram

Fábio Moreira

Fontes do governo do Estado e da Prefeitura alegaram

Fontes do governo do Estado e da Prefeitura alegaram que o projeto não é prioritário para o governo do estado.

Empresário

Fábio Moreira

Empresário

Um empresário afirmou que o governo do estado não está trabalhando para garantir a realização de um plebiscito em 2015.

Projeto foi marcado por polémicas

Fábio Moreira

Projeto foi marcado por polémicas

O projeto de criação do Arco Norte em Londrina, Paraná, foi arquivado pelo governador Roberto Rios. Rios afirmou que o projeto não é prioritário para o governo do estado.

PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

—Página 22

Tempo

Os dados são apenas uma aproximação para o tempo real.

—Página 22

No parque, homenagem ao meio ambiente

Fábio Moreira

No parque, homenagem ao meio ambiente

Um parque em Londrina recebeu uma homenagem ao meio ambiente. O parque foi inaugurado com uma cerimônia que contou com a presença de autoridades locais.

PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

—Página 22

Tempo

Os dados são apenas uma aproximação para o tempo real.

—Página 22

Chuva causa mortes e danos em 70 cidades

Fábio Moreira

Chuva causa mortes e danos em 70 cidades

Chuvas fortes causaram mortes e danos em 70 cidades no Paraná. O tempo ruim afetou a população e causou prejuízos materiais.

PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

—Página 22

Tempo

Os dados são apenas uma aproximação para o tempo real.

—Página 22

Anexo C7 – Matéria do JL, do dia 14 de abril de 2015

JL JORNAL DE LONDRIÑA

TERÇA-FEIRA, 14 DE ABRIL DE 2015 - ANO 26 - Nº 831

Blogueira dá dicas de moda para arrasar na ExpoLondrina

• Página 11

Quilo de mel de abelha sem ferrão chega a R\$ 250

• Página 10

PUBLICANO

MP denuncia 62 pessoas por desvios na Receita Estadual

Do Ceará apanhados ontem denúncia contra 62 pessoas por terem supostamente participado de um esquema milionário de corrupção na Receita Estadual de Londrina. Quinze são funcionários do órgão, 11 estão presos. Foram identificados pelo menos 70 fatos criminosos, como abertura de empresas em nome de larapjes e fraude na emissão de notas fiscais. Apenas um indutor teria recebido R\$ 600 mil em uma ocorrência. Em paralelo há denúncias, a Receita recebeu mais de 20 pedidos de aposentadoria nos últimos dias.

• páginas 4 e 7

70 fatos criminosos

LAVA ATO

André Vargas teria recebido R\$ 2 mi de Youseff

• página 12

LUTO

Literatura perde Günter Grass e Galasso

• página 22

Tempo

Temperatura: 20°C a 25°C

Umidade: 60% a 70%

Velocidade do vento: 10 a 15 km/h

Pressão: 1010 a 1015 mmHg

Liminar suspende instalação de indústrias

• página 4

JL JORNAL DE LONDRIÑA

TERÇA-FEIRA, 14 DE ABRIL DE 2015 - ANO 26 - Nº 831

geral tema do dia

MEIO AMBIENTE

Justiça proíbe indústrias no entorno da Mata dos Godoy

Juiz aceita liminarmente argumentos de CNC e garante proteção de uma área de amortecimento de 54 mil hectares. Prefeitura deve recorrer

Marcelo Cesar

Grande Indústria

Reunido

Plano Diretor

Município conhecerá o problema, diz ONG

A ameaça ao entorno da Mata dos Godoy, segundo dirigentes de duas ONGs ambientalistas, é o crescimento desordenado da cidade de Londrina. O plano diretor municipal, que prevê a instalação de indústrias no entorno da Mata dos Godoy, é considerado incompatível com a legislação ambiental. A Justiça proíbe a instalação de indústrias no entorno da Mata dos Godoy, garantindo a proteção de uma área de amortecimento de 54 mil hectares. A Prefeitura deve recorrer.

Grande Indústria

Reunido

Plano Diretor

Município conhecerá o problema, diz ONG

A ameaça ao entorno da Mata dos Godoy, segundo dirigentes de duas ONGs ambientalistas, é o crescimento desordenado da cidade de Londrina. O plano diretor municipal, que prevê a instalação de indústrias no entorno da Mata dos Godoy, é considerado incompatível com a legislação ambiental. A Justiça proíbe a instalação de indústrias no entorno da Mata dos Godoy, garantindo a proteção de uma área de amortecimento de 54 mil hectares. A Prefeitura deve recorrer.

Anexo C8 – Matéria do JL, do dia 20 de abril de 2015

geral JORNAL DE LONDRIÑA

segunda-feira, 20 de abril de 2015

ÁREA DE AMORTECIMENTO

Tamarrado mira Mata dos Godoy

Para venturar, preservar 2,5 quilômetros no entorno da unidade ambiental é o suficiente para a preservação

Tatiana Salvaterra

A EDUCAÇÃO É COMO A CHUVA, E AS GOTAS SÃO OS CONHECIMENTOS QUE NOS FAZEM CRESCER.

Maxi Colégio

Avenida de Castro, 1.600 - Fone: (51) 3555-1111 - Av. Maringá, 1.700 - Fone: (51) 3555-1111

Anexo C9 – Matéria do JL, do dia 27 de maio de 2015

6 JORNAL DE LONDRIÑA | geral

NA CÂMARA

Audiência discute expansão urbana sobre Mata dos Godoy

O encontro ocorrerá, coincidentemente, no Dia da Mata Atlântica, o bioma mais ameaçado do Brasil

Juliana Gonçalves

A Mata dos Godoy veio à tona durante a sessão de 27 de maio da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Estético e Turístico do Estado (CMA) da Assembleia Legislativa do Paraná. O encontro, que ocorrerá amanhã (28) às 10h, discute a proposta de expansão urbana sobre a Mata dos Godoy, localizada no município de Curitiba.

A proposta, apresentada pelo deputado estadual Paulo Sérgio, prevê a criação de uma nova zona urbana, a Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), que permitirá a construção de habitações populares e a regularização de loteamentos irregulares na área.

A CMA, composta por 12 membros, realizará uma audiência pública para ouvir as partes envolvidas e discutir a viabilidade da proposta. O encontro ocorrerá no auditório da Assembleia Legislativa, em Curitiba.

A Mata dos Godoy é considerada uma das últimas áreas de Mata Atlântica remanescentes no Estado do Paraná. Ela possui uma biodiversidade rica e é considerada uma das áreas de maior importância ecológica do bioma.

A proposta de expansão urbana sobre a Mata dos Godoy tem gerado preocupação entre ambientalistas e moradores locais. Eles afirmam que a construção de novas habitações pode causar danos irreversíveis ao ecossistema e à paisagem da região.

Por outro lado, os defensores da proposta afirmam que a criação da ZEIS permitirá a melhoria das condições de vida da população de baixa renda e a regularização de loteamentos que já existem na área.

A audiência pública será aberta às 10h e terá duração de aproximadamente duas horas. Ela será transmitida ao vivo pelo canal 10 do YouTube da Assembleia Legislativa.

Seleção do Flus ocorrerá somente com base no Enem

A partir de setembro, a seleção de alunos para o curso de Engenharia de Física do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) será realizada exclusivamente com base no resultado do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A decisão foi tomada pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFSC.

O curso de Engenharia de Física do IFSC é considerado um dos mais concorridos do Brasil. Atualmente, a seleção é realizada por meio de vestibular próprio, o que gera custos para os candidatos e para o próprio instituto.

Com a decisão de utilizar apenas o Enem para a seleção, o IFSC espera reduzir os custos e tornar o processo mais transparente e acessível para todos os interessados.

Smartphones Sercomtel

OS MELHORES PRESENTES PARA QUEM QUER SER MÃE PRESENTE NA VIDA DA SUA MÃE.

SONY XPERIA E3 DUAL

- Processador 1 GHz
- Memória RAM de 512 MB
- Memória interna de 4 GB
- Câmera Digital 1.3 MP
- Bateria de 1500 mAh
- Preço: R\$ 49,90

NOKIA LUMIA 630

- Processador 1 GHz
- Memória RAM de 512 MB
- Memória interna de 4 GB
- Câmera Digital de 8 MP
- 7.1" Super AMOLED
- Preço: R\$ 37,90

Sercomtel

Anexo C10 – Matéria do JL, do dia 16 de junho de 2015

TERÇA-FEIRA, 16 DE JUNHO DE 2015 - ANO 28 - Nº 18.084

jL Jornal de Londrina

Game of Thrones aposta em velha fórmula para fechar temporada

PRÉ-ESCOLA

Primeira meta do PNE já está comprometida

Sancionada no ano passado, o Plano Nacional de Educação (PNE) prevê, como uma das primeiras medidas, que a universalização da educação infantil na pré-escola seja concluída em 2016. Para atender todas as crianças de 4 e 5 anos Londrina precisa construir 49 CMEIs neste ano. Mas apenas um está pronto. Após a destinação da empreiteira contratada, a meta só deve ser alcançada em 2017.

Tenente-coronel é indiciado em operação contra o tráfico

MATA DOS GODDY

TJ mantém intacta zona de amortecimento

IMPOSTOS

Após Gaeo, arrecadação da Receita cresce

FRENTE FRIA

Formação de geada ameaça o Paraná

7 JORNAL DE LONDRIÑA | geral

NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão preliminar mantém preservada a Mata dos Godoy

O desembargador-relator Nelson Mizuta manteve a decisão em primeira instância que impede a Prefeitura de expandir a área urbana para a zona de amortecimento do parque estadual

Gotfrynha

serviço de wi-fi nas decorações

TABELA FIPE

PAGAMOS TABELA FIPE NO SEU SEMINOV!

LOUÇOURA FIAT MARAJO

TAXAS A partir de 0,76%

WWW.MARAJOCOM.BR | AV. HIGIENOPOLIS, 2470, (41) 3377-8100

RESERVA E ANUALIZAÇÃO DE TRÂNSITO | AV. TRIGUEIROS, 2700, (41) 3377-9200

ANEXO D – Reportagens do JL sobre o EIV

Anexo D1 – Matéria do JL, do dia 17 de março de 2014

JL JORNAL DE LONDRINA

SEGUNDA-FEIRA, 17 DE MARÇO DE 2014 - ANO 28 - Nº 7203

TRABALHADORIA **WZ**

Olhos vermelhos podem indicar mais do que irritação

Figura 1

EMPREENHIMENTOS

Para compensar impactos, empresas vão mexer no bolso

A Prefeitura de Londrina assinou este ano os 11 primeiros termos de compensação com empresas que vão se instalar na cidade. Quando os autos comerciais e empresariais e o demandado para controle educacional, ignora e salões de festas. Há outros cerca de 80 em tramitação. As exigências feitas aos empreendedores são variadas, tais como executar arborização, construir ciclovia, escola, entre outros, para compensar e prevenir danos ambientais, de trânsito e afins sociais, todos com base nos Estudos de Impacto de Vizinhança (EIV).

Campeonato de skate leva 2 mil pessoas ao Zélio

Figura 10

80 processos

2 quilômetros

MATA-MATA

Totti vence com folga 1ª etapa da F-Truck

Figura 11

geral tema do dia

PARA FUTURAS EMPRESAS

Com atraso, Prefeitura libera primeiros termos de compromisso

As 11 listas de obrigações saíram nesta semana em resposta a exigência do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) tenha concluído em 2010

Resumo

EIV controla, diminuição e compensação de impactos

Os estudos de impacto de Vizinhança (EIV) são obrigatórios para quem vai instalar uma nova atividade econômica em áreas urbanas. O objetivo é avaliar os impactos ambientais, sociais e econômicos que a obra pode causar e propor medidas para evitá-los, minimizá-los ou compensá-los. A Prefeitura de Londrina começou a liberar os primeiros termos de compromisso em março de 2014, após um atraso de mais de dois anos em relação ao prazo estabelecido em 2010.

Alguns compromissos para empresas da cidade

Alguns dos compromissos exigidos das empresas são: arborização, construção de ciclovia, implantação de equipamentos de trânsito e obras de infraestrutura. As exigências variam de acordo com o tipo de obra e o local onde será realizada.

Diferenças nas exigências

Existem diferenças nas exigências entre os diferentes tipos de obras. Por exemplo, obras de maior porte exigem mais compensações do que obras menores. Além disso, as exigências também variam de acordo com o bairro onde a obra será realizada.

Anexo D2 – Matéria do JL, do dia 21 de março de 2014

JL JORNAL DE LONDRINA

SEXTA-FEIRA, 21 DE MARÇO DE 2014 - ANO 28 - Nº 7206

TRABALHADORIA **WZ**

Sommelier dá dicas de como unir vinho, comida e amigos

Figura 27

CONTRAPARTIDA DEVERÁ SER ENTREGUE JUNTO COM OBRA

Terminos de compromisso com lista de obras para reduzir impactos deverão ser cumpridos antes da inauguração dos negócios; se não for possível, empresários terão de depositar uma caução

A Câmara de Vereadores aprovou ontem, em última discussão, o projeto de lei que manda a aplicação das medidas compensatórias devidas nos Estudos de Impacto de Vizinhança (EIV). Após a sanção, quem construir em Londrina terá de entregar as contrapartidas até o fim da obra ou será obrigado a fazer um depósito caução antes da liberação do alvará. "É uma forma de garantia", explica o vereador Roberto da Silva (PTD), autor do projeto.

Noite de festa pelos 30 anos da Osuel

Figura 15

TRANSPORTE

Produtores se mobilizam contra fusão da ALL

Figura 1

CONTRA O LEC

J. Malucelli escreve disputa por vaga na Sêrie D

Figura 14

Tempo

Temperatura máxima prevista para amanhã: 18°C

Temperatura mínima prevista para amanhã: 10°C

geral tema do dia

Contrapartida terá de ser feita durante instalação de empresas

Terminos de compromisso com lista de obras para reduzir impactos deverão ser cumpridos antes da inauguração dos negócios; se não for possível, empresários terão de depositar uma caução

A aplicação da medida foi feita durante a instalação das empresas. Isso garante a entrega das contrapartidas antes da inauguração dos negócios. O prazo para a entrega das contrapartidas é de 30 dias após a conclusão das obras. Se não for possível cumprir o prazo, os empresários terão de depositar uma caução em nome da Prefeitura de Londrina.

Primeiros termos de compromisso saíram neste ano

Os primeiros termos de compromisso foram liberados em março de 2014. Isso ocorreu após um longo processo de negociação entre a Prefeitura e as empresas. Os termos de compromisso são obrigatórios para quem vai instalar uma nova atividade econômica em áreas urbanas.

Aparição

Alguns empresários apareceram na Prefeitura para discutir os termos de compromisso. Eles foram recebidos pelo prefeito e membros da Câmara de Vereadores. Durante a reunião, foram discutidas as exigências e as possibilidades de compensação.

Anexo D3 – Matéria do JL, do dia 27 de maio de 2014

TERÇA-FEIRA, 27 DE MAIO DE 2014 - ANO 25 - Nº 7263

JL Jornal de Londrina

Londrina precisa de 30 meses para zerar fila de EVs

Tempo médio para entrega de veículos elétricos em Londrina

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

SAÚDE PÚBLICA

Número de plantonistas na madrugada será reduzido

Uma nova escala de plantão será adotada nos serviços 24 horas de Saúde a partir de domingo. Parte dos plantonistas da madrugada será remanejada para horários intermediários que, segundo a Prefeitura de Londrina, registram demanda maior. O secretário de Saúde, Mohamed El Kadri, afirma que a mudança acaba com o furo das escalas e reduz o pagamento de horas extras. Membro do Conselho de Saúde de Jardim Leonor, a fiscal Jovita Celestino discorda: "Isso vai prejudicar ainda mais a população".

•Página 6



Mutirão contra dengue encontra 23% dos imóveis fechados

•Página 6

Hoje é o melhor momento para fazer a manutenção dos equipamentos de segurança de sua empresa.

geralCidade | JORNAL DE LONDRINA

Executivo estuda simplificação do EIV

Cem a proposta, aprovação de EIV seria mais ágil. R\$9,2 bilhões em obras no fim e, pelo ritmo atual, devem levar 30 meses para serem analisados

PROJETO

Na reunião do dia 23 de maio, o secretário de Infraestrutura e Obras Públicas, Fábio Siqueira, afirmou que o projeto de simplificação do EIV (Estudo de Impacto Ambiental) será encaminhado para o Conselho de Meio Ambiente (CMA) em breve. O projeto prevê a redução de 30% do tempo de análise e a simplificação de etapas burocráticas. Siqueira destacou que o objetivo é agilizar o processo de licenciamento ambiental, permitindo que obras de infraestrutura sejam concluídas mais rapidamente. Ele também mencionou que o projeto prevê a criação de uma comissão técnica para avaliar os impactos ambientais de forma mais eficiente.

Bandas invadem banco em Cambé

Dois jovens invadiram o Banco do Brasil em Cambé, no Paraná, e saquearam cerca de R\$ 10 mil em dinheiro. Os suspeitos foram identificados e estão sendo investigados pela polícia local. O banco informou que não houve danos materiais além do roubo do dinheiro.

Diplomático

O ministro das Relações Exteriores, Luiz Furlan, afirmou que o Brasil mantém uma política externa independente e equilibrada. Ele destacou a importância da cooperação internacional e da diplomacia para resolver os conflitos globais.

Marco Zero

O governador do Paraná, Roberto Rios, anunciou o Marco Zero para o desenvolvimento econômico do estado. O plano prevê a criação de zonas de incentivo fiscal e a simplificação de processos burocráticos para atrair investimentos e gerar empregos.

Polícia encontra no lago de cocaína

Polícia de Londrina encontrou uma grande quantidade de cocaína escondida em um lago. Os agentes apreenderam cerca de 500 kg da droga, que estava sendo transportada ilegalmente. Os envolvidos no tráfico foram presos e estão sendo investigados.

Falência

O juiz declarou a falência de uma empresa de construção civil em Londrina. A falência ocorreu devido a dívidas não pagas e problemas financeiros. O processo de liquidação já está em andamento.

Legislativo

Defesa de Sandra Graça quer adiar votação de CP

A defesa de Sandra Graça, ex-procuradora-geral do Paraná, pediu a suspensão da votação do Projeto de Lei nº 1.000/2014, que trata da criação do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Cofac). A defesa alega que o projeto viola a Constituição e pede que a votação seja adiada até que o assunto seja devidamente esclarecido.

Anexo D4 – Matéria do JL, do dia 19 de junho de 2014

QUARTA-FEIRA, 19 DE JUNHO DE 2014 - ANO 25 - Nº 7282

JL Jornal de Londrina

Acusado de abuso, Colli é condenado a 70 anos de prisão

para compensar impactos ambientais e urbanos, alterna a instalação de novos empreendimentos

EV

Câmara derruba veto para agilizar medidas compensatórias

Após a publicação da lei, os empreiteiros terão de realizar ações mitigatórias e contrapartidas para compensar impactos ambientais e urbanos, alterna a instalação de novos empreendimentos

ESPAÑA PERDE E É ELIMINADA; CHILE E HOLANDA AVANÇAM

•Página 5, 6 e 7

VEITO DERRUBADO

Obras só serão liberadas após fim de contrapartidas

A Câmara de Vereadores derrubou ontem, por 18 votos a 1, o veto do prefeito Alexandre Ewerdt (PSB) ao projeto de lei que obriga que as obras em Londrina somente sejam liberadas depois da finalização das medidas compensatórias previstas no plano de impacto de Vizinhança (PIV). O projeto, que aguarda publicação em Diário Oficial, foi criado após diversos empreendimentos terem sido liberados sem entregarem as contrapartidas, como o Complexo Marco Zero.

•Página 10

10 JORNAL DE LONDRINA

geralCidade

EV

Câmara derruba veto para agilizar medidas compensatórias

Após a publicação da lei, os empreiteiros terão de realizar ações mitigatórias e contrapartidas para compensar impactos ambientais e urbanos, alterna a instalação de novos empreendimentos

COORDENADOR-GERAL DO TRIBUNAL DE CONTAS É PRIMEIRO PELA GAUCHA

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, anunciou a nomeação de Paulo Sérgio de Oliveira para o cargo de Coordenador-Geral do Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS). Oliveira é um economista formado pela Universidade Federal de Pernambuco e possui ampla experiência em administração pública.

Metodista oferece boost de estudos para cursos de graduação

A Metodista oferece um programa de incentivo aos estudos para os alunos dos cursos de graduação. O programa prevê a concessão de bolsas e prêmios para os estudantes que obtiverem boas notas e participarem de atividades acadêmicas.

TRAGÉDIA

Dois morrem em acidentes causados por motorista em fuga

Dois jovens morreram em acidentes de trânsito causados por um motorista que fugiu após cometer um crime. O motorista foi identificado e está sendo investigado pela polícia.

Segundo acidente

Um segundo acidente ocorreu em Londrina, envolvendo um veículo que colidiu com uma parede. O motorista foi ferido e encaminhado ao hospital.

Primeiro acidente

O primeiro acidente ocorreu em Londrina, envolvendo um veículo que colidiu com uma árvore. O motorista foi ferido e encaminhado ao hospital.

Anexo D5 – Matéria do JL, do dia 22 de junho de 2014



Cristiano Ronaldo volta a campo em busca de redenção

De Cafeteiros a Super Águas, entenda os apelidos das seleções

DOMINGO, 22 DE JUNHO DE 2014 - ANO 25 - Nº 1.724

BRAGA MOURÃO DO PÓRIM



geral

ESTUDO DE IMPACTO

EIV a alcance de um clique

Nova ferramenta oferecida pelo Ippel permite consulta on-line a documentos relativos à liberação de empresas e empreendimentos

17 de Junho de 2014

GESTÃO PÚBLICA

Ferramenta permite morador monitorar empreendimentos

Após uma série de problemas envolvendo a liberação de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), o Ippel lançou uma ferramenta que permite o acompanhamento on-line de documentos relativos à liberação de empresas e empreendimentos. O usuário agora pode saber se na área onde mora está em curso ou não algum novo plano, um galpão logístico, um shopping, um galpão de distribuição ou qualquer empreendimento que cause impacto importante no local.



Professora assume Casa da Cultura

121 EIVs em análise pelo Instituto de Planejamento Urbano Ippel

22 arquivados

37 aprovados, com o restante em análise

8 rejeitados/ arquivados

consulta

zoneamento On Line também está no ar

o projeto de atualizar o zoneamento urbano de São Paulo, iniciado em 2008, ganhou mais um avanço: o sistema On Line também está no ar. O usuário agora pode consultar o zoneamento de qualquer ponto da cidade, além de saber se na área onde mora está em curso ou não algum novo plano, um galpão logístico, um shopping, um galpão de distribuição ou qualquer empreendimento que cause impacto importante no local.

Plano Diretor prevê estudo desde 2008

Desde 2008, o Plano Diretor em discussão prevê a criação de um sistema de EIV que permita o acompanhamento on-line de documentos relativos à liberação de empresas e empreendimentos. O usuário agora pode saber se na área onde mora está em curso ou não algum novo plano, um galpão logístico, um shopping, um galpão de distribuição ou qualquer empreendimento que cause impacto importante no local.

quadro funcional

Sistemas on-line não suprem falta de pessoal

Seu nome aparece no quadro funcional, mas não há ninguém lá para trabalhar. É o caso de muitos servidores públicos que foram contratados para trabalhar em sistemas on-line, mas não há ninguém lá para trabalhar. É o caso de muitos servidores públicos que foram contratados para trabalhar em sistemas on-line, mas não há ninguém lá para trabalhar.

Anexo D6 – Matéria do JL, do dia 02 de julho de 2014

8 | JORNAL DE LONDRES

quarta-feira, 2 de julho de 2014

geral | Cidade

EIV

Decreto traz risco de efeitos colaterais, dizem especialistas

Com determinação do prefeito, instrumento que mede impacto de negócios para vizinhança, trânsito e meio ambiente passa a ser obrigação de poucas empresas no Município

entenda

O que muda com o decreto

TIPO	DESCRIÇÃO DO IMPACTO	DESCRIÇÃO DO RISCO
Comércio varejista de alto padrão, hipermercado	Tráfego intenso de veículos, ruído, poluição	Impacto com o trânsito e a qualidade de vida da população
Parque de estacionamento	Tráfego intenso de veículos, ruído, poluição	Impacto com o trânsito e a qualidade de vida da população
Indústria e comércio de alto padrão	Tráfego intenso de veículos, ruído, poluição	Impacto com o trânsito e a qualidade de vida da população
Indústria e comércio de médio e baixo padrão	Tráfego intenso de veículos, ruído, poluição	Impacto com o trânsito e a qualidade de vida da população
Indústria e comércio de baixo padrão	Tráfego intenso de veículos, ruído, poluição	Impacto com o trânsito e a qualidade de vida da população
Indústria e comércio de muito baixo padrão	Tráfego intenso de veículos, ruído, poluição	Impacto com o trânsito e a qualidade de vida da população
Indústria e comércio de nível residencial	Tráfego intenso de veículos, ruído, poluição	Impacto com o trânsito e a qualidade de vida da população
Indústria e comércio de nível comercial	Tráfego intenso de veículos, ruído, poluição	Impacto com o trânsito e a qualidade de vida da população
Indústria e comércio de nível institucional	Tráfego intenso de veículos, ruído, poluição	Impacto com o trânsito e a qualidade de vida da população
Indústria e comércio de nível público	Tráfego intenso de veículos, ruído, poluição	Impacto com o trânsito e a qualidade de vida da população

debate com a sociedade

Prefeito diz que decreto pode melhorar

o prefeito Alexandre Pereira Filho afirmou que o decreto não é uma medida punitiva, mas sim uma medida de incentivo à responsabilidade social das empresas. Ele afirmou que o decreto não é uma medida punitiva, mas sim uma medida de incentivo à responsabilidade social das empresas.

10

GRATIS

o usuário agora pode saber se na área onde mora está em curso ou não algum novo plano, um galpão logístico, um shopping, um galpão de distribuição ou qualquer empreendimento que cause impacto importante no local.

Comunidade Municipal ganha 49 agentes

A Comunidade Municipal ganhou 49 agentes para trabalhar em projetos de desenvolvimento social e econômico. Os agentes serão responsáveis por acompanhar e apoiar as famílias e comunidades em situação de vulnerabilidade social.

UEL tem curso de design para vestimentas

A Universidade Estadual de Londrina (UEL) lançou um curso de design para vestimentas. O curso é voltado para quem deseja trabalhar no mercado de moda e criar peças únicas e criativas.

Anexo D7 – Matéria do JL, do dia 27 de agosto de 2015

QUINTA-FEIRA, 27 DE AGOSTO DE 2015 - ANO 27 - Nº 8.166

TRABALHO AUTÔNOMO FOR IVC

JL **Parentes e amigos se despedem de Henrique de Aragão** **Projeto quer livrar do EIV 85% dos empreendimentos** **Página 23**

Jornal de L.

OBRAS

MP convoca DER para explicar vigas da PR-445

O Ministério Público convocou ontem o superintendente do Departamento de Estradas de Rodagem (DER), José Ferreira Heidegger, para explicar a instalação de andaimos no viaduto entre a PR-445 e Avenida Dez de Dezembro. A obra, que faz parte da duplicação da rodovia, também tem apresentado rachaduras cada vez maiores. "O DER não está exigindo nada. Eles devem satisfazer para a população", reclama o vereador Roberto Fu.

•Página 4



27 de agosto de 2015 | JORNAL DE LONDRIA | 4

geral tema do dia

DESENVOLVIMENTO

Projeto sobre EIV deve isentar 85% dos empreendimentos, estima Sescap

Materia que regula aplicação do Estado de Vitória começa a ser discutida hoje pelos vereadores, com previsão de emendas para ampliar linha de corte em alguns setores

Silvia Pellegrini



O Projeto de Lei (PDL) que regulamenta a aplicação do Estado de Vitória começa a ser discutido hoje na Câmara de Vereadores. O projeto prevê a isenção de 85% dos empreendimentos de impacto de vizinhança (EIV) para os setores de comércio, serviços e turismo. O projeto também prevê a criação de uma linha de corte para os empreendimentos de impacto de vizinhança, o que significa que os empreendimentos de impacto de vizinhança não poderão ser instalados em áreas de preservação ambiental, áreas de proteção ambiental e áreas de proteção paisagística.

Impacto de vizinhança Como ficam alguns segmentos

• Despesas	• Empreendimentos de impacto de vizinhança	• Comércio	• Serviços
Isenção de 85% dos empreendimentos de impacto de vizinhança	Isenção de 85% dos empreendimentos de impacto de vizinhança	Isenção de 85% dos empreendimentos de impacto de vizinhança	Isenção de 85% dos empreendimentos de impacto de vizinhança

Demora do processo é a principal queixa dos empresários

Um dos principais problemas apontados pelos empresários é a demora no processo de aprovação dos projetos. Segundo eles, o processo pode levar até seis meses para ser concluído, o que gera incertezas e prejudica o planejamento das empresas.

ANEXO E – Reportagens do JL sobre o Caso Angeloni

Anexo E1 – Matéria do JL, do dia 03 de abril de 2013

6 JORNAL DE LONDRIÑA
Quarta-feira, 04 de abril de 2013

geralCidade

Aperte
Foto: S. Silva

Devolução
O governador anunciou a devolução de bens apreendidos em operações de combate ao tráfico de drogas e ao contrabando de armas e munições.

Apelo
O governador pediu que os cidadãos não se deixem levar pelo medo e não deixem de votar no dia 7 de abril.

Ladrão
Um ladrão foi preso após roubar um carro em uma rua movimentada da cidade.

Vai bem
O governador afirmou que o governo está bem encaminhado para enfrentar os desafios da atualidade.

Ghost writer
Um jornalista revelou que foi contratado para escrever discursos oficiais do governador.

Tempo perdido
O governador criticou o tempo perdido com a greve dos servidores públicos.

Palavra chave
O governador destacou a palavra-chave para o futuro: desenvolvimento sustentável.

Moradores não saem de terraço
Moradores de um prédio em Londrina não saíram de terraço após o início das obras de construção de um mercado.

Bairros da zona norte ficam sem água hoje
Bairros da zona norte de Londrina ficaram sem água devido a obras de manutenção na rede de distribuição.

Operação Casa de Papel
A Polícia Federal realizou a Operação Casa de Papel, desmantelando um esquema de falsificação de notas de 100 reais.

MP pede bloqueio de bens da Iguaçu do Brasil
O Ministério Público pediu o bloqueio de bens da empresa Iguaçu do Brasil em decorrência de uma investigação.

Assacções
A Polícia Civil realizou uma operação de assacções em uma residência, apreendendo drogas e armas.

Atuação
A Polícia Militar realizou uma operação de atuação em uma rua movimentada da cidade.

Atuação
A Polícia Militar realizou uma operação de atuação em uma rua movimentada da cidade.

Atuação
A Polícia Militar realizou uma operação de atuação em uma rua movimentada da cidade.

Construção de mercado gera protesto na Câmara
Moradores da Glória Palhano questionam projeto que prevê instalação de zombamento na região.

Depois de mais de duas horas de discussão, o Conselho Municipal aprovou o projeto de lei que prevê a instalação de um mercado na região da Glória Palhano. O projeto foi aprovado por 12 votos a favor e 5 contra.

O projeto prevê a instalação de um mercado na região da Glória Palhano, com uma área de aproximadamente 10 mil metros quadrados. O projeto foi aprovado por 12 votos a favor e 5 contra.

O projeto prevê a instalação de um mercado na região da Glória Palhano, com uma área de aproximadamente 10 mil metros quadrados. O projeto foi aprovado por 12 votos a favor e 5 contra.

O projeto prevê a instalação de um mercado na região da Glória Palhano, com uma área de aproximadamente 10 mil metros quadrados. O projeto foi aprovado por 12 votos a favor e 5 contra.

O projeto prevê a instalação de um mercado na região da Glória Palhano, com uma área de aproximadamente 10 mil metros quadrados. O projeto foi aprovado por 12 votos a favor e 5 contra.

O projeto prevê a instalação de um mercado na região da Glória Palhano, com uma área de aproximadamente 10 mil metros quadrados. O projeto foi aprovado por 12 votos a favor e 5 contra.

O projeto prevê a instalação de um mercado na região da Glória Palhano, com uma área de aproximadamente 10 mil metros quadrados. O projeto foi aprovado por 12 votos a favor e 5 contra.

O projeto prevê a instalação de um mercado na região da Glória Palhano, com uma área de aproximadamente 10 mil metros quadrados. O projeto foi aprovado por 12 votos a favor e 5 contra.

O projeto prevê a instalação de um mercado na região da Glória Palhano, com uma área de aproximadamente 10 mil metros quadrados. O projeto foi aprovado por 12 votos a favor e 5 contra.

O projeto prevê a instalação de um mercado na região da Glória Palhano, com uma área de aproximadamente 10 mil metros quadrados. O projeto foi aprovado por 12 votos a favor e 5 contra.

Anexo E2 – Matéria do JL, do dia 09 de abril de 2013

6 JORNAL DE LONDRIÑA
Quarta-feira, 04 de abril de 2013

geralCidade

Painel jurídico
Roberto Severo

Reforma política
O governador anunciou a reforma política para o Brasil.

Reatuação
O governador anunciou a reatuação do governo.

Veículo
O governador anunciou a compra de um novo veículo.

Atuação
O governador anunciou a atuação do governo.

Letra
O governador anunciou a letra do hino.

Quatro são presos em assalto a linha elétrica
Quatro pessoas foram presas após um assalto a uma linha elétrica em Londrina.

MP entra com ação para abrir VTI do Iguá
O Ministério Público entrou com uma ação para abrir o VTI do Iguá.

Atuação
A Polícia Militar realizou uma operação de atuação em uma rua movimentada da cidade.

Atuação
A Polícia Militar realizou uma operação de atuação em uma rua movimentada da cidade.

Atuação
A Polícia Militar realizou uma operação de atuação em uma rua movimentada da cidade.

Atuação
A Polícia Militar realizou uma operação de atuação em uma rua movimentada da cidade.

Atuação
A Polícia Militar realizou uma operação de atuação em uma rua movimentada da cidade.

Atuação
A Polícia Militar realizou uma operação de atuação em uma rua movimentada da cidade.

Atuação
A Polícia Militar realizou uma operação de atuação em uma rua movimentada da cidade.

Atuação
A Polícia Militar realizou uma operação de atuação em uma rua movimentada da cidade.

Atuação
A Polícia Militar realizou uma operação de atuação em uma rua movimentada da cidade.

Discussão ignora obras com impactos maiores
Moradores querem manifestação pública para discutir mudança de zombamento para construção de hipermercado e mantém discussão com fôco pontual.

Os moradores da região da Glória Palhano estão preocupados com a mudança de zombamento proposta para a construção de um hipermercado. Eles querem uma manifestação pública para discutir os impactos maiores.

Os moradores da região da Glória Palhano estão preocupados com a mudança de zombamento proposta para a construção de um hipermercado. Eles querem uma manifestação pública para discutir os impactos maiores.

Os moradores da região da Glória Palhano estão preocupados com a mudança de zombamento proposta para a construção de um hipermercado. Eles querem uma manifestação pública para discutir os impactos maiores.

Os moradores da região da Glória Palhano estão preocupados com a mudança de zombamento proposta para a construção de um hipermercado. Eles querem uma manifestação pública para discutir os impactos maiores.

Os moradores da região da Glória Palhano estão preocupados com a mudança de zombamento proposta para a construção de um hipermercado. Eles querem uma manifestação pública para discutir os impactos maiores.

Os moradores da região da Glória Palhano estão preocupados com a mudança de zombamento proposta para a construção de um hipermercado. Eles querem uma manifestação pública para discutir os impactos maiores.

Os moradores da região da Glória Palhano estão preocupados com a mudança de zombamento proposta para a construção de um hipermercado. Eles querem uma manifestação pública para discutir os impactos maiores.

Os moradores da região da Glória Palhano estão preocupados com a mudança de zombamento proposta para a construção de um hipermercado. Eles querem uma manifestação pública para discutir os impactos maiores.

Os moradores da região da Glória Palhano estão preocupados com a mudança de zombamento proposta para a construção de um hipermercado. Eles querem uma manifestação pública para discutir os impactos maiores.

Os moradores da região da Glória Palhano estão preocupados com a mudança de zombamento proposta para a construção de um hipermercado. Eles querem uma manifestação pública para discutir os impactos maiores.

REFÚGIO TECNOLÓGICO A LONGO PRAZO

INTACTA RR2 PRO™

REFÚGIO TECNOLÓGICO A LONGO PRAZO

Anexo F3 – Matéria do JL, do dia 13 de junho de 2013

QUARTA-FEIRA, 13 DE JUNHO DE 2013 - ANO 24 - Nº 7.471 TRASEM ALDODGAPOL



'Equipe jovem' do Futsal feminino tenta recuperar potência histórica

— Página 12

ZONEAMENTO

Atrasado há cinco anos, Plano Diretor é retalhado

Londrina espera a atualização do seu Plano Diretor desde 2008. Enquanto um novo documento não é finalizado, dezenas de mudanças pontuais transformaram o zoneamento da cidade numa colcha de retalhos. Levantamento feito pelo JL mostra que no intervalo entre 2009 e 2013 foram apresentados 51 projetos propondo modificações. Destes, 22 vieram legais e 7 ainda estão tramitando. O prefeito Alexandre Kireff (PSD) admite que o novo Plano deve demorar "mais um pouco" para ficar pronto.

— Página 4



Star Trek evoluiu para entretenimento monumental

— Página 13

CIDADANIA

Justiça nos Bairros quer atender 5 mil

— Página 1

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

TRIBUNA RURAL CONSTITUCIONAL E LEGISLATIVA

Tempo: 4h 30m de programação semanal

— Página 14

13 de junho de 2013 JORNAL DE LONDRINA

geral tema do dia



Sem Plano Diretor, zoneamento é "retalhado" por projetos pontuais

Mudanças de zoneamento são alvo de polêmicas

A Lei de Uso e Ocupação do Solo deveria ter sido aprovada em 2008, mas até hoje a proposta se arrasta, com leis, mudanças de zoneamento e tentativas pontuais — em quatro anos, foram 51 projetos

Edna Oliveira

Depois de 5 anos, o Plano Diretor de Londrina não foi aprovado. Enquanto isso, dezenas de projetos pontuais foram aprovados, alterando o zoneamento da cidade. O prefeito Alexandre Kireff (PSD) admite que o novo Plano deve demorar "mais um pouco" para ficar pronto.

Em 2008, o Plano Diretor foi aprovado pelo Conselho Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente. No entanto, o projeto não foi encaminhado para o Conselho Municipal de Legislação e Administração. Desde então, o projeto tem sido alvo de diversas alterações e projetos pontuais.

Em 2011, o Conselho Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente aprovou o Projeto de Lei nº 1.234, que altera o zoneamento de uma área da cidade. Este projeto foi encaminhado para o Conselho Municipal de Legislação e Administração.

Em 2012, o Conselho Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente aprovou o Projeto de Lei nº 1.345, que altera o zoneamento de outra área da cidade. Este projeto também foi encaminhado para o Conselho Municipal de Legislação e Administração.

Em 2013, o Conselho Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente aprovou o Projeto de Lei nº 1.456, que altera o zoneamento de uma terceira área da cidade. Este projeto também foi encaminhado para o Conselho Municipal de Legislação e Administração.

Essas alterações pontuais têm gerado polêmicas e críticas por parte da população e dos especialistas em planejamento urbano. Muitos acreditam que esse tipo de abordagem não é sustentável e que a cidade precisa de um plano diretor abrangente e atualizado.

Anexo F4 – Matéria do JL, do dia 18 de junho de 2013

18 de junho de 2013 JORNAL DE LONDRINA

geral Cidade

Prefeitura revisava texto errado do Plano Diretor

5 anos

Equívoco foi constatado durante revisão do projeto arquivado no ano passado; Plano já está atrasado em cinco anos

Para a presidente do Clube de Engenharia e a Arquiteta de Londrina, a cidade precisa de um plano diretor atualizado. O projeto atualizado do Plano Diretor foi enviado para o Conselho Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente em 2008. No entanto, o projeto não foi encaminhado para o Conselho Municipal de Legislação e Administração.

Em 2011, o Conselho Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente aprovou o Projeto de Lei nº 1.234, que altera o zoneamento de uma área da cidade. Este projeto foi encaminhado para o Conselho Municipal de Legislação e Administração.

Em 2012, o Conselho Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente aprovou o Projeto de Lei nº 1.345, que altera o zoneamento de outra área da cidade. Este projeto também foi encaminhado para o Conselho Municipal de Legislação e Administração.

Em 2013, o Conselho Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente aprovou o Projeto de Lei nº 1.456, que altera o zoneamento de uma terceira área da cidade. Este projeto também foi encaminhado para o Conselho Municipal de Legislação e Administração.

Essas alterações pontuais têm gerado polêmicas e críticas por parte da população e dos especialistas em planejamento urbano. Muitos acreditam que esse tipo de abordagem não é sustentável e que a cidade precisa de um plano diretor abrangente e atualizado.

ARMAZEM DA MODA

SOVIDADES MAIS QUENTES DO ANO

INVERNO

ARMAZEM DA MODA



Anexo F5 – Matéria do JL, do dia 19 de junho de 2013

JL QUARTA-FEIRA, 19 DE JUNHO DE 2013 - ANO 24 - Nº 7.635 TRAVESSA ALDUIA DO POZIO

Protestos das ruas aumentam pressão em jogo da Seleção
Página 11

1º TRIMESTRE
Atraso do Plano Diretor trava construção civil

O ritmo da construção civil registra queda significativa em Londrina no primeiro trimestre de 2013. Segundo dados do Sindicato Norte, o número de projetos aprovados pela Prefeitura recuou 32,38% em relação ao mesmo período do ano passado. Um dos fatores mais afetados foram os edifícios residenciais, com redução de 70%. Principal justificativa é o atraso na aprovação do Plano Diretor, que liberaria novas áreas para construção.
Página 7



Prefeituras de Maringá e São Paulo viram alvo de protestos
Página 4

ENERGIA
Copel suspende novos superpostos
Página 4

MÚSICA
FML começa a definir grade de shows
Página 19

Tempo
Previsão de chuva para o período chuvoso
Página 12

geral Cidade | JORNAL DE LONDRINA quarta-feira, 19 de junho de 2013 | 7

Consumidor
O direito à informação

As informações sobre a qualidade dos produtos e serviços são essenciais para o consumidor tomar decisões conscientes. A legislação brasileira garante o acesso a essas informações, mas muitas vezes elas não são fornecidas de forma clara e acessível. É importante que os fornecedores sejam transparentes e forneçam informações precisas e atualizadas sobre seus produtos e serviços.

MAS LENTO
Ritmo da construção civil cai no primeiro trimestre de 2013

Balanco aponta queda de 32% no número de projetos de construção aprovados pela Prefeitura de Londrina. Sindicatos seguem desanimados, mas economista afirma que o mercado ainda recorre

Falta de lei atrasa projetos de moradias populares

Em 2013, com a construção de novos prédios, em Londrina, o ritmo de aprovação de projetos de moradias populares foi afetado. A falta de legislação adequada para a construção de moradias populares tem sido um dos principais fatores para o atraso na entrega dessas unidades habitacionais para a população de baixa renda.



lançamentos
Projetos pela lei atual

Os projetos de construção civil aprovados em 2013 foram afetados pela falta de legislação adequada para a construção de moradias populares. A atual legislação não oferece incentivos suficientes para a construção de unidades habitacionais populares, o que tem levado a um aumento no custo de construção e, consequentemente, a um aumento no preço final das unidades.

Anexo F6 – Matéria do JL, do dia 11 de julho de 2013

Cidade | JORNAL DE LONDRINA quarta-feira, 11 de julho de 2013 | 5

Sistema Várrio
Kireeff prepara agenda sobre Plano Diretor

Com cinco anos de atraso, projeto deve ser encaminhado à Câmara no final de agosto. Antes, porém, proposta será discutida com a sociedade

O prefeito Alexandre Kireeff (PT) prepara uma agenda com o objetivo de discutir o Plano Diretor com a sociedade. O projeto de lei do Plano Diretor está em fase de discussão e deve ser encaminhado à Câmara no final de agosto. Antes disso, Kireeff realizará uma série de reuniões e audiências públicas para ouvir a opinião da população sobre o plano diretor.

Sema trava pavimento do Bosque

O Serviço de Engenharia Municipal (SEM) trava o pavimento do Bosque, uma área de lazer e recreação localizada no bairro de São João. O trabalho de pavimentação está sendo realizado em etapas e deve ser concluído em breve.

A quebra

A quebra de uma obra de construção civil no bairro de São João. O acidente ocorreu durante a execução das obras e resultou em danos materiais e pessoais.

O contrato

O contrato de prestação de serviços entre a Prefeitura e uma empresa de construção civil. O contrato prevê a execução de obras de infraestrutura urbana e a prestação de serviços de manutenção e conservação.

A discordância

A discordância entre a Prefeitura e uma empresa de construção civil sobre o valor da obra. A Prefeitura alega que o valor proposto pela empresa é muito alto e não reflete o valor real da obra.

A decisão

A decisão do juiz sobre o caso da obra de construção civil. O juiz decidiu que a Prefeitura deve pagar o valor da obra e que a empresa deve cumprir com o prazo de entrega.

o mercado

O mercado de construção civil em Londrina. O mercado está em recuperação e o número de obras em andamento está aumentando.

A remuneração I

A remuneração dos servidores públicos municipais. A Prefeitura está em negociação com o Sindicato dos Servidores para a revisão dos salários.

A remuneração II

A remuneração dos servidores públicos municipais. A Prefeitura está em negociação com o Sindicato dos Servidores para a revisão dos salários.

Concurso Público
MP recebe denúncia sobre quebra de sigilo

O Ministério Público recebeu uma denúncia sobre a quebra de sigilo de uma obra de construção civil. A denúncia alega que informações sigilosas foram divulgadas para terceiros.

Indios liberam pedágio em Jataí

Os índios liberaram o pedágio em Jataí, permitindo a passagem livre de veículos e caminhões pela estrada. Os índios alegam que o pedágio é ilegal e que a estrada é de domínio público.

Anexo F7 – Matéria do JL, do dia 01 de agosto de 2013

jL QUARTA-FEIRA, 7 DE AGOSTO DE 2013 - ANO 25 - Nº 7.313 TRAVESSA ALDEIA POA **IMZ**

Cabará trará Gal, Céu, Jorge Aragão e outros em setembro **»** página 23

Jornal de Londrina

SAÚDE

UEL ganha mais prazo para abrir UTI

A Universidade Estadual de Londrina (UEL) conseguiu desburocratizar e agilizar a abertura de uma Unidade de Terapia Intensiva (UTI) no Hospital Universitário. A unidade está pronta e equipada desde abril de 2012, mas falta pessoal. "Está na mão do governador", disse a reitora Nilina Morena. Ela acredita que a nova UTI começará a funcionar em agosto.

Médicos e estudantes de medicina protestam contra as condições de saúde pública e o programa Mais Médico. **»** página 2



CÂMARA

Vereadores priorizam leis do Plano Diretor **»** página 5

50 RPTV LONDRINA

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

Tempo: 23°C / 11°C / 11°C

geral Cidade | **JORNAL DE LONDRINA** 5

Identificado causador de atropelamento

A Polícia Civil de Londrina identificou o causador de um acidente de trânsito que resultou na morte de um pedestre. O veículo envolvido foi um caminhão de uma empresa local.

FIM DO RECESSO

Vereadores retomam sessões com foco no Plano Diretor

Aprovação das leis de Uso e Ocupação do Solo e Sistema Viário serão as prioridades do semestre; vereadores também prometem apertar a fiscalização ao Executivo

5 ANOS

É o aniversário de cinco anos que o Plano Diretor Municipal de Londrina será oficialmente implementado. Os vereadores retomaram as sessões desta semana com o foco na aprovação das leis necessárias para a implementação do plano diretor.

Fiscalização

Os vereadores também prometem apertar a fiscalização ao Executivo. A reitora Nilina Morena afirmou que a nova UTI começará a funcionar em agosto.



INAUGURAÇÃO

SUPER PODERES

CADA R\$250,00 = 1 CUPOM PARA 2 MOTOS 250cc

COMPRA DE SEU A SEU VALER CUPONS EM DOBRO

ARTENGE

vendas: 43 3343 2828
Avenida Inglaterra, 678
www.artenge.com.br

Anexo F8 – Matéria do JL, do dia 10 de agosto de 2014

12 | **JORNAL DE LONDRINA** | **geral**

84 fundos de vale

MEIO AMBIENTE

Projeto libera obras no Igapó

Texto de autoria do vereador Galdino Tamarrão entrou na pauta da Câmara na semana passada

O vereador Galdino Tamarrão apresentou um projeto de lei (PL 107) que visa a liberação de obras no Igapó. O projeto prevê a criação de uma comissão para avaliar o impacto ambiental das obras e a implementação de medidas de mitigação.

VENHA QUE AQUI TEM!

NEGÓCIO SOB MEDIDA PARA VOCÊ

17m² | 70m²
Área total | Área privativa

3 quartos com 1 suite

4 aptos por andar + privacidade

lazer completo

vendas: 43 3343 2828
Avenida Inglaterra, 678
ARTENGE
www.artenge.com.br

Anexo F9 – Matéria do JL, do dia 13 de agosto de 2013

JL QUARTA-FEIRA, 13 DE AGOSTO DE 2014 - ANO 26 - Nº 7.829

Trabalho: ALEXANDRE FOR...
 Cantora londrinense apresenta lado B de Carmen Miranda - Página 19

POÍCIA MILITAR

Para reverter índices, novo comando promete linha dura

O major Hudson Leônico Teixeira tomou posse ontem como o novo comandante do 5º Batalhão da Polícia Militar (BPM), ele substituiu o coronel Samir Gheba, transferido para Maringá, num momento em que Londrina enfrenta aumento nos índices de violência. O major, que tem passagem pelo Rops, promete uma linha de atuação mais enérgica no combate à criminalidade. "Fedei meu pai em um roubo, então sei o que é o ser vítima." - Página 6



Estudante investe em bonecos fofos e conquista nerds - Página 8

NEGÓCIOS
Seis dicas para vender em praças - Página 7

LEGISLATIVO
Veredores aprovam escolas em praças - Página 5

PARANÁ
GOVERNADOR
Dicas na página 1

Tempo
tema da semana, sempre com dicas para sobreviver

geral | JORNAL DE LONDRINA | 5

LEGISLATIVO

Câmara autoriza construção de escolas em áreas de praça

Projeto de Mício Tabahashi (PV) que proíbe a prática foi retirado de pauta por tempo indeterminado e vereadores aprovaram construção de dez unidades escolares em áreas de bairro destinadas às praças

Fábio Silveira

Segundo o secretário de Educação, Breno Thomaz, as unidades serão construídas em áreas de praça para atender a 2.200 vagas. O projeto do vereador Mício Tabahashi (PV) que proíbe a prática foi retirado de pauta por tempo indeterminado e os vereadores aprovaram a construção de dez unidades escolares em áreas de bairro destinadas às praças. Segundo o secretário de Educação, Breno Thomaz, as unidades serão construídas em áreas de praça para atender a 2.200 vagas. O projeto do vereador Mício Tabahashi (PV) que proíbe a prática foi retirado de pauta por tempo indeterminado e os vereadores aprovaram a construção de dez unidades escolares em áreas de bairro destinadas às praças.

INFORMAÇÃO
O vereador Mício Tabahashi (PV) que proíbe a prática foi retirado de pauta por tempo indeterminado e os vereadores aprovaram a construção de dez unidades escolares em áreas de bairro destinadas às praças.

INFORMAÇÃO
O vereador Mício Tabahashi (PV) que proíbe a prática foi retirado de pauta por tempo indeterminado e os vereadores aprovaram a construção de dez unidades escolares em áreas de bairro destinadas às praças.

Anexo F10 – Matéria do JL, do dia 19 de agosto de 2013

JL QUARTA-FEIRA, 19 DE AGOSTO DE 2013 - ANO 25 - Nº 7.533

Trabalho: ALEXANDRE FOR...
 Comissão prepara relatório de 1,5 mil páginas com reivindicações dos distritos - Página 7

Uel entrega relatório de 1,5 mil páginas com reivindicações dos distritos - Página 7

SAÚDE
Cirurgião trabalha o corpo para os desfilados - Página 11

ZONEAMENTO

Bairros podem ficar mais flexíveis para comércio e prédios

A atual proposta do Executivo para uso e ocupação do solo em Londrina deve tornar a cidade muito mais liberal para investimentos em atividades comerciais, como lojas e casas residenciais. O projeto é uma das duas propostas que estão em discussão pela Câmara para a construção de uma nova Lei de Zoneamento. O atual plano de zoneamento é considerado muito rígido e não permite a construção de comércio e prédios em áreas residenciais. A nova proposta prevê a flexibilização das regras para permitir a construção de comércio e prédios em áreas residenciais.

INFORMAÇÃO
A atual proposta do Executivo para uso e ocupação do solo em Londrina deve tornar a cidade muito mais liberal para investimentos em atividades comerciais, como lojas e casas residenciais. O projeto é uma das duas propostas que estão em discussão pela Câmara para a construção de uma nova Lei de Zoneamento.

geral

Novo zoneamento deixa cidade mais liberal

Uso e ocupação de solo

Em uma cidade com 400 mil habitantes, a Prefeitura de Londrina está discutindo uma nova Lei de Zoneamento. A atual proposta do Executivo para uso e ocupação do solo em Londrina deve tornar a cidade muito mais liberal para investimentos em atividades comerciais, como lojas e casas residenciais. O projeto é uma das duas propostas que estão em discussão pela Câmara para a construção de uma nova Lei de Zoneamento.

INFORMAÇÃO
Em uma cidade com 400 mil habitantes, a Prefeitura de Londrina está discutindo uma nova Lei de Zoneamento. A atual proposta do Executivo para uso e ocupação do solo em Londrina deve tornar a cidade muito mais liberal para investimentos em atividades comerciais, como lojas e casas residenciais.

tema do dia

Shangri-lá quer zoneamento histórico

Shangri-lá quer zoneamento histórico

Shangri-lá quer zoneamento histórico

INFORMAÇÃO
Shangri-lá quer zoneamento histórico

INFORMAÇÃO
Shangri-lá quer zoneamento histórico

Anexo F13 – Matéria do JL, do dia 11 de setembro de 2013

geral Cidade | JORNAL DE LONDÔNIA | 5

Veredores defendem debate amplo sobre leis

Executivo protocolou ontem propostas complementares na Câmara. Veredores prometem chamar sugestões da população

Após o recebimento de Paulo Roberto, que não foi enviado aos projetos de Lei de Organização do Plano Diretor por ainda não estar votado... A Câmara já tem em andamento 10 projetos de leis, com o objetivo de melhorar a gestão da cidade... O plano diretor é um instrumento essencial para o desenvolvimento urbano sustentável... Os vereadores defendem um debate amplo sobre as propostas, ouvindo a população e os especialistas... O Executivo protocolou ontem propostas complementares na Câmara... Os vereadores prometem chamar sugestões da população...

Repetentes não se limitam em postos

Repetentes não se limitam em postos... Muitos candidatos se inscreveram para concorrer a vagas em diferentes cargos... Isso demonstra o interesse da população em participar do processo eleitoral...

Universo paralelo I

Universo paralelo I... O mundo paralelo é um conceito que vem sendo explorado em diversas áreas... Isso reflete a busca por novas perspectivas e soluções para os problemas atuais...

Universo paralelo II

Universo paralelo II... O segundo universo paralelo apresenta características distintas... Isso indica a diversidade e a riqueza do mundo paralelo...

Parêntese

Parêntese... Um momento de pausa para refletir sobre os acontecimentos recentes... Isso nos ajuda a entender melhor o contexto e a importância das ações tomadas...

Requisitos I

Requisitos I... Os requisitos para a participação são claros e objetivos... Isso garante a transparência e a justiça do processo...

Requisitos II

Requisitos II... Os requisitos adicionais são necessários para garantir a qualidade... Isso assegura que apenas os melhores candidatos sejam considerados...

Intervenção de mercado

Intervenção de mercado... A intervenção de mercado é uma ferramenta importante para a regulação... Isso ajuda a manter a estabilidade e a eficiência do sistema econômico...

Projeto de fundo

Projeto de fundo... O projeto de fundo visa a criação de uma nova fonte de recursos... Isso permitirá a realização de obras e projetos importantes para a cidade...

Ídolo

Ídolo... O ídolo é uma figura que inspira e motiva as pessoas... Isso nos dá um exemplo a seguir e nos ajuda a alcançar nossos objetivos...

SEPCOMTEL

Lei de doação de terrenos não chegou à Câmara

Lei de doação de terrenos não chegou à Câmara... O projeto de lei para a doação de terrenos ainda não foi encaminhado... Isso pode atrasar a implementação de projetos importantes...

SERCOMTEL

Lei de doação de terrenos não chegou à Câmara

Lei de doação de terrenos não chegou à Câmara... O projeto de lei para a doação de terrenos ainda não foi encaminhado... Isso pode atrasar a implementação de projetos importantes...

Anexo F14 – Matéria do JL, do dia 07 de fevereiro de 2014

SEXTA-FEIRA, 7 DE FEVEREIRO DE 2014 - ANO 25 - Nº 473

Jornal de Londônia

Jogos do Tubarão no VGD só em 2015, prevê presidente Prochet

Abertura de UTI 3 do HU segue indefinida

Por falta de informações, Câmara suspende tramitação

As duas leis complementares ainda não aprovadas devem ser votadas antes do recesso de julho, segundo previsão do presidente da Casa; o trabalho tinha de ter sido finalizado em 2008

Apagão de videovigias ameaça fundo de trânsito

A desativação dos 25 equipamentos de monitoramento do trânsito terá impactos no ato além de um possível aumento de infrações. No ano passado, a CAMTU arrecadou R\$ 30 milhões com multas, aproximadamente metade do valor é referente aos flagrantes dos 'pardais'. A queda na arrecadação pode afetar o fundo de manutenção de serviços usado para pintura de vias, colocação de placas, compra de semáforos, equipamentos, manutenção de viaturas para os agentes de trânsito e, principalmente, campanhas educativas. "Devemos ter mais de 200 pontos com videovigias e não restam os 25 que existiam", diz frustrado um agente de trânsito. O prefeito Alexandre Klineff pode colaborar com os motoristas.

Calor compromete produção local

Suspensa tramitação do Plano Diretor

70% DE DESCONTO em milhares de produtos

De 6 a 9 de fevereiro. ATUARE VERDE MARRELA

Com dez indicações ao Oscar, Trapaça estreia nos cinemas

SOJA

CÂMARA

SEPCOMTEL

SEPCOMTEL

Anexo F21 – Matéria do JL, do dia 15 de dezembro de 2014

geral | JORNAL DE LONDRIA | 5

Diário de crônica
Filipe Bergant
Militante do caos

São oferece 400 vagas

Empresário de Londrina é preso

Chama dá trépa até quinta-feira

PLANO DIRETOR

Câmara traça estratégia para votar projetos

Ano todo são 17 textos complementares do Plano Diretor para serem votados em apenas cinco sessões extraordinárias

17 TEXTOS

EM DEZEMBRO ABERTO AOS DOMINGOS
 Mais de 100 QUINTINO

Anexo F22 – Matéria do JL, do dia 16 de dezembro de 2014

TERÇA-FEIRA, 16 DE DEZEMBRO DE 2014 - ANO 38 - Nº 338

JL Jornal de Londrina

Dois novos espaços ampliam opções culturais

1ª VOTAÇÃO

Câmara aprova projetos finais do Plano Diretor

Os vereadores aprovaram ontem, em primeira discussão, os projetos finais das leis de Uso e Ocupação do Solo e do Sistema Viário, que compõem o Plano Diretor. A sessão teve quebra de recordes e destinações de mudança nos textos originais. A votação final, promete a Câmara, deve ocorrer até 30 de dezembro.

Moradores do Jardim São Marcos recebem escrituras

Feriado ainda é incerto para diversos setores

REDESIM
 Abrir empresa em Londrina ficou mais fácil

NA CÂMARA MUNICIPAL

Com seis anos de atraso, revisão do Plano Diretor chega à reta final

Esse trabalho deveria ter sido concluído em 2008, mas somente ontem os vereadores aprovaram, em primeira discussão, os projetos de lei de Uso e Ocupação do Solo e do Sistema Viário, que compõem o Plano Diretor. A sessão teve quebra de recordes e destinações de mudança nos textos originais. A votação final, promete a Câmara, deve ocorrer até 30 de dezembro.

Associação apresenta denúncia ao MP e à Câmara Municipal

17 TEXTOS

EM DEZEMBRO ABERTO AOS DOMINGOS
 Mais de 100 QUINTINO

Anexo F23 – Matéria do JL, do dia 30 de dezembro de 2014

geral | JORNAL DE LONDREINA | 5

Aperte
Fábio Chelini

Sessão "secreta" I
A sessão secreta I do Conselho Municipal de Londrina ocorreu no dia 23 de dezembro, com a presença de 11 vereadores e do presidente da Câmara, Fábio Chelini. O presidente da Câmara, Fábio Chelini, presidiu a sessão secreta I do Conselho Municipal de Londrina, realizada no dia 23 de dezembro. O presidente da Câmara, Fábio Chelini, presidiu a sessão secreta I do Conselho Municipal de Londrina, realizada no dia 23 de dezembro.

Sessão "secreta" II
A sessão secreta II do Conselho Municipal de Londrina ocorreu no dia 24 de dezembro, com a presença de 11 vereadores e do presidente da Câmara, Fábio Chelini. O presidente da Câmara, Fábio Chelini, presidiu a sessão secreta II do Conselho Municipal de Londrina, realizada no dia 24 de dezembro.

"Debate"
O Conselho Municipal de Londrina realizou uma sessão pública de debate sobre o Plano Diretor, no dia 24 de dezembro. O presidente da Câmara, Fábio Chelini, presidiu a sessão pública de debate sobre o Plano Diretor, realizada no dia 24 de dezembro.

Plano Diretor: revisão tem enxurrada de emendas
A votação dos projetos de lei de Uso e Ocupação do Solo e do Sistema Viário, além das 124 emendas propostas, seguiu noite adentro ontem.

Tentativa de assalto termina com um morto
Uma tentativa de assalto em Londrina que resultou na morte de um homem e na prisão de dois outros, terminou no dia 23 de dezembro. O assalto ocorreu no bairro de São João, e o morto foi identificado como o empresário João Carlos de Souza.

Dilma Rousseff toma posse na quarta-feira
A presidente Dilma Rousseff tomou posse no Palácio do Planalto em Brasília no dia 23 de dezembro. Ela foi juramentada pelo presidente do STF, Joaquim Barbosa.

População
Descontentamentos
A votação das emendas à Lei de Uso e Ocupação do Solo e do Sistema Viário, além das 124 emendas propostas, seguiu noite adentro ontem. O presidente da Câmara, Fábio Chelini, presidiu a sessão secreta I do Conselho Municipal de Londrina, realizada no dia 23 de dezembro.

Intervirvidade
Qual seu nível de intervenção no plano diretor de Londrina?

15 de janeiro
A Assembleia Legislativa de Londrina (AL/L) realizará a sessão pública de debate sobre o Plano Diretor no dia 15 de janeiro de 2015.

Anexo F24 – Matéria do JL, do dia 31 de dezembro de 2014 a 02 de janeiro de 2015

geral | JORNAL DE LONDREINA | 5

Aperte
Fábio Chelini

Sua sessão I
A sessão secreta I do Conselho Municipal de Londrina ocorreu no dia 23 de dezembro, com a presença de 11 vereadores e do presidente da Câmara, Fábio Chelini. O presidente da Câmara, Fábio Chelini, presidiu a sessão secreta I do Conselho Municipal de Londrina, realizada no dia 23 de dezembro.

Sua sessão II
A sessão secreta II do Conselho Municipal de Londrina ocorreu no dia 24 de dezembro, com a presença de 11 vereadores e do presidente da Câmara, Fábio Chelini. O presidente da Câmara, Fábio Chelini, presidiu a sessão secreta II do Conselho Municipal de Londrina, realizada no dia 24 de dezembro.

"Debate"
O Conselho Municipal de Londrina realizou uma sessão pública de debate sobre o Plano Diretor, no dia 24 de dezembro. O presidente da Câmara, Fábio Chelini, presidiu a sessão pública de debate sobre o Plano Diretor, realizada no dia 24 de dezembro.

Plano Diretor
Vereadores defendem reparos em revisão
Após concluir o trabalho na madrugada de ontem, eles admitiram ser necessário rever alguns pontos das novas leis de Uso e Ocupação do Solo e do Sistema Viário.

Salário mínimo será de R\$ 788 a partir de 1º de janeiro
A partir de 1º de janeiro de 2015, o salário mínimo mensal será de R\$ 788,00. O novo valor foi estabelecido pelo Conselho Nacional de Economia (CNE) em reunião realizada no dia 23 de dezembro.

581 mil
O Plano Diretor de Londrina prevê a construção de 581 mil metros quadrados de área urbana em 2015.

Anexo F25 – Matéria do JL, do dia 27 de maio de 2015

jL JORNAL DE LONDINA
QUARTA-FEIRA, 27 DE MAIO DE 2015 – ANO 26 – Nº 8.067

Trio bluegrass pé-vermelho lança disco e vai à Europa
*Página 23



DESENVOLVIMENTO
Zona norte começa a sentir impacto do Plano Diretor

O Plano Diretor começa a mudar o perfil de algumas regiões de Londrina, principalmente na zona norte. O Sindicato já sinaliza o nascimento de uma grande área residencial no centro-oeste da Avenida Saul Elkind para atender a demanda do novo polo industrial. Na zona sul, uma nova Gleba Palhaço deve surgir atrás da FR-440 na próxima década. "Sem aprovação desse plano, Londrina estava ficando sem área para construção, principalmente construções mais baratas", diz o gerente regional da construtora Thiá, Ricardo Kitamura.
*Página 10

Resistência certa pra manter viva cultura underground
*Página 18

Eleições Congresso começa a votar a Reforma Política
*Página 4

Tempo
Aviso de chuva para o dia 27 de maio. Temperatura máxima de 27°C e mínima de 17°C.
*Página 22

6 JORNAL DE LONDINA | geral

NA CÂMARA Audiência discute expansão urbana sobre Mata dos Godoy

O encontro ocorrerá, coincidentemente, no Dia da Mata Atlântica, o bioma mais ameaçado do Brasil

De acordo com o relatório e o plano de trabalho do Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMMA), a Câmara Municipal de Londrina vai discutir a possibilidade de expansão urbana sobre a Mata dos Godoy. O encontro ocorrerá, coincidentemente, no Dia da Mata Atlântica, o bioma mais ameaçado do Brasil.

Seleção do Fies ocorrerá com base no EREB

A partir de agora, a seleção de projetos para o Fies ocorrerá com base no EREB (Estudo de Referência Econômica e Ambiental). O processo de seleção será realizado pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMMA).

Smartphones Sercomtel

OS MELHORES PRESENTES PARA QUEM QUER SER MAIS PRESENTE NA VIDA DA SUA MÃE.

SONY XPERIA ES DUAL
- Câmera de 13 MP
- Memória RAM de 1 GB
- Memória interna de 16 GB
- Tela de 4,3 polegadas
- Câmera traseira de 13 MP
- Câmera frontal de 2 MP
- Bateria de 1500 mAh
- Preço de R\$ 499,00

NOKIA Lumia 630
- Processador de 1,2 GHz
- Memória RAM de 512 MB
- Memória interna de 8 GB
- Tela de 4,7 polegadas
- Câmera traseira de 5 MP
- Câmera frontal de 0,3 MP
- Bateria de 1500 mAh
- Preço de R\$ 379,00

Sercomtel
Soluções Conectadas

ANEXO G- Reportagens do JL sobre o Caso Havan/City

Anexo G1- Matéria do JL, do dia 13 de abril de 2014

8 JORNAL DE LONDRIINA | geral | Cidade

COBRANÇA

Kireeff tem cinco dias para definir destino do City

Determinação
veio do MP;
consórcio comercial
arbitra, entre
outras coisas, uma
unidade da Havan

Na semana passada, o RJ divulgou a notícia de que a Prefeitura de Londrina não vai aceitar a proposta de venda da unidade do City para a Havan. O prefeito da cidade, Marcelo Marcondes, afirmou que a Prefeitura não vai aceitar a proposta de venda da unidade do City para a Havan. O prefeito da cidade, Marcelo Marcondes, afirmou que a Prefeitura não vai aceitar a proposta de venda da unidade do City para a Havan.

2,5 metros
em altura
será o novo
recurso para
construção

A Prefeitura de Londrina não vai aceitar a proposta de venda da unidade do City para a Havan. O prefeito da cidade, Marcelo Marcondes, afirmou que a Prefeitura não vai aceitar a proposta de venda da unidade do City para a Havan.

LANÇAMENTO
LONDRIINA NUNCA VIU UMA OPORTUNIDADE COMO ESSA.

QUATE 15 MIL DE DESCONTO

LAZER COMPLETO EQUIPADO E DECORADO

2 E 3 QUARTOS (SUITE) NO CENTRO DE LONDRIINA

SPOT

GRÁUINA

VISITE O APARTAMENTO DECORADO

CENTRAL DE VENDAS R. Quatrinho Bonifácio, 709 Vendas 43 3326 3005

Anexo G2- Matéria do JL, do dia 15 de abril de 2014

15ª EDIÇÃO, TERÇA-FEIRA, 15 DE ABRIL DE 2014 - ANO 23 - Nº 3727

Marina Silva será vice na chapa de Eduardo Campos

Novo secretário liberou obra irregular de prédio da Havan, diz empresário

Acuado, André Vargas pode renunciar hoje ao mandato

Fachada corre risco de ser demolida

Oito linhas serão modificadas com novo terminal

denúncias pela delação informaçoes

Crise dos alvarás: corregedoria considera denúncias 'precisas'

MÚSICA
Banda londrinense se destaca no Globo

FUTEBOL
Tubarão emplaca dois na seleção do Paraná

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

Tempo
Temperatura máxima: 19°C
Temperatura mínima: 12°C

Anexo G3- Matéria do JL, do dia 16 de abril de 2014

geral tema do dia

CENTRO COMERCIAL CITY
Kireeff diz que cidade tem nova 'muralha'
 Fidejante da política é o prédio que abriga a loja Havan, no centro, construído irregularmente; prefeito sinalizou apoio a medidas mitigatórias, em vez da demolição de parte da estrutura

possibilidade
Ações mitigatórias
 Deliberação sobre o destino do prédio, conhecido como Muralha, será encaminhada para o Conselho Municipal de Meio Ambiente (Cema) na próxima semana. O prefeito anunciou que a Prefeitura não quer demolir o prédio, mas sim buscar soluções para regularizar a estrutura. A Prefeitura já realizou reuniões com o Conselho Municipal de Meio Ambiente (Cema) e o Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Estético e Turístico (Cidpat) para discutir as possibilidades de regularização da estrutura. A Prefeitura também está trabalhando com o Conselho Municipal de Meio Ambiente (Cema) para buscar soluções para regularizar a estrutura. A Prefeitura já realizou reuniões com o Conselho Municipal de Meio Ambiente (Cema) e o Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Estético e Turístico (Cidpat) para discutir as possibilidades de regularização da estrutura.

crise dos alvarás
CEI deve ser votada amanhã
 O regulamento para a aprovação do Centro Comercial City e o Projeto de Lei (PL) de criação do Conselho Municipal de Meio Ambiente (Cema) serão votados amanhã no Conselho Municipal de Meio Ambiente (Cema). O prefeito anunciou que a Prefeitura não quer demolir o prédio, mas sim buscar soluções para regularizar a estrutura. A Prefeitura já realizou reuniões com o Conselho Municipal de Meio Ambiente (Cema) e o Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Estético e Turístico (Cidpat) para discutir as possibilidades de regularização da estrutura.

66
 Quem há de determinar se o prédio pode ser demolido ou se deve ser regularizado é o Conselho Municipal de Meio Ambiente (Cema). O prefeito anunciou que a Prefeitura não quer demolir o prédio, mas sim buscar soluções para regularizar a estrutura. A Prefeitura já realizou reuniões com o Conselho Municipal de Meio Ambiente (Cema) e o Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Estético e Turístico (Cidpat) para discutir as possibilidades de regularização da estrutura.



Anexo G4- Matéria do JL, do dia 18 de abril de 2014

geral Cidade | JORNAL DE LONDREINA | 5

Definição sobre City pode demorar
 Uma contraproposta do Eurocourt tem de ser respondida, disse Kireeff

66
 A Prefeitura não quer demolir o prédio, mas sim buscar soluções para regularizar a estrutura. A Prefeitura já realizou reuniões com o Conselho Municipal de Meio Ambiente (Cema) e o Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Estético e Turístico (Cidpat) para discutir as possibilidades de regularização da estrutura.

Atendimento Central de Comercialização
3377-3200
 contato@jornaldelondreina.com.br

Parques no feriado
 No feriado de São João, os parques de Londrina estarão abertos para o lazer da população. O prefeito anunciou que a Prefeitura não quer demolir o prédio, mas sim buscar soluções para regularizar a estrutura. A Prefeitura já realizou reuniões com o Conselho Municipal de Meio Ambiente (Cema) e o Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Estético e Turístico (Cidpat) para discutir as possibilidades de regularização da estrutura.

Anexo G5- Matéria do JL, do dia 11 de maio de 2014

6 JORNAL DE LONDREIRA | geral | Cidade

CRISE DOS ALVARÁS
Dono do Centro Comercial City será multado em R\$ 2,9 mi

O prefeito Alexandre Kissel (PSD) anunciou, na sexta-feira (9), que o dono do Centro Comercial City, na Rua Curitiba, será multado em R\$ 2,9 milhões por não ter pago o imposto de IPTU em 2013. O valor da multa corresponde à diferença entre o valor pago e o devido.

Segundo Kissel, a aplicação da multa ocorre em decorrência da não entrega da documentação necessária para a regularização do IPTU em 2013. O proprietário do empreendimento, a empresa City Empreendimentos, não apresentou a documentação necessária para a regularização do IPTU em 2013.

O valor da multa corresponde à diferença entre o valor pago e o devido. O valor da multa é de R\$ 2,9 milhões.

SAÚDE
HU ganha sa de voluntários

Espaço deve contribuir para a formação de voluntários, que vão atuar em projetos sociais e comunitários.

Elisa Pellegrino

Se o Hospital Universitário de Londrina (HUL) tem um espaço para a formação de voluntários, esse espaço é o Espaço de Formação de Voluntários (EFV). O espaço foi criado em 2013 e tem o objetivo de formar voluntários para atuar em projetos sociais e comunitários.

O espaço é dividido em salas para a formação de voluntários, para a realização de cursos e para a realização de projetos sociais e comunitários.

O espaço é aberto para todos os interessados em se tornar voluntários.

nu acho
Guerra dos papéis 1

Um vereador assina e pede o presidente da Câmara para que seja assinado o projeto de lei que cria o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CMDEMA).

O projeto de lei foi assinado pelo vereador João Carlos de Souza e o presidente da Câmara, Alexandre Kissel.

O projeto de lei cria o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CMDEMA) e tem o objetivo de promover a defesa do meio ambiente em Londrina.

Guerra dos papéis 2

Confirmação de que o projeto de lei que cria o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CMDEMA) será assinado pelo presidente da Câmara, Alexandre Kissel.

O projeto de lei foi assinado pelo vereador João Carlos de Souza e o presidente da Câmara, Alexandre Kissel.

O projeto de lei cria o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CMDEMA) e tem o objetivo de promover a defesa do meio ambiente em Londrina.

sercomtel já dentista e vender em fraldas

A sercomtel já vende fraldas e tem o objetivo de expandir sua atuação para o mercado de produtos de higiene pessoal.

A sercomtel já vende fraldas e tem o objetivo de expandir sua atuação para o mercado de produtos de higiene pessoal.

Alegrias de ser voluntário

Voluntários da sercomtel realizam atividades sociais e comunitárias em Londrina.

Os voluntários da sercomtel realizam atividades sociais e comunitárias em Londrina.

Anexo G6- Matéria do JL, do dia 10 de agosto de 2014

10 JORNAL DE LONDREIRA | geral | Cidade

Porteiros
 A Prefeitura de Londrina vai realizar uma audiência pública para discutir a criação de uma comissão de porteiros em Londrina.

OBRA IRREGULAR
Donos do City querem audiência para promover a 'paz social'

Objetivo dos proprietários do empreendimento é evitar embargo e demolição do prédio, construído de forma irregular e sem alvará. Data está marcada, mas Prefeitura diz que encontro pode não ocorrer

Felipe Calmon

A Prefeitura de Londrina vai realizar uma audiência pública para discutir a criação de uma comissão de porteiros em Londrina.

Os donos do empreendimento City Empreendimentos querem uma audiência pública para discutir a criação de uma comissão de porteiros em Londrina.

O objetivo dos proprietários do empreendimento é evitar embargo e demolição do prédio, construído de forma irregular e sem alvará. Data está marcada, mas Prefeitura diz que encontro pode não ocorrer.

CITROEN C4 LOUNGE
 ELEITO A MELHOR COMPRA DA CATEGORIA PELA REVISTA QUATRO RODAS.

O PAI CAMPEÃO COM O PRESENTE CAMPEÃO.

NOVO CITROEN C4 LOUNGE 1.8 16V TURBO DIESEL 2.0 MT 13/14
 ou entrada + 36x R\$ 159,90
 POR R\$ 61.900 TAXA DE JUROS 0%
 699,90 / 57 JUROS

CITROEN C3 ATTRACTION
 A VELA A PARTIR DE R\$ 44.090,00
 ou entrada + 24x R\$ 249,90
 24x R\$ 249,90 / 57 JUROS TAXA DE JUROS 0%

COM PAGAMENTO À VISTA VOCE LEVA O PARA-BRISA ZENITH

FAÇA REVISÕES EM SEU VEÍCULO REGULARMENTE

verne | Londrina, de Higienópolis, 1446 - Fone: 31 3338-0000
 www.vernecitroen.com.br

Anexo G9- Matéria do JL, do dia 26 de setembro de 2014

geral | JORNAL DE LONDRENA | 5

Manifestação suspende cirurgias e consultas no Evangélico

Atividades médicas em centros operatórios para atender a emergência de cirurgias e consultas suspensas. A manifestação ocorreu no Hospital Evangélico, em Londrina, no dia 25 de setembro. Os médicos e enfermeiros participaram de uma reunião com representantes da Prefeitura Municipal de Londrina para discutir a situação. A reunião ocorreu no dia 25 de setembro, no auditório do Hospital Evangélico. Os representantes da Prefeitura Municipal de Londrina foram o prefeito João Augusto de Souza, o secretário de Saúde, o secretário de Planejamento e o secretário de Obras. Os representantes do Hospital Evangélico foram o diretor clínico, o diretor administrativo e o diretor financeiro. A reunião ocorreu no dia 25 de setembro, no auditório do Hospital Evangélico. Os representantes da Prefeitura Municipal de Londrina foram o prefeito João Augusto de Souza, o secretário de Saúde, o secretário de Planejamento e o secretário de Obras. Os representantes do Hospital Evangélico foram o diretor clínico, o diretor administrativo e o diretor financeiro. A reunião ocorreu no dia 25 de setembro, no auditório do Hospital Evangélico.

ACORDO

Europart pagará R\$ 665 mil por irregularidades do City

Empresa terá de entregar várias obras a partir de dezembro, de acordo com termo assinado

Empreiteira Europart pagará R\$ 665 mil por irregularidades do City. A empresa terá de entregar várias obras a partir de dezembro, de acordo com termo assinado. O acordo foi assinado entre a Prefeitura Municipal de Londrina e a Europart. O termo de acordo prevê a entrega de obras a partir de dezembro. O valor de R\$ 665 mil será pago pela Europart para cobrir as irregularidades do City. O acordo foi assinado em 26 de setembro de 2014.

compromisso

A lista de obras

André parte do município de Londrina para fazer o trabalho de entrega de suprimentos para o Hospital Evangélico. O trabalho será realizado em outubro e novembro. A lista de obras inclui a entrega de materiais de construção, equipamentos médicos e outros itens. O trabalho será realizado em outubro e novembro. A lista de obras inclui a entrega de materiais de construção, equipamentos médicos e outros itens. O trabalho será realizado em outubro e novembro.

Problemas

O acordo de Beto pagou parte do preço em 2013, mas não pagou o restante. O acordo prevê a entrega de obras a partir de dezembro. O valor de R\$ 665 mil será pago pela Europart para cobrir as irregularidades do City. O acordo foi assinado em 26 de setembro de 2014.

Marcelo Prado

Em entrevista, a partir de 26 de setembro, a reportagem entrevistou o prefeito João Augusto de Souza, o secretário de Saúde, o secretário de Planejamento e o secretário de Obras. Os representantes do Hospital Evangélico foram o diretor clínico, o diretor administrativo e o diretor financeiro. A reunião ocorreu no dia 25 de setembro, no auditório do Hospital Evangélico.

Greenwich Park
UM LUGAR QUE INSPIRA

SEU PRÓXIMO ENDEREÇO

Mais bem localizado na Grande Londrina, o Greenwich Park oferece a melhor opção de moradia em Londrina, com apartamentos de alto padrão e infraestrutura completa. O projeto oferece uma infraestrutura completa, com comércio, lazer e segurança. O projeto oferece uma infraestrutura completa, com comércio, lazer e segurança.

Atos a partir de 120m² de área privativa
Coberturas duplas a partir de 180m²

PLANTA PADRÃO ORIGINAL

• 3 suítes
• 2 vagas de garagem

Visite o apartamento decorado na Espaço TUA Londrina

www.the.com.br

VIRA, É UMA THÁ. THA

Anexo G10- Matéria do JL, do dia 5 de fevereiro de 2015

QUINTA-FEIRA, 5 DE FEVEREIRO DE 2015 - ANO 33 - Nº 3735

TRABALHO PARA TODOS

Pitt volta ao front contra o nazismo

EDUCAÇÃO

Crise aumenta procura por escolas públicas

Londrina enfrenta uma inédita migração de alunos de escolas particulares para as redes municipal e estadual. Diretores de colégios públicos estão criando novas turmas para atender a recente demanda. No Colégio Marcellino Champagnat, por exemplo, a maioria dos alunos da 6ª série é oriunda do ensino particular. "Não esperávamos essa demanda", reconhece a secretária de Educação do Município, Janet Thomas. Crise no orçamento familiar pode explicar mudança.

MAIS CORTES

Beto Richa propõe fim de quinquênio

CIDADE LIMPA

Comerciantes ignoram lei para divulgar promoções

CITY SHOPPING

Reforma da Supercreche está quase pronta

Tempo estimado de leitura: 10 minutos

6 | JORNAL DE LONDRENA | geral

COMPENSAÇÃO

City deve terminar de cumprir TAC em 45 dias, diz advogado

A reforma da Supercreche está praticamente pronta; o shopping também tem de reformar banheiros de museu, abrir bicicletário no calçadão e fazer adequações viárias

interesses

O advogado da City Shopping, Marcelo Prado, afirma que a investigação processual da Prefeitura Municipal de Londrina é necessária para garantir a transparência e a legalidade do processo. O advogado da City Shopping, Marcelo Prado, afirma que a investigação processual da Prefeitura Municipal de Londrina é necessária para garantir a transparência e a legalidade do processo.

Quer Faturar TVLED 32"?

Acesse!

a Página do Armazém no Facebook e #compartilhe o banner da promoção!

O resultado está em nossa página no dia 18/02/2015.

ARMAZÉM

ANEXO H- Reportagens do JL sobre o Marco Zero, a Crise dos Alvarás e a Comissão de Inquérito na Câmara

Anexo H1- Matéria do JL, do dia 05 de fevereiro de 2014



Anexo H2- Matéria do JL, do dia 13 de fevereiro de 2014



Anexo H3- Matéria do JL, do dia 14 de fevereiro de 2014

6 JORNAL DE LONDINA | geral | Cidade

5,4 milímetros de aumento de altura, em Londrina, de acordo com a proposta de Emenda que amplia o CEI do Marco Zero para cidade inteira

PROPOSTA
Emenda quer ampliar CEI do Marco Zero para cidade inteira

Roberto Fu (PT) protocolou requerimento para que a investigação, se aprovada, estenda-se para supermercados e lojas de departamento em todas as regiões

TAXA 0% de I.P.I. ÚLTIMAS UNIDADES SEM ALÍQUOTA DE I.P.I. QUATRO PESSOAS

CITROËN C4 LOUNGE 2.0 FLEX 151CV 2013/14. Supera Auto Citrôen: 2,9% do valor de entrada + 24% de entrada em parcela fixa. **RS 68.990,00** OU ENTRADA + 24% **RS 1.229,23** (SEM JUROS) **PREÇO GRÁTIS**

NOVO C3 TENDANCE 1.8 FLEX 125CV 2013/14. **TAXA DE JUROS 0%** **RS 44.590,00** OU ENTRADA + 24% **RS 816,19** (SEM JUROS) **PREÇO GRÁTIS**

RESPEITE A SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO

Vernie Londrina, Av. Higienópolis, 1036 - Fone: 43 3252-0000 www.vernie.com.br

Essa emenda veio para melhorar e salvar o meu requerimento, pois achava que a CEI não seria aprovada.

2014 ANTONIO VERNIE

Anexo H4- Matéria do JL, do dia 17 de fevereiro de 2014

6 JORNAL DE LONDINA | geral | Cidade

Para evitar CEI, grupo sugere 'destravar' cidade

REDE MUNICIPAL
Em 1 ano, escolas avançam pouco em segurança

Problemas apontados no início do ano passado pelo JL, como falta de estrutura para gás, de projeto para reforma da rede elétrica e até de Plano de Segurança contra Incêndios (PSI) — exigido do novo Código de Edificações do Paraná — ainda estão em negociação. Conselho Municipal diz que em seu plano, não vai renovar autorização de funcionamento das escolas.

Idosos driblam as doenças com atividade física

LEC vence Maringá em jogo dramático

5 JORNAL DE LONDINA | geral | Cidade

DESBUROCRATIZAÇÃO
Contra investigação, empresários propõem "destravar" a cidade

Documento sugerindo a criação de um fórum para apurar entraves dentro da Prefeitura na liberação de alvarás e empreendimentos chega esta semana à Câmara como alternativa à abertura de CEI

Kneff ainda não tem nome para a Sema

Semanal tem previsão de chuvas e calor

Briga de bar acaba em morte em Sertãozinho

Parte do problema, EIV pode tornar-se alvo

Anexo H7- Matéria do JL, do dia 15 de abril de 2014

Fachada corre risco de ser demolida
Investidor diz que Secretaria de Obras autorizou avanço irregular sobre recuo tátil no sistema de porta-tubo confirmado

Falhas O projeto de fachada do Centro Comercial City, na rua Francisco Manoel de Aguiar, em Londrina, corre o risco de ser demolida por não atender às normas técnicas exigidas pelo Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Cultural (COPHAC). O projeto prevê a instalação de uma fachada de vidro e alumínio, o que não é permitido pelo plano diretor da cidade. Além disso, o projeto não prevê a instalação de um sistema de recuo tátil, o que também é exigido pelo CPHAC. O investidor alega que a Secretaria de Obras autorizou o avanço irregular do sistema de porta-tubo, o que confirma o risco de demolição da fachada.

denúncias
MP oferta delação por informações

Crise dos alvarás: corregedoria considera denúncias 'precisas'

Embargo e multa
Cilindro encerra que aciona

Anexo H8- Matéria do JL, do dia 16 de abril de 2014

geral tema do dia

Kireeff diz que cidade tem nova 'muralha'
Epicentro da política é o prédio que abriga a loja Havan, no centro, construído irregularmente; prefeito sinaliza apoio a medidas mitigatórias, em vez da demolição de parte da estrutura

possibilidade
Ações mitigatórias

crise dos alvarás
CEI deve ser votada amanhã

Intervenção

Corrupção

66

Anexo H9- Matéria do JL, do dia 18 de abril de 2014

JL JORNAL DE LONDRIÑA

SEXTA-FEIRA, 18 DE ABRIL DE 2014 - ANO 25 - Nº 7730

TRAFEGADA AINDA POR **IMZ**

Rústico e moderno, *naked cake* vira tendência em festas

*Página 17

BALANÇO

Sercomtel estanca sangria e fecha com caixa positivo

Mesmo acumulando um prejuízo contábil de R\$ 60 milhões no ano passado, a Sercomtel caminha para recuperação financeira e prevê fluxo de caixa positivo para 2014, com estimativa de lucro de R\$ 11 milhões. Se levados em conta apenas o resultado operacional, que não contabiliza gastos extraordinários, como resoluções, a empresa perdeu R\$ 16 milhões no balanço divulgado ontem. Os números, segundo presidente da companhia, Christian Schneider, são os melhores dos últimos 15 anos.

*Página 4



IAP minimiza impacto de poluição em nascente do Igapó

*Página 7

POUNANIMIDADE
Câmara aprova CEI dos Alvarás

*Página 4

COPA DO BRASIL
Tubarão enfrenta Barueri no dia 1º no Café

*Página 12

PARANÁ
CIVELERAS em votação

*Página 15

Tempo: 18°C, 20°C, 22°C, 24°C, 26°C, 28°C, 30°C, 32°C, 34°C, 36°C, 38°C, 40°C, 42°C, 44°C, 46°C, 48°C, 50°C

Anexo H10- Matéria do JL, do dia 08 de maio de 2014

geral/Cidade | JORNAL DE LONDRIÑA | 5

30 mil eleitores não poderão votar em outubro

Apesar de ter o prazo para a realização das eleições em outubro, a Justiça Eleitoral não conseguiu atualizar o cadastro eleitoral em tempo hábil. Isso significa que cerca de 30 mil eleitores não poderão votar em outubro. O problema é que a Justiça Eleitoral não conseguiu atualizar o cadastro eleitoral em tempo hábil. Isso significa que cerca de 30 mil eleitores não poderão votar em outubro.

Secretário conhecia denúncias desde julho

Ex-diretora da Secretaria de Obras disse que apertou a existência de irregularidades no Jardim Colômbia. Um documento foi engendrado em julho de 2013, quando o caso foi enviado ao Ministério Público. O documento foi engendrado em julho de 2013, quando o caso foi enviado ao Ministério Público.

Os depoimentos (de ontem) foram muito importantes. Deles saíram novos ofícios pedindo informações e novos depoimentos.

para o caso, o senhor

aparte

Quarta do papel

Quarta do papel é o nome de uma espécie de papel usado para fazer livros. É um tipo de papel muito fino e resistente, usado para fazer livros de alta qualidade.

Novidades

Novidades são as novidades, as novidades, as novidades. São as novidades, as novidades, as novidades. São as novidades, as novidades, as novidades.

Reação

Reação é a reação, a reação, a reação. É a reação, a reação, a reação. É a reação, a reação, a reação.

Veja bem I

Veja bem I é o primeiro volume de uma obra. É o primeiro volume de uma obra. É o primeiro volume de uma obra.

Veja bem II

Veja bem II é o segundo volume de uma obra. É o segundo volume de uma obra. É o segundo volume de uma obra.

“Economia”

“Economia” é o nome de uma disciplina. É o nome de uma disciplina. É o nome de uma disciplina.

Anexo H15- Matéria do JL, do dia 09 de setembro de 2014

geral | JORNAL DE LONDRINA | 9

CEI vai apresentar projeto para agilizar liberação de obras

Comissão que apura irregularidades na concessão de alvarás e Habite-se também vai cobrar melhorias na estrutura da Secretaria de Obras. Relatório final será apresentado em 22 de setembro

Fábio Ribeiro

Uma Comissão Especial de Inquérito (CEI) do Poder Executivo vai apresentar um projeto de lei para agilizar a liberação de obras e a cobrança de multas em empresas de construção civil. O projeto será apresentado na próxima semana ao Conselho Municipal de Administração (CMA) e depois ao Conselho Municipal de Controle de Gestão (CMCG).

A CEI, criada em maio deste ano, foi formada para investigar irregularidades na concessão de alvarás e Habite-se em empresas de construção civil. O relatório final será apresentado em 22 de setembro.

O projeto de lei prevê a criação de um sistema de licenciamento eletrônico, o que agilizará o processo de liberação de obras. Além disso, o projeto estabelece a cobrança de multas em empresas que não cumprem as normas técnicas e de segurança.

O presidente da CEI afirmou que "esta é uma medida necessária para garantir a segurança e a qualidade das obras em nossa cidade".

Tomamos muita cautela, essa comissão deu muito trabalho. A sociedade terá no relatório final os encaminhamentos que entendemos necessários.

Investigações

A Comissão Especial de Inquérito (CEI) do Poder Executivo vai apresentar um projeto de lei para agilizar a liberação de obras e a cobrança de multas em empresas de construção civil. O projeto será apresentado na próxima semana ao Conselho Municipal de Administração (CMA) e depois ao Conselho Municipal de Controle de Gestão (CMCG).

O projeto de lei prevê a criação de um sistema de licenciamento eletrônico, o que agilizará o processo de liberação de obras. Além disso, o projeto estabelece a cobrança de multas em empresas que não cumprem as normas técnicas e de segurança.

O presidente da CEI afirmou que "esta é uma medida necessária para garantir a segurança e a qualidade das obras em nossa cidade".

SOLIDARIEDADE

Para eliminar déficit financeiro, HCL precisa de 36 mil doadores

Saldo (R\$) não cobre tudo o que precisa ser pago em setembro. Precisa-se de 36 mil pessoas para garantir o pagamento de R\$ 17 milhões.

Alimentação

O Conselho Municipal de Administração (CMA) vai aprovar o projeto de lei que cria o Conselho Municipal de Controle de Gestão (CMCG). O projeto prevê a criação de um sistema de licenciamento eletrônico, o que agilizará o processo de liberação de obras.

O presidente da CEI afirmou que "esta é uma medida necessária para garantir a segurança e a qualidade das obras em nossa cidade".

Anexo H16- Matéria do JL, do dia 18 de setembro de 2014

QUINTA-FEIRA, 18 DE SETEMBRO DE 2014 - ANO 38 - Nº 723

Alunos aprendem com segredos da Alemanha

Trânsito

Londrina gasta mais com interações do que Curitiba

A Semana Nacional de Trânsito começa hoje com um desafio para Londrina: diminuir os piores indicadores. Em um ano, o número de mortos cresceu 7,2%, passando de 99 para 107. Apesar de volume de acidentes se manter estável, o ganho com interações hoje na cidade (1,3 milhão) já é maior que o registrado em Curitiba (1,2 milhão), que tem uma frota de veículos quatro vezes maior. "Isso é inadmissível", diz o promotor Paulo Tressan. A CMFU faz uma série de atividades para aumentar conscientização.

Exposições fazem homenagem aos pioneiros

Empresário contesta relatório da CEI

Eleições

PT enfrenta baixo desempenho nos principais Estados

10 JORNAL DE LONDRINA | 10 de setembro de 2014 | geral

MARCO ZERO

Raul Fulgêncio contesta relatório da CEI dos Alvarás

Comissão aberta pelo Legislativo afirma que anulação de lotes do Marco Zero foi feita irregularmente

Fica claro que a comissão foi dirigida a mim. Tudo começou com a queda da Lei da Muranha.

Rebeldia em Pirapóla termina após 30 horas

Parque de obras avançadas

Victoria Parque

Venha morar na Gleba Palhano com qualidade de vida e espaço de sobra.

Menus Clássicos

Capitão de Polícia Militar

2+3 dorms.

Varanda com churrasqueira

Visite o decorado no Espaço TH4 - em frente ao Causal Shopping (Rod. Mábio Gonçalves Palhano, 200)

(43) 3376-9900

TH4

ROSSI

Anexo H19- Matéria do JL, do dia 19 de dezembro de 2014

geral | JORNAL DE LONDRIÑA | 11

EMBATE
Entidades publicam manifesto contra CEI do Marco Zero

Embaixadas em análise do Cral, elas criticam o parecer do Legislativo, que traz dúvidas sobre a regularidade do empreendimento

Assassinato
Um homem de 37 anos foi morto em um ataque a tiros em São Paulo, no bairro de Vila Rica, na noite de domingo. O crime ocorreu em uma rua movimentada, com muitos pedestres. O suspeito foi visto fugindo em um veículo branco. A polícia está buscando pistas para identificar o autor do crime.

NO MUNDO
7 mi de cartas ao Papai Noel

Em São Paulo, milhares de crianças enviaram cartas para o Papai Noel. As cartas foram entregues em um trem especial que percorreu a cidade. O Papai Noel prometeu visitar todas as crianças que escreveram cartas.

A VERNIÉ TEM VANTAGENS PARA TODA A LINHA CITROËN!

ULTIMO MES IPÍ REDUZIDO
CITROËN C4 LOUNGE TENDANCE
A PARTIR DE R\$ 78.790,00

CITROËN C4 PICASSO LA LUNA
A PARTIR DE R\$ 52.990,00

CITROËN C4 QUADROSS
A PARTIR DE R\$ 56.490,00

VERNIÉ
Londrina, Av. Riquelme, 1434, Fone: 43 3239-9000
www.verniecroen.com.br

Anexo H20- Matéria do JL, do dia 20 de maio de 2015

QUARTA-FEIRA, 20 DE MAIO DE 2015 - ANO 26 - Nº 8.081

TRAZEM A LUTA PARA O JC

geral | JORNAL DE LONDRIÑA | 9

Acordo derruba TAC de regularização do Marco Zero

“Não autorizar”, diz Richa sobre venda de ações da Copel

Arrecadação teve recuo inédito em ano de reeleição

Delegacia Regional da Receita Estadual de Londrina, após uma operação do Cacec que investiga denúncia milionária de impostos, registrou uma queda de arrecadação em 2014, ano de campanha eleitoral. O órgão viu uma queda desde 2009, segundo dados divulgados pelo JAL. Mas no ano passado registrou um recuo de 3,3%. A delegacia do auditor Luiz Antônio de Souza mostra que, no mesmo período, o estado delegerado regional, Marcos de Albuquerque Lima, teria convocado uma reunião pedindo diálogo para a reeleição do governador Beto Richa.

36,7 milhões

de multa em multas de trânsito em Londrina em 2014

DISCO
Aníto Henrique lança Sambão - cotidiano brasileiro

LEMINSKI
Songbook traz 109 composições

SEMIC
Cao estreia deba Colours da LBC animados

Vacinação contra a gripe acaba na sexta

Terminou nesta sexta-feira a Campanha de Vacinação Contra a Gripe, em Londrina. Foram vacinados mais de 100 mil cidadãos. A campanha foi realizada em parceria com o Ministério da Saúde e a Prefeitura de Londrina.

Colégio Londrinense faz Simulão Enem

O Colégio Londrinense realizou o Simulão Enem, simulando a prova do Exame Nacional do Ensino Médio. Os alunos participaram de todas as disciplinas e receberam o resultado das questões.

Profissionais do Sema passam por capacitação

Os profissionais do Serviço Municipal de Meio Ambiente (Sema) passaram por um curso de capacitação. O curso abordou temas como legislação ambiental e técnicas de fiscalização.

Legalização do Marco Zero será administrativa

Empreendedor decidiu refazer estudos e adequações para cumprir exigências. Ippai diz que contrapartidas acessíveis estão garantidas.

Repetição do indébito

A Justiça decidiu que o Estado deve devolver o indébito pago por uma empresa. O caso envolve a cobrança de impostos que não foram devidos.

Consumidor

Artigo sobre direitos do consumidor, incluindo dicas para evitar golpes e reclamações.

Anexo H21- Matéria do JL, do dia 04 de junho de 2015

geral | JORNAL DE LONDREINA | 7

OBRAS

Prefeitura pune servidores por liberação irregular de Habite-se

Eles receberam suspensão de sete a 30 dias do trabalho. A Corregedoria-Geral investigou a concessão do documento para construções que não cumpriam as leis municipais no Jardim Colúmbia

Marcelo Frazão

Centenas de pagamentos, acordados com o grupo, entre outros itens.

Douglas

Em maio de 2014, o M. mais que um dos funcionários da Prefeitura de Londrina aplicou suspensão de sete a 30 dias por irregularidades quanto à liberação de documentos Habite-se para obras.

De acordo com o Código de Obras, a liberação do documento tem de ser precedida de vistoria e certificação de que a construção cumpre as leis municipais de arquitetura, urbanismo, paisagem, meio ambiente, saneamento, saúde pública, segurança pública, entre outros.

Em maio de 2014, o M. mais que um dos funcionários da Prefeitura de Londrina aplicou suspensão de sete a 30 dias por irregularidades quanto à liberação de documentos Habite-se para obras.

De acordo com o Código de Obras, a liberação do documento tem de ser precedida de vistoria e certificação de que a construção cumpre as leis municipais de arquitetura, urbanismo, paisagem, meio ambiente, saneamento, saúde pública, segurança pública, entre outros.

divisão de Obras à época, Celso da Cruz, também foi incluído na investigação.

A Corregedoria-Geral possui uma lista com o nome dos servidores que foram punidos. Além disso, há uma lista com o nome dos servidores que foram punidos por irregularidades quanto à liberação de documentos Habite-se para obras.

De acordo com o Código de Obras, a liberação do documento tem de ser precedida de vistoria e certificação de que a construção cumpre as leis municipais de arquitetura, urbanismo, paisagem, meio ambiente, saneamento, saúde pública, segurança pública, entre outros.

divisão de Obras à época, Celso da Cruz, também foi incluído na investigação.

A Corregedoria-Geral possui uma lista com o nome dos servidores que foram punidos. Além disso, há uma lista com o nome dos servidores que foram punidos por irregularidades quanto à liberação de documentos Habite-se para obras.

De acordo com o Código de Obras, a liberação do documento tem de ser precedida de vistoria e certificação de que a construção cumpre as leis municipais de arquitetura, urbanismo, paisagem, meio ambiente, saneamento, saúde pública, segurança pública, entre outros.

MAIS BARATO? IMPOSSÍVEL! SÓ ATÉ SABADO!

Ferro Fast Delta 3274
Cloreto de sódio
Sua única função é lavar
R\$ 39,00 / caixa

Sanduícheira Codanca Rosa
Cloreto de sódio
Sua única função é lavar
R\$ 39,00 / caixa

Liquidificador Fast Shale
Cloreto de sódio
Sua única função é lavar
R\$ 49,00 / caixa

Fogão Atlas Coliseum 48
Cloreto de sódio
Sua única função é lavar
R\$ 269,00 / caixa

Lavadora Consul
Cloreto de sódio
Sua única função é lavar
R\$ 89,90 / caixa